

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PUC-SP

Programa de pós-graduação em Relações Internacionais UNESP/UNICAMP/PUC-SP

Carlos Roberto Staine Prado Filho

Do isolamento à integração desgovernada da Amazônia: a “febre do ouro” e o “outro estado dentro do Estado” no caminho da rodovia Interoceânica por Madre de Dios

Um estudo dos primeiros anos de impacto socioambiental da rodovia Interoceânica na Amazônia do Peru

Doutorado em Relações Internacionais

São Paulo

2018

Carlos Roberto Staine Prado Filho

Do isolamento à integração desgovernada da Amazônia: a “febre do ouro” e o “outro estado dentro do Estado” no caminho da rodovia Interoceânica por Madre de Dios

Um estudo dos primeiros anos de impacto socioambiental da rodovia Interoceânica na Amazônia do Peru

Doutorado em Relações Internacionais

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de doutor em Relações Internacionais, sob orientação do Prof. Dr. Carlos Eduardo Ferreira de Carvalho.

São Paulo

2018

Prado Filho, Carlos Roberto Staine.

P896 Do isolamento à integração desgovernada da Amazônia : a “febre do ouro” e o “outro estado dentro do Estado” no caminho da rodovia Interoceânica por Madre de Dios : um estudo dos primeiros anos de impacto socioambiental da rodovia Interoceânica na Amazônia do Peru / Carlos Roberto Staine Prado Filho. – São Paulo, 2018. 202 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Carlos Eduardo Ferreira de Carvalho.

Tese (Doutorado em Relações Internacionais) –
UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós-Graduação em Relações
Internacionais San Tiago Dantas, 2018.

1. Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). 2. América do Sul – Relações exteriores – Séc. XXI. 3. América do Sul – Relações econômicas exteriores – Séc. XXI. 4. Ouro – Amazônia. 5. Crime organizado – América do Sul. 6. Rodovia Interoceânica. 7. Madre de Dios (Peru). I. Título.

CDD 327.8

Pesquisa financiada por bolsa de auxílio da Coordenação de
Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Enrique Amayo Zevallos: _____

Prof. Dr. Marc Jean Dourojeanni: _____

Prof. Dr. Samuel de Jesus: _____

Prof. Dr. Marcelo Passini Mariano: _____

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. Abordagem Teórica: “Acumulação Primitiva” e “Produção Capitalista de Espaço” na Amazônia.....	24
1.1. Releitura teórica do conceito de “Acumulação Primitiva”.....	28
1.1.1. O conceito de “Acumulação Primitiva” em Marx: a produção da “separação” entre trabalhador e meios de produção.....	28
1.1.2. O caráter contínuo da acumulação primitiva sobre espaços e sociedades “pré-capitalistas”.....	31
1.1.3. Acumulação primitiva como transferência de valor entre Centro e Periferia: o enfoque da teoria de “sistemas-mundo”.	34
1.2. A produção capitalista de espaço segundo David Harvey: Acumulação por espoliação e o <i>spatial fix</i> (ajuste espaço-temporal).	36
1.2.1. O “ajuste espaço-temporal” como solução temporária para as crises inerentes do capital e o aumento do preço do ouro como resultado da crise de 2008.	41
2. A Integração Regional de Infraestrutura da América do Sul (IIRSA) como iniciativa de “regionalização do espaço” ou “ajuste” transnacional do espaço Sul-Americano. ...	47
2.1. Globalização, Mundialização do Capital e a “crise de territorialidade” do Estado.	48
2.2. O modelo de integração física proposto pela IIRSA: a proposta de um “ajuste interoceânico” do espaço da América do Sul.	53
2.3. “Mitos colonizadores” e “Teses equivocadas” da IIRSA.....	61
2.4. O Brasil e a “corrida ao Pacífico”.....	66
3. A conexão “interoceânica” através da Amazônia do Peru como o maior legado deixado pela IIRSA: a “IIRSA SUR”, ou “Corredor Vial Interoceânico do Sul”, ou ainda, Rodovia Interoceânica.	72
3.1. Rodovias “IIRSA SUR”: os altos investimentos e a subutilização do maior projeto rodoviário da história do Peru.	76
3.2. Propinas, corrupção e lavagem de dinheiro: os crimes envolvendo a empresa brasileira Odebrecht S.A., as rodovias da IIRSA SUR e os presidentes do Peru.....	91
4. Mineração ilegal de ouro e Crime Organizado Transnacional na Amazônia: o atual cenário de “(des)governança” e devastação ambiental nos arredores da rodovia interoceânica em Madre de Dios.	100

4.1. O aperfeiçoamento logístico propiciado pela rodovia interoceânica como fator determinante da expansão geográfica e avanço da “febre do ouro” para o interior de Madre de Dios.....	112
4.1.1 Discussão do conceito de “governança” aplicado à rodovia interoceânica: a “baixa governança” do isolamento e a “desgovernança” da febre do ouro.	121
4.2. A participação de atores e interesses internacionais na construção da governança na Amazônia e algumas controvérsias sobre o regime REDD (redução da emissões por devastação e degradação).	128
4.3. As vicissitudes da “(des)governança” do processo de formalização da mineração de ouro aluvial e combate a mineração ilegal e crimes conexos em Madre de Dios.	137
4.3.1. O início do processo de formalização durante o governo de Alejandro Toledo (2002-2006) e o “transbordamento” ocasionado pela onda migratória da nova “febre do ouro”.....	140
4.3.2. O governo de Alan García (2006 - 2011): entre “ <i>el perro de hortellano</i> ”, a criação do Ministério do Ambiente (MINAM) e a “Declaração de guerra” à mineração “ilegalizada” em 2010.	144
4.3.3. O fracasso do governo Ollanta Humalla (2011-2016) na medição de forças com a mineração ilegal e o boicote do governo regional de Madre de Dios.	150
4.3.4. Os primeiros movimentos do governo de PPK, perdoando o delito e retrocedendo no processo de formalização?.....	159
4.4. A presença do crime organizado nos acampamentos da mineração ilegal: a organização local da “desgovernança”.	160
4.5. Crime organizado transnacional e o contrabando internacional do ouro ilegal de Madre de Dios para as maiores refinarias do mundo.	165
CONCLUSÕES	169
REFERÊNCIAS	182

RESUMO

Em suma, este é um estudo sobre os primeiros anos de impacto socioambiental da rodovia interoceânica na Amazônia peruana. O início da atual “febre do ouro” no departamento de Madre de Dios, localizado no sul da Amazônia do Peru, está relacionado cronologicamente a dois fatores: a) a construção da rodovia interoceânica e; b) o aumento recorde do preço do ouro no mercado mundial. Dentro deste horizonte de aproximadamente uma década, entre o ano de 2005 até o momento, utilizando uma perspectiva de “governança”, a tese aponta para a transformação do espaço de Madre de Dios que com o advento da “febre do ouro” passa de uma região anteriormente “isolada” para uma região que agora vivencia um contexto generalizado de “integração desgovernada”. Tendo como ponto de partida tal relação cronológica, propõe-se uma releitura teórico-conceitual de origem Marxiana para enquadrar a “febre do ouro” de Madre de Dios dentro de uma discussão sobre o capital, centralizada em conceitos como a “acumulação primitiva” e o processo de “aniquilamento do espaço pelo tempo”. Através da análise crítica sobre o caráter supostamente inovador que motivou a realização da rodovia interoceânica em Madre de Dios como um projeto da iniciativa de Integração Regional de Infraestrutura da América do Sul (IIRSA) e também através do levantamento de dados específicos sobre tal projeto, a tese tem por objetivo contrapor as expectativas positivas depositadas na rodovia pelos seus promotores como projeto de “integração e desenvolvimento”. Para confirmar esta contraposição, apresenta-se o cenário de “desgovernança” em Madre de Dios, definido pelo fracasso e resultados adversos das tentativas de controle do Estado sobre a expansão territorial da mineração informal/ilegal de ouro nos arredores da rodovia interoceânica e analisa-se também a predominância da influência desta expansão na dinâmica socioeconômica e política da sociedade local e suas relações com a evolução do poder de controle do crime organizado nas áreas de extração ilegal de ouro no meio da floresta Amazônia.

Palavras-chave: Rodovia Interoceânica, Febre do Ouro, Madre de Dios, IIRSA, Amazônia.

ABSTRACT

Briefly, this is a study about the first social and environmental impacts of the interoceanic highway in the Peruvian Amazon. The beginning of the current “gold fever” in the Madre de Dios region, in the South of the Peruvian Amazon, is chronologically related with two factors: a) the implementation of the interoceanic highway and b) the gold price record valorization in the world market. Within this horizon of approximately one decade, between the year 2005 until this moment, from a governance perspective the thesis points out that with the insurgence of the “gold fever” the Madre de Dios region was transformed from an “isolated” region to a region that now experiences a generalized context of “ungoverned integration”. Having as a start point this chronological relation, it’s proposed a theoretical rereading from a Marxian perspective to frame such “gold fever” in the discussion about capital focused in concepts such as “primitive accumulation” and the process of “space annihilation for time”. Through the analysis about the supposedly innovator character that motivated the realization of the interoceanic highway as a project of the initiative known as Regional Integration of South America Infrastructure (IIRSA) and also through data collection of such project, the thesis aims to confront the positive expectations deposited in the highway by its promoters as a “integration and development” project. To confirm this contraposition, it’s presented the “disgovernance” scenario defined by the unsuccessful attempts of the State to control the territorial expansion of the illegal/informal gold mining along the interoceanic highway. It is also analyzed the predominant influence of such expansion on the socioeconomic and political dynamics in the local society and its relations with the evolution of the power of control by organized crime in the illegal gold mines in the middle of the Amazon forest.

Key-words: Interoceanic Highway; Gold Fever; Madre de Dios; IIRSA; Amazon.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Foto da placa de divulgação do trecho do Corredor Vial Interoceânico do Sul que cruza Madre de Dios (tramo 3).....	13
Figura 2 – Recorte espacial com algumas características da região do CVIS.....	79
Figura 3- Quadro Removido do Plano de Negócios 2015, referente ao histórico anual de perdas e ganhos financeiros do trecho 3 da IIRSA SUR. (download realizado pelo autor em 27/04/2016).....	90
Figura 4 - Quadro Removido do Plano de Negócios 2016, referente ao histórico anual de perdas e ganhos financeiros do trecho 3 da IIRSA Sur. (download realizado pelo autor em 27/04/2016).....	90
Figura 5 – Aviso de “Información Confidencial” exibido no Plano de Negócios de 2017, referente ao histórico anual da situação de perdas e ganhos financeiros do trecho 3 da IIRSA Sur.....	91
Figura 6 - Devastação ambiental causada pela Mineração de Ouro às margens da rodovia Interoceânica em Madre de Dios: um rastro de arei e lama no meio da cobertura verde de floresta.	109
Figura 8 - Devastação Ambiental causada ao longo dos anos pela mineração de ouro em Madre de Dios.	110
Figura 9 - Os "hostals" e "hospedajes" localizados em La Pampa, logo às margens da Rodovia Inteorceanica em Madre de Dios	116
Figura 10 - Mineradores com suas botas de borracha aguardando transporte em La Pampa.	117
Figura 10 - Imagem aérea da devastação causada pela mineração de ouro na microbacia de Guacamayo, um rastro de onze quilômetros entre a rodovia e o rio Inambari.....	145
Figura 11 - Foto de uma bomba de um posto de combustível de Puerto Maldonado temporariamente fechado pela SUNAT por "No emitir y/o no otorgar comprobante de pago".	152

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Investimentos projetados inicialmente pelos contratos e Investimentos realizados até o ano de 2016 (em milhões de US\$).....	81
Tabela 2 – IIRSA Sur: Investimentos iniciais e Incrementos, incluído gastos com manutenção e outros, segundo levantamento de auditoria realizada pela Controladoria Geral do Peru.	82
Tabela 3 - Custo atual em detalhes e Projeção de gastos futuros com manutenção.....	83
Tabela 4 - Comparação entre o PAMO contratual e a arrecadação por Pedágio em 2015 (em milhões de Novos Soles (S/)).	87
Tabela 5 - Estimativas de investimentos ainda por executar entre 2017 - 2021 (em milhões de US\$).	89
Tabela 6 - Decretos Legislativos originados pela Ley 29815	150

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1 - Comparação entre o aumento da devastação causada pela mineração em Madre de Dios e o aumento do preço do ouro no mercado mundial: em taxas médias de devastação por períodos entre 1999 e 2016, e valores em US\$/grama e Novo Soles/grama. 20
- Gráfico 2 - Comparação entre o aumento da devastação causada pela mineração em Madre de Dios e o aumento do preço do ouro no mercado mundial: devastação ano a ano e valores em US\$/Oz ou Novo Soles/Oz, período 2003 – 2016..... 21
- Gráfico 3 - Balança do fluxo de comércio entre Acre e Peru, através rodovia Interoceânica (2010 - 2016)..... 85
- Gráfico 4 - Ouro produzido vs Ouro exportado no Peru, em toneladas. (1998 - 2014) 158

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – “Mapa da Acessibilidade” da América do Sul com o "tempo de viagem" de um ponto até uma cidade com mais de 100 mil habitantes.	58
Mapa 2 - Eixos de Integração e Desenvolvimento (EIDs) da IIRSA	59
Mapa 3 - Povos Indígenas Isolados na América do Sul	64
Mapa 4 - Os 31 projetos da primeira Agenda de Implementação Consensual (AIC 2005 - 2010) da IIRSA.	69
Mapa 5 - Principais eixos viários priorizados pela IIRSA	70
Mapa 6 - Principais destinos das exportações por estado no Brasil, a preponderância da China.....	71
Mapa 7 – Trechos do Corredor Vial Interoceânico do Sul.....	78
Mapa 8 - Devastação Ambiental concentrada ao longo da rodovia interoceânica em Madre de Dios.	108
Mapa 9 – Concessões de Mineração pelo território do Peru.	121
Mapa 10 - Corredor de Conservação Vilcabamba - Amboró dividido pelo traçado da rodovia interoceânica.....	129
Mapa 11 - Mapa com destaque para o "corredor minero", no lado norte da rodovia interoceânica.	147
Mapa 12 - Distribuição espacial dos cerca de 62,5 mil hectares de devastação ambiental causada pela mineração de Ouro em Madre de Dios até o ano de 2016.	157

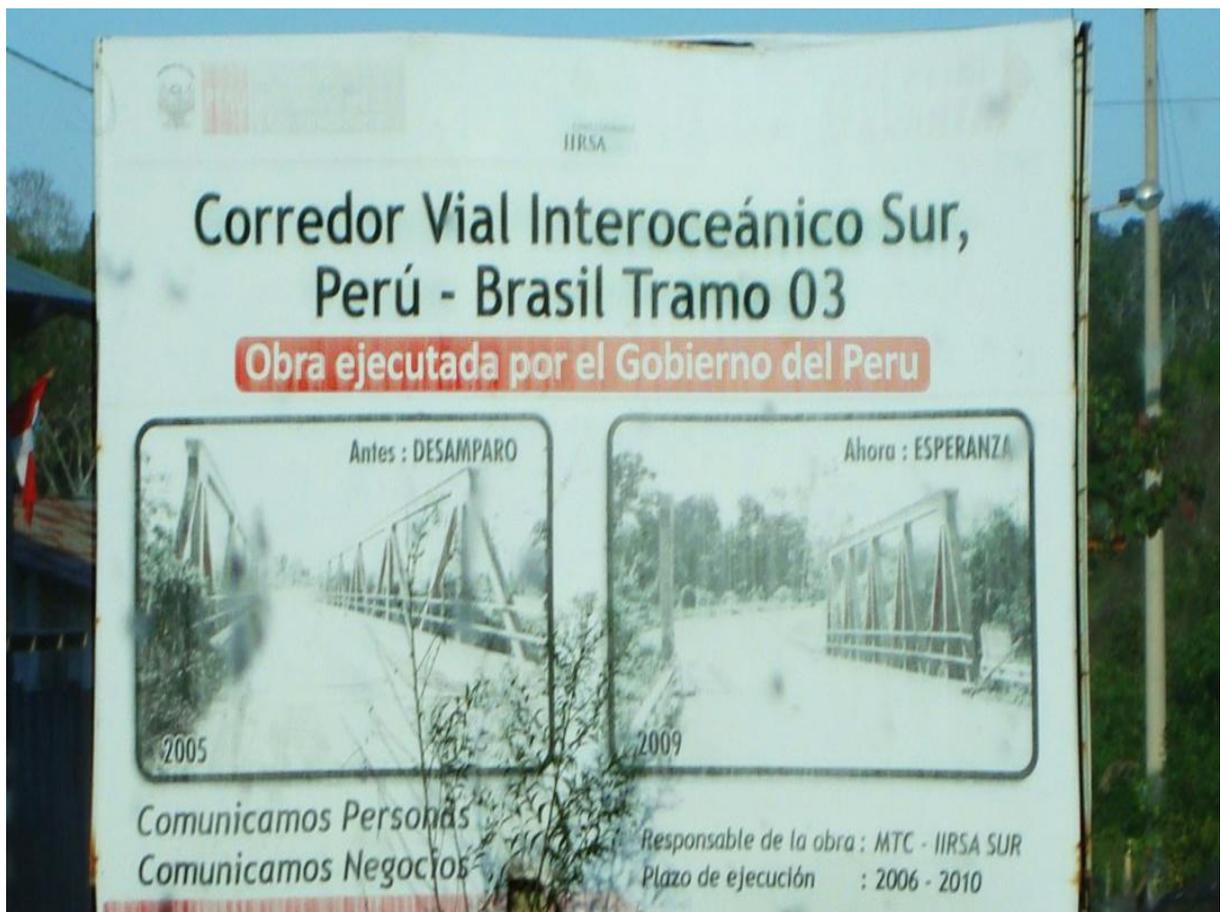
AURI SACRA FAMES!
A que não obrigas tu os corações dos mortais, ó maldita fome de ouro!
- Eneida - Virgílio, 31 a.C.

Un día el oro se acabará. Los colonos se pueden ir, pero nosotros no podemos. Y después de la fiebre del oro...?
Qué es lo que quedará entonces para nuestro pueblo?
Tomás Quique Simbu – líder indígena da Reserva Comunal Amarakaeri

INTRODUÇÃO

A figura abaixo é uma foto tirada pelo próprio autor, no dia 14 de agosto do ano de 2011, no departamento de Madre de Dios, uma das regiões mais ricas em biodiversidade do mundo, localizada no sul da Amazônia do Peru. Trata-se de uma das placas instaladas pelo governo peruano para realizar a divulgação das obras do denominado Corredor Vial Interoceânico Sur (CVIS), um projeto de construção de rodovias da iniciativa IIRSA (Integração de Infraestrutura Regional da América do Sul). Como é possível notar, a placa não apenas divulga as obras, mas também transmite uma mensagem, que refletia tanto o antigo isolamento devido à ausência de vias terrestres eficientes para o acesso a esta parte do território do Peru, assim como as expectativas positivas quanto ao projeto rodoviário da seguinte forma; Antes: DESAMPARO / Ahora: ESPERANZA.

Figura 1 - Foto da placa de divulgação do trecho do Corredor Vial Interoceânico do Sul que cruza Madre de Dios (tramo 3).



Arquivo próprio (14 de agosto de 2011).

A rodovia “interoceânica”, como é mais conhecida pela população local, começou a ser construída em 2006. Na data em que foi tirada esta foto, o projeto havia acabado de ser totalmente concluído e a rodovia então recém inaugurada. Passados cerca de dez anos desde o início das obras, a pesquisa aqui apresentada assume como objeto específico de estudo esta rodovia e analisa a transformação da realidade do espaço de Madre de Dios diretamente influenciado por ela. O objetivo é contrapor esta esperança positiva depositada em tal projeto de infraestrutura de transporte com a realidade do atual contexto no qual vive a região.

A hipótese da pesquisa teve como ponto de partida a verificação da participação do rompimento do relativo “isolamento” propiciado pela rodovia na expansão territorial da mineração ilegal de ouro em Madre de Dios (MdD). A tese está em constatar que, ao invés de evoluir do “desamparo” para a “esperança”, a região de Madre de Dios passou do contexto de “isolamento” para uma realidade aqui definida como “integração desgovernada” ou “desgovernança”.

A “integração desgovernada” de MdD está caracterizada pelas contradições e problemas que a definem enquanto região que pode ser comparada a “um outro estado dentro do Estado”. Trata-se de uma das regiões mais preservadas ambientalmente no mundo, com recordes de biodiversidade que valeram o título de capital da biodiversidade do Peru, porém, aproximadamente desde 2005, é palco de uma intensa “febre do ouro” que ocasiona as mais altas taxas de desflorestamento e contaminação do meio ambiente com o mercúrio que é utilizado para extrair o ouro. É o departamento com a menor população, mas ocupa o primeiro lugar entre as taxas de homicídios e de “trata de personas”¹ no país. Para completar, os últimos governantes eleitos para os principais cargos políticos do governo regional estão diretamente ligados a mineração ilegal e, ao invés de auxiliar na promoção de uma agenda nacional, promovem uma agenda contrária de enfrentamento e atuam de dentro do poder público para boicotar o processo de controle da mineração por parte do Estado.

Os altos índices de insegurança e violência estão diretamente ligados à nova presença de grupos armados que antigamente não existiam, mas que hoje em dia controlam os principais acampamentos da mineração ilegal que funcionam como entreposto comercial e logístico para os milhares de mineradores ilegais que invadem a Reserva Nacional de Tambopata, a partir da margem sul da rodovia. A famigerada zona de La Pampa, assim denominada devido a sua paisagem desflorestada que revela um grande campo aberto em

¹ A “trata de personas” é um crime abrangente, que envolve outros crimes, e pode ser resumidamente definido como o sequestro de pessoas com a finalidade de exploração laboral e/ou sexual em regimes de escravidão. (MUJICA, 2014)

meio à floresta primária amazônica, é o símbolo maior desta “desgovernança” e o local específico que pode ser propriamente reconhecido como uma parte do território peruano em relativo “estado de exceção” controlado pelo crime organizado. La Pampa consiste em um assentamento inicialmente improvisado por ondas migratórias de mineradores que chegaram na região no mesmo período em que foram iniciadas as obras da rodovia e que com o passar do tempo foi cada vez mais se expandindo ao longo do percurso desta. Ali, entre os quilômetros 105Km e 123Km da rodovia, já aconteceram confrontos e mortes entre policiais e estes grupos armados, além de vários casos de assaltos aos veículos e ônibus de passageiros que trafegavam por esta parte da rodovia.

As características de um “outro estado dentro do Estado” aqui se evidenciam pelo fato de que estes grupos criminosos formam o braço armado organizado próprio para defender a mineração ilegal contra novos invasores e contra a própria fiscalização por parte do Estado. Além disso, a “desgovernança” ganha uma expressão nítida quando estes grupos criminosos que se autodenominam “los guardianes de la trocha”, - pois ocupam a função de “guardar” ou “vigiar” as vias secundárias que dão acesso aos acampamentos da mineração ilegal e foram abertas logo a partir do trajeto principal estabelecido pela rodovia interoceânica -, por outro lado, são também “os assaltantes da rodovia interoceânica”.

Reconhecidamente, Madre de Dios é assumida como epicentro da mineração ilegal na Amazônia peruana e a situação evoluiu de tal maneira que é um dos principais problemas atuais para o Estado peruano, tanto pela questão ambiental como por este contexto de criminalidade. Depois de trinta anos sem uma visita oficial de Papa, em janeiro de 2018, o Papa Francisco visitou o Peru por três dias. Nesta curta passagem, dentre todas as regiões que poderiam ser escolhidas, o Papa escolheu dedicar o primeiro dia para visitar a capital de Madre de Dios, a cidade de Puerto Maldonado². A visita não teve uma motivação meramente comemorativa. Antes disso, a presença do Papa foi mais uma forma de prestigiar a luta em defesa dos povos nativos da região e defender a preservação ambiental como fundamento para a preservação da vida do ser humano, chamando a atenção para a gravidade da crise socioambiental que vive Madre de Dios e para as ligações entre a mineração ilegal de ouro e os crimes contra os direitos humanos que ali estão acontecendo em ritmo crescente. Nas palavras do Papa, em Puerto Maldonado, no dia 18 de janeiro de 2018, “La defensa de la tierra no tiene otra finalidad que no sea la defensa de la vida [...] Existe otra devastación de

² Segundo a assessoria do Vaticano, a escolha por esta cidade reflete a preocupação ambiental como uma prioridade adotada pela agenda atual do Papa e expressa pela encíclica papal “Laudato Sí” que versa sobre o assunto. Ver em: <http://www.elperuano.pe/noticia-presidente-visita-del-papa-francisco-sera-un-inmenso-exito-56868.aspx>

la vida que viene acarreada con esta contaminación ambiental propiciada por la minería ilegal. Me refiero a la trata de personas: la mano de obra esclava o el abuso sexual".³

Se antes da construção da rodovia interoceânica Madre de Dios sofria do “desamparo”, agora é notável que Madre de Dios está “doente”, e sua doença é a nova “febre do ouro”. Há pelo menos dez anos desde que se instalou em Madre de Dios, os sintomas da febril busca por ouro foram tomando conta da dinâmica socioeconômica e política da região e se espalhando pelo território, seguindo o trajeto e as áreas de influência da rodovia, e desacreditando a “esperança” no futuro.

Esta nova “febre do ouro” está relacionada cronologicamente a dois fatores principais que, apesar de independentes entre si, atuam em uma mesma direção como “catalisadores” na aceleração do processo de eclosão e persistência deste contexto:

- a) a inauguração do projeto e conclusão das obras de pavimentação e construção de inúmeras pontes que conformam a infraestrutura da rodovia interoceânica, cujo aperfeiçoamento logístico facilitou sobremaneira o acesso de mineradores e suas máquinas para o interior do território de MdD, consolidando a abertura de um caminho a partir de onde foram instalados novos assentamento e abertas as vias secundárias que dão acesso as novas áreas de mineração ilegal no meio da floresta e;
- b) as sucessivas valorizações do ouro no mercado mundial, especialmente no período pós-crise de 2008, quando este metal precioso passou a funcionar como uma reserva mais segura de valor (“safe haven”) frente à desvalorização do dólar (US\$) e passou atingiu preços recordes⁴, concomitantemente, aumentando sobremaneira a rentabilidade da atividade mineradora⁵, mesmo aquela praticada em menores escalas e em regiões distantes.

Especialmente na Amazônia, vale destacar que este não é um contexto inédito. Pelo contrário, de tempos em tempos, surge em determinada região do espaço amazônico uma nova “febre do ouro”, cuja conjuntura é marcada por características pontuais que configuram um intenso ciclo extrativista. (VEIGA, 2002) Primeiramente, está a descoberta do ouro, a

³ Declarações do Papa Francisco; ver em: <http://andina.pe/agencia/noticia-papa-francisco-afirma-que-mineria-ilegal-genera-esclavitud-y-violencia-sexual-696480.aspx>

⁴ Entre o final do ano de 2008 e fins de 2011, a valorização do ouro foi praticamente contínua e seu preço de negociação aumentou 100%, passando de 30 dólares o grama para atingir o recorde histórico de 60 dólares o grama. Fonte para consulta do preço do ouro: (GOLD, 2017)

⁵ Conforme estimativa da “Defensoría del Pueblo” do Peru, em reportagem do “El País”: “Los mineros trabajan 24 horas seguidas y descansan 12, en duras condiciones... Todo por un salario deslumbrante en Perú. “En una semana un minero gana unos 7.000 soles (2.180 euros), cuando el salario medio es de 2.000 soles al mes (625 euros)”, explica Enrique Muñoz, comisionado de la Defensoría del Pueblo.” (RELEA, 2012).

notícia se espalha e uma massa migratória de baixa classe social e baixas perspectivas de trabalho se aglomera e toma a posse de terras no meio da floresta, às vezes invadindo propriedades e terras indígenas ou reservas. Depois, o ouro acaba, emigração em massa, e o que é deixado para trás é “terra arrasada”, destruição da floresta, contaminação do solo e água.

Entre as últimas experiências deste tipo na Amazônia está a “febre do ouro” da década de 1980 em locais como “Serra Pelada” e a invasão de garimpeiros na terra indígena dos Yanomami, conforme os relatos do líder indígena Davi Kopenawa. Quando os “comedores de terra-floresta”⁶ ali chegaram, a Amazônia brasileira vivenciava os impactos dos projetos de infraestrutura e integração territorial da ditadura militar sob o mote de “integrar para não entregar”, entre eles a rodovia federal BR-210, cujo trajeto se estende até a entrada das terras Yanomami. (ALBERT, 1991)

Também de modo semelhante à experiência atual de Madre de Dios, neste mesmo período da década de 1980, o ouro passou por uma valorização vertiginosa no mercado mundial, em grande parte, devido aos acontecimentos que marcaram a crise capitalista mundial dos anos 1970 e levaram ao fim dos acordos de Bretton Woods e fim do padrão ouro-dólar (US\$ 35/Oz), culminando no recorde de US\$ 850/Oz, no ano de 1980. Nesta época, segundo Albert (1995, p.6), a “febre do ouro” fez da mineração atividade econômica dominante na Amazônia brasileira, representando um novo ciclo extrativista posterior ao *boom* da borracha, “ocupando cerca de meio milhão de garimpeiros e produzindo, em 1987, aproximadamente cento e vinte toneladas de ouro, colocando o Brasil em terceiro lugar na produção aurífera mundial”. (ALBERT, 1995)

De modo análogo, conforme dados levantados por pesquisas de monitoramentos via imagens de satélites e também obtidas através de fotografias de sobrevoos das áreas nos arredores da rodovia interoceânica em Madre de Dios, as taxas de devastação ambiental causada pela mineração aumentaram proporcionalmente no mesmo período referente ao início das obras da rodovia e ao ciclo de valorização do preço do ouro. De acordo com o primeiro mapeamento fornecido por Swenson (2011), cerca de seis mil e seiscentos hectares (6600 ha) haviam sido desflorestados entre os anos de 2003 e 2009. Em destaque, entre 2003 e 2006 a taxa havia sido de 292 ha/ano, enquanto entre 2006 e 2009, quando começaram a surgir novas zonas de garimpo, - como o rastro de onze quilômetros de devastação deixado pela mineração

⁶ Expressão da cosmologia Yanomami utilizada para caracterizar a mineração de ouro, extraída dos relatos do líder indígena Davi Kopenawa, presentes no texto de Bruce Albert. (ALBERT, 1995)

sobre a microbacia de Huacamayo⁷, - a taxa teve um aumento de mais de seis vezes, chegando a 1.915 ha/ano.

Notadamente, as novas áreas de devastação causadas pela mineração se localizavam mais para o interior do território de Madre de Dios. Neste sentido, vale destacar que desde meados do ano de 2005, a possibilidade de trafegar pelas antigas “*trochas carrozables*” de Madre de Dios havia aumentado consideravelmente, marcando também o período convencionalmente aceito como início da nova “febre do ouro”. Tal aumento quase imediato da acessibilidade se deve a denominada “cláusula 8.21” ou “*clausula de transitabilidad*” dos contratos de concessão das rodovias do CVIS que, como condição prévia para oficializar o início do contrato de concessão pelo período de 25 anos, esta cláusula obrigava às empresas concessionárias da rodovia a manter um nível de trafegabilidade satisfatório por todo o trajeto onde viria a ser implementada a rodovia. De certo modo, este aperfeiçoamento logístico inicial era também necessário para realização dos estudos prévios para o início da realização deste projeto de infraestrutura e para levar as máquinas e os próprios trabalhadores até os locais das obras.⁸

Por sua vez, um novo mapeamento realizado por Asner (2013), calcula que no período entre os anos de 1999 e 2012, o aumento da devastação causado pela mineração em MdD foi de 400%, passando de 10 mil hectares para mais de 50 mil hectares. O estudo também calcula que o aumento da taxa anual média de devastação triplicou de 2.166 ha/ano até o ano de 2008, para uma taxa média de 6.145 ha/ano entre o período 2008 -2012. Assim, estes novos dados reforçam o vínculo temporal entre a expansão da atividade mineradora em MdD e o aumento vertiginoso da demanda internacional e valorização do preço do ouro no período pós-crise de 2008. Ainda, de acordo com os dados de Valencia (2014, p.64), a devastação de novas áreas de mineração, abertas logo às margens do trajeto estabelecido pela rodovia e vinculadas ao famigerado assentamento de “La Pampa”, apesar de terem surgido apenas a partir do ano de 2006, já representavam, no ano de 2012, uma área superior à toda a devastação sofrida por MdD em todo seu passado. Conforme os dados mais recentes, atualmente, segundo o projeto *Monitoring the Andean Amazon Project (MAAP)*, a devastação

⁷ A devastação causada pela mineração nestas novas áreas de garimpo pode ser vista através do serviço de mapeamento online do *Google Maps*, nas seguintes coordenadas: <https://www.google.com.br/maps/@-12.8609937,-70.0136858,13z>

⁸ Cláusulas 8.21. Contratos de concessão disponibilizados pelo Ministerio de Transportes y Comunicaciones (MTC). Especificamente esta informação está disponível em: <https://www.mtc.gob.pe/portal/home/concesiones/contratos/IIRSA%20SUR%20T2/ADENDA%202%20IIRSA%20SUR%20T2.pdf>

causada pela mineração de ouro em Mdd alcançou cerca de 62,5 mil hectares no ano de 2016. (FINER; OLEXY; NOVOA, 2017)

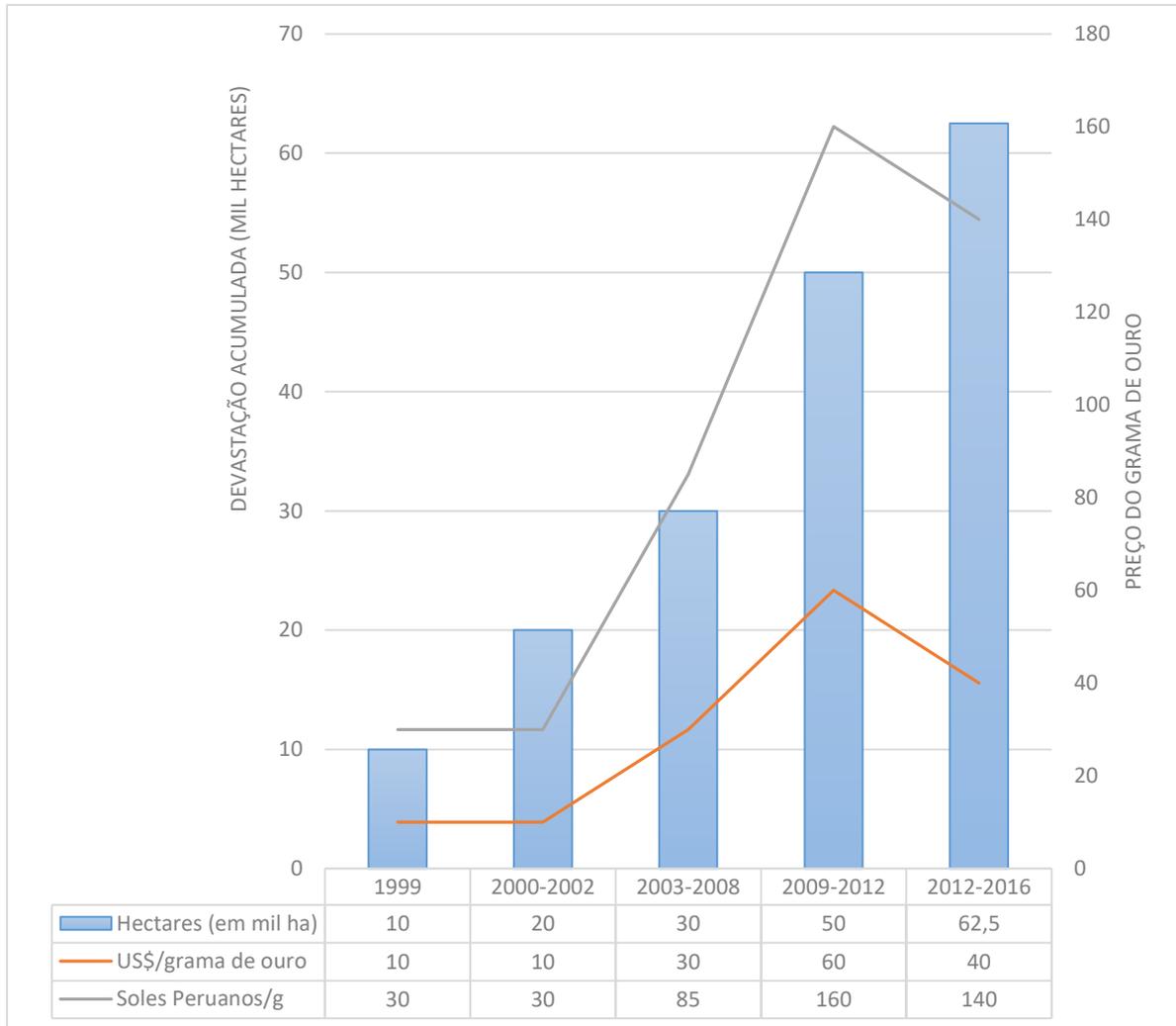
Neste ínterim, a demanda por ouro no mercado mundial começou a passar por um período de aumentos consecutivos que durou aproximadamente de 2003 a 2012, fazendo com que a cotação do metal alcançasse preços recordes, especialmente no período pós-crise de 2008, quando o ouro passou a ser visto pelos grandes investidores do mercado como uma melhor reserva de valor (*safe haven*) frente a desvalorização do dólar norte-americano, por sua vez, provocada pela crise e induzida pela estratégia adotada pelo Federal Reserve (FED) concernente às “rodadas de Quantitative Easing” (QE) para injetar crédito nos bancos norte-americanos⁹. Neste período, o grama de ouro passou da cotação¹⁰ de US\$ 10 para o recorde histórico de US\$ 60, funcionando como um fator exógeno que possuiu uma influência definitiva para atrair a migração em massa na busca febril pelo ouro de Mdd.

Nos Gráfico 1 e 2, expostos abaixo, foram reunidas estas últimas informações e pode se notar o aumento proporcional entre o aumento do preço do ouro no mercado mundial e o aumento das taxas de devastação ambiental causada pela mineração de ouro no departamento de Madre de Dios.

⁹ Nota explicativa: De fato, em um momento imediato, a cotação do ouro no mercado mundial, assim como o preço da maiorias das commodities que experimentavam um ciclo de valorização, referente ao período que convencionou-se denominar “*boom das commodities*”, sofreram uma desvalorização com o anúncio dos eventos que abalaram a economia norte-americana e inauguraram o período da última crise capitalista mundial. No entanto, já em 2009, enquanto as demais commodities também demonstravam uma tendência à revalorização, a desvalorização da principal moeda de troca internacional, o dólar norte americano, gerou um aumento na demanda que já fazia com que o ouro superasse seus valores pré-crise e retomasse o ciclo de valorizações consecutivas que durou até o ano de 2012. (OXFORD ECONOMICS, 2011)

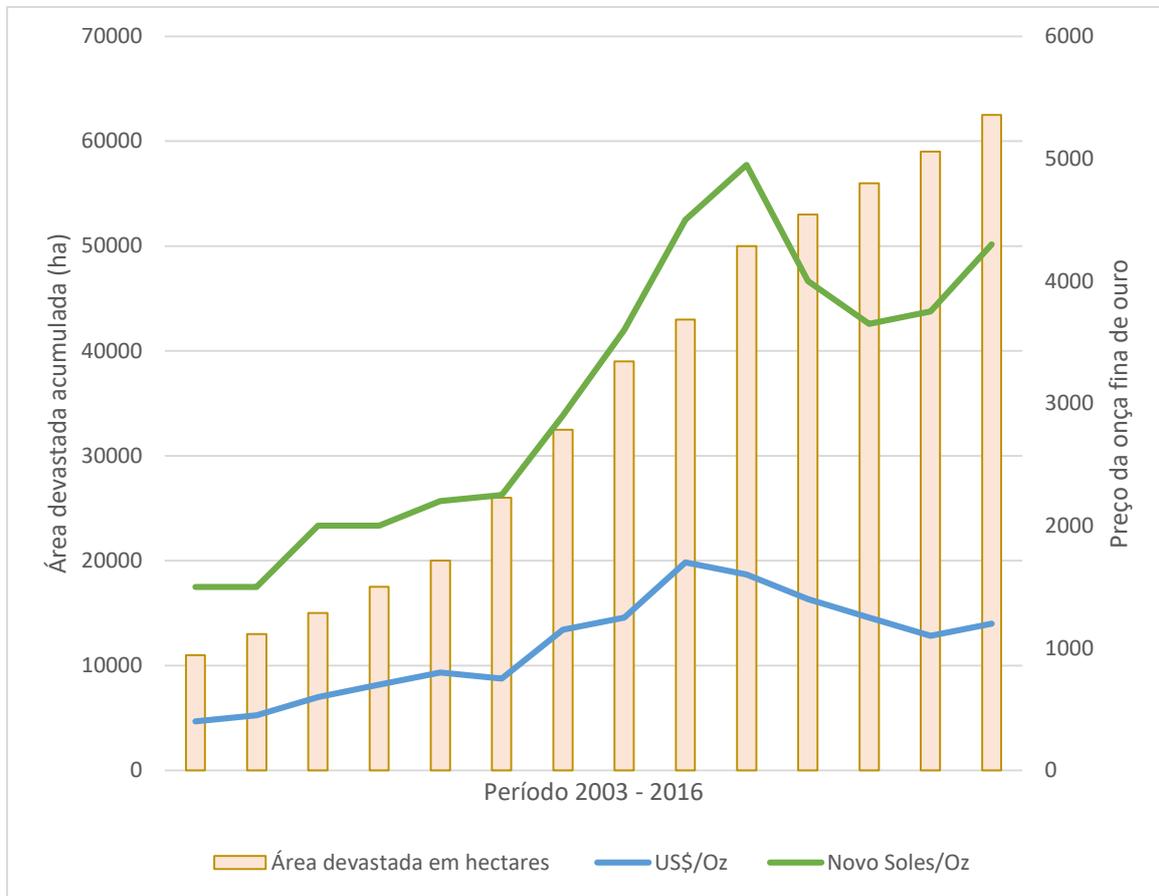
¹⁰ Fonte para consulta do preço do ouro, National Association of Securities Dealers Automated Quotations (NASDAQ). Ver em: <http://www.nasdaq.com/markets/gold.aspx>

Gráfico 1 - Comparação entre o aumento da devastação causada pela mineração em Madre de Dios e o aumento do preço do ouro no mercado mundial: em taxas médias de devastação por períodos entre 1999 e 2016, e valores em US\$/grama e Novo Soles/grama.



Fonte: Elaborado pelo autor, com valores aproximados do preço do ouro referente ao último ano do período, extraídos da Organização “Goldprice” (<https://goldprice.org>), e dados referentes a devastação ambiental extraídos do Projeto MAAP (<http://maaproject.org>) e de Asner et al. (2013).

Gráfico 2 - Comparação entre o aumento da devastação causada pela mineração em Madre de Dios e o aumento do preço do ouro no mercado mundial: devastação ano a ano e valores em US\$/Oz ou Novo Soles/Oz, período 2003 – 2016.



Fonte: elaborado pelo autor. Valores aproximados da média anual do preço do ouro, extraídos da Organização “Goldprice” (<https://goldprice.org>) e da NASDAQ (<http://www.nasdaq.com/markets/gold.aspx>). Dados referentes às taxas anuais de devastação ambiental ocasionadas pela mineração, extraídos do artigo de Asner et al. (2013) e do Projeto MAAP (<http://maaproject.com>)

Entre algumas características pontuais, a mineração de ouro em Madre de Dios invade áreas destinadas a preservação ambiental e supostamente protegidas pelo Estado, como a Reserva Nacional de Tambopata, e territórios indígenas, como a Reserva Comunal Amarakaeri, além de propriedades privadas, como concessões de ecoturismo e agroflorestamento ao longo da rodovia interoceânica. Aproveitando-se de uma relativa ausência do poder de controle do Estado, toda a mineração em MdD é praticada de modo informal ou ilegal, o que significa que não contribui com os devidos impostos e não cumpre com nenhuma legislação ambiental ou trabalhista, podendo assim, auferir lucros ainda maiores a partir de uma exploração completamente “irresponsável”.

Não se trata de uma atividade praticada por empresas formais, mas sim por milhares de trabalhadores pobres que chegam para trabalhar informalmente para patrões mineradores

ou como são conhecidos “*dirigentes mineros*” que detêm os meios de produção como equipamentos e a posse das terras. Ali, como em muitas outras regiões relativamente isoladas da Amazônia, a ineficiência do Estado favoreceu a formação de uma economia de “capitalismo selvagem” na qual as relações informais entre empregado e patrão se baseiam maiormente na violência coercitiva. Para se ter uma noção da dimensão econômica, estudos apontam que a mineração ilegal de ouro no Peru movimentava valores que atualmente superam as quantias movimentadas pelo narcotráfico no país, além de estar ligada a várias outras atividades ilegais, como o trabalho forçado, o aliciamento de menores de idade para a prostituição, o contrabando internacional de ouro, corrupção e a lavagem de dinheiro.

Como será abordado no primeiro capítulo, a construção de infraestruturas modernas em espaços outrora isolados da floresta amazônica, ao facilitar maiores empreendimentos do capital e de seus processos de acumulação voltados para atender às demandas do mercado mundial, acaba ocasionando processos exemplares para a abordagem dos primeiros momentos de violência explícita referentes ao processo de uma nova “produção capitalista de espaços” através de um tipo de acumulação de capital que Marx define como “acumulação primitiva” e David Harvey atualiza como “acumulação por espoliação”. Entre outros aspectos, argumenta-se que a realidade de Madre de Dios se enquadra neste processo que se baseia na espoliação de recursos naturais, passando pela mais crua exploração da força de trabalho.

Assim, em primeiro lugar através de uma releitura teórico-conceitual, a pesquisa desenvolve uma compreensão sobre a transformação no espaço de Madre de Dios ao longo destes últimos anos e suas relações com o sistema internacional capitalista contemporâneo. Conforme esta abordagem, a pesquisa busca então comprovar a continuidade do processo de “acumulação primitiva” enquadrando como exemplo a rodovia interoceânica e a relação de seus primeiros impactos com o processo de “aniquilamento do espaço pelo tempo” de acordo com a teoria marxiana sobre o capital.

No mapa da América do Sul, especialmente nestas áreas de fronteira entre os países que compartilham a Amazônia, a histórica ausência de uma malha rodoviária que facilite o acesso e a ligação terrestre favoreceu à predominância da paisagem de floresta sobre o desenvolvimento de atividades econômicas, conseqüentemente servindo de melhor ambiente ou “refúgio” para os modos de vida de povos nativos amazônicos. Porém, como será tratado no capítulo segundo, a partir da construção de “eixos” transfronteiriços, o planejamento territorial da IIRSA visa justamente a superação desta lacuna de infraestrutura nestas áreas.

Já no capítulo terceiro trata-se especialmente do mais emblemático dos projetos concluídos da IIRSA, que foram as obras das rodovias “interoceânicas” que compõe o

corredor rodoviário interoceânico denominado CVIS. Este caráter emblemático reside no fato de que as rodovias foram o maior e mais caro projeto já concluído da IIRSA. Especialmente o trecho de rodovia que cruza por Madre de Dios foi responsável por concretizar o exemplo da visão de planejamento estratégico regional de integração de infraestrutura proposta pela IIRSA. Apesar de estar no meio da Amazônia e, portanto, distante milhares de quilômetros dos oceanos, a rodovia interoceânica de Madre de Dios foi assim denominada porque era a “parte que faltava” para complementar uma malha rodoviária que cruza o continente e chega até ambos os oceanos que banham a América do Sul. Esta é também a primeira rodovia estabelecida neste departamento amazônico localizado em uma área relativamente isolada do território peruano e o único caminho pavimentado de conexão terrestre que liga os territórios nacionais de Peru e Brasil.

Atualmente, estes projetos de infraestrutura são o epicentro de investigações da operação “Lava Jato” no Peru, homônima àquela deflagrada no Brasil, que trata de casos de superfaturamento, crimes de corrupção e lavagem de dinheiro. Os casos envolvem diretamente as empresas brasileiras, como a Odebrecht S.A., e os últimos presidentes peruanos, inclusive o atual presidente Pedro Pablo Kuczynski, que era ministro de economia e finanças na época de assinatura dos contratos de concessão durante o governo do presidente Alejandro Toledo. Este último, acusado de receber cerca de US\$ 20 milhões da Odebrecht S.A. em troca de favorecimento nos contratos de concessão da rodovia interoceânica.

No capítulo final, entra a discussão mais detalhada sobre a mineração ilegal de ouro em Madre de Dios. A partir deste estudo, a pesquisa trabalha com a argumentação de que o processo de “acumulação por espoliação”, além dos aspectos identificados pelo arcabouço teórico sugerido por David Harvey, atua também como processo limitador da capacidade de “governança” do Estado em países em desenvolvimento. Ao demonstrar que a “corrida do ouro” gerou uma “corrida pela governança” por parte do Estado peruano e que até o momento o poder da mineração ilegal é mais eficiente do que a atuação do Estado no combate frontal a esta atividade em Madre de Dios, o trabalho assume a perspectiva de que, ao que tudo indica o Estado não vai conseguir controlar a mineração ilegal ao longo do percurso da rodovia, tendo em vista que grande parte desta área já está devastada pela mineração ilegal e que a ocupação de acampamentos de mineradores nesta área, como La Pampa, seguem funcionando apesar das seguidas intervenções militares. Neste sentido, o trabalho também aponta que a construção da “governança” em Madre de Dios, enquanto um processo horizontal de construção da governabilidade através de um diálogo entre Estado e sociedade civil, dificilmente será realizado sem contar com a representação dos mineradores hoje

considerados ilegais, vide a evolução da mineração como atual principal atividade econômica e a evolução do poder local que este segmento vem demonstrando dentro da sociedade de Madre de Dios.

Não obstante, como também exposto na última parte da tese, no caso de Madre de Dios, quanto mais estas tentativas de controle por parte do Estado procuraram intervir para erradicar a mineração ilegal, mais exacerbado revelou-se o contexto de “desgovernança”. Desde o começo da nova “febre do ouro” a situação só piorou. De acordo com os últimos registros, referentes ao ano de 2016, Madre de Dios registrou uma estimativa de produção aurífera recorde, de aproximadamente 16 mil quilogramas, sem que nenhum minerador esteja formalizado. Em 2017, foi também registrada a mais alta taxa de devastação ambiental, mais de 20 mil hectares em um só ano, distribuídos entre mineração de ouro, agropecuária e abertura de estradas secundárias.

1. Abordagem Teórica: “Acumulação Primitiva” e “Produção Capitalista de Espaço” na Amazônia.

Existem espaços no mundo onde o capital ainda está por conquistar e se instalar plenamente. Um grande exemplo disto é a floresta Amazônica, tanto pela magnitude de sua preservação ambiental, como por toda a riqueza natural que esta conserva em vastas áreas ainda inexploradas pelo modo de produção capitalista. Mesmo passados mais de 500 anos de colonização do Novo Mundo, na Amazônia remanescem espaços de “mata virgem”¹¹ e refúgios de povos nativos livres (em isolamento voluntário), com muito pouco ou nenhum contato direto com o sistema capitalista. Assim, estes espaços e sociedades são como fronteiras para a acumulação de capital e, de certo modo, o fenômeno da globalização enquanto movimento de “mundialização do sistema capitalista” representa a pressão que o capital exerce sobre estas fronteiras. (SANTOS, 2000; CHESNAIS, 1996)

Uma das formas de o capital conquistar estes espaços e dominar estes povos começa primeiramente de acordo com aquilo que Karl Marx denomina de “a então chamada acumulação primitiva”. Como veremos ao longo desta primeira parte de abordagem teórica da tese, entre outros aspectos, como a “violência extra-econômica”, o “segredo” deste tipo de acumulação de capital, segundo Marx, se resume na “expropriação” ou “separação” entre o

¹¹ Recentemente, esta expressão de “mata virgem” está sendo cientificamente contestada por um estudo publicado pela revista *Science* que aponta que, mesmo em áreas de floresta primária, haveriam fortes indícios da “domesticação de plantas” realizada a milhares de anos por povos nativos amazônicos, antes mesmo da colonização europeia. (LEVIS et al, 2017)

indivíduo e suas capacidades próprias de produção. Ao procurar aprofundar este tema, Rosa Luxemburg (2003) é uma das primeiras a apontar que este processo do capital trata especialmente da acumulação de capital sobre espaços e sobre sociedades que podem ser qualificadas como “pré-capitalistas”.

Em grande medida, os modos de produção dos povos indígenas amazônicos se diferenciam do modo capitalista de produção por serem basicamente sistemas produtivos de “subsistência” e não de “acumulação”, sendo assim, considerados como uma barreira local para a expansão do mercado mundial capitalista. Assim, a “separação” entre estes “povos da floresta” e seus modos de produção independentes é caracterizado por movimentos de resistência e pela violência que marca a espoliação das riquezas naturais, os conflitos pela posse das terras, a expulsão forçada ou escravização, e a destruição da própria floresta, que representa as condições materiais e o espaço no qual estes povos se adaptaram e desenvolveram seus seculares modos de vida.

Dentro de uma lógica capitalista, para o capital alcançar as riquezas naturais da floresta e transformá-las em recursos naturais para a sustentação do modo capitalista de produção, são antes necessárias infraestruturas, como rodovias, ferrovias, pontes e portos, que facilitam e asseguram o acesso e reduzem o custo do tempo de viagem. Estas infraestruturas representam a fixação do capital no solo para promover a adaptação do espaço e torná-lo mais eficiente para a expansão geográfica da acumulação e circulação do próprio capital e dos trabalhadores. Na medida em que expressões como “tempo é dinheiro”, - apesar de certas vicissitudes geradas pelo próprio sistema capitalista, como filas e engarrafamentos que, de certo modo, acarretam em um “desperdício de tempo” -, procuram ditar grande parte do cotidiano dos trabalhadores e são também assumidas como um referencial para a competitividade do transporte e intercâmbio comercial entre países, a apropriação do espaço pelo capital resulta em processos que Marx denomina como “destruição do espaço pelo tempo” ou, conforme expressão do geógrafo David Harvey (2006), “ajustes espaço-temporais”. Neste sentido, destacam-se as seguintes palavras de Marx (1858, p.721), utilizadas também por David Harvey como ponto de partida para o autor formular suas considerações acerca dos aspectos geográficos do capital;

enquanto o capital, por um lado, tem de se empenhar para **derrubar toda barreira local do intercâmbio**, i.e., da troca, para conquistar toda a Terra como seu mercado, por outro, empenha-se para **destruir o espaço por meio do tempo**; i.e., para reduzir a um mínimo o tempo que custa o movimento de um local a outro. Quanto mais desenvolvido o capital, quanto mais distendido, portanto, o mercado em que circula, tanto mais ele se empenha

simultaneamente para uma maior expansão espacial do mercado e para uma maior destruição do espaço pelo tempo. (MARX, 1858, p.721, grifos nosso).

Na Amazônia, onde alguns espaços de florestas ainda são predominantes, é facilmente visível como a abertura de estradas faz parte deste processo de “destruição do espaço pelo tempo” e representa uma fase pioneira de maior apropriação do espaço de floresta pelo capital, gerando uma imediata aceleração da devastação ambiental concentrada logo às margens destas estradas. Na Amazônia brasileira este padrão é evidente, conforme estudos apontam que cerca de 90% da devastação ambiental desta região concentra-se em uma faixa de 100 quilômetros ao redor do percurso das principais estradas abertas em meio à floresta. (ALVES, 2001, p.262).

A partir do lançamento da iniciativa de “Integração de Infraestrutura Regional da América do Sul” (IIRSA), no ano de 2000, ganhou impulso uma nova fase da “produção capitalista de espaço” na Amazônia. De acordo com uma perspectiva “geoeconômica”, orientada por princípios neoliberais, como o “regionalismo aberto”, basicamente, a iniciativa visa à edificação de corredores transnacionais conectados por infraestruturas de transporte, comunicação e energia, denominados “Eixos de Integração e Desenvolvimento” (EIDs). Estes “eixos” representariam os caminhos mais bem avaliados para a instalação de infraestruturas modernas e superação de “obstáculos geográficos” que historicamente dificultaram o transporte de mercadorias pela América do Sul, como a Cordilheira dos Andes e a floresta Amazônia.

Com o intuito de conectar os territórios nacionais e tornar mais fluido o espaço da América do Sul para a livre circulação do capital, os megaprojetos de infraestrutura e o modelo de ordenamento espacial proposto pela IIRSA preveem a construção das condições materiais necessárias à uma nova fase do avanço do modo de produção capitalista para rincões praticamente inexplorados pelo capital nas áreas de fronteira da Amazônia.

Atualmente, o território do departamento de MdD representa uma das regiões de maior concentração de biodiversidade no nosso planeta, sendo território de mais de 30 comunidades nativas e composta por grandes áreas de reservas naturais andino-amazônicas que fazem parte do Corredor de Conservação Andino Amazônico Vilcabamba-Amboró¹². Além disto, algumas partes de MdD são também áreas de trânsito e refúgio para os

¹² Este corredor se estende pela faixa de transição andino-amazônica tropical entre Peru e Bolívia e é formado por inúmeras reservas territoriais, como parques e reservas nacionais e terras indígenas e comunais. Entre outras qualidades, devido à grande quantidade de vida e de carbono presente em suas florestas e sua importante participação no processo natural de diminuição de dióxido de carbono na atmosfera, a preservação destas áreas são reconhecidas internacionalmente como um “hotspot” para a diminuição do aquecimento global.

denominados “povos nativos em isolamento voluntário”, como os *Mashco Piro*. Segundo a Federación Nativa del Rio Madre de Dios y Afluentes (*FENAMAD*), organização regional que representa as comunidades nativas madrediosinas, sobre a situação destes povos:

Son aquellos pueblos o parte de estos que han optado por no establecer relaciones con el resto de la sociedad por motivos de seguridad, en vista que han sobrevivido a experiencias traumáticas como epidemias, esclavitud y matanzas durante la época de la explotación del caucho en la Amazonía. Los pueblos aislados viven en bosques tropicales y/o zonas de difícil acceso no transitadas, lugares que muy a menudo cuentan con grandes recursos naturales. Para estos pueblos el aislamiento no ha sido una opción voluntaria sino una estrategia de supervivencia.¹³

Ao longo da última década, esta parte do território amazônico está sofrendo um intenso processo de aceleração da devastação ambiental e uma série de transformações sociais, econômicas e políticas, causadas principalmente pelo avanço da mineração ilegal/informal de ouro e por um intenso fluxo migratório de pessoas de outras regiões que são atraídas pela maior acessibilidade gerada pela rodovia e pela grande oferta de trabalho e renda gerados por esta atividade extrativa que se tornou altamente rentável em consequência do ciclo de valorização do ouro nos últimos anos.

Doravante, visando situar o atual contexto de Madre de Dios em uma perspectiva maiormente marxiana e marxista, primeiramente a tese sugere uma releitura sobre o conceito de “acumulação primitiva”, aprofundando a análise de suas origens no pensamento de Karl Marx e destacando as abordagens de autores marxistas que ajudam a identificar o caráter contínuo desta forma de acumulação de capital e seu aspecto geográfico. Em seguida, são destacados alguns elementos que reforçam este aspecto geográfico da “produção capitalista de espaço” e formam a ideia de “acumulação por espoliação”, sugerida por David Harvey, como uma atualização do conceito de “acumulação primitiva”.

Embora um estudo de caso, a destruição ambiental de Madre de Dios causada pela mineração ilegal de ouro está relacionada a escala global das transformações do mundo capitalista e aos efeitos diretos da última crise mundial capitalista do ano de 2008. De tal modo, existem semelhanças com episódios anteriores de “febre do ouro”, tanto na Amazônia como em outras partes do mundo¹⁴. Assim, a escolha por esta abordagem teórico-conceitual visa analisar a relação espaço-temporal entre a “febre do ouro” em Madre de Dios com a

¹³ Para maiores informações, favor consultar o endereço eletrônico da FENAMAD, ver em: <http://www.fenamad.org.pe/piav/pueblos-indigenas-en-aislamiento/>

¹⁴ Por exemplo, o já anteriormente citado caso no Brasil de invasão de garimpeiros nas terras Yanomami, na década de 1980, quando o ouro experimentou outro ciclo vertiginoso de valorização devido ao período de crise capitalista marcado pelo fim do padrão ouro-dólar, e quando a ditadura militar promoveu a maior ocupação e a abertura de estradas na Amazônia, sob o mote de cunho geopolítico de “integrar para não entregar”, o ouro acabou se transformando no principal produto extraído da Amazônia brasileira. (ALBERT, 1995)

rodovia interoceânica e o aumento do preço do ouro, não como uma mera coincidência, mas como fatores “catalisadores” de uma relação capitalista sistêmica e um processo próprio da chegada do capital na Amazônia.

1.1. Releitura teórica do conceito de “Acumulação Primitiva”.

Karl Marx em sua principal obra, “O Capital”, apresenta uma tipificação sobre o conceito da acumulação de capital, dedicando um capítulo específico àquela que o autor denomina de “A assim chamada acumulação primitiva.”, no capítulo XXIV, do Livro Primeiro, Tomo 2. (MARX, 1996, p.339-381) Como em Marx, análises de autores marxistas tradicionais utilizaram desta tipificação para identificar na “acumulação primitiva” a ideia de um processo histórico que deu origem às bases fundamentais do modo de produção capitalista. Outras análises procuraram explorar as características desta ideia marxiana para aprofundar um debate que visa atualizar esta tipificação e discutir as formas assumidas pelo processo contemporâneo de acumulação de capital.

O desenvolvimento de tal debate se deve, em partes, ao entendimento de que, na própria obra de Marx, esta tipificação aparece em formatos variados e possibilita diferentes formas de abordagem. A seguir, apresenta-se algumas destas formas de abordagem de autores marxistas, além da análise sobre o capítulo específico do próprio Marx.

1.1.1 O conceito de “Acumulação Primitiva” em Marx: a produção da “separação” entre trabalhador e meios de produção.

Sendo o capitalismo um modo de produção desenvolvido pelo homem, ele certamente tem uma origem, uma história de nascimento. Neste sentido, a “acumulação primitiva” pode ser entendida como uma pré-acumulação de capital investida no sistema de produção, noção esta que aparece, em outras palavras, pela primeira vez na obra de Adam Smith, quando se refere a “acumulação prévia” ou, “acumulação de estoque”, como um processo necessário e anterior à divisão do trabalho. (SMITH, 1996, p.285) Em certa medida, Marx assume a noção sobre este tipo de acumulação em sentido semelhante ao de Smith, quando afirma ser esta “precedente à acumulação capitalista, uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas sim seu ponto de partida.” (MARX, 1996, p.339).

Entretanto, em sua obra, Marx aborda esta noção sobre o que denomina de “o segredo da assim chamada acumulação primitiva”, diferenciando-se pelo tratamento do

conceito de capital enquanto relação de classes ao invés da noção de capital como simples “estoque” ou “dinheiro”, como o faz Adam Smith. Neste sentido, o autor resume a denominada “acumulação primitiva” à “nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção” da seguinte forma:

A relação-capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista se apoie sobre seus próprios pés, não apenas conserva aquela separação, mas a reproduz em escala sempre crescente. Portanto, o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação do trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como “primitivo” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde. (MARX, 1996, p.340)

Reside também nesta separação a condição fundamental para a teoria de “reificação” de Marx conforme aponta para a “coisificação” da força de trabalho vivo da classe trabalhadora, transformando o sujeito trabalhador em objeto dentre outros objetos empregados no modo de produção. Assim, “depois que todos seus meios de produção e todas suas garantias de existência foram roubadas”, aos sujeitos da classe trabalhadora resta apenas a capacidade de trabalho como único meio de produção “inseparável” e, assim, os homens se tornam “vendedores de si mesmos”. (MARX, 1996, p.341) Nestas condições, a partir dos processos de “acumulação primitiva” a capacidade produtiva do homem, apesar de inseparável, pode então ser “alienada” e mensurada em termos de trabalho assalariado. Nas palavras de Marx:

O que faz época na história da acumulação primitiva são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação; sobretudo, porém, todos os momentos em que grandes massas humanas são arrancadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários livres como os pássaros[...] Trabalhadores livres no duplo sentido, porque não pertencem diretamente aos meios de produção, como os escravos, os servos etc., nem os meios de produção lhes pertencem, como, por exemplo, o camponês economicamente autônomo etc., estando, pelo contrário, livres, soltos e desprovidos deles. (MARX, 1996, p.340-342)

Segundo Angellis (1999, p.7), em Marx, a ideia de “separação” se aplica tanto ao processo de “acumulação primitiva” como a “acumulação de capital” propriamente dita, porém, com algumas distinções relativas ao processo histórico. Uma delas é que a “acumulação primitiva” deve ser vista como a base histórica e não como o resultado do modo

de produção capitalista, ou seja, “um implica a produção da separação, enquanto o outro, implica a reprodução da separação em escala ampliada.” (ANGELLIS, 1999, p.9)

O caráter de originalidade desta primeira “produção da separação” está também nas condições e circunstâncias do próprio contexto primitivo de sua ocorrência. É neste sentido que Marx alude a “acumulação primitiva” como o “pecado original” da economia política. Assim como Adão e Eva condenaram a humanidade ao cometer o pecado original, uma vez que a “acumulação primitiva” origina a separação entre trabalhadores e meios de produção, o sistema econômico está também condenado às leis do capitalismo e o capital passa a criar suas próprias condições de existência, reproduzindo, expandindo e intensificando esta “separação”. Segundo Marx (1996, p.339),

Essa acumulação primitiva desempenha na Economia Política um papel análogo ao pecado original na Teologia. Adão mordeu a maçã e, com isso, o pecado sobreveio à humanidade. Explica-se sua origem contando-a como anedota ocorrida no passado. Em tempos muito remotos, havia, por um lado, uma elite laboriosa, inteligente e sobretudo parcimoniosa, e, por outro, vagabundos dissipando tudo o que tinham e mais ainda. A lenda do pecado original teológico conta-nos, contudo, como o homem foi condenado a comer seu pão com o suor de seu rosto; a história do pecado original econômico, no entanto, nos revela por que há gente que não tem necessidade disso. Tanto faz. Assim se explica que os primeiros acumularam riquezas e os últimos, finalmente, nada tinham para vender senão sua própria pele. E desse pecado original data a pobreza da grande massa que até agora, apesar de todo seu trabalho, nada possui para vender senão a si mesma, e a riqueza dos poucos, que cresce continuamente, embora há muito tenham parado de trabalhar. (MARX, 1996)

Dentre estas circunstâncias e condições que formam o cenário da “acumulação primitiva”, Marx indica que a primeira produção da “separação” implica uma “violência extra-econômica” ou forças sociais externas às “puras” leis econômicas. Assim, para Marx (1996, p.359), enquanto na “acumulação de capital” a reprodução da separação se assenta sobre “a muda coação das condições econômicas [que] selam o domínio do capitalista sobre o trabalhador”, no caso da “acumulação primitiva” a separação é primariamente “imposta” através de “forças diretas extra-econômicas”, caracterizada por um processo social de maior violência ou, uma face da acumulação de capital onde a “produção” da “separação” revela-se explícita como uma história de expropriação “inscrita nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo”, (MARX, 1996, p.340). Por fim, nas últimas palavras de Marx neste capítulo de sua obra principal sobre “O Capital”;

então o capital nasce escorrendo por todos os poros sangue e sujeira da cabeça aos pés. [...] a expropriação da grande massa da população de sua base fundiária, de seus meios de subsistência e instrumentos de trabalho, essa terrível e difícil expropriação da massa do povo constitui a pré-história

do capital. Ela compreende uma série de métodos violentos, dos quais passamos em revista apenas aqueles que fizeram época como métodos de acumulação primitiva do capital. A expropriação dos produtores diretos é realizada com o mais implacável vandalismo e sob o impulso das paixões mais sujas, mais infames e mais mesquinhamente odiosas. (MARX, 1996, p.379-380)

1.1.2 O caráter contínuo da acumulação primitiva sobre espaços e sociedades “pré-capitalistas”.

Na obra de Marx, o conceito de acumulação primitiva é apresentado de forma mais breve e limitada e, portanto, não ocupa um lugar com a mesma importância do conceito de acumulação de capital, que aparece ao longo de toda obra como uma peça-chave para o entendimento das contradições do sistema capitalista. Na interpretação de Perelman (2000, p.30), trata-se de uma escolha estratégica feita por Marx para não desviar o leitor do que ele queria transmitir como a essência do capital. Para o autor, no pensamento de Marx:

he was convinced that allegedly impartial market forces produced more cruelty than the crude and arbitrary methods of primitive accumulation. To emphasize primitive accumulation would have undermined Marx's critique of capitalism. Marx would not have wished his readers to believe that measures to eliminate “unjust” instances of primitive accumulation might suffice to bring about a good society. [...] On the contrary, Marx insisted that the law of supply and demand, not primitive accumulation, was responsible for the better part of the horrible conditions that the working class experienced. (PERELMAN, 2000, p.30)

Esta menor importância dada ao conceito de “acumulação primitiva” permitiu a autores marxistas o desenvolvimento de novas interpretações a partir do pensamento marxiano e suas definições. Dentre estes, Rosa Luxemburgo em sua obra, “A Acumulação de Capital”, procura aprofundar o conceito de “acumulação”, fornecendo uma primeira interpretação sobre o “caráter contínuo da acumulação primitiva”. Para a autora, assim como em Marx, “a emancipação da força de trabalho destas condições sociais primitivas e sua absorção pelo sistema assalariado capitalista é uma base histórica indispensável do capitalismo” (LUXEMBURG, 2003, p.343). Porém, apesar de reconhecer em Marx a reafirmação da exclusividade e universalidade da dominação do modo de produção capitalista, segundo Luxemburg (2003, p.348), a existência e desenvolvimento do capitalismo, mesmo em sua maturidade plena, depende de um ambiente onde existam também espaços com modos de produção “não-capitalistas”, “onde o capital pode encontrar um

mercado para o seu excedente, uma fonte de fornecimento para seus meios de produção e uma reserva de força de trabalho para seu sistema de trabalho assalariado.”

Assim, conforme a autora, existem dois aspectos diferentes da acumulação. Um concerne o mercado de commodities onde a acumulação produz a mais-valia através de um processo puramente econômico de transação entre o capitalista e o trabalhador assalariado. Neste processo, a paz, propriedade e igualdade prevalecem a qualquer custo dentro dos limites do mercado e é necessário uma dialética aguçada na análise científica para expor como o direito à propriedade se transforma em apropriação da propriedade de outros, como o intercâmbio comercial atua na exploração, e como a igualdade se torna luta de classes. O outro aspecto da acumulação diz respeito às relações entre capitalismo e modos de produção não-capitalistas, visíveis especialmente no palco internacional sob o formato de políticas coloniais, guerras e um sistema de empréstimo baseado em políticas de interesse. Segundo a autora, neste aspecto da acumulação identificado com a noção de “acumulação primitiva”, a força, fraude, opressão e a pilhagem são explícitos, sem nenhuma tentativa de dissimulação, sendo então necessário um esforço científico inverso ao primeiro aspecto, voltado para descobrir como se inserem as duras leis capitalistas do processo econômico dentro deste emaranhado de violência e disputa por poder. (LUXEMBURG, 2003, p.342).

Neste sentido, a autora assume que uma parte do planeta ainda se encontra nas mãos destas sociedades com modos de produção “não-capitalistas”. Além disso, a autora defende inclusive que o capital depende da existência destas sociedades, onde as “condições primitivas permitem medidas bem mais duras do que aquelas que seriam toleradas sob condições sociais puramente capitalistas.” (LUXEMBURG, 2003, p.346) Assim, Luxemburg (2003, p.350) destaca que no final da Idade Média, quando a história do capitalismo começou na Europa, a acumulação primitiva sob a forma de expropriação de camponeses foi a arma mais arrebatadora na transformação dos meios de produção e da força de trabalho em capital, e continua afirmando ainda que o capital desempenha a mesma tarefa mesmo hoje em dia, e em uma escala ainda mais importante, através de políticas coloniais modernas. Para a autora é uma ilusão acreditar que o capital algum dia se contente apenas com os meios de produção que pode adquirir através da troca de commodities, uma vez que vastos espaços do globo estão em posse de organizações sociais, como comunidades nativas, que não desejam este tipo de troca ou não podem oferecer para venda as forças produtivas que interessam ao capital, devido, por exemplo, à estrutura de organização social e formas de propriedade comunitárias. (LUXEMBURG, 2003, p.350-351)

Entre estas forças produtivas, destaca-se a primordial importância da terra, com seus tesouros minerais, campos, florestas e água que não podem ser vendidos, principalmente quando são parte de um território indígena ou de uma reserva ambiental. Neste sentido, como exemplo do processo de “acumulação primitiva”, o capital começa por abalar a organização social e destruir as condições materiais básicas de existência destes povos nativos, ou simplesmente invadindo estas áreas à força. Nas palavras da autora, este processo ainda está em curso;

The most important of these productive forces is of course the land, its hidden mineral treasure, and its meadows, woods and water, and further the flocks of the primitive shepherd tribes. If capital were here to rely on the process of slow internal disintegration, it might take centuries. To wait patiently until the most important means of production could be alienated by trading in consequence of this process were tantamount to renouncing the productive forces of those territories altogether. Hence derives the vital necessity for capitalism in its relations with colonial countries to appropriate the most important means of production. Since the primitive associations of the natives are the strongest protection for their social organizations and for their material bases of existence, capital must begin by planning for the systematic destruction and annihilation of all the non-capitalist social units, which obstruct its development. With that, we have passed beyond the stage of primitive accumulation; **this process is still going on**. Each new colonial expansion is accompanied, as a matter of course, by a relentless battle of capital against the social and economic ties of the natives, who are also forcibly robbed of their means of production and labour power. (LUXEMBURG, 2003, p.351, grifo nosso)

Apesar desta obra de Rosa Luxemburg referir-se a um contexto de cerca de um século atrás, publicada pela primeira vez em 1913, ainda hoje assume-se que existem muitos territórios oficialmente possuídos por sociedades não-capitalistas. Notadamente, uma grande porção da Amazônia está ainda nesta situação. São territórios comunais e/ou indígenas, reservas e parques naturais destinados a preservação ambiental, ou mesmo partes da floresta ainda inabitadas e dificilmente acessíveis pelo homem. A maior prova do caráter pré-capitalista destes espaços é a própria preservação ambiental destes, que não condiz com a paisagem dos espaços dominados pelo capital, e também a presença dos denominados povos nativos livres ou em isolamento voluntário que habitam refúgios como a Reserva Territorial de Madre de Dios na Amazônia peruana¹⁵.

¹⁵ A partir da última década começaram a ser feitos maiores levantamentos oficiais sobre estes povos amazônicos, seus hábitos nômades, registros de imagens aéreas para comprovar sua existência. Neste período, também vem ocorrendo um número crescente de “encontros” entre estes povos isolados e demais comunidades amazônicas. Os motivos para esta maior aproximação são vários, como uma provável escassez gerada pela crescente pressão sobre o meio ambiente devido à implementação de grandes projetos de infraestrutura, como a rodovia interoceânica em Madre de Dios, a crescente ocupação humana de novas áreas e expansão de atividades econômicas, como a mineração e o corte ilegal de madeira. Por outro lado, existe também a hipótese de que estes

Assim sendo, conforme a comprovação da existência destas áreas “pré-capitalistas” ainda nos dias de hoje, pode-se concluir que a “acumulação primitiva” é um processo em andamento, sustentado agora por aquelas que podem ser chamadas de “políticas neocoloniais”. Segundo Luxemburg (2003, p.351), para estas sociedades a resistência é a única opção, um “caso de vida ou morte”, pois disto depende a existência de suas bases materiais e condições de seus modos de vida não-capitalista. Por outro lado, para o capital, o uso da força aparece como a única solução para separar estas economias nativas e naturais de suas condições de existência e evitar que encontrem alternativas ao sistema de trabalho assalariado. Neste sentido, a acumulação primitiva é uma arma permanentemente usada não apenas na gênese do capitalismo, mas como um método violento de acumulação de forças produtivas que ainda ocorre em consequência imediata do choque entre capitalismo e organizações sociais tidas como não-capitalistas.

Uma outra forma de encontrar o caráter contínuo da acumulação primitiva é atentar para a continuidade da própria luta de classes como elemento constitutivo do capital. Segundo Angellis (1999, p.15), como para Marx a luta da classe trabalhadora é um elemento contínuo da relação de produção capitalista, o capital precisa continuamente se engajar em estratégias de acumulação primitiva para recriar as bases da própria acumulação e assim, “objetos da acumulação primitiva também são quaisquer movimentos na balança de poder entre classes que constituem uma “rigidez” para incrementar o processo capitalista de acumulação ou, para ir em sentido oposto a este incremento.”

1.1.3 Acumulação primitiva como transferência de valor entre Centro e Periferia: o enfoque da teoria de “sistemas-mundo”.

Em um sistema internacional dividido em diferentes níveis de desenvolvimento capitalista existe uma outra implicação que permite aprofundar a caracterização da “acumulação primitiva”. Trata-se do aspecto deste tipo de acumulação como a exploração entre os diferentes graus de desenvolvimento do capital dentro de cada país e a transferência de valor dentro do sistema capitalista entre “não-capitalistas” e “capitalistas”, ou entre “espaços-colônia” e “espaços-metrópoles”, ou ainda, nos termos mais atualizados entre países ricos do Centro (desenvolvidos) e países pobres da Periferia (em desenvolvimento).

Este é o foco de abordagens marxistas como a de Samir Amin e sua proposta de teoria da “acumulação em escala mundial” que fornece uma ideia sobre o caráter

povos, especialmente a geração mais jovem, estão se aproximando por não mais temer o contato como temiam as gerações anteriores que vivenciaram a violência das épocas do I e II ciclo da borracha.

contemporâneo do conceito de “acumulação primitiva” como um movimento de acumulação de capital a favor dos países desenvolvidos do Centro, em detrimento dos países subdesenvolvidos da Periferia do sistema internacional capitalista. Segundo o autor;

Relations between the formations of the “developed” or advanced world (the centre), and those of the underdeveloped world (the periphery) are affected by transfers of value, and these constitute the essence of the problem of accumulation on a world scale. Whenever the capitalist mode of production enters into relations with pre-capitalist modes of production, and subjects these to itself, transfers of value take place from the pre-capitalist to the capitalist formations, as a result of the **mechanisms of primitive accumulation**. These mechanisms do not belong only to the prehistory of capitalism; they are contemporary as well. It is these forms of primitive accumulation, modified but persistent, to the advantage of the centre, that form the domain of the theory of accumulation on a world scale. (AMIN, 1974, p.3, grifo nosso)

Em diálogo com este tipo de abordagem estão as análises de autores como Braudel (1987) e Wallerstein (1979), que igualmente tomam como ponto de partida a “teoria do sistema-mundo” para a qual o sistema internacional capitalista está dividido em diferentes etapas de desenvolvimento, distinguindo países entre Centro e Periferia e assim influenciando toda a dinâmica das relações internacionais. Esta ideia pode ser compreendida resumidamente da seguinte maneira, nas brilhantes palavras Braudel (1987) sobre a histórica condição periférica da nossa região sul-americana:

Claro que ela se limitou a seguir a conjuntura internacional. Mas quando são muitos a correr na mesma fila, de mãos dadas, há uma grande diferença entre os que vão à frente, nos primeiros lugares, a conduzir o movimento, e o último, que tem que dar os saltos prodigiosos que conhecemos. A América do Sul é realmente esse último, o que dá os saltos de carpa de que é o único a não poder rir. Tem que se precipitar e, se quiser vender custe o que custar, açúcar ou café, ou borracha, ou charque, ou nitratos, ou cacau, é sempre barato. E ei-la sempre apanhada em sucessivos ciclos, com as suas quebras bruscas, inopinadas. (BRAUDEL, 1987, p.404)

A partir da abordagem destes autores o carácter contínuo da acumulação primitiva pode ser entendido como parte do funcionamento sistêmico de uma economia mundial ou “sistema-mundo” dominado pelo capital, no qual a acumulação de capital em um lugar pode ser correspondente a acumulação primitiva em outro lugar e vice-versa. Conforme aponta Angellis (1999, p.11), a produção da “separação” pode ser vista como a condição da reprodução do mesmo tipo de “separação” em outro local do mundo interconectado pelo sistema capitalista. Neste sentido, a acumulação e suas várias formas coexistem continuamente e se reforçam mutuamente, como um sistema.

1.2. A produção capitalista de espaço segundo David Harvey: Acumulação por espoliação e o *spatial fix* (ajuste espaço-temporal).

A análise marxista de David Harvey sugere uma perspectiva geográfica como ponto de partida para abordar o conceito de acumulação primitiva. Além disso, o arcabouço teórico sugerido pelo autor inclui reavaliar alguns dos pressupostos da teoria geral da acumulação de Marx que relegam os processos de acumulação primitiva ao passado, ou conforme as palavras de Marx (1996, p.359) na “gênese histórica da produção capitalista”. Para Harvey, é uma desvantagem analítica relegar a acumulação baseada na “predação”, “fraude” e “violência” a um “estágio originário” do capitalismo. (HARVEY, 2004, p.108). Nas palavras do autor,

A teoria geral da acumulação do capital de Marx se baseia em certos supostos iniciais cruciais que, em termos gerais, coincidem com os da economia política clássica e que excluem os processos de acumulação primitiva. Estes supostos são: mercados competitivos que funcionam livremente com acordos institucionais que garantem a propriedade privada, o individualismo jurídico, a liberdade de contratar, e estruturas legais e governamentais apropriadas garantidas por um estado “facilitador”, o qual também assegura a integridade do dinheiro como reserva de valor como meio de circulação. O papel do capitalista como produtor e intercambiador está estabelecido, e a força de trabalho foi convertida em uma mercadoria que geralmente se troca por seu valor. A acumulação “primitiva” ou “originária” já ocorreu, e a acumulação se desenvolve como reprodução ampliada (através da exploração do trabalho vivo na produção) dentro de uma economia fechada que opera em condições de “paz, propriedade e igualdade”. (HARVEY, 2004, p.108)

Neste sentido, Harvey contradiz, em certa medida, a noção presente em Marx (1996, p.359), na qual a “Violência extra-econômica é ainda, é verdade, empregada, mas apenas excepcionalmente”, para afirmar que a tendência no capitalismo contemporâneo é que esta exceção ao emprego da violência se torne cada vez mais recorrente. Por isto e por motivos de terminologia, o autor sugere atualizar o debate substituindo os termos “acumulação primitiva” por “acumulation by dispossession” (acumulação por espoliação). Assim, segundo Harvey (2004, p.96), no atual contexto do sistema capitalista “a incapacidade de reprodução ampliada em bases sustentáveis foi acompanhada por crescentes tentativas de acumular mediante espoliação” e assim, a importância da discussão sobre este conceito deve estar no centro da análise marxista.

A “acumulação por espoliação” é a marca principal do que Harvey define como o “Novo Imperialismo”, como uma abordagem da atual fase do sistema capitalista que segue na esteira do “Imperialismo” conforme abordado por autores como Hanna Arendt que, segundo o autor, igualmente identifica a recorrência ao “pecado original da acumulação baseada no

simples roubo” como uma eventualidade recorrente necessária para abastecer o motor do capitalismo (Harvey, 2003, p.142). Para melhor definir o “novo imperialismo” Harvey procura destacar o papel do Estado na aplicação e respaldo de novas formas de “acumulação por espoliação”, além de seu caráter contínuo através do exemplo do processo contemporâneo de espoliação vivenciado pela China e sua relação com a ascensão deste país a maiores níveis de acumulação de capital. Nas palavras do autor:

O Estado, com seu monopólio da violência e suas definições de legalidade, desempenha um papel crucial ao respaldar e promover estes processos. Existem consideráveis evidências, como sugere Marx e confirma Braudel, de que a transição ao desenvolvimento capitalista foi amplamente submetida ao apoio do estado –apoio decisivo no caso da Grã-Bretanha, débil no da França e fortemente negativo até muito pouco tempo na China. A referência ao caráter recente da virada para a acumulação primitiva na China indica que se trata de um processo em curso; e existem fortes evidências de que o estado e a política desempenharam um papel crítico na definição da intensidade e dos padrões das novas formas de acumulação de capital. (HARVEY, 2004, p.108)

No que segue a caracterização deste “Novo Imperialismo” conforme sugere o autor, é importante destacar que Marx prediz “a crescente instabilidade, a qual culminará em crises crônicas de sobreacumulação do tipo da que agora estamos presenciando.” (Harvey, 2004, p.108). Neste sentido, para ir mais além do tratamento das condições materiais das sociedades envolvidas, como o faz Rosa Luxemburg, e para além do sentido do movimento de transferência de valor como abordado por Samir Amin, em Harvey, a caracterização e a recorrência da “acumulação por espoliação” aparece como fenômeno diretamente relacionado às crises do capital e a “produção capitalista de espaço”. Na perspectiva marxista do autor, conforme o capitalismo é defrontado por suas próprias contradições e suas crises inerentes de acumulação, a fraude, a violência e conquista ou colonização de novos espaços aparece como forma cada vez mais necessária para a superação temporária destas crises que, por sua vez, são cada vez mais recorrentes.

Assim, a acumulação primitiva que em Rosa Luxemburg (2003) é tratada a partir da articulação entre capitalista e não-capitalista, em Harvey, a atualização do conceito para “acumulação por espoliação” conta com a definição desta articulação através de um outro conceito denominado “spatial fix” (ajuste espaço-temporal), que serve para definir a perspectiva geográfica do autor sobre a transformação ou “produção” capitalista de espaços eficientes para acumulação de capital ou expansão geográfica do sistema capitalista de acumulação. De modo semelhante este conceito se comunica com as abordagens anteriores ao

tratar da absorção dos excedentes de acumulação de capital produzidos em um local e transferidos para outro com a finalidade de reproduzir e ampliar a escala da acumulação de capital ou aperfeiçoar a logística do movimento de circulação e realização do capital. Nas palavras de Harvey (2004, p.97)

A ideia básica do ajuste espaço-temporal é bastante simples. A sobreacumulação em um determinado sistema territorial supõe um excedente de trabalho (crescente desemprego) e excedente de capital (expresso como uma superabundância de mercadorias no mercado que não se pode vender sem perdas, como capacidade produtiva inutilizada, e/ou excedentes de capital, dinheiro que carece de oportunidades de investimento produtivo e rentável). Estes excedentes podem ser absorvidos por: (a) o deslocamento temporal através dos investimentos de capital em projetos de longo prazo ou gastos sociais (tais como educação e pesquisa), os quais jogam para o futuro a entrada em circulação dos excedentes de capital atual; (b) deslocamentos espaciais através da abertura de novos mercados, novas capacidades produtivas e novas possibilidades de recursos e trabalho em outros lugares; ou (c) alguma combinação de (a) e (b). A combinação de (a) e (b) é particularmente importante quando analisamos o capital fixo independente imobilizado no ambiente construído. Este oferece as infraestruturas físicas necessárias para que a produção e o consumo se realizem no espaço e no tempo (dos parques industriais, portos e aeroportos, sistemas de transporte e comunicações, até o fornecimento de água e esgotos, habitação, hospitais e escolas). Claramente, este não é um setor menor da economia, e é capaz de absorver enormes quantidades de capital e trabalho, particularmente em condições de rápida expansão e intensificação geográfica.

Quando esta expansão e intensificação geográfica ocorre, um “novo espaço” é produzido pelo capital ou um antigo espaço do capital é reajustado, ou seja, transformados em espaço eficiente para a acumulação de capital. As infraestruturas fixadas no solo facilitam o maior acesso de atividades econômicas e a migração e assentamento de trabalhadores, conseqüentemente, “integrando” este novo espaço ao sistema de acumulação de capital e abrindo-o para as demandas e ofertas do mercado.

Nesta perspectiva, de acordo com Harvey (2007a, p.167), especialmente a partir do período que marcou a crise dos anos 1970, o capitalismo tem encontrado dificuldades para gerar crescimento econômico mediante a simples exploração do trabalho assalariado e, assim, a concentração de riqueza nas mãos dos mais ricos tem ocorrido cada vez mais mediante mecanismos de “acumulação por espoliação”, por sua vez, relacionados, em grande parte, à difusão das práticas econômicas do receituário “neoliberal”.¹⁶

¹⁶ Esta relação entre a “acumulação por espoliação”, o período pós-crise de 1970 e o neoliberalismo é especialmente discutido por David Harvey em uma palestra divulgada em vídeo pelo próprio autor. (HARVEY, 2008). Disponível em: <http://davidharvey.org/2008/09/capital-class-12/>

Entre estas práticas identificadas com o neoliberalismo e destacadas pelo autor estão aquelas que podem ser relacionadas às conquistas de novos espaços para a acumulação de capital, como a privatização da terra; a expulsão forçada de camponeses; a eliminação de modos de produção e consumo autóctones; processos neocoloniais de apropriação de recursos naturais. (HARVEY, 2007a, p.165) Não obstante, o autor ressalta que desde a década de 1970 é possível notar uma relação entre aplicação dos princípios neoliberais e uma acelerada tendência de destruição dos bosques das selvas tropicais. (HARVEY, 2007a, p.180)

Assim, baseado na expressão utilizada por Marx de “destruição do espaço pelo tempo”, uma contribuição específica de Harvey (2006a, p.48) para a discussão sobre o caráter contínuo da “acumulação primitiva” é a busca por problematizar o modo pelo qual “a teoria da acumulação se relaciona com a produção de estruturas espaciais”. Neste sentido, para explicar a função das infraestruturas para a expansão geográfica da acumulação de capital, especialmente as infraestruturas do setor de transportes, Harvey (2006b, p.99), apresenta o conceito de “ajustes espaço-temporais” (*spatial fix*) como uma “metáfora para um tipo de solução de crises capitalistas por meio do adiantamento do tempo e da expansão geográfica.” A abordagem do processo de “acumulação por espoliação” conta então com uma perspectiva geográfica do capitalismo que, segundo o autor, serve para explicar o modo pelo qual,

o capitalismo pode ganhar fôlego, espaço de respiro, para sua própria sobrevivência, acudindo ao “ajuste espaço-temporal”, em especial quando se combina com deslocamentos temporais [...]. É como se, a tentativa de aniquilar o espaço pelo tempo, fizesse com que o capitalismo comprasse tempo para si mesmo a partir do espaço que conquista e reajusta para atender à sua lógica de acumulação. (HARVEY, 2007b, p.359)

Não obstante, esta perspectiva dialoga com o pensamento de Rosa Luxemburg (2003), uma vez que, invariavelmente esta expansão geográfica do sistema capitalista chega até espaços e sociedades consideradas “não-capitalistas”. Além de Harvey, outro importante pensador marxista das relações internacionais a destacar a importância de trazer a discussão sobre a “produção capitalista de espaço” para o centro da análise sobre o capital é Giovanni Arrighi. Segundo o autor,

Uma das características mais essenciais (e teoricamente negligenciadas) do capitalismo histórico é a “produção de espaço”. Esse processo não foi só essencial para a sobrevivência do capitalismo em conjunturas especialmente difíceis, como defendeu Henri Lefebvre, como também foi condição fundamental para a formação e o aumento do alcance global do capitalismo como sistema social histórico. (ARRIGHI, 2008, p.224)

Em diálogo com a análise de Harvey e seu conceito de “*spatial fix*”, Arrighi (2008) chama a atenção para o uso duplo do termo “fix”. Em suma, o autor argumenta que em um sentido metafórico, conforme empregado por Harvey, o termo “fix” pode ser traduzido e entendido tanto como “ajuste”, “conserto” ou “solução”, para destacar a “tendência bem-sucedida da acumulação de capital no estímulo incessante da redução e até na eliminação das barreiras espaciais”. (ARRIGHI, 2008, p.225) Como pode também, ser usado no sentido literal, como “fixação”, em referência ao ato de fixar algo no espaço. Em relação a este último, o que o autor procura ressaltar é a relação entre o que ele chama de “o capital fixo embutido na terra”, como o são os mais variados sistemas imóveis de infraestrutura (portos, ferrovias, hidrovias, rodovias, redes de distribuição de água, esgoto, energia, oleodutos, além de hospitais, escolas, indústrias, etc.) e as formas de capital fixo, porém, móveis, como as máquinas de produção que podem ser deslocadas e os meios de transporte (navio, caminhões, aviões, etc.). Neste sentido, Arrighi (2008, p. 226) procura fazer alusão ao uso do termo na compreensão daquilo que o autor chama de a “dependência da acumulação de capital com relação à existência de um ambiente de instalações construídas com esse fim”, pois, “somente ao fixar algumas estruturas físicas no espaço que o capital, em todas as suas formas fisicamente móveis, pode se mover de fato pelo espaço em busca de lucro máximo.”

Segundo Harvey (2007a), um cuidadoso estudo da teoria de Marx sobre a acumulação no modo de produção capitalista, “revela que Marx reconhecia que a acumulação de capital se produz em um contexto geográfico e que por sua vez produz tipos específicos de estruturas geográficas.” (HARVEY, 2007a, p.255). Nas palavras do autor,

Como observa Marx, o “aniquilamento do espaço pelo tempo” se converte em uma necessidade histórica para o capital, e com isto surge o impulso de criar configurações de espaço “eficientes” (para o capital) com respeito à circulação, produção, intercâmbio e consumo. A acumulação requer, então, que se crie uma paisagem física condizente à organização da produção em todos seus aspectos. (HARVEY, 2007a, p.94).

Destarte, Harvey observa que na obra intitulada *Grundrisse* (1973), Marx fornece uma espécie de “esboço geral” do aspecto geográfico que ele procura levantar para “elaborar uma teoria da acumulação em uma escala geográfica expansível.” (HARVEY, 2007, 284). De acordo com Marx (1973):

A criação, pelo capital, da *mais valia absoluta* [...] depende da expansão – especificamente da expansão constante - da esfera da circulação [...] A condição prévia da produção com base no capital é, portanto, *a produção de uma esfera constantemente maior de circulação*. Desse modo, como o capital possui a tendência, por um lado, de sempre criar mais trabalho excedente, ele possui a tendência complementar de criar mais pontos de

troca. A produção da *mais valia relativa* [...] exige a produção de consumo novo, exige que o círculo do consumo dentro da circulação se expanda, como fez anteriormente o círculo da produção. (MARX, 1973, p.407-410 *apud* HARVEY, 2007, p.283).

Em outras palavras, para Harvey (2007a), tal processo está necessariamente ligado a uma lógica expansiva e a um sistema capitalista que “só pode escapar de suas próprias contradições expandindo-se.” (HARVEY, 2007a, p.275) Deste modo, conforme denota o autor, é possível derivar diretamente destes aspectos a tendência de criação do mercado mundial como um imperativo presente no conceito do próprio capital (HARVEY, 2007a, p. 283). Nos termos usados por Marx (1858) “Quanto mais desenvolvido é o capital [...] mais se esforça simultaneamente por alcançar uma extensão ainda maior do mercado e por conseguir uma aniquilação maior do espaço pelo tempo.” (MARX, 1858, p. 720-721). Neste sentido, na interpretação de Harvey,

O capital – Marx nunca cansa de enfatizar – não é uma coisa ou um conjunto de instituições; o capital é um processo de circulação entre produção e realização. Esse processo deve se expandir, acumular, reformar constantemente o processo de trabalho e os relacionamentos sociais na produção, assim como mudar constantemente as dimensões e as formas da circulação. [...] No entanto, a criação de valor depende da capacidade de realizá-la através da circulação. O insucesso da realização de valor significa, simplesmente, a negação do valor criado potencialmente na produção. Portanto, se a esfera da circulação não se expande, a acumulação para. (HARVEY, 2007, p.284).

1.2.1 O “ajuste espaço-temporal” como solução temporária para as crises inerentes do capital e o aumento do preço do ouro como resultado da crise de 2008.

Outro ponto importante para entender o porquê da centralidade com a qual Harvey aborda a “produção capitalista de espaço” é o fato de que, segundo o autor, este processo evidencia “como normalmente qualifica Marx, um processo de contradições internas que frequentemente estala em forma de crise” (HARVEY, 2007, p.256-257) Para o autor, o capital recorre periodicamente ao “*spatial fix*” como mecanismo para promover a reprodução e expansão da acumulação no sistema capitalista e superar temporariamente crises inerentes a este sistema. Segundo Harvey (2007a, p.96), existe no capital uma “tendência de superacumulação que se alivia temporariamente mediante o extravasamento do excedente de capital e de trabalho no entorno construído”, ou seja, no emprego destes excedentes na “produção de espaço”. Neste sentido, o “*spatial fix*” é uma solução “temporária” às crises e resultado da “dialética interna” do capitalismo, que configura um processo no qual “sua

produção se move em contradições que constantemente têm de ser superadas, mas que são também constantemente postas.” (MARX, 1858, p.543). Nas palavras de Marx esta relação aparece da seguinte maneira:

Essas contradições levam a explosões, cataclismos, crises, nas quais, pela suspensão momentânea do trabalho e a destruição de grande parte do capital, este último é violentamente reduzido até o ponto em que pode seguir empregando plenamente suas capacidades produtivas sem cometer suicídio. Contudo, essas catástrofes regularmente recorrentes levam à sua repetição em uma escala mais elevada e finalmente à destruição violenta do capital. No movimento desenvolvido do capital há momentos que detêm este movimento de outra maneira que não por meio de crises; é o caso, por exemplo, da desvalorização constante de uma parte do capital existente; *da transformação de grande parte do capital em capital fixo que não serve como agente da produção direta*; do desperdício improdutivo de grande porção do capital etc. (MARX, 1858, p.1035, grifo nosso)

A solução é “temporária” ou “provisória”, em suma, porque o incremento na incessante acumulação que se segue a superação da crise através da incorporação e ajuste de novos espaços à lógica de acumulação de capital é apenas reproduzido em uma lógica mais intensa, ou em uma escala geográfica mais ampla. Assim sendo, é questão de tempo para que a acumulação chegue novamente a converter-se em superacumulação e a crise novamente estale. Neste sentido, Harvey destaca a forma de uma “espiral” para fazer referência a um movimento cíclico, porém, cada vez mais restringido a um raio de ação menor. Segundo Harvey (2007, p.322),

O capital excedente pode ser emprestado ao estrangeiro para criar novas forças produtivas em novas regiões. A promessa de taxas de benefício mais elevadas proporciona um incentivo “natural” a dito fluxo; e o incremento, se for alcançado, aumenta a taxa média de benefício na totalidade do sistema. As crises se resolvem temporariamente. Temporariamente porque, o aumento dos benefícios supõe um aumento da massa de capital que busca incessantemente um emprego rentável e a tendência a superacumulação se exacerba, mas agora em uma escala geográfica expandida.

Assim sendo, na perspectiva do autor, “As crises são fases de intensa racionalização na transformação e na expansão geográfica. A dialética interna da sociedade civil se acalma e se reproduz perpetuamente mediante o recurso constante ao ajuste espacial.” (HARVEY, 2007b, p.321). Entretanto, na medida em que revela o quanto o capital necessita interminavelmente da fórmula contraditória de “destruir para criar”, esta noção sobre o capital, nas palavras do autor, expõe a particularidade “sinistra” do conceito de “*spatial fix*”;

O lado sinistro e destrutivo da ordenação espaço-temporal (“*spatial fix*”) como remédio para o problema da sobreacumulação torna-se um elemento tão crucial na geografia histórica do capitalismo quanto sua parte criativa de construção de uma nova paisagem para acomodar tanto a acumulação

interminável do capital como a acumulação interminável do poder político. (HARVEY, 2003, p.113).

Não obstante, segundo o autor, encontra-se também neste aspecto histórico geográfico do capital um núcleo paradoxal do sistema capitalista, uma vez que evidencia o fato de que “o capital, como observou Marx, cria perpetuamente obstáculos ao seu posterior desenvolvimento”. (HARVEY, 2007, p.96). Nas palavras de Harvey (2007),

O capitalismo luta perpetuamente, em consequência, por criar uma paisagem física e social à sua própria imagem e exigência, para suas próprias necessidades em determinado momento no tempo, só para certamente debilitar, desestabilizar e inclusive destruir esta paisagem em um momento posterior no tempo. Este é o som ao qual a geografia histórica do capitalismo deve bailar incessantemente. (HARVEY, 2007, p.354).

Para compreender o contorno final dado por estas reflexões, segundo Marx, “A destruição violenta do capital não por circunstâncias externas a ele, mas como condição de sua autoconservação, é a forma mais contundente pela qual o capital é aconselhado a se retirar e ceder espaço a um estado superior de produção social.” (MARX, 1858, p.1034) Ainda, de forma mais distendida, destaca-se a seguinte passagem do pensamento marxiano:

Daí a grande influência civilizadora do capital; sua produção de um nível de sociedade em comparação com o qual todos os anteriores aparecem somente como desenvolvimentos locais da humanidade e como idolatria da natureza. *Só então a natureza torna-se puro objeto para o homem, pura coisa da utilidade*; deixa de ser reconhecida como poder em si; e o próprio conhecimento teórico das suas leis autônomas aparece unicamente como ardil para submetê-la às necessidades humanas, seja como objeto do consumo, seja como meio da produção. O capital, de acordo com essa sua tendência, move-se para além tanto das fronteiras e dos preconceitos nacionais quanto da divinização da natureza, bem como da satisfação tradicional das necessidades correntes, complacientemente circunscrita a certos limites, e da reprodução do modo de vida anteriores. O capital é destrutivo disso tudo e revoluciona constantemente, derruba todas as barreiras que impedem o desenvolvimento das forças produtivas, a ampliação das necessidades, a diversidade da produção e a exploração e a troca das forças naturais e espirituais. Porém, do fato de que o capital põe todo limite desse gênero como barreira e, em consequência, a supera *idealmente*, não se segue de maneira nenhuma que a superou *realmente*, e como toda barreira desse tipo contradiz sua determinação, **sua produção se move em contradições que constantemente têm de ser superadas, mas que são também constantemente postas**. Mais ainda. A universalidade para a qual o capital tende irresistivelmente encontra barreiras em sua própria natureza, barreiras que, em um determinado nível de seu desenvolvimento, permitirão **reconhecer o próprio capital como a maior barreira a essa tendência e, por isso, tenderão à sua superação por ele mesmo**. (MARX, 1858, p.542-543, grifo nosso)

Enquanto uma solução temporária para as crises capitalistas, segundo Arrighi (2008, p.225), o conceito de “ajuste espaço-temporal” é “uma explicação convincente do motivo pelo qual a produção de espaço foi ingrediente tão essencial da reprodução ampliada do capitalismo”. Neste sentido, a produção de espaço capitalista “re-ajusta” o capitalismo ou “alivia” seus momentos inerentes de crise. Para o autor a “incorporação de espaço novo ao sistema de acumulação “repara” (ou seja, dá uma solução) a crise subsequente de acumulação ao absorver esses excedentes, primeiro com o “diferimento temporal” e depois com a expansão espacial do sistema de acumulação.” (ARRIGHI, 2008, p.227).

Assim, ao chamar a atenção para a crescente importância do processo de expansão geográfica do capital como uma “solução temporária” para as crises inerentes do capital, a discussão conceitual proposta por Harvey permite teorizar a relação entre a aceleração da devastação causada pela mineração de ouro na Amazônia peruana de Madre de Dios e a valorização recorde do preço do ouro como um efeito da crise financeira mundial de 2008. Na abordagem da realidade proposta por esta perspectiva teórica, o impacto das crises do capital podem significar o avanço da “acumulação por espoliação” sob a forma de várias práticas violentas de acumulação em espaços de baixo desenvolvimento capitalista ou relativamente pouco explorados pelo capital.

Por sua vez, estas práticas estão relacionadas ao modo de funcionamento do sistema capitalista que acaba, de certo modo, transferindo efeitos das crises do capital para espaços que ainda estão relativamente fora do sistema capitalista, mas que possuem abundância em riquezas naturais valiosas como o ouro. Segundo um grupo de pesquisadores sul-americanos liderados por Harvey, do *Centro Nacional de Estrategia para el Derecho al Territorio* (CENEDET), para o autor, existe uma relação dialética entre a reprodução ampliada de capital, através da produção e acumulação da mais valia na exploração da força de trabalho, e a acumulação por espoliação baseada no roubo direto dos valores de uso transformados em valores de troca através de processos de mercantilização. (MARTÍNEZ, 2015)

Os fatores que levaram a última grande crise econômica mundial são múltiplos e de longo prazo mas, pontualmente, faz-se referência ao “estopim” da crise de 2008 como o denominado “estouro da bolha” no mercado imobiliário norte-americano que “quase” levou à falência alguns dos grandes bancos dos EUA. Cerca de três meses após este episódio, como uma das principais estratégias de política econômica para socorrer o sistema bancário nacional, o Federal Reserve (FED), banco central dos EUA, lançou a primeira rodada do denominado “Quantitative Easing” (QE), que é o nome dado para a injeção de enormes quantias de dólares no sistema bancário dos EUA. Para combater à falta de liquidez e crédito

ocasionada pela crise, através das consecutivas rodadas de “QE”, entre dezembro de 2008 e outubro de 2014, o FED passou a adquirir dos bancos grandes quantidades de ativos lastreados em hipotecas que aumentaram o valor do balanço mantido pelo banco de US\$ 1 trilhão para US\$ 4,5 trilhões. (BOARD OF GOVERNORS OF THE FEDERAL RESERVE SYSTEM, 2017)

Esta “emissão” de dólares no sistema bancário norte-americano em enormes proporções e em um curto período de tempo possui grande influência sobre a economia mundial com efeitos globais e de longo prazo, a ponto de centralizar grande parte do debate sobre o atual papel hegemônico do poder financeiro dos EUA e do papel do dólar (US\$) como principal moeda de troca internacional. Conforme aponta Hudson (2010, p.2-3), no pós-crise, a estratégia adotada pelo FED baseava-se na tentativa de inflar a economia para fora do débito com uma explosão de liquidez bancária e crédito. Porém, segundo o autor, por gerar instabilidade e especulação financeira, especialmente nas taxas de câmbio de outras moedas nacionais, o “QE” revela a faceta mais destrutiva do comportamento financeiro norte-americano pois, ao invés de funcionar como uma forma de estímulo ao crédito e investimento na economia nacional, a maior parte desse dinheiro simplesmente saiu do país e desta economia fragilizada em busca de maiores lucros mundo afora. Nas palavras do autor:

US money managers themselves are leading a capital flight out of the domestic economy to buy up foreign currencies and bonds, **gold**, and other raw materials, stocks, and entire companies with cheap dollar credit. (HUDSON, 2010, p.2, grifo nosso)

Assim, de certo modo, o “QE” também funciona como uma forma de “agressão financeira”, onde parte dos ganhos para socorrer o sistema bancário dos EUA ocorrem às custas de economias estrangeiras. Em tal sentido, esta agressão se expressa na forma de conquista do controle de setores estratégicos da economia de outros países. Nas palavras do autor:

In fact, financial conquest is seeking today what military conquest did in times past: control of land and basic infrastructure, industry and mining, banking systems and even government finances to extract the economic surplus as interest and tollbooth-type economic rent charges. (HUDSON, 2010, p.3)

Uma das principais consequências imediatas desta repentina maior oferta de dólares no mercado mundial foi o aumento da inflação do próprio dólar norte-americano que, somada à desconfiança gerada pela crise e suas causas internas ligadas à condução da política econômica dos EUA, provocou uma vertiginosa desvalorização do dólar no mercado mundial,

puxando para cima o valor das commodities em geral, como o ouro, e das demais moedas de outros países e, conseqüentemente, gerando resultados adversos nas balanças comerciais e no planejamento econômico destas economias. Somada à histórica função do ouro como reserva de valor, esta desvalorização do dólar ocasionada por uma inflação da moeda propositalmente induzida pelo FED possui uma influência direta na valorização recorde do preço do ouro no período pós-crise¹⁷.

Historicamente, em tempos de crise financeira e incertezas no mercado mundial é comum investidores apostarem no ouro como uma reserva mais segura de valor, ou “*safe-haven*” (porto seguro) nos termos do mercado, aumentando assim a demanda pelo metal em face à desvalorização do dinheiro, especialmente do dólar dos EUA devido ao seu papel como principal moeda de troca internacional. Assim, particularmente desde o fim dos acordos de Bretton Woods e fim do padrão ouro-dólar, existe uma relação inversamente proporcional entre a cotação do dólar e a cotação do preço do ouro. Neste sentido, somado a um contexto de desconfiança quanto à própria capacidade de recuperação da economia dos EUA no pós-crise de 2008, o período de valorização do preço do ouro no mercado mundial corresponde ao período de escalada na inflação do dólar, em grande parte induzida propositalmente pelo FED, através das rodadas de “QE”. (OXFORD ECONOMICS, 2011)

Portanto, o exemplo das relações entre processos como o aumento da devastação ambiental causada pela “febre do ouro” em Madre de Deus e o ciclo de valorização recorde do ouro, por sua vez, relacionado à inflação do dólar induzida pelo “QE” como uma das principais medidas do banco central dos EUA para lidar com a crise financeira de 2008, resume boa parte da forma como as dinâmicas de “acumulação primitiva” e “acumulação de capital” se articulam internacionalmente em diferentes escalas geográficas e em diferentes níveis de desenvolvimento capitalista e violência. Tal noção está de certa forma concebida nas seguintes palavras de Harvey (2003, p.152),

The implication is that non-capitalist territories should be forced open not only to trade (which could be helpful) but also to permit capital to invest in profitable ventures using cheaper labor power, raw materials, low cost land, and the like. The mixture of coercion and consent within such bargaining activity varies considerably, but we can now more clearly see how hegemony gets constructed through financial mechanisms in such a way as to benefit the hegemon while leading the subaltern states on the supposedly Golden path of capitalist development. The umbilical cord that ties together accumulation by dispossession and expanded reproduction is that given by finance capital and institutions of credit, backed, as ever, by state powers.

¹⁷ Uma síntese com infográfico sobre esta relação entre a inflação do dólar e o aumento do preço do ouro está disponível em: <http://www.kitco.com/news/2014-10-16/How-Has-The-Federal-Reserve-Impacted-Gold-Since-2009.html>

2. A Integração Regional de Infraestrutura da América do Sul (IIRSA) como iniciativa de “regionalização do espaço” ou “ajuste” transnacional do espaço Sul-Americano.

O presente capítulo discorre sobre a iniciativa de Integração de Infraestrutura da América do Sul (IIRSA). No geral, o intuito é primeiramente apresentar as forças atuantes e os contornos da estratégia supostamente inovadora do planejamento territorial da IIRSA enquanto proposta de “integração regional física” dos territórios dos países da América do Sul. Para tanto, é primeiramente apresentada uma perspectiva de enquadramento deste modelo de integração como parte de uma tendência no sistema internacional capitalista contemporâneo explicada a partir do signo da “globalização” como “o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista” e um fenômeno cujas “variáveis características instalam-se em toda parte e a tudo influenciam, direta ou indiretamente.” (SANTOS, 2000, p.23 e 34)

De tal modo, juntamente com a análise dos principais vetores e características definidoras da IIRSA, segue-se para a identificação do contexto de elaboração do Comunicado de Brasília, durante a I Reunião dos Presidentes da América do Sul, em 2000, que institucionalizou o tema da infraestrutura dentro dos processos de integração regional. A partir disto, também é possível elucidar alguns dos interesses que motivaram o surgimento da proposta e analisar as origens, motivações e expectativas iniciais que levaram os governos da América do Sul ao relativo consenso em assumir o objetivo de integração física e os projetos selecionados pela IIRSA como uma prioridade dentre os processos de integração regional.

De modo a ressaltar uma postura crítica em relação aos pressupostos assumidos pelo desejo de nova formatação geográfica da América do Sul presente na sugestão dos denominados Eixos de Integração e Desenvolvimento” que configuram o mapa da IIRSA, uma parte deste capítulo é dedicada a identificar nesta proposta de integração regional as chamadas “teses equivocadas” e “mitos colonizadores”, conforme denominado por outros autores. A última parte do capítulo destaca dentre outras particularidades e motivações primordiais da IIRSA, a especial atuação do governo do Brasil e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no andamento do processo de implantação de infraestruturas de transporte na região, em particular seu interesse geoeconômico peremptório de aperfeiçoar saídas para o Oceano Pacífico, visando os mercados asiáticos, especialmente a China.

2.1. Globalização, Mundialização do Capital e a “crise de territorialidade” do Estado.

Segundo Chesnais (1996), em alusão à ideia da “globalização”, “adaptar-se” é a “palavra de ordem” do presente período histórico do sistema internacional regido pela “mundialização do capital” como um processo ao qual a sociedade não deve impor resistências, tentar dominar, controlar, ou canalizar, mas sim, “adaptar-se”. (CHESNAIS, 1996, p.25). Conforme o autor, para entender o processo de “mundialização do capital”, “a mundialização deve ser pensada como uma fase específica do processo de internacionalização do capital e de sua valorização, à escala do conjunto das regiões do mundo onde há recursos ou mercados, e só a elas.” (CHESNAIS, 1996, p.32).

De acordo com Santos e Silveira (2010), acerca do que este ordenamento generalizado representa para as tendências de organização específica do espaço, esta “adaptação” ou “ajuste” de reorganização do território à lógica global implica em “um programa de investimentos em infraestrutura para oferecer as condições materiais necessárias ao processo de transformação do território nacional em um espaço da economia global.” (SANTOS; SILVEIRA, 2010, p. 255). Metaforicamente, a globalização enquanto mundialização do capital significa as infinitas possibilidades de um mundo cada vez mais interconectado porém convergindo em uma só direção. Como todo rio chega no mar, as possibilidades, todas elas, principalmente aquelas de caráter econômico, acabam indo ao encontro do capital e à serviço deste.

Segundo Euclides da Cunha (1975), - engenheiro e pensador brasileiro que durante muito tempo fora encarregado pelo Estado brasileiro de conhecer o território e as fronteiras nacionais do Brasil - “A Geografia prefigura a História”. (CUNHA, 1975, p.149). Neste sentido, as palavras brotadas da experiência vivida por Euclides da Cunha parece resumir em pouquíssimas palavras um pensamento que faz parte do desenvolvimento de um debate com perspectivas próprias para a compreensão em torno das dimensões envolvidas pela integração regional física proposta pela IIRSA, assim como para o debate atual em torno das relações internacionais e da globalização como fenômeno de mundialização do capitalismo.

Esta perspectiva também é transmitida de forma mais dilatada pelas palavras de geógrafos como Edward Soja e o brasileiro Milton Santos. De acordo com Soja (1986), “Hoje, no entanto, pode ser que o espaço mais que o tempo, que esconde consequências de nós (que tem mais a revelar), o “fazer geografia”, mais que o “fazer história” que fornece a

revelação tática e teórica do mundo.” (SOJA, 1986, p.12) Para Santos (1988) “O espaço humano, aliás, revela claramente, e ao mesmo tempo, o passado, o presente e o futuro. Passado e presente nele se dão as mãos [...] o futuro para que se possa realizar, aproveita as condições pré-existentes.” (SANTOS, 1988, p.9-10).

Sob o signo do fenômeno da “globalização” ou “mundialização do capital”, este processo de “territorialização” resumido pelos objetivos de direcionamento estratégico da implantação de infraestruturas são cada vez mais formatados em relação ao peso relativo do comércio exterior dentro de cada território nacional. É neste sentido que somados o peso do mercado externo na configuração econômica de um país mais a crescente importância de não apenas produzir, mas também, de fazer circular e chegar esta produção até o mercado consumidor com um preço competitivo internacionalmente, estes dois fatores acabam por orientar a cooperação regional entre países vizinhos e inclusive investimentos na criação de infraestruturas voltadas para além do território nacional. Isto acontece com vistas a atender novos “ordenamentos” ou “imperativos” como os chamados “imperativos da competitividade” e “imperativos da exportação”, os quais, conforme Santos e Silveira (2010), fazem com que investimentos em infraestrutura estabeleçam o que os autores chamam de verdadeiros “nexos extra-vertidos”, que resultam em movimentos de “fragmentação” e “alienação” dos territórios nacionais. De acordo com os autores:

Com a globalização são instalados numerosos **nexos extra-vertidos**, na medida em que, havendo a política econômica deixado de privilegiar o mercado interno, a necessidade de exportar conduz a uma lógica competitiva que vai privilegiar relações externas comandadas pelas empresas globais responsáveis pela demanda. (SANTOS; SILVEIRA, 2010, p.254)

No caso específico das infraestruturas de transportes (rodovias, ferrovias, gasodutos, aeroportos, etc), estas permitem diretamente uma otimização comercial. Na medida em que a competitividade aumenta, o desenvolvimento da infraestrutura de um país, especialmente no setor de transportes, pode ser fator discriminante na produção e no comércio internacional de um determinado produto como, por exemplo, é o caso das denominadas *commodities* que formam a base econômica dos países em desenvolvimento da América do Sul e são comercializadas entre grandes distâncias e em gigantescos volumes. Sendo o comércio uma das mais generalizadas formas de cooperação entre os países, a infraestrutura de transportes é também fator de influência direta nas relações internacionais como um todo. Neste sentido, mais uma vez, as palavras de Santos e Silveira (2010) são sintomáticas;

Uma das características do presente período histórico, é em toda parte a **necessidade de criar condições para maior circulação** dos homens, dos produtos, das mercadorias, do dinheiro, da informação,

das ordens etc. Os países distinguem-se, aliás, em função das possibilidades abertas a essa fluidez. Por isso um dos capítulos mais comuns a todos eles é a produção do seu equipamento, isto é, da criação ou aperfeiçoamento dos sistemas de engenharia que facilitam o movimento. Na medida em que esse movimento, dentro de cada país, possa interessar à divisão do trabalho internacional ou continental, o equipamento viário e infoviário passa também a ser do interesses de outros países. (SANTOS; SILVEIRA, 2010, p.261, grifo nosso).

Entre as explicações para a generalização desta necessidade estão aquelas que encontram origem na evolução de um processo que também faz parte da globalização e gera uma “crise de territorialidade” do Estado-nação que, por sua vez, está pautada em críticas sobre a inadequação das fronteiras nacionais em relação à evolução das atividades econômicas transnacionais. Este sintoma de crise pode ser traduzido no momento atual pela tendência que se deve a uma lógica cada vez mais acelerada nos tempos da globalização onde, de acordo com Hobsbawn (1995), “para muitos propósitos, notadamente econômicos, o globo é agora a unidade operacional básica [...], sobretudo devido à inimaginável aceleração das comunicações e dos transportes.” (HOBSBAWN, 1995, p.24)

Para Raffestin (1993), a “territorialidade está em crise e, por consequência, a tessitura que a sustenta também. A territorialidade está em crise porque há uma crise profunda nas relações. [...] as críticas se apoiam em parte, ou até mesmo, na constatação de que as malhas territoriais são inadequadas para a ação econômica.” (RAFFESTIN, 1993, p.175) Neste sentido, esta “crise de territorialidade” se revela através da constatação de que há certo conflito entre a organização política baseada em códigos de informação e planejamento territorial fundamentados sobre pressupostos caros ao advento do Estado-nação, como a soberania de seu território nacional, os limites fronteiriços, códigos normativos e fiscais que, por sua vez, entram em contradição com os desejos transnacionais do poder econômico e livre circulação do capital. Assim, sob uma perspectiva do que isto representa para a organização da “territorialidade”, toma forma uma “crise de identidade” entre poder econômico e organização política do Estado, que Raffestin (1993) define como um movimento pelo qual o poder político não necessariamente é substituído, “mas age como se o tivesse sido, imitando o poder econômico.” (RAFFESTIN, 1993, p.176). A seguinte passagem explica de modo metafórico a relação capital-Estado ou poder econômico-unidade política a qual o autor se refere;

Dois palhaços se olham através da moldura vazia de um grande espelho. Um é exatamente a réplica do outro pelo tamanho, pela roupa e pela maquiagem.

O primeiro está bêbado e o segundo o imita com cuidado todos os seus gestos [...] O primeiro palhaço é o Capital na embriaguez e na cegueira de seu crescimento; o palhaço imitador e lúcido é o Estado (GUILLAUME *apud* RAFFESTIN, 1993, p.176)

Deste modo, segundo Raffestin (1993), esta metáfora serve para revelar uma das raízes da crise, que o autor define como o “mimetismo”, ou o desaparecimento superficial da diferenciação nos territórios entre a organização política e a organização econômica. O Estado em seu jogo com o poder econômico estaria passando a cada vez mais perder sua identidade territorial, aceitando a favor da ação econômica a gradual obliteração de seus quadros territoriais. Enquanto para o Estado, as divisões políticas como províncias, municípios, regiões e fronteiras têm a função de auxiliar na administração e controle do território, para o Capital, representado pelo mercado e poder econômico, quanto menos “descontinuidades” melhor é para a livre satisfação e difusão de seus interesses. (RAFFESTIN, 1993)

A regionalização do espaço pode ser vista como resposta a este momento de transição entre o período formador da produção espacial conformada pelo Estado moderno e a tendência de internacionalização do território engendrada pela aceleração da globalização multidimensional. Segundo a perspectiva de Niemann (1998), a regionalização trata-se de um processo em andamento para construção de uma nova camada espacial de acumulação, no intuito de suplantando as deficiências da camada anteriormente delimitada pelo Estado e seu respectivo território nacional. Assim, nas palavras do autor,

a região não consiste ainda em uma manifestação de um novo regime de acumulação, é antes a manifestação espacial da crise do antigo regime de acumulação e seu planejamento territorial limitado pela escala de espaço do Estado. Isto representa a busca por um espaço que possa oferecer uma base relativamente estável para um novo regime regulatório que possa alimentar e fornecer novos espaços à acumulação de capital, enquanto supera as limitações que fizeram do Estado nacional ultrapassado e/ou ineficiente como organização territorial. (NIEMANN, 1998, p.120)

Na perspectiva de Raffestin (1993), segundo o emprego conceitual do autor referente ao termo “territorialização”, como processo pelo qual o “espaço” é transformado pela ação do homem em “território”, neste processo, os territórios em si ou também os desejos de formação de tais territórios expõem as marcas das relações de poder e as “prisões que os homens constroem para si”.

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço. O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e

informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si. (Raffestin, 1993, p.143-144)

Uma vez intermediada historicamente pelo Estado, a “territorialização” do espaço pelo homem carrega consigo tipos específicos de informação e de barreiras, principalmente de ordem institucional. Neste caso, em grande parte, esta informação privilegia aspectos como a integração do território nacional, delimitação e defesa de fronteiras nacionais, além da regulação de intercâmbio comercial através de tarifas, impostos, etc. Assim sendo, podemos dizer que a territorialização intermediada pelo Estado acaba por produzir uma camada territorial que reflete a anterior referência espacial centralizada no Estado como ator internacional privilegiado. Sendo a territorialização do espaço construções sociais que influenciam e são influenciadas pelas relações de poder que atuam neste espaço, processos de regionalização do espaço, como aquele proposto pela IIRSA, podem ser vistos como um exemplo da estratégia que serve à procura por um novo arranjo espacial, nos quais, algumas das barreiras impostas pelo ajuste espacial promovido pelo Estado nacional são “ajustadas” sem que as fronteiras nacionais sejam extintas. (NIEMANN, 1998).

Neste sentido, a inovação do “ajuste” de territorialização do espaço sul-americano sob os auspícios do desejo de formatação territorial proposto pela IIRSA é justamente o caráter prioritário da ligação “interoceânica” que este planejamento territorial agrega à implantação de infraestruturas no espaço da América do Sul. A informação que procura articular é uma informação que prioriza um enfoque global e, conseqüentemente, coloca em segundo plano as escalas locais, nacionais e regionais. É uma informação correspondente ao processo de “aniquilamento do espaço pelo tempo” e particularmente sensível tanto às novidades e potencialidades dentro do contexto internacional atual, quanto às heranças deixadas pelo passado da região.

Como veremos a seguir, adentrando propriamente na análise sobre a supostamente inovadora proposta de “territorialização” da IIRSA, o desejo de formatação proposto pela sugestão de um mapa da América do Sul recortado de acordo com os denominados “Eixos de Integração e Desenvolvimento” (EIDs) são peça-chave para entender como, sob a justificativa de “integração regional”, se articula através da IIRSA a concretização ou, “pavimentação”, dos “nexos extra-vertidos” preconizados por Santos e Silveira (2010).

2.2. O modelo de integração física proposto pela IIRSA: a proposta de um “ajuste interoceânico” do espaço da América do Sul.

Na América Latina, a concepção de “regionalismo aberto”, desenvolvida pela Organização das Nações Unidas (ONU), através da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), pode ser vista também como um “ordenamento” voltado para a “adaptação” dos processos de “regionalização”, uma vez que, explicita uma nova orientação para a cooperação regional, visando estabelecer uma relação conciliadora, entre os processos de integração regional e a globalização enquanto tendências “simultâneas” da nova ordem mundial. (CEPAL, 1994) Nesse sentido, não discriminar o comércio ou não fechar-se a outros acordos internacionais com países distantes, mas sim, aliar integração regional com inserção internacional, constitui uma preocupação constante dos processos de integração regional. Trata-se de uma ideia que, segundo Gudynas (2008, p.36), insiste em “uma postura funcional à globalização econômica, onde os acordos e blocos entre países são considerados uma preparação e um ajuste para se inserirem nos mercados globais.” (GUDYNAS, 2008). No Comunicado de Brasília (2000), uma das primeiras declarações assinadas exclusivamente pelos 12 chefes de Estado da América do Sul, esta ideia aparece como um princípio orientador, da seguinte forma:

Os Presidentes dos países sul-americanos reafirmaram o entendimento de que o processo de formação de um espaço econômico ampliado na região se dará de acordo com os *princípios do "regionalismo aberto"* e reforçará a posição dos países da América do Sul em negociações importantes, que a região deseja ver levadas a bom termo, como as de uma área de livre comércio das Américas, as que envolvem a busca de maior articulação com a União Européia, ou no âmbito da Organização Mundial de Comércio, entre outras. Assinalaram a expectativa de que essas *negociações comerciais extra-regionais* devam contribuir para o desenvolvimento socioeconômico e para a plena integração dos países sul-americanos na economia internacional. (parágrafo 33, grifo nosso)

O “Comunicado de Brasília” é resultado do Primeiro Encontro de Presidentes da América do Sul quando, pela primeira vez na história, em agosto do ano de 2000, reuniram-se na capital federal brasileira, Brasília, todos os doze mandatários dos governos centrais das nações soberanas da América do Sul. Esta reunião pode ser vista como um marco nas relações internacionais, pois foi a primeira reunião presidencial voltada exclusivamente para a discussão do subcontinente da América do Sul. Este fato inédito tinha como “pano de fundo” a comemoração dos 500 anos de “descobrimento”, ou melhor dizendo, “colonização européia” do Brasil e, assim, o governo brasileiro na época, do então presidente Fernando Henrique Cardoso, foi o anfitrião e protagonista responsável pelo andamento das principais

propostas sugeridas aos chefes de Estado dos países participantes. A aceitação do convite brasileiro pelos chefes dos Estados vizinhos refletia o prestígio do país e, segundo o ex-presidente, o encontro seria um espaço de “reafirmação da identidade própria da América do Sul como região.”, diferenciando-se do restante da América Latina. (CARDOSO, 2000)

Na ocasião deste primeiro encontro foi elaborado o Comunicado de Brasília, documento no qual os doze presidentes das nações independentes sul-americanas declararam, em termos gerais, estar de comum acordo acerca de temas variados e seus efeitos para a região. A declaração foi dividida em 62 parágrafos numerados e distribuídos entre uma introdução e cinco temas principais: a) Democracia; b) Comércio; c) Infraestrutura e Integração; d) Drogas Ilícitas e Delitos Conexos; e) Informação, Conhecimento e Tecnologia. O parágrafo selecionado abaixo serve para expor o tom da introdução do Comunicado de Brasília (2000):

A coesão da América do Sul constitui, também, elemento essencial para determinar de modo favorável sua inserção na economia mundial. Os desafios comuns da globalização – seus efeitos desiguais para diferentes grupos de países e, dentro dos países, para seus habitantes, - poderão ser melhor enfrentados na medida em que a região aprofunde sua integração e continue, de maneira cada vez mais eficaz, a atuar coordenada e solidariamente sobre os grandes temas da agenda econômica e social internacional (parágrafo 12)

Entre estes cinco temas principais, o tema da “Infraestrutura e Integração” foi abordado de modo a tratar das carências históricas neste setor como um problema que deveria ser priorizado devido ao reconhecimento dos possíveis efeitos positivos diretos, tanto para a região, como para as nações individualmente. Neste sentido, originou-se a iniciativa de Integração de Infraestrutura da América do Sul (IIRSA), conforme consta no parágrafo 39 do Comunicado de Brasília (2000):

Os mandatários da região tomaram nota, com especial satisfação, do Plano de Ação para a Integração da Infraestrutura Regional na América do Sul (em anexo), que contém sugestões e propostas, com um horizonte de dez anos, para a ampliação e modernização da infraestrutura física na América do Sul, em especial nas áreas de energia, transportes e comunicações, com vistas a configurar eixos de integração e de desenvolvimento econômico e social para o futuro espaço econômico ampliado da região, tendo presente, em particular, a situação dos países que enfrentam dificuldades geográficas para ter acesso por via marítima aos mercados internacionais. O referido Plano de Ação, elaborado pelo BID, valeu-se amplamente de contribuições da CAF e contou ainda com subsídios de outros organismos regionais relevantes e dos países sul-americanos. (Parágrafo 39)

Pouco tempo depois da reunião em Brasília, em dezembro de 2000, dando continuidade as conversações sobre a IIRSA, os ministros de ministérios pertinentes ao tema da infraestrutura de cada nação sul-americana se reuniram com funcionários dos bancos multilaterais acima citados que apresentaram novos documentos para embasar a iniciativa e orientar a seleção de possíveis projetos de infraestrutura com alcance regional. Entre os principais documentos inicialmente apresentados para fundamentar a proposta está o denominado “*Un Nuevo Impulso a la Integración de la Infraestructura en America Del Sur*”, preparado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O documento havia sido encomendado pelo governo brasileiro para ser encaminhado aos demais governos da região e trata de assuntos gerais, como regionalização, globalização e o papel do Estado a respeito destes fenômenos. Além disso, apresenta uma leitura da estrutura e distribuição espacial dos fluxos comerciais dentro da região e propõe um cenário futuro dos possíveis impactos positivos de uma infraestrutura regionalmente integrada. Nos termos usados pelo BID (2000), para descrever os principais problemas para a infraestrutura de transporte, “En primer término cabe destacar los principales problemas que para la integración física plantea la geografía a través de las formidables barreras naturales tales como la Cordillera de los Andes, la selva Amazónica y la cuenca del Orinoco” (BID, 2000, p.33).

Neste sentido, este estudo do BID merece ser citado pois serve para dar uma ideia geral tanto da visão de planejamento territorial que deu origem à proposta da IIRSA, como da participação direta deste banco multilateral como ator fundamental na IIRSA. Desde sua criação, o BID tem como principal acionista os Estados Unidos, que faz questão de manter este aporte superior através do qual mantém ao menos 30% do total dos votos da mesa diretora decisória do banco.¹⁸ As expectativas quanto à participação de um banco com o peso e o alcance internacional do BID, resume-se a uma ideia que está presente no advento da IIRSA que é a de contar com projetos formatados de acordo com um parecer técnico atrativo para a iniciativa privada e assim, estabelecer uma aproximação com possíveis credores

¹⁸ Segundo informação disponível no site oficial do BID, os países membros são: Alemanha, Argentina, Áustria, Bahamas, Barbados, Bélgica, Belize, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, China, Colômbia, Coréia do Sul, Costa Rica, Croácia, Dinamarca, El Salvador, Equador, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Guatemala, Guiana, Haiti, Holanda, Honduras, Israel, Itália, Jamaica, Japão, México, Nicarágua, Noruega, Países Baixos, Panamá, Peru, Portugal, Reino Unido, República Dominicana, Suécia, Suíça, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela. Nota-se que dos 48 países membros e doadores, somente 11 são da América do Sul. Ver em: <http://www.iadb.org/es/acerca-del-bid/directores-ejecutivos-y-suplentes,1327.html>

internacionais. Neste sentido, segundo o Balanço de Política Exterior dos dois mandatos do ex-presidente Lula, fornecido pelo relatório do Ministério de Relações Exteriores¹⁹:

As expectativas originais, quando do lançamento da Iniciativa, em 2000, eram não apenas de que o BID poderia aportar maior volume de financiamentos, mas também de que os projetos sob a denominação IIRSA poderiam obter uma chancela ou selo de qualidade que lhes assegurasse maior acesso ao crédito internacional, para o quê o trabalho de divulgação feito pelos bancos teria importante papel a desempenhar.

De acordo com os documentos oficiais da IIRSA, a iniciativa visa à criação de um âmbito intergovernamental de discussão e sinergia para a realização e captação de recursos técnicos e de investimentos financeiros centrados na edificação de “pontes” eficientes para a superação das “barreiras geográficas” e, assim, promover uma crescente interação do espaço sul-americano através de infraestruturas interconectadas em redes transnacionais. Estas “pontes” seriam corredores logísticos construídos através de obras de infraestrutura nas áreas de transportes, energia e comunicações, por sua vez, orientadas regionalmente pelos “Eixos de Integração e Desenvolvimento” (EIDs) que, de acordo com uma perspectiva “geoeconômica”, representariam “os caminhos mais bem avaliados” para a integração territorial física da América do Sul. (IIRSA, 2010)

Supostamente, de acordo com um dos documentos fundantes de autoria das 3 instituições financeiras que inicialmente produziram os pré-estudos da proposta IIRSA, estes “eixos” facilitarão o acesso a zonas de alto potencial produtivo que se encontram atualmente “isoladas”, ou subutilizadas, devido à deficiente oferta de serviços básicos de transporte, energia ou telecomunicações. Assim, o mapa da IIRSA organiza o território continental sul-americano em “faixas multinacionais” que concentram fluxos de comércio atuais e potenciais, onde se pretende estabelecer um padrão mínimo comum de qualidade de serviços de infraestrutura. (BID, CAF e Fonplata, 2003).

As obras de infraestrutura têm como escopo consolidar tais EIDs a partir da construção de canais multimodais de transporte e conexão entre os territórios envolvidos. Incluem-se na IIRSA a construção ou aperfeiçoamento de obras como rodovias, hidroelétricas, postos de fronteira, pontes, gasodutos, portos, hidrovias, ferrovias, túneis, além de outros.

Em uma linguagem geoeconômica, passa-se então a privilegiar os “fluxos” potenciais e existentes por todo o continente ao invés de uma visão pautada majormente em “pólos” de

¹⁹ Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Balanço de Política Externa 2003/2010. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/1.1.6-america-do-sul/infraestrutura/at_download/file

desenvolvimento. Nas palavras do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (2006), sobre o I Encontro de Presidentes da América do Sul, evento que marcou o lançamento da IIRSA:

A integração física de nosso espaço tornou-se um dos objetivos das propostas de planejamento que levamos a discussão dos presidentes da América do Sul. Adotamos um novo conceito de planejamento, defendido pelo empresário Eliezer Batista, experiente conselheiro de governos, que substituiu a política de fortalecimento de “pólos” de desenvolvimento pela criação de “eixos” de desenvolvimento, movidos por uma visão mais favorável à desconcentração do progresso social e econômico.(CARDOSO, 2006, p.620)

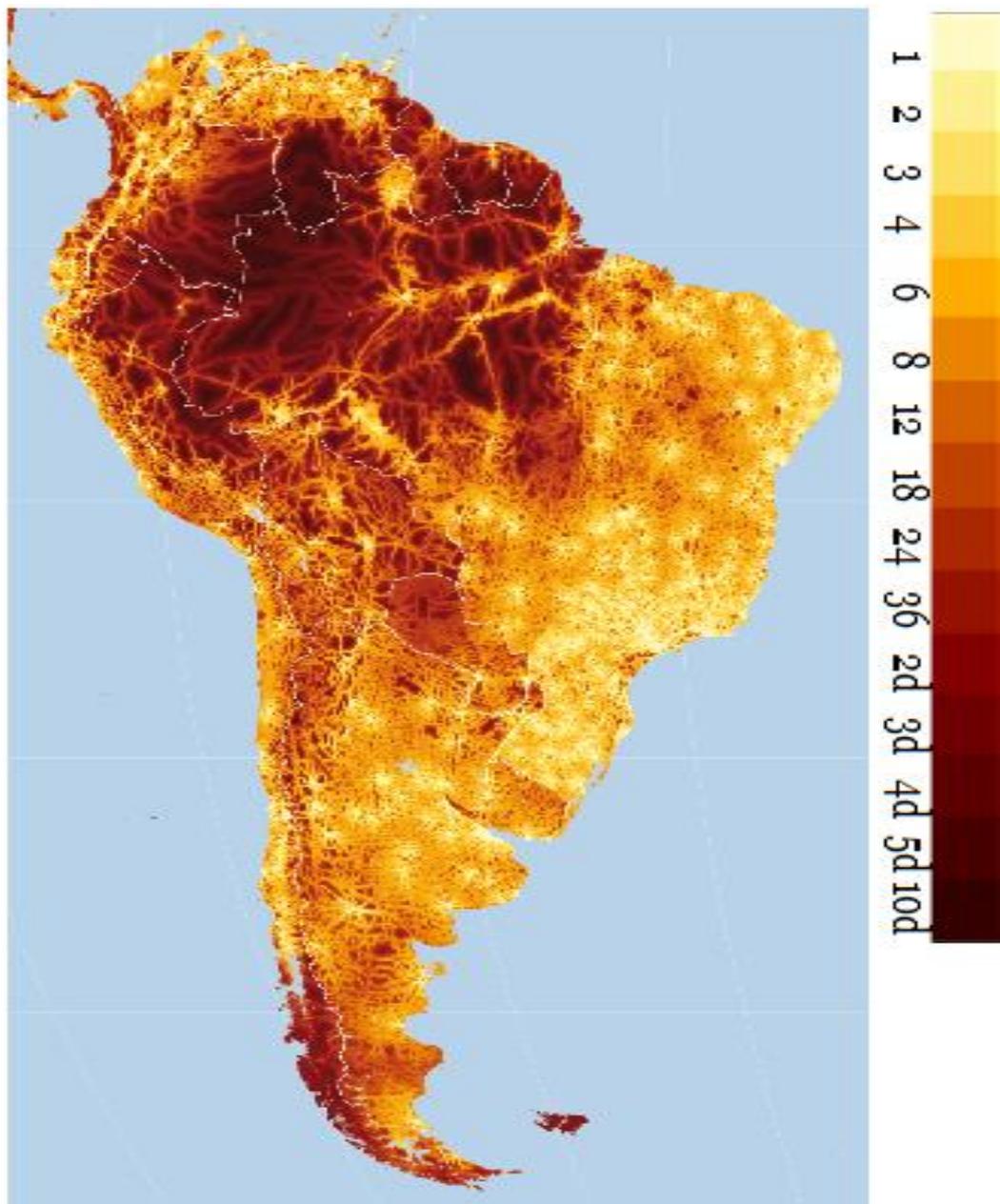
Devido a características histórico-geográficas, a América do Sul apresenta um mosaico bastante desigual em relação a distribuição de infraestruturas pelo espaço regional. Esta desigualdade remete a um padrão de ocupação e exploração do espaço relativo aos tempos de “colonização de exploração”, forjado originalmente através da relação entre “metrópole” e “colônia”. Como resultado de uma configuração territorial cuja evolução corresponde em partes à primeira divisão estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas, o continente sul-americano se encontra dividido entre países cujo escoamento da produção com destino a outros continentes ocorre exclusivamente através do Oceano Atlântico, como é o caso do Brasil, e países cujo escoamento da produção ocorre exclusivamente através do Oceano Pacífico.

Esta divisão é historicamente reforçada dentro dos territórios de cada país devido ao maior peso do comércio de importação e exportação com países fora da região e por características geográficas naturais – como o dificultado acesso a floresta Amazônica (a maior do mundo) e como a Cordilheira dos Andes, que impõe enormes altitudes do norte ao sul da América do Sul, sendo assim, conforme perspectiva da IIRSA, um grande “obstáculo geográfico” regional para a engenharia de transportes. Assim sendo, estes condicionamentos são responsáveis pela maior concentração de infraestruturas e ocupação humana nas áreas litorâneas e pela carência de infraestruturas e baixa densidade demográfica no interior do continente, especialmente nas áreas de fronteiras nacionais, traduzindo um desenvolvimento territorial onde os países se encontram relativamente “de costas” uns para os outros. (COSTA, 2011) No contexto mais recente, de modo prático, esta divisão geográfica estimulou processos de integração regional distintos, como o MERCOSUL, que reúne notadamente os países sul-americanos voltados para o Oceano Atlântico, e a Aliança do Pacífico, que reúne países da região voltados para o Oceano Pacífico.

O mapa abaixo, elaborado por Nelson (2008), fornece um “mapeamento da acessibilidade” através da medição do tempo de viagem de um ponto qualquer até a cidade

mais próxima com 100 mil habitantes ou mais. Assim, o mapa serve para ilustrar os efeitos da acima referida distribuição desigual de infraestruturas de transportes terrestres, ou rodovias, pela América do Sul. Nota-se, o difícil acesso ao interior da Amazônia e a falta de conexão terrestres nas áreas de fronteiras entre os territórios dos países, especialmente nas áreas de fronteiras amazônicas.

Mapa 1 – “Mapa da Acessibilidade” da América do Sul com o "tempo de viagem" de um ponto até uma cidade com mais de 100 mil habitantes.



Fonte: Imagem extraída de Nelson (2008), adaptado pelo autor.

Neste contexto, a proposta de integração regional presente no discurso da IIRSA se coloca como uma tentativa de reverter este processo de distribuição desigual de infraestruturas de transportes. O caráter pioneiro presente na estratégia da iniciativa consistiria em ampliar o planejamento territorial, antes pautado na escala do território nacional de cada país, para a escala continental sul-americana e promover, por fim, a ligação “interoceânica”. Não obstante, pode-se notar no mapa exposto abaixo, com os desenhos dos respectivos EIDs da IIRSA, que a maioria destes “eixos” se complementam e indicam uma orientação no sentido de promover tal ligação “interoceânica”.

Mapa 2 - Eixos de Integração e Desenvolvimento (EIDs) da IIRSA



Fonte: Imagem extraída de IIRSA (2010).

A aprovação dos governos e o consenso em torno da IIRSA representaram a criação de um primeiro fórum de negociações envolvendo os governos e ministérios pertinentes ao tema da infraestrutura de todos os países sul-americanos. Com um importante aporte técnico financeiro de grandes bancos multinacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Corporação Andina de Fomento (CAF), a IIRSA alçou a integração física à função de carro chefe do processo de integração regional como um todo. Segundo Quintanar e Lopez (2003), a expectativa era de que a sinergia regional nos setores de

transporte, energia e telecomunicações, como previsto pela IIRSA, “pode gerar um impulso decisivo para a superação de barreiras geográficas, a aproximação de mercados e a promoção de novas oportunidades econômicas nos países da região.” (QUINTANAR; LOPEZ, 2003, p.215).

O custo da carência destas infra-estruturas de base na América do Sul, somados aos aspectos geográficos da região são recorrentemente um dos assuntos mais denunciados pela baixa competitividade dos produtos sul-americanos e pela não evolução dos processos integracionistas na região, algo que fornece à proposta da IIRSA um caráter prioritário. No caso dos transportes, por exemplo, percebe-se claramente que ele condiciona a própria possibilidade de se comercializar na medida em que uma infra-estrutura de transporte ineficiente aumenta o custo dos produtos da região sul-americana e diminui sua competitividade, aproximando os mercados nacionais de outras regiões. Assim, os altos custos e a ineficácia do sistema de transportes intra-regional são fatores de discriminação nos intercâmbios comerciais em favor de terceiros países e em prejuízo das relações entre os vizinhos regionais. Neste sentido, a iniciativa angaria relativo consenso entre os diversos setores públicos e privados das unidades nacionais e seus governos como uma base para o aprofundamento da integração regional, para uma inserção internacional de maior autonomia e por uma participação mais competitiva no mercado global. No geral, faz-se alusão a infraestrutura como uma plataforma para o desenvolvimento regional sul-americano, uma plataforma que auxilie a América do Sul a dar um salto maior no seu desenvolvimento.

No entanto, a IIRSA, como toda e qualquer iniciativa de planejamento, se baseia em pressupostos, os quais, de um certo ponto de vista, podem, no mínimo, serem questionados. De um outro ponto de vista, na perspectiva compartilhada por Zibechi (2006), antes de favorecer ao verdadeiro aprofundamento da integração regional, deve-se encarar a IIRSA como um processo que se enquadra “na medida das demandas do mercado e dos interesses transnacionais do empresariado”, com orientações neoliberais e propósitos de mercantilização dos recursos do espaço sul-americano que transformam “relevos naturais” em “barreiras geográficas” e visam a (re)funcionalização das fronteiras dos territórios. (ZIBECHI, 2006, p.5). De modo correlato, de acordo com Ceceña et. al (2007, p.12), a IIRSA faz parte de uma “territorialidade da dominação”. Em alusão ao pensamento da obra seminal do escritor uruguaio Eduardo Galeano, “Las venas abiertas de America Latina”, de 1971, a autora aponta que a IIRSA nasceu como parte de um novo plano geral para negociar recursos naturais estratégicos em larga escala. Nas palavras da autora, a IIRSA

busca trazar nuevas rutas, adecuadas a la geografía económica del siglo XXI: las nuevas venas abiertas hacia el imperio que responden a nuevas necesidades y a una diferente selección de las materias primas y los llamados recursos estratégicos. Caminos que conecten los grandes centros de producción y consumo del mundo, que abaraten y aceleren los traslados y que al mismo tiempo refuercen la vigilancia y el control sobre los mismos es el objetivo. Hacer fluir el corazón de las selvas o las profundidades de las minas hacia los centros industriales y, a la inversa, llevar el espíritu industrial y competitivo hasta el centro de las selvas y minas. Agilizar los desplazamientos diversificando sus medios: ferrocarriles, autopistas, ríos, canales y cables de fibra óptica. Transformar el territorio. Adecuarlo a las nuevas mercancías, a las nuevas tecnologías y los nuevos negocios. Cuadricularlo, ordenarlo, hacerlo funcional y... productivo. Ese es el modo capitalista de entender la naturaleza y relacionarse con Ella. (CECEÑA et al., 2007, p.12-13).

2.3. “Mitos colonizadores” e “Teses equivocadas” da IIRSA.

Doravante, a partir desta concepção de “eixos” de desenvolvimento, definidos também como “pontes” a serviço da integração regional e consolidação de fluxos comerciais, a IIRSA argumenta a favor da priorização de investimentos na construção de infraestruturas planejadas primordialmente a partir da potencialidade de ligação entre pontos relativamente distantes, cujo extremo seria a ligação entre o Oceano Atlântico e o Oceano Pacífico. De um ponto de vista analítico, conforme prioriza tais “eixos”, a visão de planejamento regional para a implementação de infraestruturas proposta pela IIRSA acontece em detrimento de um planejamento maiormente pautado por dinâmicas e demandas “locais” ou “localizadas”.

De tal forma, ao colocar em primeiro lugar a implementação de infraestruturas voltadas para o incremento dos “fluxos” de escala global, coloca-se em segundo plano a importância de possíveis outros “fluxos” de escala menos ampliada. Assim sendo, esta concepção da integração física pode levar à uma certa marginalização de particularidades daqueles que podem ser entendidos como simples “espaços de trânsito” ou “zonas de passagem”, por onde estas “pontes” cruzariam até ligar um ponto de produção ao ponto de escoamento ou de consumo.

Neste sentido, de acordo com Porto-Gonçalves (2011), apesar do discurso integracionista, é possível constatar na IIRSA a reprodução da lógica da “colonialidade do poder”, conforme a perspectiva presente na corrente de pensamento do “pós-colonialismo” inaugurada por autores como Aníbal Quijano (1992, p.2), que identificam na América Latina o fato de que “o fim da colonização não significou o fim da colonialidade”, defendendo que existe uma “mentalidade colonizada” do poder e do saber e que esta “colonialidade” se faz presente como uma limitação no pensar e no agir dos agentes com poder decisório desta parte

do mundo. Segundo Porto-Gonçalves e Quental (2012, p.13), a iniciativa IIRSA atualiza vários “mitos colonizadores” ligados à ideia de “conquista do espaço”, como se o mapa da América do Sul estivesse configurado por áreas de “vazios demográficos” e “ilhas isoladas”. Nas palavras dos autores,

[...] esses processos de construção de infraestrutura para a região têm sido marcados por uma lógica territorial que concebe grandes áreas do espaço geográfico sul-americano como sendo “vazios demográficos”. Essa concepção oculta o fato de que muitas dessas áreas não apenas são ricas em biodiversidade como também são ocupadas por uma grande diversidade de populações. Nesse sentido, tem sido dominante uma visão onde a natureza, com seus complexos biomas e domínios morfoclimáticos, é compreendida como simples obstáculo a ser superado pela engenharia e, ainda, onde povos e comunidades das mais diversas tem seus territórios e suas vidas concebidas como sendo prescindíveis. Não por acaso, a expropriação de muitas populações de suas terras, bem como a ocorrência de inúmeros conflitos territoriais, tem sido recorrente na execução dos empreendimentos de integração de infraestrutura regional ora em curso. (PORTO-GONÇALVES; QUENTAL, 2012, p.13)

Desconsidera-se assim, como no caso de muitos espaços da Amazônia, o valor do processo histórico de resistência dos povos nativos sul-americanos e a presença de outras “territorialidades” que “produzem espaços” de outras formas e em outros ritmos que não são necessariamente aqueles ditados pelo capital. Como exemplo disto tem-se a pressão que estas obras de infraestrutura exercem sobre a presença de outras “territorialidades” que, na Amazônia, são principalmente representadas por territórios indígenas e territórios de conservação ambiental como parques e reservas naturais nacionais que invariavelmente serão influenciados ou, até mesmo, “recortados” por novas infraestruturas previstas pela IIRSA, sob o pretexto da integração regional.

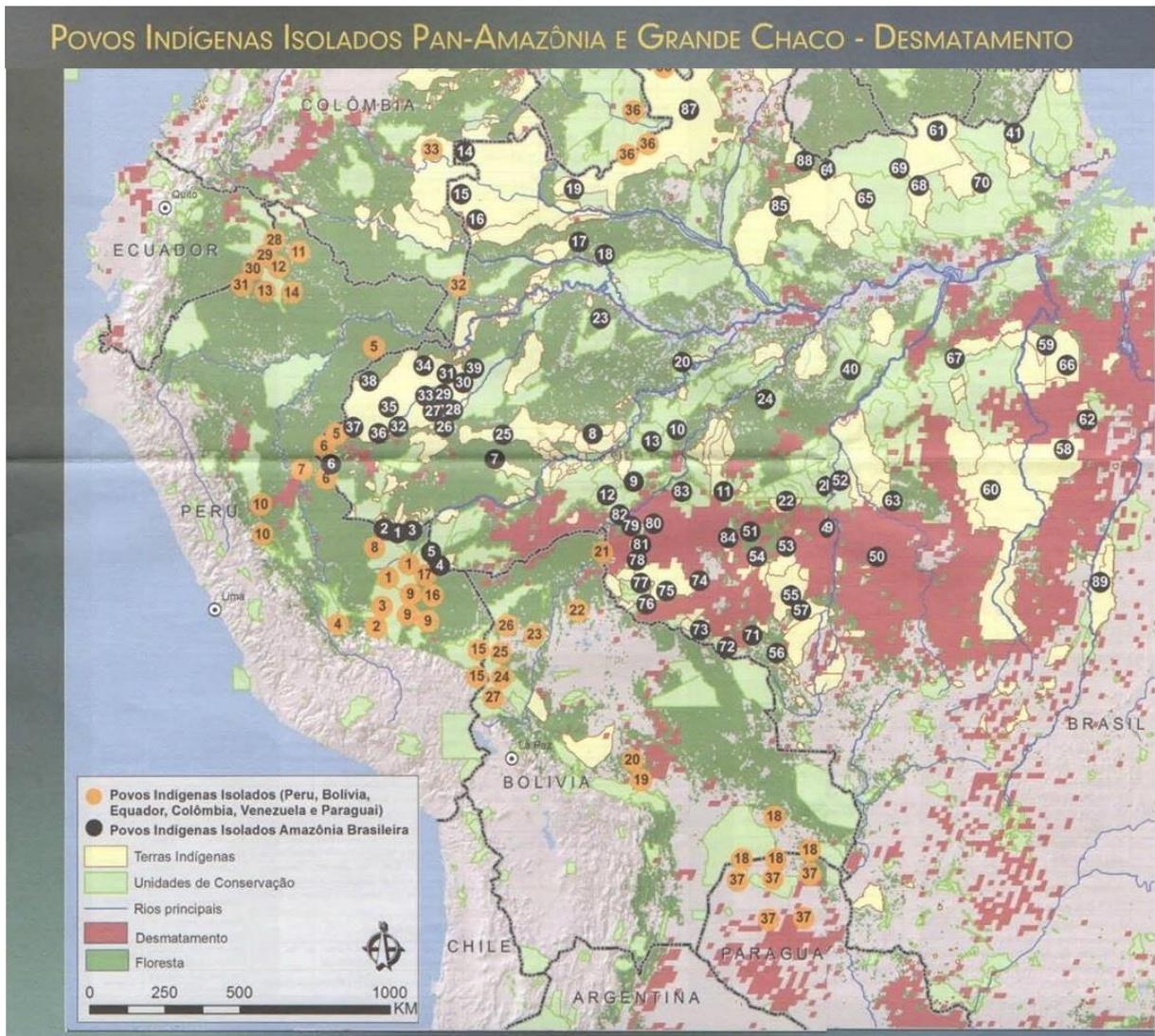
Neste sentido, levantamentos como o realizado pelo LEMTO – Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades, identificam uma situação de “múltiplas territorialidades em tensão” ao longo dos eixos previstos pela IIRSA, conforme a presença de inúmeros movimentos sociais de comunidades locais que defendem seus espaços ameaçados pela expansão de obras de infraestrutura. Conforme apontam Porto-Gonçalves e Quental (2012, p.15);

Em pesquisa realizada pelo LEMTO – Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades da UFF – foram identificados ao longo dos 8 Eixos da IIRSA, num levantamento ainda exploratório, múltiplas ações de grupos sociais que defendem seus espaços que vêm sendo ameaçados pela expansão dessas obras e dos interesses que lhes acompanham. Neste levantamento foram identificados mais de 555 diferentes comunidades/povos/etnias indígenas, mais de 222 comunidades

camponesas, mais de 115 comunidades de pescadores, mais de 199 comunidades quilombolas/cimarrones, [...] entre outras identidades/territorialidades. Enfim, mais de 900 territorialidades foram identificadas a partir de algum nível de mobilização ao longo dos oito eixos, o que nos indica o potencial de conflito ou o nível de conflitividade em torno da IIRSA.

Em especial nas áreas amazônicas de fronteira nacional, a histórica dificuldade de acesso terrestre ajudou a manter a maior preservação ambiental e um maior distanciamento de comunidades indígenas nativas em relação aos modos de produção capitalista e costumes da “sociedade moderna”. Conforme é possível notar no mapeamento realizado por Loebens e Neves (2011), exposto ao final do parágrafo, a grande maioria dos povos indígenas considerados em “isolamento voluntário”, que representariam um dos extremos daquilo que pode ser definido como sociedade “não-capitalista”, estão concentrados nestas áreas de fronteira entre países amazônicos, onde ainda predominam vastas áreas de floresta com níveis recordes de biodiversidade no mundo e que servem de refúgio para estas tribos indígenas que preservam uma cultura milenar e podem ser considerados um dos últimos resquícios das últimas sociedades pré-agrícolas de nômades no mundo que vivem apenas da caça, pesca e coleta. Assim sendo, a partir do plano da IIRSA de preencher as lacunas de infraestrutura, baseado em estabelecer “pontes” para “transportar” estas zonas “isoladas” e “conectar” as fronteiras e os oceanos, é de se esperar uma influência direta e indireta extremamente problemática sobre a realidade destes povos e mesmo sobre as políticas oficialmente assumidas pelos governos que atualmente reconhecem o direito ao isolamento destes povos e promete proteção.

Mapa 3 - Povos Indígenas Isolados na América do Sul



Fonte: Imagem extraída de LOEBENS; NEVES (2011).

Historicamente, ao garantir um acesso facilitado a estes novos espaços, as rodovias são infraestruturas que favorecem a uma exploração indiscriminada e predatória dos recursos naturais, tornando-se mais uma ameaça do que um benefício para a preservação da floresta amazônica e para a integração plena do modo de vida destes povos amazônicos. Na Amazônia brasileira, estudos como de Alves (2001), calculam que 90% do desmatamento acumulado está concentrado em uma faixa de 50 quilômetros em ambas as margens das principais rodovias. Um claro exemplo deste efeito ambiental devastador são as tentativas muitas vezes inacabadas de consolidação de uma malha rodoviária através dos “eixos de integração e desenvolvimento transamazônicos” como o são as rodovias que visam a ligação terrestre entre grandes cidades amazônicas tão distantes quanto a Cuiabá – Santarém (BR-263), Manaus – Boa Vista (BR-174), Manaus – Porto Velho (BR-319), a Transamazônica (BR-230) e

Perimetral Norte (BR-210). São estes os principais “eixos”, em grande parte sucateados devido à falta de manutenção e ao mal planejamento, que na Amazônia brasileira representam os verdadeiros rastros da devastação ambiental. (ALVES, 2001; NEPSTAD et al, 2001; FEARNSSIDE, 2005)

Esta perspectiva sobre a IIRSA indica a tendência de que grupos sociais e realidades locais apareçam como um obstáculo à este novo desejo de configuração territorial. Assim, é possível estabelecer um diálogo com a caracterização feita por Rosa Luxemburg (2003) em sua análise da continuidade da “acumulação primitiva” enquanto fenômeno caracterizado pela dependência do capital em lançar mão de práticas “neocoloniais” sobre “sociedades não-capitalistas”. Especialmente na Amazônia, os “eixos” e as grandes obras de infraestrutura da IIRSA preveem a construção das condições materiais necessárias à um maior avanço do modo de produção capitalista para rincões com recursos naturais praticamente inexplorados pelo capital, onde estão localizadas também o maior número de sociedades nativas amazônicas ainda consideradas “não-capitalistas”. Neste sentido, como afirma Porto-Gonçalves (2011, p.147),

ignorar a “região” e privilegiar os “fluxos” que circulam pelos “eixos” implica reconfigurar, desconfigurar e configurar blocos de poder que, como visto, estavam antes conformados pelas unidades territoriais dos diferentes Estados[...]. Além disso, ao privilegiar uma integração regional na perspectiva das oportunidades que se abrem nos mercados mundiais, não se parte das realidades locais a serem viabilizadas e, deste modo, são ignorados os grupos sociais que se forjam nestas escalas, os quais tendem a aparecer como obstáculos a este projeto.

Em consonância com estas perspectivas, em uma linha de raciocínio semelhante, Stavenhagen (1981) elenca uma série de formas pelas quais nos países em desenvolvimento da América Latina a discussão acerca dos problemas de desenvolvimento econômico reproduzem algumas “teses equivocadas” que escondem uma realidade de “colonialismo interno”, onde o tipo de relações estabelecidas no passado colonial da América, entre “colônias de exploração” e “metrópoles”, se repete dentro dos próprios países latino-americanos entre “pólos de crescimento”, como o são por exemplo as grandes zonas urbanas nacionais, em relação às zonas consideradas “arcaicas” ou “isoladas” do restante do país, como o são muitas áreas da Amazônia. Nas palavras do autor,

En la actualidad, la misma relación subsiste. Lo importante no es *la existencia* de dos "sociedades", es decir, de dos polos que contrastan entre sí en términos de diversos índices socioeconómicos, sino *las relaciones* que existen entre estos dos "mundos"[...] Además, estas zonas "arcaicas" son generalmente exportadoras de materias primas, también baratas, a los centros urbanos y al extranjero. [...] En otras palabras, en las áreas "arcaicas" o

"tradicionales" de nuestros países acontece lo mismo que en los países coloniales con respecto a las metrópolis. Las regiones subdesarrolladas de nuestros países hacen las veces de *colonias internas* y en vez de plantear la situación en los países de América Latina en términos de "sociedad dual" convendría más plantearla en términos de *colonialismo interno*. (STAVENHAGEN, 1981, p.3)

Entre as demais “teses equivocadas” apresentadas por Stavenhagen (1981), igualmente pertinentes para o entendimento da relação que pode ser constatada no conceito de “colonialismo interno”, destaca-se também a tese que o autor classifica como “difusionista”, de acordo com a qual “o progresso na América Latina se realizaria mediante a difusão dos produtos do industrialismo até as zonas atrasadas, arcaicas e tradicionais” (STAVENHAGEN, 1981, p.4).

Segundo o autor, um dos equívocos implícitos nesta tese seria o de que “o desenvolvimento do setor moderno, essencialmente expansionista, trará consigo *ipso facto* o desenvolvimento do setor arcaico ou tradicional” (STAVENHAGEN, 1981, p.4) Neste sentido, o processo de “colonialismo interno” consiste na crença acrítica no “difusionismo” do “moderno” como sinônimo de desenvolvimento e bem-estar social e que, por sua vez, identifica o “arcaico” ou “tradicional” como obstáculo à difusão do “moderno” e sinônimo de “atraso”, quando, em realidade, segundo o autor, “a tese correta seria: o progresso das áreas modernas urbanas e industriais da América Latina se faz às custas das zonas atrasadas, arcaicas e tradicionais.” (STAVENHAGEN, 1981, p.4).

2.4. O Brasil e a “corrida ao Pacífico”

Para o Brasil, enquanto país voltado unicamente para o Oceano Atlântico, a integração física com os demais territórios nacionais sul-americanos possui uma particularidade estratégica cada vez mais presente nas relações internacionais do país. Conforme as anteriormente citadas características histórico-geográficas da divisão dos territórios nacionais na América do Sul, tal particularidade pode ser resumida pelo interesse nacional brasileiro em aperfeiçoar “portais” de conexão com o Oceano Pacífico, através do território de seus vizinhos, com o objetivo de incrementar o escoamento da produção nacional brasileira e assim diminuir o tempo de rotação do capital e fortalecer a competitividade dos produtos brasileiros no mercado mundial. Assim, a então denominada “corrida ao Pacífico” assemelha-se ao caráter geopolítico econômico do que foi a “marcha para o Oeste” nos Estados Unidos da América e reflete a busca deste interesse particular brasileiro na realização

de obras de infraestrutura em territórios vizinhos, cujas motivações se encontram em grande parte na crescente participação do intercâmbio comercial com a China que, atualmente, ocupa a primeira posição entre os parceiros comerciais do Brasil e se coloca como o novo centro dinâmico da economia mundial.

No discurso de abertura do I Seminário Internacional de Cofinanciamento BNDES/CAF, em 2003, que marcou um acordo conjunto entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social do Brasil e a Corporação Andina de Fomento, também voltado para discutir mecanismos de financiamento e “eleger projetos de infraestrutura de alcance regional” para a carteira de projetos da IIRSA, nas palavras proferidas pelo então recém empossado presidente do BNDES, Carlos Lessa:

Meus senhores, toda vez em que olho o mapa do Novo Mundo, sempre fico levemente desconfortável quando percebo o que aconteceu na parte norte do continente, em relação à parte sul. Há 200 anos que a parte norte do Novo Mundo está ligada de costa a costa; há 200 anos existem sinergias de imensa importância entre os lados do novo mundo banhados pelos dois maiores oceanos da Terra. Nós estamos chegando ao terceiro milênio e não completamos estas ligações fundamentais. Na verdade, o nosso continente ainda padece de uma histórica extroversão e, para que ninguém ponha o boné, eu acuso o Brasil disto que é olhar muito para o oceano, olhando relativamente pouco para o seu interior. (LESSA, 2003)²⁰

Vale destacar que a concepção de um espaço dividido em “ilhas” territoriais, assim como o plano de conexão entre elas através de obras de infraestrutura orientadas por “eixos”, são anteriores ao advento da IIRSA. Na verdade, com a proposta da IIRSA no ano de 2000, o espaço da América do Sul passa a experimentar a expansão dessas metodologias de planejamento territorial já em implementação no território nacional brasileiro desde a década de 1990. Apresentadas originalmente pelo engenheiro brasileiro Eliezer Batista da Silva, ex-ministro de Minas e Energia durante o mandato presidencial de João Goulart e ex-presidente da Companhia do Vale do Rio Doce, uma das maiores mineradoras do mundo, a concepção destes eixos aparece formalizada pela primeira vez introduzido no Plano Plurianual 1996-1999, como uma “orientação oficial de estratégia de desenvolvimento territorial”, em um estudo encomendado pelo próprio BNDES, onde aparecem registrados como conceito inovador de planejamento territorial nacional os denominados “Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento” (ENID). (RODRIGUES, 1996) Assim, a posterior incorporação desta

²⁰Discurso na íntegra disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/seminario/caf_abertura1.pdf

concepção pela iniciativa IIRSA corresponde à “regionalização” e “complementaridade” de um tipo de planejamento territorial já em desenvolvimento no território brasileiro.

Sobre o BNDES, pode se dizer que o banco nacional foi um dos principais órgãos do governo brasileiro envolvidos na IIRSA. Sua importância para a evolução dos projetos da IIRSA diz respeito ao aporte financeiro do banco destinado a financiar serviços prestados por empresas brasileiras na construção de obras de infraestrutura nos países vizinhos, assim como nas obras de infraestruturas previstas pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no território brasileiro. No anteriormente já citado Balanço de Política Externa dos dois mandatos do governo Lula da Silva, a importância da participação do BNDES na IIRSA é exaltada da seguinte maneira:

Se a IIRSA obteve êxito no que diz respeito à implantação de metodologia e estabelecimento de uma carteira de projetos prioritários, o mesmo não pode ser dito quanto à viabilização de financiamentos para as obras. Não obstante a presença do BID, CAF e Fonplata no Comitê de Coordenação Técnica (CCT) da IIRSA, e de sua contribuição financeira para a elaboração desses projetos, a maior parte dos resultados obtidos nos últimos anos no desenvolvimento da infraestrutura física regional em termos de obras executadas podem ser atribuídos aos programas brasileiros de financiamento à exportação, a cargo do BNDES e do BB-Proex, bem como à atuação individual da CAF. O Brasil aprovou, desde 2003, mais de US\$ 10 bilhões em financiamento a obras de infraestrutura na região. (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2011, p.141).

Nos mapas abaixo, apresenta-se a localização dos primeiros projetos priorizados pela primeira *Agenda de Implementación Consensuada* (AIC 2005 - 2010) da IIRSA e depois, apresenta-se também um mapa com as rotas em destaque nas cores vermelha e azul que representam os “eixos” de conexão territorial (por vias terrestre e fluvial) escolhidos como “caminhos mais aptos” para dar um impulso inicial na integração física da América do Sul. Conforme exposto pelas imagens abaixo, a localização destes projetos da AIC e dos “eixos” destacados é possível notar uma especial orientação rumo ao aperfeiçoamento da logística de conexão viária com o Oceano Pacífico e a “complementaridade” destas rotas com as malhas de conexão territorial já mais desenvolvidas em alguns pontos de fronteira do território do Brasil. Também, no Mapa 6, apresenta-se um mapa com os principais destinos das exportações de cada estado brasileiro, onde é notável a preponderância da China como principal país importador do Brasil.

Mapa 4 - Os 31 projetos da primeira Agenda de Implementação Consensual (AIC 2005 - 2010) da IIRSA.

IIRSA - AGENDA DE IMPLEMENTACION CONSENSUADA 2005-2010



Fonte: Extraído de IIRSA (2010).

Mapa 5 - Principais eixos viários priorizados pela IIRSA



Fonte: extraído de Porto-Gonçalves e Quental (2012, em anexo)

reside na complementaridade que fornece para a consolidação de um “eixo” terrestre de ligação entre a malha rodoviária brasileira que se estende até o Oceano Atlântico e a malha rodoviária peruana até os portos do Oceano Pacífico no sul do país. Vem daí sua denominação de “interoceânica”, apesar de ser uma rodovia que percorre o interior de uma das áreas mais bem preservadas ambientalmente do mundo, no departamento de Madre de Dios na Amazônia peruana, distante milhares de quilômetros dos oceanos.

Neste sentido, de acordo com Amayo Zevallos (1993, p.147), desde os primeiros anúncios do interesse do governo do Brasil em construir um corredor de acesso ao Oceano Pacífico utilizando o território peruano como “zona de passagem”, - como havia sido o possível projeto outrora denominado “Estrada Acre-Tóquio,” - um tema que deve estar presente na discussão sobre a rodovia é a sugestão de que “os territórios sobre os quais a estrada deverá passar importam somente como inevitável zona de passagem entre o Brasil e seu objetivo, realmente valioso, que é a comunicação com o nordeste asiático e a costa ocidental dos EUA.” (AMAYO ZEVALLOS, 1993, p.147)

3. A conexão “interoceânica” através da Amazônia do Peru como o maior legado deixado pela IIRSA: a “IIRSA SUR”, ou “Corredor Vial Interoceânico do Sul”, ou ainda, Rodovia Interoceânica.

Apesar da grande área de fronteira compartilhada entre o Peru e o Brasil²¹, foi apenas no início do século XXI, como um projeto da IIRSA, que começou a ser construída a primeira rodovia de ligação terrestre entre estes países. Do lado brasileiro, com o plano “Brasil em Ação” de 1999, começaram as obras finais de pavimentação da BR-317 no Acre, sendo a única rodovia federal a chegar até a fronteira com Peru, na cidade de Assis Brasil, às margens do Rio Acre. (CARDOSO, 1998, p.163) De tempos em tempos, boa parte desta rodovia precisa ser reformada ou até reconstruída, assim como ocorre em muitas rodovias na Amazônia, devido à deterioração causada pelas intempéries e chuvas intensas do clima amazônico.

Do lado peruano, um primeiro esboço do traçado de um caminho de conexão por vias terrestres até a fronteira com o Brasil apareceu originalmente no horizonte das relações entre os dois países no início da década de 1980, quando foi assinado o primeiro *Acuerdo de*

²¹São aproximadamente 2,7 mil quilômetros de fronteira entre Brasil e Peru, extensão que fica atrás apenas dos 3,1 mil quilômetros de fronteira entre Brasil e Bolívia. Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <http://teen.ibge.gov.br/noticias-teen/2874-limites-brasileiros-na-america-do-sul.html>

*Interconexión Vial Peru – Brasil*²², no qual os governos acordaram dar prioridade ao caminho de conexão terrestre no extremo sul da área de fronteira, entre a cidade peruana de Iñapari, no departamento de Madre de Dios, e a cidade brasileira de Assis Brasil, no estado do Acre. Nesta época, foram abertas as primeiras “*trochas carrozables*” ou, estradas rudimentares de penetração na selva amazônica do departamento de Madre de Dios até a fronteira com o Brasil. Porém, tratava-se de um caminho que levava um grande tempo de viagem, inseguro, e também, assaz intermitente, praticamente inoperante ao longo do período de chuvas fortes na região que geralmente acontece entre o mês de novembro até o mês de abril.

Nos anos seguintes, conforme aponta Amayo Zevallos (1993, p.147), este projeto de rodovia foi discutido e promovido pelos governos, inclusive pelo embaixador brasileiro no Peru, Raúl Fernando Leite Ribeiro²³, e também por empresas brasileiras, como a Odebrecht S.A.²⁴, mas não chegou a ser realizado. No congresso brasileiro, em sessão de 1989, debatia-se a construção da rodovia com a denominação de a estrada Acre-Tóquio. (AMAYO ZEVALLOS, 1993)

Segundo Barrantes (2014, p.117), esta interconexão através do departamento de Madre de Dios ganhou mais força em relação a outras alternativas²⁵ de ligação com o Brasil, a partir da década de 1980, em especial, “*por el apuro del Brasil para tener una salida hacia el océano Pacífico*”, levando-se em conta a extensão das estradas brasileiras existente até então e a proximidade com a capital do estado do Acre, Rio Branco. Além disto, este caminho teria cobrado maior importância também devido a pré-existência da cidade de fronteira de Iñapari e pelos benefícios potenciais que seriam obtidos pela macrorregião sul do Peru, onde as lacunas de infraestrutura são maiores em relação ao restante do território nacional. (BARRANTES et al., 2014, p.117).

Entretanto, somente mais de vinte anos depois, com a iniciativa de Integração de Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) e sua primeira agenda de projetos prioritários, lançada em 2005, este traçado ganhou uma prioridade definitiva e foram investidas grandes

²² Tratado firmado em 26 de junho de 1981. (NOVAK; NAMILHAS, 2013)

²³ Segundo o embaixador brasileiro em entrevista concedida a um periódico no Peru, a rodovia seria um grande caminho para a de integração, que possibilitaria exportar toneladas de produtos. (AMAYO, 1993)

²⁴ A relação histórica da Odebrecht S.A. com a rodovia interoceânica será tratada mais adiante.

²⁵ A outra alternativa seria através do departamento de Ucayali na região central do território peruano, através da conexão da cidade de Pucallpa (cidade que possui cerca do dobro da população do departamento inteiro de Madre de Dios) com a cidade de Cruzeiro do Sul, no Brasil. Estaria também a favor desta alternativa o fato de Pucallpa estar muito mais próximo da fronteira com o Brasil, porém, além de ser uma cidade menor do que Rio Branco, Cruzeiro do Sul não possuía, até 2011, uma rodovia de ligação com o restante da malha rodoviária brasileira. De acordo com Barrantes (2014) estudos para a realização desta conexão existiam desde o governo Belaúnde (1963 - 1968), mas fracassaram em grande parte devido a maior complicação geográfica da área fronteira da Serra do Divisor. (BARRANTES, 2014, p.117). Todavia, dentro da própria IIRSA este projeto está previsto e se encontra em etapa de estudos.

quantias para transformar as antigas estradas de chão em um caminho modernizado através do projeto hoje também conhecido como a IIRSA SUR ou “rodovia interoceânica”. A partir de 2006, começaram as primeiras obras de trafegabilidade e posterior pavimentação das estradas que cruzam Madre de Dios, além da construção de dezenas de pontes sobre seus rios.

Na história recente, a IIRSA e alguns de seus projetos em território peruano constituíram uma das principais dimensões estratégicas da relação bilateral entre Peru e Brasil e nele foram investidos grandes esforços diplomáticos e investimentos de dinheiro público dos cofres peruanos. De certo modo, o Peru foi o país sul-americano cujos consecutivos governos assumiram o processo de integração física e a bandeira levantada pela IIRSA com maior ênfase. No país, a sigla “IIRSA” e o caráter “interoceânico” foram incorporados a projetos de infraestrutura de transportes de grande envergadura que, apesar de já existirem há um bom tempo, careciam de prioridade no financiamento e “vontade política” ou mesmo devido a maiores certezas quanto a aspectos estratégicos básicos, como a viabilidade econômica de médio e longo prazo. Com a IIRSA, tais projetos foram alçados a uma categoria prioritária, como projetos estratégicos para estabelecer a conexão dos “Eixos de Integração e Desenvolvimento”. Nos últimos dez anos, o país assinou contratos de concessão para construção e/ou reabilitação, operação e manutenção de aproximadamente 4 mil quilômetros de malha rodoviária e centenas de pontes, que estão divididos entre as concessões que levam os nomes de IIRSA Centro (377 Km)²⁶, IIRSA Norte (1044 Km)²⁷ e IIRSA Sur (2600 Km). Destas, tanto as rodovias da IIRSA Sur, como da IIRSA Norte, estão concessionadas a consórcios formados majoritariamente por grandes empresas brasileiras, como veremos mais adiante.

Especialmente as obras referente a IIRSA Sur, que há décadas constavam nos planos nacionais de infraestrutura mas não haviam sido efetivadas, foram finalmente priorizadas conforme a influência pela qual o modelo de integração regional proposto pela IIRSA passou a contemplar a região de Madre de Dios como uma estratégica “área de trânsito” ou “zona de passagem” para a conexão final entre os oceanos e um “portal” para chegar ao Oceano Pacífico a partir do Acre, notadamente, a parte do território brasileiro mais próxima deste oceano.

²⁶ Mais detalhes sobre a IIRSA centro em OSITRAN. Disponível em: https://www.ositran.gob.pe/joomlatools-files/docman-files/RepositorioAPS/0/0/par/000001-TEMP/INFORMES/ID2016_IIRSA_CENTRO_T2.pdf

²⁷ A IIRSA Norte é uma rodovia que liga o porto marítimo da cidade de Paíta até o porto fluvial na cidade de Yurimáguas. Mais detalhes favor consultar em OSITRAN: <https://www.ositran.gob.pe/carreteras/iirsa-norte-paita-yurimaguas.html>

No caso do trecho da rodovia construída em Madre de Dios, apesar de estar no coração da Amazônia peruana e há milhares de quilômetros dos oceanos, é este caráter “interoceânico” que a transformou em um projeto emblemático que representa o principal objetivo da IIRSA enquanto processo de integração regional na América do Sul. Através da ideia presente na IIRSA, quando qualifica os denominados projetos “âncora” (ou “projetos-chave”) dentro de cada “eixo” que serviriam para romper o isolamento de regiões e superar os “*cuellos de botella*” (ou “estrangulamentos”) da integração física sul-americana, ao espaço de Madre de Dios foi conferida uma posição estratégica. Dentro do o projeto rodoviário IIRSA SUR que em sua totalidade vai da Amazônia ao Oceano Pacífico, cruzando os Andes, o trecho que cruza Madre de Dios foi último e mais difícil a ser construído, onde as obras de construção de cerca de 403 quilômetros de rodovia tiveram que começar praticamente do zero, abrindo caminhos pela selva até a fronteira Brasil-Peru.

Como exemplo de tempos anteriores à IIRSA, quando os interesses no projeto não angariavam ainda força suficiente para sua conclusão, tem-se o fato curioso de que as gigantescas estruturas metálicas da denominada ponte Continental (722m),- a maior ponte em extensão em todo o Peru, que atravessa o Rio Madre de Dios, na altura da capital do departamento, Puerto Maldonado,- haviam sido importadas da Áustria e entregues ao governo peruano ainda na década de 1980, mas ficaram guardadas em armazéns de Puerto Maldonado por quase 30 anos, até que foram finalmente montadas somente em 2011, marcando a inauguração e conclusão final do projeto CVIS ou IIRSA SUR.²⁸

O importante a notar acerca destes aspectos conferidos ao projeto da IIRSA em Madre de Dios é que eles supostamente carregam consigo noções que, todavia, se mostraram superestimadas. Uma delas é a de que a ausência da rodovia é a causa principal da falta de desenvolvimento socioeconômico das regiões isoladas. Além disto, tem-se também a superestimação de expectativas quanto a conclusão da rodovia vir a se transformar em um caminho que possibilitaria uma maior liberdade de fluxos comerciais “em potencial”, como se a abertura do caminho liberasse um fluxo potencialmente contido, algo que, como veremos a seguir, ficou demonstrado não ser verdadeiro, pelo menos no curto e médio prazo de conclusão do projeto. Neste sentido, esta superestimação da capacidade de desenvolvimento que a construção de uma rodovia pode aportar, se assemelha a uma das teses equivocadas sobre a América Latina conforme propõe Stavenhagen (1981), quando afirma que as relações entre espaços mais desenvolvidos pelo capital e espaços “arcaicos” reproduz relações de

²⁸ Segundo informação da empresa Waagner-Biro, que realizou a montagem final da ponte. Maiores informações, ver em: <http://www.waagner-biro.com/en/divisions/bridge-construction/references>

exploração colonial e se processa nos moldes do colonialismo interno. O equívoco está na crença de que a rodovia, enquanto difusão de um produto do industrialismo, ao levar a modernidade, traz consigo *ipso facto* o progresso, quando na verdade seria mais correto afirmar que a difusão do modernismo capitalista dentro dos países latino-americanos se processa através do aproveitamento das condições econômicas de sociedades localizadas em zonas “atrasadas” ou “isoladas” do restante da sociedade nacional para que as áreas consideradas mais avançadas e modernas continuem avançando e se modernizando às custas da incorporação destas novas sociedades e seus espaços como novos meios de produção. (STAVENHAGEN, 1981, p.4)

Além disto, como veremos, tais projetos de novas rodovias da IIRSA pelo Peru, tornaram-se o epicentro de uma série de casos de corrupção e lavagem de dinheiro, entre outros crimes, envolvendo o atual presidente e os últimos ex-presidentes peruanos, conforme recentemente revelado por investigações policiais originadas pela operação “Lava Jato” no Brasil e suas repercussões em cortes judiciais dos Estados Unidos e Peru. Estas investigações têm como um dos principais alvos a empresa brasileira Odebrecht S.A., que conquistou as concessões para construção e operação destes novos trechos rodoviários em solo peruano.

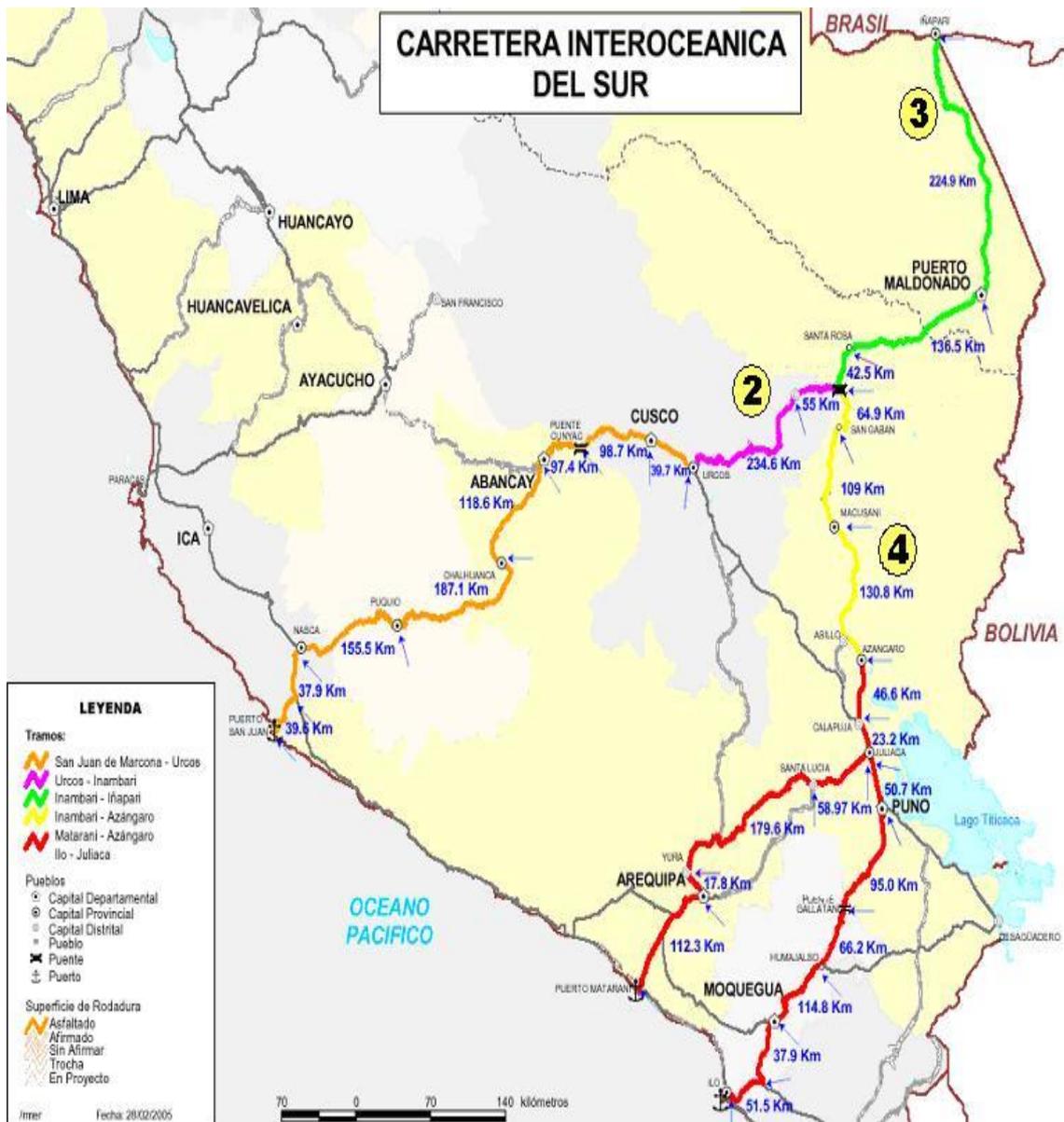
Assim, na sequência do presente capítulo apresenta um levantamento dos principais dados do investimento público realizado pelo Peru e a atual situação de utilização da rodovia como caminho de integração regional entre Peru e Brasil. Da análise de tais dados, faz-se um balanço acerca das expectativas positivas depositadas neste projeto de infraestrutura em contraposição aos altos custos e à sua atual subutilização relativa como corredor logístico de escoamento de produtos brasileiros e intercâmbio comercial entre ambos países, ou mesmo como projeto de desenvolvimento da macro-região sul peruana. Além disso, são apresentadas também um resumo sobre os principais casos de corrupção e lavagem de dinheiro, ainda em investigação, envolvendo diretamente a “IIRSA SUR” (como também são denominados os projetos de rodovias que conformam o Corredor Vial Interoceânico do Sul (CVIS)), a Odebrecht S.A., o atual e os últimos ex-presidentes do Peru.

3.1. Rodovias “IIRSA SUR”: os altos investimentos e a subutilização do maior projeto rodoviário da história do Peru.

Após um primeiro momento de negociações, quando cada país trouxe um elenco de projetos de infraestrutura para o âmbito da IIRSA, foi lançada a primeira Agenda de Implementação Consensual (AIC 2005-2010), com 31 projetos de infraestrutura selecionados

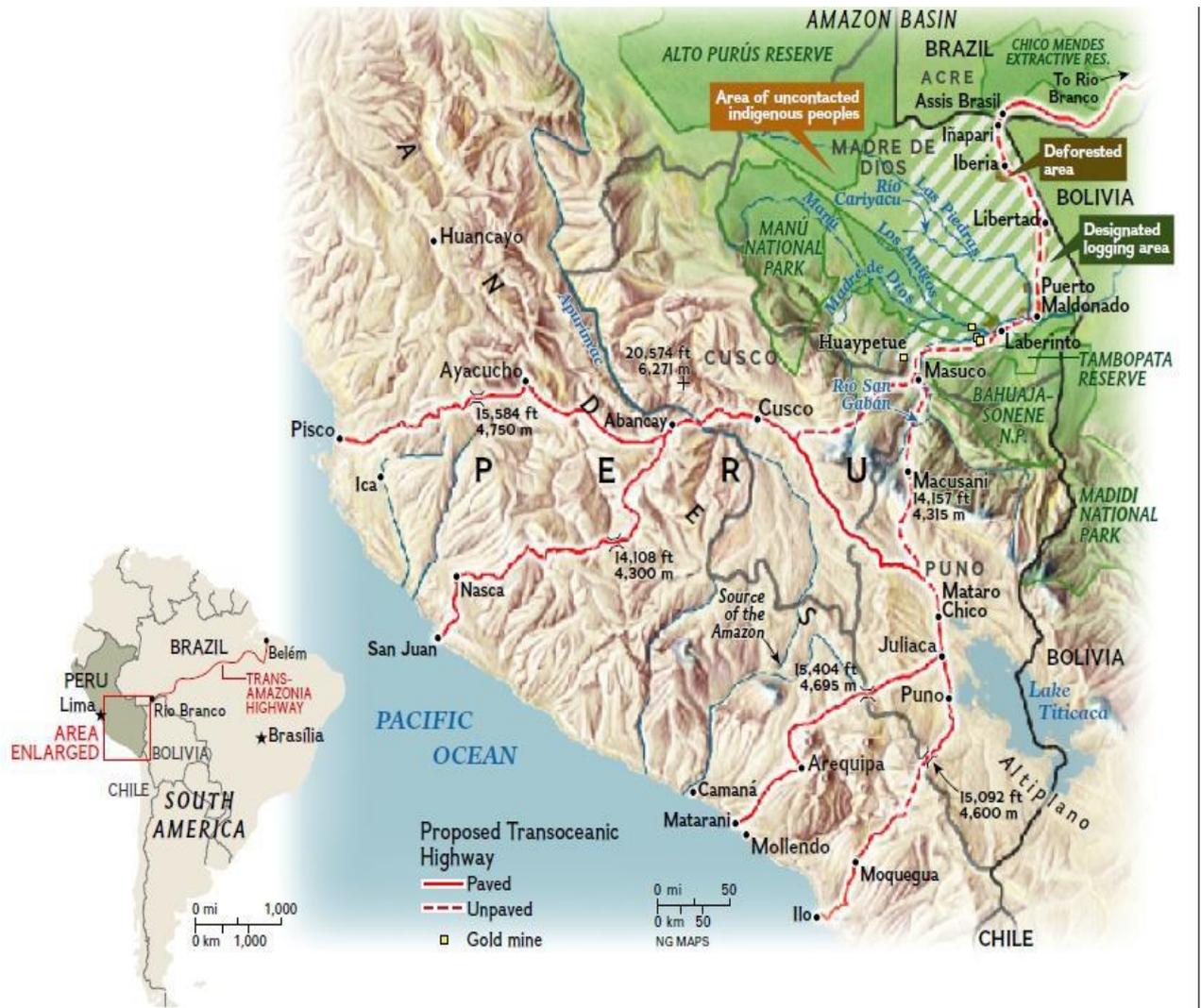
como prioritários para dar o impulso inicial da integração física da América do Sul. Entre estes, inseridos como os projetos referentes ao Eixo Peru – Brasil – Bolívia, encontram-se dois projetos. Um deles é “reabilitação” de 3 trechos viários terrestres entre as cidades peruanas: a) Iñapari – Puerto Maldonado – Inambari (trecho 3); b) Cuzco - Urcos – Inambari (trecho 2); c) Inambari – Azangaro – Juliaca (trecho 4). Somados a outros dois trechos (1 e 5), referentes a ligação destas vias com três portos no sul do Peru, nas cidades de Ilo, Matarani e San Juan de Marcona, constitui-se o *Corredor Vial Interoceánico Sur* (CVIS). Apesar de não incluídos na AIC 2005 -2010, estes trechos também foram igualmente “reabilitados” neste mesmo período, como parte do consórcio de concessão de rodovias denominadas “IIRSA SUR”.

Mapa 7 – Trechos do Corredor Vial Interoceânico do Sul.



Fonte: Ministerio de los Transportes y Comunicaciones (MTC)

Figura 2 – Recorte espacial com algumas características da região do CVIS.



Fonte: Imagen extraída de Conover (2003).

O outro projeto deste “eixo”, complementar ao CVIS, é a ponte sobre o Rio Acre, na fronteira Peru – Brasil (respectivamente entre as cidades de Iñapari e Assis Brasil). Esta ponte de 240 metros sobre o Rio Acre serviu como uma primeira demonstração de vontade política do governo brasileiro para dar impulso a integração física com o território peruano. Apesar de ser uma ponte binacional, a obra foi financiada inteiramente pelo governo brasileiro, com fundos federais da União e estaduais do Acre, custando aproximadamente R\$ 24 milhões. Informes da auditoria realizados pelo congresso brasileiro, no ano de 2005, chegaram a recomendar o não prosseguimento da obra, devido a uma série de irregularidades consideradas graves, como desapropriação ilegal, inexistência de projeto básico e

“sobrepços” no contrato que apontavam uma glosa de cerca de R\$ 14 milhões²⁹. Entretanto, a ponte já estava concluída em 2006.

De acordo com a ficha oficial do projeto na IIRSA, o objetivo do CVIS é o seguinte:

Mejorar y rehabilitar la infraestructura vial de la Macro Región Sur del Perú que vincula con los Estados de Acre y Rondonia del Brasil y así facilitar los flujos de pasajeros y carga entre dichas regiones y los mercados internacionales a los que se accede a través de la Cuenca del Pacífico, impulsando así el proceso de integración regional. El objetivo es abaratar los costos de transporte entre las ciudades amazónicas (Rio Branco, Porto Velho y Puerto Maldonado) y las ciudades andinas y costeras de Arequipa, Puno y Cusco, permitiendo una salida al Pacífico a la producción del Estado de Acre en Brasil.(IIRSA)³⁰

Concluídas em 2011, com valores de investimentos assumidos pelo Estado peruano que, segundo informe da Controladoria Geral da República (CGR), atualmente chegam a mais de US\$ 4 bilhões, tais as obras consistem no maior investimento em um projeto rodoviário já realizado pelo governo peruano de uma só vez. Dos projetos selecionados pela primeira agenda prioritária (AIC 2005-2010), as rodovias que levaram a denominação de IIRSA SUR (conforme nome dos contratos de concessão e também estampado nas cabines de pedágio das rodovias, mas também conhecidas como “estrada do Pacífico” e “rodovia Interoceânica”), consistem no maior projeto já concluído e o maior legado deixado pelos 10 anos da iniciativa IIRSA, antes de ser incorporada pela UNASUL (União das Nações da América do Sul), em 2009, como um foro técnico e parte do COSIPLAN (Conselho de Infraestrutura e Planejamento da América do Sul).

O quadro abaixo contém os valores referentes ao “investimento projetado” e “investimento comprometido” nos trechos da IIRSA Sur. Estes dados presentes nos informes da OSITRAN (Organismo Supervisor de la Inversión em Infraestructura de Transporte de Uso Publico), correspondem ao valor inicial estimado pelos estudos prévios dos contratos de concessão e ao valor atual realmente investido nas obras até então, sem contar os gastos com manutenção. Nota-se que, até o ano de 2016, em conjunto, estes valores iniciais tiveram um incremento médio de 140% em relação aos valores estimados pelos contratos firmados em agosto de 2005 (trechos 2, 3 e 4) e outubro de 2007 (trechos 1 e 5).

²⁹ Segundo auditoria realizada por comissão da Câmara Legislativa, disponível em: http://www.camara.leg.br/internet/Comissao/index/mista/orca/orcamento/OR2006/ObrasIrregulares/sintetico/26782023874620101_0457.pdf

³⁰ A ficha completa e detalhes do projeto estão disponíveis no site da IIRSA em: http://www.iirsa.org/proyectos/detalle_proyecto.aspx?h=319

Tabela 1 - Investimentos projetados inicialmente pelos contratos e Investimentos realizados até o ano de 2016 (em milhões de US\$).

	Trecho 1	Trecho 2	Trecho 3	Trecho 4	Trecho 5	IIRSA Sur (total)
Investimento de referência inicialmente projetado pelos contratos (sem incluir IGV nos trechos 2,3 e 4).	98,89	221	332	205	183,3	1,040 bilhões
“Investimentos comprometidos” real até ano 2016.	145,42	683	687	681	301,9	2,498 bilhões
Porcentagem de aumento no custo das obras até 2016.	46%	209%	106%	232%	65%	140%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pelos “Informes de Desempeño” fornecidos pela OSITRAN.

Recentemente, no início do ano de 2017, em meio aos desdobramentos da operação de investigação da Comissão “Lava Jato” no Peru (homônima àquela que ocorre no Brasil e investiga o pagamento de propinas e lavagem de dinheiro, envolvendo políticos, funcionários públicos e empresas brasileiras), a Controladoria Geral peruana, através do acesso a documentos contábeis referentes aos pagamentos anuais por obras (PAO) e por manutenção (PAMO) e dezenas de adendas³¹ nos contratos de concessão da IIRSA SUR, revelou novas quantias que correspondem ao triplo dos custos originalmente estipulados para a construção e manutenção destas rodovias. As tabelas abaixo foram extraídas de uma conferência de imprensa dada pelo então controlador geral do Peru, Edgar Alarcón, em 25 de abril de 2017, e reúnem levantamentos encontrados pela “auditoria de controle de megaprojetos”, dos quais a IIRSA Sur é uma das obras investigadas por supostos superfaturamento, entre outros casos. Nestes dados, apresentados pela Controladoria Geral da República (CGR), aparecem valores ainda maiores que totalizam um incremento que chega a um valor de US\$ 4,158 bilhões como custo total das obras nos cinco trechos de rodovias que compõe a concessão IIRSA Sur. (ALÁRCON, 2017)

³¹ Todos os contratos e adendas referentes aos trechos da IIRSA SUR disponíveis no Ministerio de Transportes y Comunicaciones (MTC) do Perú, em: https://www.mtc.gob.pe/portal/home/concesiones/conces_perubrasil.htm

Tabela 2 – IIRSA Sur: Investimentos iniciais e Incrementos, incluído gastos com manutenção e outros, segundo levantamento de auditoria realizada pela Controladoria Geral do Peru.

Incremento de la Inversión de la Concesión IIRSA Sur

Incremento del 258% de la inversión estimada inicial

TRAMO	Concesionario	Inversión inicial US\$ Millones	Incremento US\$ Millones	Inversión inicial más incrementos US\$ Millones	%
1	Survial S.A.	99	180	279	182
2	Concesionaria Interoceanica Sur - Tramo 2 S.A.: (1) Graña y Montero; (2) JJC Contratistas; (3) Ingenieros Civiles y Contratistas Generales; (4) Odebrecht	286	1 124	1 410	392
3	Concesionaria Interoceanica Sur - Tramo 3 S.A.: (1) Odebrecht; (2) Graña y Montero; (3) JJC Contratistas; (4) Ingenieros Civiles	356	775	1 131	218
4	Intersur Concesiones S.A.: (1) Andrade Gutierrez; (2) Camargo Correa; (3) Queiroz Galva o	237	869	1 106	366
5	Consortio Concesión Vial Sur: (1) Hidalgo e Hidalgo, (2) Casa, (3) Concesionaria del Norte	183	49	232	26
TOTAL		1 161	2 997	4 158	258

Fuente: OSITRAN / Provias Nacional

En relación a enero, existe un incremento por un valor de 1%, equivalente a S/ 16.7 millones.

Fonte: imagem extraída de Alarcón (2017), informe apresentado pelo controlador geral em 25 de abril de 2017.

Na figura abaixo, alguns detalhes de como estes gastos foram divididos e também uma projeção de gastos futuros até o final da concessão. Cada obra acessória ou serviços de manutenção depende da aprovação do órgão público regulador, neste caso a OSITRAN, a não ser atendimentos de emergência, como por exemplo, acidentes de trânsito ou remoção de escombros deixados por deslizamentos ou fortes chuvas. Esta é uma brecha nos contratos que, conforme apontado pela auditoria, é fonte de possíveis superfaturamentos. Em tom conclusivo de sua apresentação deste informe de auditoria o controlador recomendou que os contratos de concessão sejam revistos a favor do Estado. (ALARCÓN, 2017)

Tabela 3 - Custo atual em detalhes e Projeção de gastos futuros com manutenção.

Incremento de la Inversión de la Concesión IIRSA Sur

CONCEPTO	TRAMO					TOTAL
	1	2	3	4	5	
	(Millones de US\$)					
COSTO DEL PROYECTO (A)	279	1 410	1 131	1 106	232	4 158
Inversión	96	1 149	644	522	158	2 569
Pago Anual de Mantenimiento de Obra (PAMO)	135	0	34	35	22	226
Mantenimiento	0.3	55	180	419	0	654
Laudos Arbitrales	0	96	61	17	0	174
Otros costos ejecutados	48	110	212	113	52	535
INVERSION INICIAL (B)	99	286	356	237	183	1 161
INCREMENTO DE LA CONCESIÓN (A-B)	180	1 124	775	869	49	2 997
PROYECCIÓN GASTOS DE MANTENIMIENTO	128	52	83	66	192	521

Fuente: OSITRAN / Provias Nacional

Fonte: imagem extraída de Alarcón (2017), informe apresentado pelo controlador geral em 25 de abril de 2017.

A partir do que estes novos cálculos revelaram, José Luis Bonifaz, um dos autores de um dos principais estudos de estimativas dos benefícios econômicos que respaldaram a construção das rodovias IIRSA Sur chegou a afirmar que *“con este nuevo monto se debe afirmar hoy que la carretera no es rentable debido a la corrupción y los sobrecostos que nuestros estudios nunca avalaron ni respaldaron.”* (BONIFAZ, 2017)

Uma das expectativas depositadas na realização da rodovia era a possibilidade de escoar a crescente produção de grãos de soja do Centro-Oeste brasileiro para a Ásia através do CVIS diretamente no Oceano Pacífico. Solucionar-se-ia assim um dos maiores problemas logísticos de um dos principais produtos de exportação da economia brasileira atual, conforme aponta Théry (2004)³². Conhecidamente, a soja é moeda forte na economia brasileira. Grandes

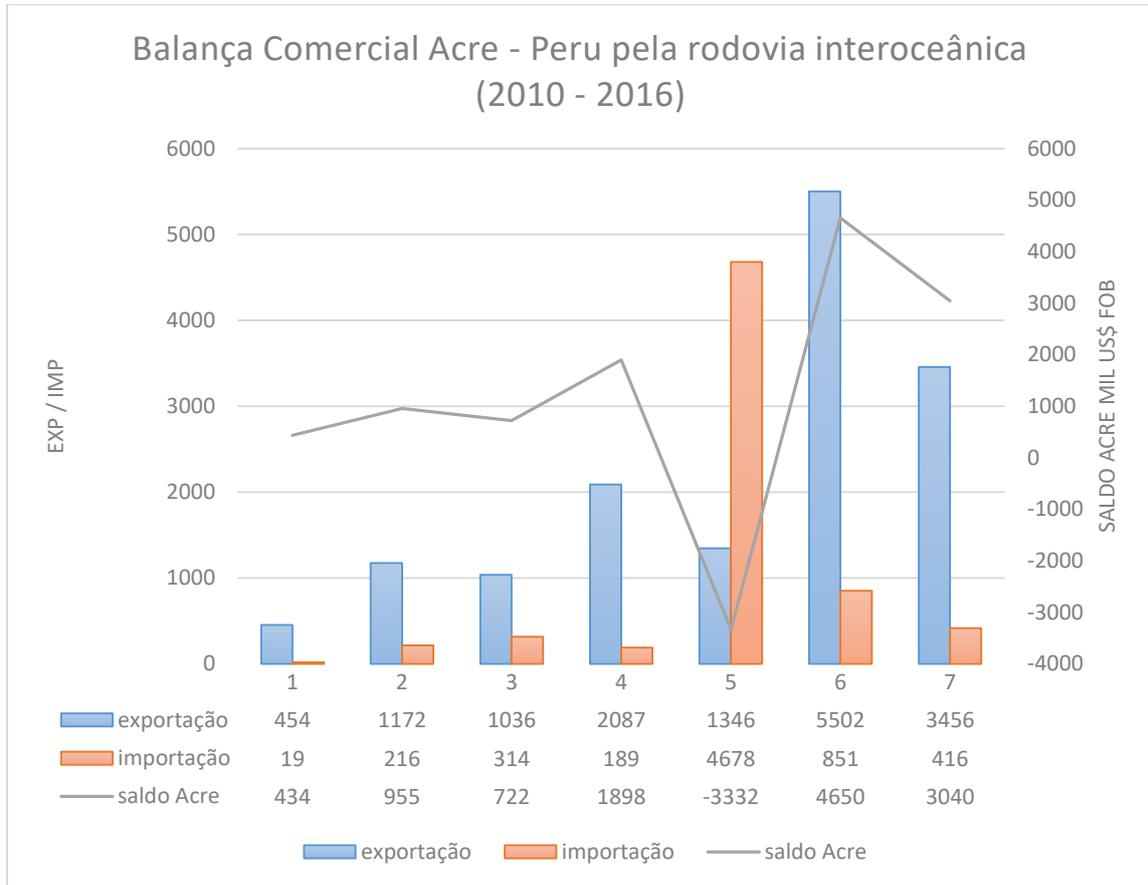
³² Esta questão logística pode ser resumida pelo que Théry (2004) resume como o problema de que em 30 anos a produção brasileira de soja se deslocou mais de 2 mil quilômetros para o norte país, se afastando cada vez mais dos portos de escoamento. (THÉRY, 2004)

projetos de rodovias na Amazônia brasileira que tiveram alto impacto ambiental, consumiram volumosos investimentos públicos e estão hoje deteriorados e por vezes disfuncionais, como a BR-319 (Porto Velho-Manaus) e a BR-163 (Cuiabá-Santarém), tiveram como motivação principal o aprimoramento do escoamento da soja brasileira no Rio Amazonas. (FEARNSIDE, 2005; FEARNSIDE, 2002)

Apesar da conclusão do CVIS, toda produção brasileira de soja continua sendo escoada pelo Oceano Atlântico, inclusive aquela com destino aos mercados asiáticos. Nenhum caminhão de soja brasileira chegou aos portos peruanos, ainda é mais barato dar a volta pelo continente. Apesar de ser o caminho relativamente mais curto, a difícil tarefa de cruzar a Cordilheira dos Andes com grandes e pesados caminhões de carga - que neste caso implica em subir e descer altitudes que chegam a mais de 4 mil metros sobre o nível do mar em uma distância de aproximadamente 300 quilômetros, como previamente havia indicado Marc Dourojeanni (2006) em seu estudo de caso sobre a rodovia interoceânica -, ainda é definitivo para inviabilizar economicamente o fluxo comercial das volumosas *commodities* brasileiras nos “portais” de saída para o Oceano Pacífico através do CVIS. Alguns estudos de engenharia de produção como de Almeida et al. (2013) apontam que o escoamento pelo porto peruano na cidade de Ilo seria economicamente viável apenas no caso de uma “pane logística” na capacidade dos principais portos brasileiros. (ALMEIDA et al., 2013)

Ainda, segundo dados peruanos do SIICEX (Sistema Integrado de Información de Comércio Exterior), nos últimos anos, cerca de apenas 2% das exportações peruanas para o Brasil foram realizadas pela via terrestre, logo, pela rodovia interoceânica em Madre de Dios. A grande maioria de 90% continua a ocorrer através da via marítima, pelo canal do Panamá, e o restante de cerca de 8% pela via aérea. (SIICEX, 2017) Neste sentido, uma outra questão que interfere na viabilidade econômica da utilização da rodovia interoceânica como caminho de intercâmbio comercial entre Brasil e Peru é a falta do denominado “frete de retorno”, ou seja, quando os possíveis caminhões de transporte de produtos brasileiros chegam nos portos peruanos a viagem de retorno acabaria sendo feita com o caminhão vazio, gerando um “falso frete” e encarecendo o frete como um todo. Este é um exemplo do quão incipiente é o intercâmbio comercial entre os dois países. Os números mostram inclusive um grande superávit histórico a favor do Brasil, que exporta muito mais em termos de valor e de volume do que importa do Peru.

Gráfico 3 - Balança do fluxo de comércio entre Acre e Peru, através rodovia Interoceânica (2010 - 2016)



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Aliceweb e MDIC/SECEX.

O gráfico acima apresenta os valores do fluxo comercial entre o estado do Acre com o Peru, através do caminho terrestre estabelecido pela rodovia interoceânica, desde o ano de 2010, quando a maioria das obras já estavam prontas, faltando apenas a conclusão da ponte Continental sobre o Rio Madre de Dios, concluída no ano seguinte. Tal gráfico serve para indicar a falta do chamado “frete de retorno”. Conforme apontam os dados, neste período, o estado do Acre apresenta um constante superávit na balança comercial com o Peru, com valores de exportação muito superiores aos valores de importação. A exceção ocorreu no ano de 2014, quando o estado do Acre ficou isolado durante boa parte do ano devido à cheia do Rio Madeira, que inundou a BR-364, única rodovia a conectar o estado com o restante do território nacional. Neste período, através da rodovia interoceânica em Madre de Dios, foram transportados grandes quantidades de produtos peruanos para atender emergencialmente a demanda do Acre, como combustível, produtos alimentícios e hospitalares, além de cimento e demais insumos de construção civil para socorrer os locais afetados pelas enchentes que atingiram grande parte dos municípios acreanos, alcançando um valor de importação de mais

de US\$ 4,6 milhões. Para tanto, foram desburocratizados uma série de trâmites para facilitar a importação de toneladas de produtos peruanos e foi quando a rodovia se mostrou de grande utilidade (CAMPOS, 2014). Porém, conforme o gráfico, após a restauração da BR-364, nos anos 2015 e 2016, os superávits a favor do Acre voltaram a aparecer em quantias ainda maiores.

Além disto, no geral, apesar da realização da integração física entre os dois países, tampouco houve aumento significativo do comércio entre Brasil e Peru. Entre 2006 e 2014, têm-se um pequeno aumento da corrente de comércio que passa de US\$ 2,3 bilhões para US\$ 3,5 bilhões. Com efeito, em termos de porcentagem, estes números apontam para uma diminuição da já pequena participação do Peru no comércio internacional do Brasil. Em 2006, o comércio com o Peru representou 0,86% das importações e 1,1% das exportações do Brasil. Já em 2014, a participação do comércio com o Peru caiu para 0,75% das importações e 0,81% das exportações brasileiras. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR)

Ademais, conforme os Informes de Desempenho da OSITRAN, sobre as concessões da IIRSA SUR, com os fluxos veiculares atuais, a arrecadação dos pedágios do CVIS não alcança a maior parte dos valores gastos pela manutenção das obras, referentes ao *Pago Anual por Mantenimiento de Obras (PAMO)*. Desse modo, conforme o tipo de contrato estabelecido entre as empresas construtoras e o governo peruano, é o Estado que deve cobrir o valor restante. Assim, conforme aponta o estudo da “Cooperación Regional para la transparencia y la participación” (2014, p.129), que reúne estudos sobre o financiamento de projetos de infraestrutura construídos recentemente na América do Sul, “Vemos que el nivel de transitabilidad de la carretera si bien es el doble de lo que se estimaba en los Estudios de Factibilidad no es significativo para la inversión que está asumiendo el Estado peruano en el CVIS.” (COOPERACIÓN REGIONAL PARA LA TRANSPARÊNCIA Y LA PARTICIPACIÓN, 2014) Como mostra o quadro abaixo, somente no ano de 2015, a manutenção dos três trechos da IIRSA Sur custou aos cofres públicos do Peru cerca de S/ 48 milhões.

Tabela 4 - Comparação entre o PAMO contratual e a arrecadação por Pedágio em 2015 (em milhões de Novos Soles (S/)).

Informes de Desempenho, ano 2015	PAMO (pagamento anual por manutenção de obra)	Arrecadação Pedágio	Desembolso do Estado por manutenção da obra (a-b)
Trecho 2	S/30,5 milhões	S/ 14 milhões	15,47
Trecho 3	S/23 milhões	S/ 6,4 milhões	16,6
Trecho 4	S/18,3 milhões	S/ 2,5 milhões	15,8

Fonte: OSITRAN, Informes de Desempenho, ano 2015.

Atenção especial devem ser dadas às obras do denominado trecho 3 da IIRSA SUR, que consistem na construção de 45 pontes e na pavimentação de cerca de 403 quilômetros de um antigo caminho rudimentar e perene composto por antigas “*trochas carrozables*” ou “estradas de penetração” que começaram a ser abertas na década de 1970³³ e cruzam o departamento de Madre de Dios até a fronteira com o Brasil, ligando as cidades peruanas Iñapari, Puerto Maldonado, Mazuko e Inambari. Conforme na linguagem do planejamento estratégico da IIRSA, este seria um projeto-chave ou “*proyecto ancla*” para superar um “*cuello de botella*” ou um “estrangulamento” entre a malha rodoviária que do lado brasileiro se liga ao estado do Acre e chega até o Oceano Atlântico através das rodovias BR-317 e BR-364³⁴, e no lado peruano chega até o Oceano Pacífico.

De acordo com os dados mais recentes contidos no informe de desempenho do ano de 2016, no trecho 3 da IIRSA SUR, circularam neste ano 846 mil veículos. Destes, cerca de 78% (660 mil) foram veículos considerados ‘*ligeros*’ e o restante 22% (186 mil) foram veículos considerados ‘*pesados*’, utilizados para o transporte de carga. (OSITRAN, 2017) Esta parte da rodovia conta atualmente com três postos de cobrança de pedágio. Localizado a cerca de oitenta quilômetros (80 km) da fronteira com o Brasil, o pedágio de “San Lorenzo” é o mais próximo do território brasileiro e fornece assim um dado importante sobre o registro do fluxo de veículos na área próxima à fronteira entre os dois países. Segundo o informe, em

³³ Segundo Dourojeanni (2006), “No Peru, desde os anos 1970, Puerto Maldonado está unido a Cusco e Puno por estradas de penetración e a primeira ‘*trocha carrozable*’ entre Puerto Maldonado e a fronteira brasileira data do início dos anos 1980.” (DOUROJEANNI, 2006, p.7)

³⁴ Vale lembrar que trata-se de uma malha rodoviária com vários trechos problemáticos, especialmente nas proximidades do Rio Madeira que em períodos de cheia chega a invadir e deteriorar significativamente a rodovia. Em 2014, isto acarretou a interrupção da rodovia durante meses, deixando a cidade de Rio Branco isolada. Foi quando a rodovia interoceânica serviu de via de transporte para medicamentos e produtos básicos importados do Peru para suprir temporariamente as necessidades do estado do Acre.

2016, este posto de pedágio concentrou apenas 12 % do fluxo total de veículos do trecho 3, com uma intensidade média diária (IMD) de 288 veículos, o que significa um tráfico aproximado de 12 veículos por hora em ambos os sentidos da rodovia. Dentre estes, no ano de 2016, foram registradas 25 mil unidades de veículos considerados ‘*pesados*’ o que representa uma média de apenas 3,5 veículos pesados por hora que cruzam o pedágio de “San Lorenzo”. Isto não quer dizer que estes veículos teriam de fato passado pela fronteira. Na realidade grande parte deste fluxo deve-se ao abastecimento das cidades peruanas de Iberia e Iñapari na fronteira. Todavia, servem de indicativo do atual baixo fluxo que existe nesta parte da rodovia próxima ao Brasil.

Ainda sobre os informes de desempenho da OSITRAN, para o trecho 5 da IIRSA SUR, constituído pelas rodovias que chegam até os portos marítimos de Ilo e Matarani no sul do Peru, os números do fluxo veicular por estes trechos revelam que em todo o período entre os anos de 2008 e 2014 o aumento das unidades de veículos foi de apenas 64 mil para o porto de Ilo e 231 mil para o porto de Matarani. Com efeito, se contabilizados apenas os veículos de transporte de carga, em todo período entre 2008 e 2014, o pedágio do porto de Ilo registra uma diminuição do fluxo anual de 81 mil para 78 mil e o pedágio do porto de Matarani registra um pequeno aumento de 220 mil para 320 mil veículos “*pesados*” em todo este período de sete anos, apesar da modernização da rodovia de acesso a estes portos. Assim, mesmo para a economia do Peru, a reabilitação das rodovias que chegam aos portos do sul não significou maior participação nos fluxos de importação e exportação do país.

Além dos “informes de desempenho”, outras informações importantes podem ser obtidas pelos relatórios anuais denominados como “planos de negócios” da IIRSA SUR. Estes documentos disponibilizam algumas das mesmas informações disponibilizadas pelos “informes de desempenho”, mas disponibilizam também outras informações importantes, que dizem respeito à “visão de negócios” das empresas sobre a concessão da rodovia.

O quadro abaixo apresenta uma estimativa de investimentos futuros para os trechos 2, 3 e 4 da IIRSA SUR, conforme números apresentados pelos documentos denominados como “Planos de Negócios”, disponibilizados pela OSITRAN. Conforme estes documentos, até o ano de 2021, estima-se um gasto futuro de mais cerca de U\$ 530 milhões, divididos em gastos com manutenção e reformas do pavimento da rodovia, limpeza de escombros de deslizamentos que impedem o tráfego, atendimentos de emergência, auxílio prestado a acidentes, além de demais obras tidas como acessórias ou complementares, como a construção de cabines de pedágio, muros de contenção, sinalização, entre outras.

Tabela 5 - Estimativas de investimentos ainda por executar entre 2017 - 2021 (em milhões de US\$).

IIRSA Sur	2017	2018	2019	2020	2021	Total de investimentos previstos até 2021
Trecho 2	40,76	32,89	47,85	55,2	44,33	U\$221milhões
Trecho 3	34,58	39,17	23,61	17,56	24,10	U\$139milhões
Trecho 4	37,51	63,36	46,22	19,23	3,8	U\$170milhões
Total IIRSA Sur	112,85	135,42	117,68	92	72,23	U\$530milhões

Fonte: Planes de Negocios IIRSA SUR, ano 2016, OSITRAN.

Dito isto, e ficando claro os altos gastos acarretados pela IIRSA SUR ao Estado do Peru, antes de finalizar esta parte da pesquisa que foi baseada especialmente no levantamento de dados específicos sobre a construção e utilização das rodovias que compõem o projeto da IIRSA SUR, expõe-se um fato curioso. Conforme aqui pesquisado e exposto abaixo, nos planos de negócios para o trecho 3, referentes aos anos de 2015 e 2016, encontrava-se em uma das páginas um quadro com o denominado “*Historico Anual del estado de Ganancias y Perdidas*”. Citando como fonte a SUNAT, este quadro revelava informações importantes sobre os gastos e rendimentos milionários obtidos pelas empresas concessionárias. Todavia, já no documento do plano de negócios do ano de 2017, este quadro deixou de constar entre as informações disponibilizadas. Em seu lugar, aparece “*información confidencial*”, como pode ser visto na Figura 4. Além disso, conforme então verificado pela pesquisa, estes quadros dos dois planos anteriores dos anos de 2015 e 2016 foram posteriormente “removidos” dos arquivos disponibilizados pela OSITRAN, ou seja, as páginas que continham estes quadros foram simplesmente removidas dos documentos que atualmente estão disponíveis para *download*. Neste sentido, fica aqui a revelação da sequência dos fatos, assim como o registro desta informação que passou então a ser “confidencializada”. Entre outros dados, este histórico expõe os ganhos líquidos financeiros ou a “*utilidad neta*” do trecho 3 da IIRSA SUR, que passou de aproximados 1,7 milhões de novos soles peruanos (ou 566 mil dólares dos EUA), em 2011, quando a rodovia começou a operar totalmente, para cerca de 34 milhões de novos soles (ou 11,4 milhões de dólares dos EUA), em 2014.

Figura 3- Quadro Removido do Plano de Negócios 2015, referente ao histórico anual de perdas e ganhos financeiros do trecho 3 da IIRSA SUR. (download realizado pelo autor em 27/04/2016).

03 RESUMEN EJECUTIVO 2014 – ASPECTOS ADMINISTRATIVOS Y FINANCIEROS

CUADRO N° 08: HISTORICO ANUAL DEL ESTADO DE GANANCIAS Y PÉRDIDAS AL 2014

INDICADOR	2011	2012	2013	2014
INGRESOS	75,329	49,222	87,579	44,078
COSTOS	(73,123)	(45,051)	(44,013)	(29,730)
GASTOS OPERATIVOS	(344)	(2,105)	(4,292)	(8)
UTILIDAD OPERATIVA	1,862	2,067	39,274	14,340
INGRESOS FINANCIEROS	-	-	1,848	1,946
GASTOS FINANCIEROS	(1,000)	(656)	-	-
UTILIDAD ANTES DE INTERESES E IMPUESTOS	862	1,411	41,122	16,286
IMPUESTO A LA RENTA	(295)	(440)	(12,233)	(4,882)
UTILIDAD NETA	566	970	28,889	11,404

Todos los montos en miles de US\$. Fuente SUNAT

IIRSA SUR
Odebrecht Latinvest

Fonte: Planes de Negocios IIRSA SUR (tramo 3), ano 2015, OSITRAN.

Figura 4 - Quadro Removido do Plano de Negócios 2016, referente ao histórico anual de perdas e ganhos financeiros do trecho 3 da IIRSA Sur. (download realizado pelo autor em 27/04/2016)

IV METAS ALCANZADAS 2015 – ASPECTOS ADMINISTRATIVOS Y FINANCIEROS

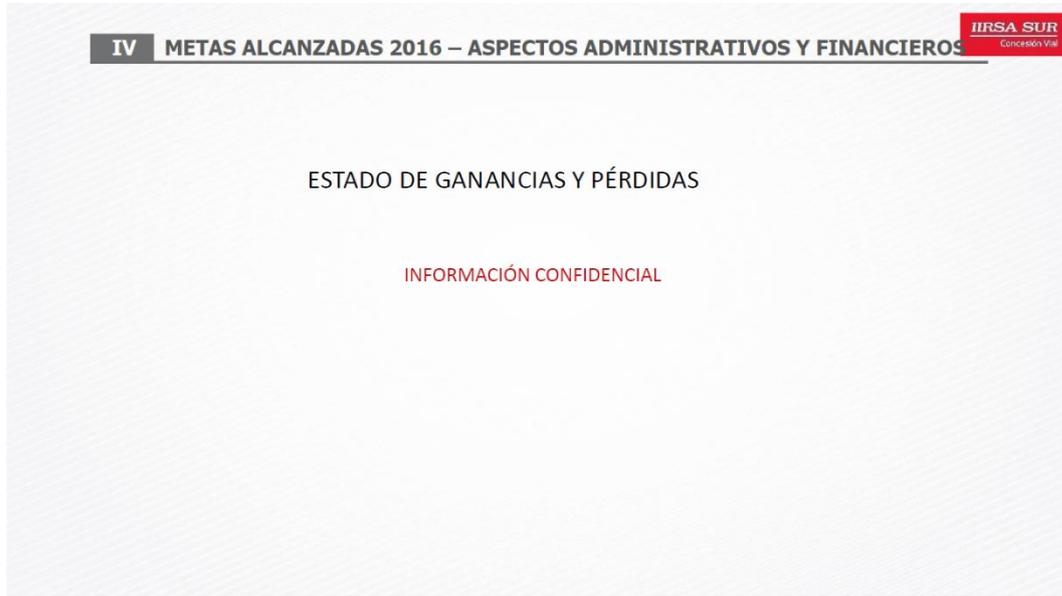
HISTORICO DE GANANCIAS Y PÉRDIDAS - Concesionaria Interoceánica Sur Tramo 3
Expresado en miles de Soles

INDICADOR	2011	2012	2013	2014	2015
INGRESOS	225,987	147,666	262,738	132,233	189,853
COSTOS	(219,370)	(135,152)	(132,040)	(75,839)	(162,917)
GASTOS OPERATIVOS	(1,031)	(6,314)	(12,877)	(13,374)	(19,675)
UTILIDAD OPERATIVA	5,586	6,200	117,821	43,020	7,261
INGRESOS FINANCIEROS			5,544	5,839	24,732
GASTOS FINANCIEROS	(3,001)	(1,968)	-	-	-
UTILIDAD ANTES DE INTERESES E IMPUESTOS	2,585	4,232	123,365	48,859	31,993
IMPUESTO A LA RENTA	(886)	(1,321)	(36,698)	(14,647)	(9,431)
UTILIDAD NETA	1,699	2,911	86,667	34,212	22,562

IIRSA SUR
Odebrecht Latinvest

Fonte: Planes de Negocios IIRSA SUR (tramo 3), ano 2016, OSITRAN.

Figura 5 – Aviso de “Información Confidencial” exibido no Plano de Negócios de 2017, referente ao histórico anual da situação de perdas e ganhos financeiros do trecho 3 da IIRSA Sur.



Fonte: Planes de Negocios IIRSA SUR (tramo 3), ano 2017, OSITRAN.

3.2. Propinas, corrupção e lavagem de dinheiro: os crimes envolvendo a empresa brasileira Odebrecht S.A., as rodovias da IIRSA SUR e os presidentes do Peru.

A empresa brasileira Odebrecht S.A. está a mais de 30 anos atuando na construção e operação de projetos de infraestrutura no Peru. Depois do Brasil, o Peru é o segundo país no qual a empresa possui o maior número de ativos. Segundo informe da Controladoria Geral da República do Peru (CGR), expostos pela Comissão parlamentária de investigação “Lava Jato” no congresso peruano, entre 2004 - 2015, a Odebrecht S.A. participou de 19 contratos e concessões que somam um valor de US\$ 12,8 bilhões com o Estado (PARI, 2016, p.25). Entre estes projetos estão a concessão das rodovias que levam o nome de IIRSA Sur, também conhecida como rodovia interoceânica, e a IIRSA Norte³⁵ (nomes dados aos contratos de concessão das rodovias, pela empresa Odebrecht S.A. e pelo governo peruano), além de outros como a hidrelétrica de Chaglla, o Projeto do porto Matarani e o Gasoducto del Sur. Na

³⁵ Este projeto sob concessão da Odebrecht Latinvest consiste na reabilitação de um caminho terrestre transandino amazônico que liga o porto de Paita até o porto fluvial de Yurimáguas. Trata-se de um outro projeto que leva o nome da IIRSA para o Peru, cujo desenho final visa estabelecer uma conexão interoceânica, através da consolidação de um eixo bimodal, que liga por vias terrestres, e depois, seguindo o curso de alguns dos principais rios que formam a Bacia Amazônica, chegando a cidade de Manaus, conectaria por fim os extremos do porto de Paita, no Oceano Pacífico do norte do Peru, ao porto de Belém, no Oceano Atlântico do Brasil. Ver em: <http://www.odebrechtlatinvest.com/activos/iirsa-norte.html>

capital peruana, Lima, está a sede da Odebrecht Latinvest, o braço da empresa que opera os negócios em 14 países da América Latina³⁶.

A empresa possui uma relação histórica com o projeto da rodovia interoceânica que passa por Madre de Dios. Desde os anos 1980, quando foi assinado o primeiro *Acuerdo de Interconexión Vial Peru – Brasil* e, assim, priorizada a interconexão viária pela selva do departamento de Madre de Dios, a Odebrecht S.A. já manifestava seu interesse na execução do projeto. Segundo o estudo precursor de Amayo Zevallos (1993), que analisa, entre outros aspectos, os discursos oficiais da época em referência ao possível projeto da rodovia interoceânica, apesar da ausência de estudos aprofundados, inclusive sobre a viabilidade econômica de tal rodovia, desde o lançamento do acordo bilateral de interconexão, a persuasão da empresa já se fazia presente na agenda do governo peruano. Como exemplo, o autor faz referência a recomendação feita pela empresa e relativamente aceita por membros do congresso peruano, do porto de Ilo, como ponto de chegada da rodovia e alternativa de saída para o Oceano Pacífico, algo que, de fato, veio a ser um dos portos priorizados pelo projeto da IIRSA. (AMAYO ZEVALLOS, 1993, p.122)

Além disso, como uma das práticas comuns de relações públicas praticadas pela empresa, também referente a este interesse inicial na rodovia, o autor destaca episódio no qual, em 1988, empregados e representantes da Odebrecht S.A. chegaram a realizar durante alguns meses, estudos sociais e ambientais em comunidades de Madre de Dios, no intuito de estabelecer “vínculos informais” com a sociedade local³⁷ e, de certa forma, promover a necessidade de realização do projeto da rodovia e despertar o interesse dessa sociedade local sobre os possíveis benefícios de tal obra. (AMAYO ZEVALLOS, 1993, p.155)

O projeto do CVIS incluído na IIRSA foi dividido em três trechos. As concessão para construir e operar o trecho 3 (que cruza o território do departamento de Madre de Dios, a partir da cidade de fronteira, Iñapari, até o rio Inambari, na divisa com o departamento de Cuzco) e o trecho 2 (do rio Inambari até a cidade de Urcos, já nas montanhas andinas de Cuzco) foram ambos conquistados por um consórcio de empresas construtoras no qual a

³⁶ Para maiores informações a respeito, favor consultar o endereço eletrônico da empresa Odebrecht S.A., disponível em: <http://www.odebrecht.com/presenca-no-mundo/#>

³⁷ Para tanto, Amayo Zevallos (1993, p.155) faz referência a uma reportagem de Sally Bowen para o jornal *Financial Times*, publicada em 1991, onde revela-se que a empresa “financiou, por seis meses, um abrangente estudo da área, empregando sociólogos, antropólogos e ecólogos.... Esses profissionais trabalharam informalmente até fins de 1988 com comunidades de Madre de Dios, plantando, com relações públicas, sementes de simpatia que podem dar frutos quando forem anunciadas as licitações do projeto. [...] também conseguiu construir relações excelentes com ambos os lados, o partido no governo e os partidos de oposição ...”. BOWEN, Sally. Brazilian group's crusade against poverty: Odebrecht offers profits to the poor. (*Financial Times* (FT), 3 de janeiro de 1991).

Odebrecht S.A. é acionista majoritária. No início do contrato de concessão, 4 de agosto de 2005, a empresa brasileira começou com 70% das ações, sendo o restante distribuído entre empresas nacionais peruanas relativamente menores em comparação ao tamanho da Odebrecht S.A., mas com importante atuação em projetos no Peru, como o São Graña y Montero S.A. (19%), JJC Contratistas Generales S.A. (7%) e Ingenieros Civiles y Contratistas Generales S.A. (4%). Em dezembro de 2011, mediante contrato de transferência de ações, a Odebrecht S.A. adquiriu as ações do grupo Graña y Montero S.A. e passou a possuir 89% das ações. (OSITRAN, 2017, p.6)

Com os desdobramentos das investigações policiais que deram origem à operação “Lava Jato” no Brasil, que se tornou a maior investigação envolvendo casos de corrupção e lavagem de dinheiro da história do país, a Odebrecht S.A. vem sendo acusada e condenada pelo pagamento de inúmeras propinas milionárias a políticos e altos funcionários. Já em dezembro de 2016, a Odebrecht S.A. assumiu a culpa perante acordo³⁸ com o departamento de justiça dos EUA no qual confessou haver pago US\$788 milhões em propinas a partidos políticos e autoridades de governos de outros países da América Latina e da África, em troca de favorecimento em novos contratos de negócios. (UNITED STATES OF AMERICA, 2016) Dentro deste montante, aparece o pagamento de cerca de US\$ 29 milhões em propinas para altos funcionários e políticos peruanos. A partir destas evidências, o congresso nacional peruano decidiu criar uma comissão própria e investigações foram iniciadas para encontrar os destinatários destas propinas e acompanhar os avanços das investigações policiais da operação “Lava Jato” no Brasil.

No Peru, Jorge Simões Barata, o mais alto executivo da Odebrecht S.A. no país, após ser detido pela polícia peruana, revelou uma lista de pagamentos de propinas envolvendo uma série de políticos e funcionários do governo peruano e obras de infraestrutura realizadas pela empresa no território deste país. Esta lista envolve diretamente os ex-presidentes Alejandro Toledo (2001 - 2006) e Ollanta Humalla (2011 - 2016), além de outros funcionários que compuseram o governo de Alan García (2006 - 2011) e o atual presidente peruano Pedro Pablo Kuczynski (2016 -), que foi ministro do Ministério de Economia y Finanzas (MEF) durante o governo de Alejandro Toledo. Desde julho de 2017, o ex-presidente Ollanta Humalla e sua esposa estão cumprindo prisão preventiva de 18 meses no Peru, acusados de

³⁸ Neste acordo, a Odebrecht S.A. assumiu pagar uma pena de US\$ 3,5 bilhões para resolver aquele que, segundo o departamento de justiça dos EUA, é o maior caso de suborno estrangeiro da história. Documento disponível em: <https://www.justice.gov/opa/pr/odebrecht-and-braskem-plead-guilty-and-agree-pay-least-35-billion-global-penalties-resolve>

receberem ilegalmente cerca de US\$ 3 milhões da Odebrecht S.A. que teriam sido usados pelo candidato durante a campanha presidencial de 2011. (CASTILLA et al, 2017a)

Entre os demais crimes praticados pela Odebrecht S.A. e delatados por Jorge Barata está a confissão do pagamento de cerca de US\$ 20 milhões a Alejandro Toledo, o então presidente peruano em exercício na época da licitação para concessão dos consórcios de rodovias que compõem os projetos IIRSA Norte e IIRSA Sur. O dinheiro teria sido uma contrapartida pelo favorecimento e maior agilidade no processo de licitação dos trechos 2 e 3 da IIRSA Sur. Deste modo, este projeto transformou-se no epicentro das investigações da operação “Lava Jato” no Peru. Segundo a lista de investigados do caso “Lava Jato” no Peru exposta em reportagens investigativas publicadas pelo meio digital Ojo-Publico coordenado por Castilla (2017a), estão envolvidos neste caso específico de corrupção referente às rodovias IIRSA Sur, além da empresa Odebrecht S.A. e do próprio ex-presidente e altos funcionários de seu gabinete presidencial, também empresários israelenses próximos do ex-presidente, a empresa panamenha de advocacia Mossack Fonseca (de onde vazaram os “Panama Papers”) (VEGA, 2017). Esta última foi a responsável pela assistência jurídica na abertura de empresas “*offshore*” e por operar contas em um banco suíço utilizadas para fazer a “lavagem de dinheiro” das cotas de propinas depositadas em nome destas empresas “*offshore*” e depois transferidas aos políticos e funcionários corruptos. (CASTILLA; CASTRO, 2017b) Desde fevereiro de 2017 a justiça peruana ordenou a prisão preventiva de Alejandro Toledo e sua esposa mas ambos estão foragidos nos EUA. Desde então Peru e EUA vem tratando diplomaticamente da possível extradição do casal para o Peru.

Conforme os desdobramentos das investigações, a própria sequência dos fatos ajuda a explicar a suposta agilidade dada ao processo de concessão da rodovia e levantam suspeitas de irregularidades. Em abril de 2004, o congresso peruano, atendendo a pedido do poder executivo do então presidente Alejandro Toledo, aprovou a Ley 28214 que “*Declara de necesidad pública y preferente interés nacional la ejecución del proyecto corredor interoceánico Peru – Brasil – IIRSA SUR*” e assim, o investimento de recursos públicos no projeto da rodovia interoceânica passou a ser priorizado no âmbito nacional.³⁹ Em fevereiro do ano seguinte, o Ministério de Economía y Finanzas (MEF), a cargo de Pedro Paulo Kuczynski, atual presidente do Peru, emitiu um decreto supremo no qual exonerava tal projeto do controle do Sistema Nacional de Inversión Pública (SNIP), mecanismo criado para

³⁹ Ley 28214, publicada em 30 de abril de 2004. Disponível em: http://www4.congreso.gob.pe/congresista/2001/mochoa/boletin/Ley28214_Carretera_Transoceanica.pdf

avaliar a relação de custo-benefício, a rentabilidade social e a sustentabilidade de projetos com investimento de recursos públicos⁴⁰.

Em reunião do congresso peruano, realizada no dia 23 de agosto de 2005, participaram além de congressistas também o então ministro José Rivera e o vice-ministro Néstor Palacios do Ministerio de los Transportes y Comunicaciones (MTC) do Peru, que foram convocados para responder a questionamentos específicos sobre os projetos de rodovia IIRSA SUR. Segundo explicações do ministro e do vice-ministro, foi por uma “questão de tempo” e também por um suposto excesso de estudos anteriores que o governo decidiu isentar o projeto como um todo de passar pelo SNIP⁴¹. (CONGRESO DE LA REPUBLICA, 2005)

Nesta reunião, também foram apresentados os valores de investimentos previstos para os projetos das rodovias e os ministros responderam a questionamentos sobre os altos custos dos contratos referentes aos trechos 2, 3 e 4 da IIRSA Sur. Segundo transcrição da fala do vice-ministro:

El costo directo de la obra son 458 millones, la movilización y desmovilización son 18 millones 775, el estudio definitivo 13 millones, estudio de impacto ambiental 6 millones. Total da 496. Sobre ese costo directo viene los gastos generales, que es 27%, 134 millones; la utilidad 49 millones. Subtotal 680. El IGV 129 millones, con lo cual llegamos a la cifra de 810 millones de dólares. Es importante que ustedes tengan nota de cuánto es el costo por kilómetro de la construcción, son 798 mil 894 dólares por kilómetro, prácticamente 800 mil dólares por kilómetro, es más o menos para hacer una cifra redonda. (CONGRESO DE LA REPUBLICA, 2005, p.11)

Entretanto, como exposto anteriormente na “Tabela 1”, até o ano de 2016, nestes trechos da IIRSA SUR já foram investidos pouco mais de US\$ 2,051 bilhões, segundo valores de investimento oficialmente declarados pela OSITRAN. Tal montante representa um aumento de cerca de 150% sobre os investimentos declarados inicialmente pelos ministros e, entre outros aspectos suspeitos atualmente sendo investigados, como superfaturamento,

⁴⁰ O decreto foi assinado pelo próprio ex-presidente Toledo, pelo ministro do Ministério de Transporte e Comunicações (MTC), Jose Ortiz Rivera, mas não por PPK. O então ministro do MEF estava fora do país e quem assinou o decreto em seu lugar foi o Ministro da Educação, Javier Sota Nadal, encarregado da carteira do MEF durante ausência de PPK. DECRETO SUPREMO N° 022-2005-EF, publicado em 09 de fevereiro de 2005. Disponível em: <https://www.mef.gob.pe/en/por-instrumento/decreto-supremo/1081-d-s-n-022-2005-ef/file>

⁴¹ Segundo transcrição da fala do então vice-ministro do MTC, Néstor Palacios, na reunião do congresso de 23 de agosto de 2005: “Este es un primer punto que fue cuestionado, que no tiene, no ha pasado por el SNIP. Efectivamente, no pasó por el SNIP el estudio de factibilidad. Ya le voy a explicar porqué no pasó. Como he explicado, el estudio de factibilidad fue exonerado por el asunto del tiempo, que por lo menos demoraba un año este paso[...].O sea, ahí exceptúa al SNIP, a nivel de factibilidad. ¿Por qué? Porque estando en esta situación, si no entramos a hacer el análisis con el SNIP en el Ministerio de Economía, nos hubiésemos demorado no menos de un año o más, luego de la aprobación. Estaríamos ahora en esa etapa y no hubiésemos comenzado la obra como ya la hemos iniciado.[...] Como dijo el ministro, en los últimos años, 20 por lo menos, se han hecho estudios permanentemente de la carretera. Finalmente, después de tantos estudios se va a llegar a la ejecución de la misma.” (CONGRESO DE LA REPUBLICA, 2005, p.8-9)

contradiz a suposta qualidade dos estudos prévios e revela a falta de um planejamento rigoroso da obra.

Em julho de 2005, durante a semana de comemoração das “*fiestas patrias*” no Peru, e um mês antes do contrato de concessão da rodovia entrar em vigência, para rebater comentários feitos pela controladoria peruana que apontavam para uma possível supervalorização dos contratos destas obras, o ex-presidente Toledo declarou: “*Quiero ser claro sobre la Interoceánica. No permitiré que ninguna burocracia indolente trate de retardar la ejecución de la Interoceánica del sur.*”⁴²

Conforme investigação da comissão “Lava Jato”, a cargo do então congressista Juan Pari Choquecota (2016), em 4 de agosto de 2005, na data marcada para a reunião de assinatura do contrato entre o governo peruano e as empresas que haviam conquistado a concessão dos trechos 2 e 3 da IIRSA Sur, o Comitê da Proinversión (enquanto órgão do governo responsável por promover o investimento privado em obras e serviços públicos no Peru, adscrito ao Ministério de Economia e Finanças, presidido pelo então ministro, Pedro Pablo Kuczynski) recebeu um informe da Controladoria Geral (Oficio N°262-2005-CG/VC) enviado um dia antes (3 de agosto de 2005), pela vice-controladora Rosa Urbina Mancilla, no qual se opunha à concessão tanto destes trechos 2 e 3, como do trecho 4, aos consórcios das empresas ganhadoras do processo de licitação. O informe apontava que a Odebrecht S.A., sua sócia peruana Graña y Montero S.A., e também a empresa brasileira Andrade Gutierrez S.A. (que compunha o consórcio ganhador do trecho 4 com mais duas empresas brasileiras, a Camargo Correa S.A. e Queiroz Galvão S.A.), eram empresas com processos jurídicos sendo julgados pelo Estado peruano e, assim, de acordo com as leis vigentes, estavam impossibilitadas de participar de novos projetos no país. (PARI, 2016)

Neste dia em que foram assinados os contratos, conforme registros da reunião levantados pelo relatório elaborado pelo ex-congressista Juan Pari Choquecota (2016), para a comissão que investiga as supostas propinas pagas por empresas brasileiras no Peru, para conseguir assinar os contratos na data marcada, apesar das supostas irregularidades então recém apresentadas pela Controladoria do Peru, ocorreu uma série de manobras do comitê de funcionários do governo do ex-presidente Toledo. Entre estes, como presidente do comitê Proinversión, estava Pedro Pablo Kucsinky, quem dirigiu a reunião. Segundo o relatório, em

⁴² Mensaje a la nación del señor presidente de la república, Alejandro Toledo. *Congreso da República do Peru*, 28 de julho de 2005. Disponível em: https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwiir6Kmk_vXAhUDGt8KHZL7Cw8QFggoMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.justiciaviva.org.pe%2Fnuevos%2F2005%2Fmensaje28-2005.doc&usg=AOvVaw0hwNGYA5-MIPxXwG9AUZ8J

cerca de 18 minutos, o comitê registrou trabalhos que normalmente levariam muito mais tempo para serem realmente realizadas de modo correto.⁴³ Assim, conforme as palavras do relatório de Pari (2016), “Sin embargo, PROINVERSION no tomó en cuenta la observación y comunicación enviada por la Contraloría y continuó con el proceso burlando las bases la normatividad vigente y el propio contrato que estaban firmando en ese momento”. (PARI, 2016, p.41)

Pouco tempo depois de assinados os contratos, em 26 de janeiro de 2006, o então presidente Toledo e o ministro Kuczynski emitem e assinam juntos a Ley 28670 que “*Declara de Necesidad Publica y Interés Nacional Diversos Proyectos de Inversión*”. Os projetos aos quais a lei se refere são os seguintes: projeto de transvase do Rio Olmos; rodovias IIRSA Sur; rodovias IIRSA Norte; e construção da represa de Angostura. Destes quatro projetos, os três primeiramente citados foram concedidos a consórcios de empresas liderados pela Odebrecht S.A.. O artigo terceiro (3º) desta lei trata especificamente em tornar “inexequíveis e inaplicáveis” uma série de normas legais que versam sobre os possíveis impedimentos legais à contratação das empresas postulantes a realizar estes projetos. Entre estas “normas inaplicáveis” citadas, por exemplo, está o literal f) do artigo nono (9º) do Decreto Supremo Nº 083-2004-PCM da “Ley de Contrataciones y Adquisiciones del Estado”, que versa sobre os impedimentos para postular contratos com o Estado peruano no caso de empresas ou pessoas que possuam sanções administrativas em andamento. Segundo rege o literal f), do Artigo 9º - “Impedimentos para ser postor y/o contratista” – deste decreto supremo:

Están impedidos de ser postores y/o contratistas: [...] f) Las personas naturales o jurídicas que se encuentren sancionadas administrativamente con inhabilitación temporal o permanente en el ejercicio de sus derechos para participar en procesos de selección y para contratar con Entidades, de acuerdo a lo dispuesto por la presente Ley y su Reglamento; (DS Nº 083-2004-PCM)

Por um lado, como tais projetos já haviam sido concedidos à Odebrecht S.A., a lei tratou apenas de “regularizar” os contratos e contornar uma irregularidade que havia surgido e poderia comprometer a negociação. Por outro lado, uma vez que não haveria a necessidade de

⁴³ Segundo o relatório de Pari (2016) as manobras a que nos referimos resume-se da seguinte maneira: “- Es decir, en 18 minutos se comunicó a las empresas de las observaciones de la Contraloría y ellas respondieron por escrito, en ese mismo tiempo se le solicitó al asesor legal de Proinversión una opinión y este la respondió por escrito y se solicitó una opinión legal de un estudio jurídico externo, se seleccionó al estudio y este alcanzó su respuesta. Sin embargo, el ministro de Economía y presidente de Proinversión, el Señor Pedro Pablo Kuczynski Godard señala que —*el hecho que el ministro de Economía tenga que ir a Palacio y pida una sala para terminar la reunión, ¿qué tiene que ver eso con nada?*”. (PARI, 2016)

declarar como inexecutáveis os impedimentos legais caso estes não existissem *a priori*, entende-se que a lei trata de confirmar as irregularidades apontadas pelo relatório apresentado pela controladoria peruana, anteriormente citado.

Entre outros casos de pagamento de propinas realizados pela Odebrecht S.A. estão também sendo investigados cerca de US\$ 10 milhões transferidos pela Odebrecht S.A. para contas na Banca Privada de Andorra em nomes de altos funcionários do governo do ex-presidente Alan García (CABRAL, 2017a). Apesar de terem sido assinados pelo governo anterior Alejandro Toledo, foi durante a gestão do governo de Alan García em que as obras foram sendo construídas e quando se deram boa parte dos incrementos no total de investimentos na IIRSA Sur. Entre estes altos funcionários, está Juan Carlos Zevallos Ugarte, ex-chefe da OSITRAN (Organismo Supervisor de la Inversión en Infraestructura de Transportes de Uso Público), preso em março de 2017, sob a acusação de receber US\$ 780 mil da Odebrecht S.A., em contrapartida pela aceleração na emissão dos Certificados de Avance de Obra (CAO) dos trechos 2 e 3 da IIRSA Sur. (PARI, 2016, p.585). Além disto, outro caso envolve o ex-vice-ministro do Ministerio de Transporte y Comunicaciones (MTC) durante o último governo de Alan García, Jorge Luis Cuba Hidalgo (2008 - 2011), foragido e depois detido, acusado de receber US\$ 2 milhões da *offshore* AEON Group vinculada a Odebrecht S.A.. (CABRAL, 2017b)

No Peru, as repercussões negativas dos inúmeros casos de corrupção envolvendo a rodovia interoceânica e outras obras realizadas pela Odebrecht S.A. no território peruano envolvem além do atual presidente PPK, os outros três últimos presidentes peruanos, criando um ambiente altamente hostil quanto à continuidade da presença da empresa no país. Pelo tipo de contrato acordado entre o governo peruano e a Odebrecht S.A., a empresa possui a concessão dos trechos 2 e 3 da IIRSA por 25 anos, a partir do início das obras, que começaram em agosto de 2006. Seriam então, cerca de mais 15 anos de concessão da rodovia nas mãos da empresa. Todavia, em um capítulo ainda em aberto, o atual presidente peruano Pedro Pablo Kuczynski (PPK) chegou a declarar em mídia nacional a expulsão da empresa do solo peruano e a obrigatoriedade da venda de seus ativos no país. Assim declarou o presidente PPK⁴⁴:

Ellos [Odebrecht] van a tener que vender sus proyectos, varios de ellos muy buenos en términos de suministro de electricidad, carreteras, pero lamentablemente tienen esta tara de la corrupción, tienen que irse, se acabó (LA REPUBLICA, 2017)

⁴⁴ Entrevista do presidente PPK, disponível em: Disponible en: <http://larepublica.pe/politica/842435-ppk-sobre-odebrecht-va-tener-que-vender-su-proyectos-tiene-que-irse-se-acabo-video>

Em uma reviravolta, em dezembro de 2017, congressistas do partido fujimorista Fuerza Popular, que formam maioria no congresso peruano e fazem franca oposição ao governo de PPK, começaram a pedir a renúncia do presidente, após revelarem um documento no qual aparece pela primeira vez uma relação de negócios direta entre a Odebrecht S.A. e PPK. Deste modo, tais documentos contradiziam algumas das recentes declarações oficiais do presidente quanto à sua relação com a empresa brasileira. Segundo PPK declarava, ele nunca teve nenhuma relação de negócios legais ou ilegais com a Odebrecht S.A.. Porém, conforme os documentos, entre 2004-2007, quando PPK era ministro do ex-presidente Toledo, a Odebrecht S.A. contratou a empresa de consultoria financeira Westfield Capitals, localizada nos EUA e fundada por PPK, para a qual realizou pagamentos que somam US\$ 782 mil, referentes a prestação de serviços de estruturação financeira referente aos projetos dos trechos 2 e 3 das rodovias IIRSA SUR e ao projeto de transvase do Rio Olmos. Com base nesta contradição revelada, a oposição conseguiu abrir um processo para votar a “vacância” do presidente PPK, com o intuito de afastá-lo da presidência por “permanente incapacidade moral”. Votado em 21 de dezembro de 2017, a oposição não conseguiu atingir os 87 votos necessários para afastar o presidente e PPK.

Todavia, três dias depois, na véspera de Natal, PPK quebrou a promessa que havia feito e reiterado durante sua campanha presidencial e concedeu indulto para libertar da prisão o ex-presidente Alberto Fujimori. Ao que tudo indica esta foi a moeda de troca fornecida especialmente pelo congressista Kenji Fujimori, filho do ex-presidente encarcerado, que liderou uma parcela de 10 congressistas do partido fujimorista a votarem em abstenção no pedido de vacância. Alegadamente, o indulto foi concedido por “causas humanitárias”, uma vez que Alberto Fujimori sofreria de uma doença terminal incurável em estágio avançado e necessitaria de cuidados médicos especiais. Durante sua campanha, PPK afirmou mais de uma vez que negaria quaisquer pedidos de indulto a Alberto Fujimori e, de fato, esta foi uma das principais posições assumidas pelo presidente que viriam a ajuda-lo a angariar apoio de outros partidos políticos durante o segundo turno das últimas eleições presidenciais. De tal modo, PPK ficou para muitos peruanos como traidor e este é mais um episódio envolvendo diretamente a IIRSA Sur, a Odebrecht S.A. e mais um ex-presidente do Peru. (CASTRO; CABRAL, 2017)

A revelação dos documentos de pagamentos da Odebrecht que implicam o atual presidente peruano PPK aconteceu na mesma semana em que o Ministério Público emitiu ordem de busca e apreensão de documentos nas sedes do partido fujimorista Fuerza Popular,

liderado por Keiko Fujimori, principal adversária política de PPK nas últimas eleições. As justificativas para tal intervenção igualmente envolvem delações da Odebrecht S.A.. Neste caso, trata-se de suspeitas de fraudes contábeis utilizadas pelo partido para ocultar dinheiro doado pela empresa brasileira durante a última eleição no Peru. (OJO-PUBLICO, 2017)

Em outro caso importante envolvendo a atuação da Odebrecht S.A. no Peru, as investigações sobre o pagamento de propina envolvendo o ex-presidente Toledo e o contrato da IIRSA Sur, levaram também à prisão de executivos dirigentes das três empresas peruanas que são sócias da Odebrecht S.A. na concessão (Graña y Montero S.A., JJC Contratistas Generales S.A. e Ingenieros Civiles y Contratistas Generales S.A.). Entre os detidos, acusados de cometer o crime de colusão pela participação no pagamento de tais propinas, está José Graña Miró Quesada, dono da Graña y Monteiro S.A..(CASTRO, 2017b)

Por fim, vale destacar que as novas rodovias da concessão IIRSA Sur funcionariam também como um primeiro incremento logístico que facilitaria a realização de outras obras de infraestrutura que também viriam a ser do interesse da Odebrecht S.A., sendo algumas inclusive posteriormente concedidas a empresa. Entre outros projetos ainda em estudo, como a construção de algumas hidrelétricas em rios de Madre de Dios e de Cuzco, a empresa havia conquistado grande parte da licitação responsável pela construção do “*Gasoduto del Sur*”, uma obra já em andamento e que prevê investimentos ainda maiores do governo peruano para estender os gasodutos peruanos até o sul do país, especificamente até o mesmo porto de Ilo, aonde chega um dos trechos da rodovia IIRSA Sur. Grande parte dos materiais para a realização de tal obra, como os gigantescos dutos de encanamento, foram transportados através da rodovia interoceânica pelos comboios de caminhões da empresa vindos do Brasil. Porém, devido a estes acontecimentos recentes e à própria necessidade financeira da empresa em vender ativos para quitar os acordos de leniência, a Odebrecht S.A. acabou por transferir sua participação neste projeto e também em outros no Peru. A empresa também vendeu a hidrelétrica de Chaglla a um grupo chinês e se retirou da realização da terceira etapa do projeto de irrigação Chavimochic, no qual havia sido a responsável contratada para realizar as duas etapas anteriores já concluídas. (ORTÍZ, 2016; MANTOAN, 2017; CASTRO, 2017)

4. Mineração ilegal de ouro e Crime Organizado Transnacional na Amazônia: o atual cenário de “(des)governança” e devastação ambiental nos arredores da rodovia interoceânica em Madre de Dios.

*Antes de entrar neste último capítulo da tese, o autor pede licença da linguagem científica para expor em linguagem narrativa um diálogo realizado durante viagem por Madre de Dios pela rodovia interoceânica no dia 25 de agosto de 2015.

A primeira vez que viajei para o Peru foi em agosto de 2011. Percorri de ônibus a rodovia interoceânica pelo departamento de Madre de Dios quando só faltava terminar a ponte sobre o Rio Madre de Dios para o projeto de conexão terrestre interoceânico da IIRSA fosse totalmente concluído. A passagem pelo setor de La Pampa aconteceu quando já era de noite, não pude ver muita coisa nesta ocasião. Entretanto, algo chamava a atenção! A falta de luz natural serviu para destacar as luzes de néon dos “prostibares” e os típicos cartazes de cerveja e mulheres seminuas que, nessa época, se espalhavam logo nos dois lados do acostamento da rodovia.

Depois de quatro anos, já estando mais consciente acerca do contexto de “febre do ouro” em Madre de Dios, como pesquisador acadêmico decidi empreender nova viagem pela rodovia interoceânica. Pessoalmente, a principal motivação era confirmar alguns caminhos da pesquisa do doutorado, passar de novo por La Pampa e ver com meus próprios olhos se a situação havia piorado tanto quanto dava a crer as fontes de informação que eu estava consultando para realizar a pesquisa.

A seguinte situação que agora vou narrar se passa dentro de um ônibus de passageiros saindo de Cuzco para Lima. Depois de percorrer de carro a rodovia BR-317 desde Rio Branco até a fronteira com o Peru e seguir pela rodovia interoceânica até a cidade de Cuzco depois de ter me hospedado alguns dias em Puerto Maldonado, então sigo em viagem de ônibus para a capital Lima, onde vou apresentar um trabalho sobre a mineração ilegal em Madre de Dios, no VIII Congresso da Associação Latino-americana de Ciência Política.

Dentro do ônibus, quatro mulheres aparentadas, mãe, tia, irmãs, sobrinha ou filha, procuram seus assentos e estão empolgadas por estarem indo às compras e passear na capital. Comemoram agradecendo:

- ¡Uh, gracias al Padre! – diz a mais nova.

- ¡Gracias a la Madre! – diz outra, ao passo que as demais se põem a sorrir.

Conversam mais um pouco entre si, perguntam uma a outra sobre notícias de outros parentes:

- ¡Llamaste a Papa? Ya llegó a Puerto? – pergunta uma das irmãs.

- *Sí, pero no me contestó todavía..., debe aún estar en la mina.* – responde a irmã que aparenta ser a mais velha, olhando novamente para seu celular.

A conversa me chama atenção! Depois de um tempo, pergunto a uma delas:

- *¿Eres de Puerto Maldonado?*

- *No, acá de Cuzco.* – me responde.

- *Ah... ¿Conoces a Puerto?* – pergunto eu.

- *No. Pero quiero irme algún día.*

- *¿Que hay ahí, en Puerto Maldonado?* – pergunto eu, mesmo já tendo conhecido e me hospedado nesta cidade mais de uma vez. Quero confirmar uma suspeita que tive ao escutar sem querer a conversa!

- *¡La mina y mucho calor!* – me responde prontamente a mulher rindo em tom “chistoso”. Depois continua, em tom mais sério:

- *Mi familia esta ahí. Mi padre, hermano y esposo trabajan en la mina.* – me responde. Neste momento, outra irmã interpela a conversação:

- *¡Hay la selva ahí también, está bueno para conocer!*

A conversa se encerra naturalmente e as mulheres voltam a conversar entre si sobre que coisas e aonde vão comprar tais coisas quando chegarem na capital.

O contexto da conversa me diz muita coisa e, assim, no decorrer da viagem vou ligando alguns pontos. Primeiro; quando uma das mulheres agradeceu: “*¡Gracias a la Madre!*” e as outras se puseram a rir achando graça do comentário, estavam se referindo não a sua mãe de fato, mas ao nome do departamento de Madre de Dios, que elas mesmas não conhecem, mas de onde vem o dinheiro que vão gastar nas compras pela capital Lima. Segundo; os homens da família são mineradores, que saíram de Cuzco, como tantos outros, e foram para Madre de Dios na “corrida pelo ouro” e, de lá, enviam dinheiro para sustentar as mulheres da família. Terceiro; ao perguntar sobre o que há em Puerto Maldonado é sintomático da atual situação pela qual esta parte do território peruano vem sendo reconhecida no Peru e no mundo quando umas delas me responde prontamente: “*¡La mina!*”. * (Fim)

Atualmente, o departamento de Madre de Dios está na agenda do governo nacional do Peru como uma das partes mais problemáticas do território peruano. A região é o atual

palco de uma nova “febre do ouro”⁴⁵ que, aproximadamente desde o ano de 2005, vem transformando esta região amazônica no principal foco de devastação ambiental e símbolo de “desgovernança” no país.

A devastação ambiental causada pela mineração de ouro aluvial pode ser facilmente vista através de imagens de satélites⁴⁶, localizada ao longo das margens da parte da rodovia interoceânica que cruza o departamento. Ademais, todo este processo de devastação ambiental acelerada está inserido em um contexto de “desgovernança” o qual procuramos aqui definir através da comprovação da falta de capacidade efetiva do Estado em exercer seu poder para erradicar a mineração ilegal e fazer com que esta região do território cumpra com as leis de uma agenda nacional. Além disto, como parte deste contexto, procura-se também demonstrar as vicissitudes do processo de formalização da mineração de ouro em MdD que, ao longo de quinze anos e quatro governos nacionais distintos, não obteve sucesso em formalizar sequer um dos milhares de mineradores que extraem ouro informalmente e/ou ilegalmente.

Em suma, o termo “governança”, sobre o qual iremos nos debruçar também mais adiante, versa sobre o nível de capacidade efetiva e sobre a maneira pela qual o poder do Estado é exercido na administração dos recursos socioeconômicos no sentido de estabelecer um desenvolvimento sustentável e equitativo da economia nacional (WORLD BANK, 1992). Assim sendo, a problemática do processo que aqui colocamos como a “desgovernança” de MdD pode ser resumida como o processo de tentativas e fracassos do Estado em controlar o aproveitamento dos recursos naturais desta parte de seu território de forma sustentável e equitativa, e uma conseqüente falta de capacidade efetiva em combater o crescimento da ilegalidade sobre a dinâmica da mineração de ouro e sobre a dinâmica da sociedade desta região. Neste sentido, enquanto a “boa governança” é vista como um ingrediente essencial para que políticas de desenvolvimento econômico logrem alcançar os resultados esperados, a “desgovernança” é evidenciada quando, apesar das políticas de desenvolvimento, não só os resultados esperados não são alcançados, mas acabam sendo gerados resultados adversos ao desenvolvimento socioeconômico e ao exercício do próprio poder de “governança” por parte do Estado.

⁴⁵ O uso da expressão “febre do ouro” aqui empregado remete às características de um acelerado ciclo extrativista comuns a outros casos na Amazônia e no mundo, como “Serra Pelada” na década de 1980 no Brasil, ou a “*gold rush*” na Califórnia de meados do século XIX. Trata-se de um contexto de rápido “superaquecimento” descontrolado da atividade mineradora marcado por uma “corrida” numerosa de novos mineradores que migram para certas áreas de descoberta de potencial aurífero e começam a praticar a mineração independentemente da posse das terras ou permissão do Estado.

⁴⁶ Tratam-se de satélites com acesso *online* aberto ao público, como o serviço de monitoramento do Ministério do Ambiente (MINAM), “GeoBosques” ou o próprio *Google Maps* ou *Google Earth*.

No caso aqui estudado constata-se os resultados adversos da “desgovernança” quando aquele que é o maior investimento histórico em um projeto de desenvolvimento na região, ou seja, a rodovia interoceânica, ao invés de cumprir com as expectativas positivas apregoadas pelo governo, tem como efeito imediato à expansão territorial descontrolada ou “desgovernada” da mineração ilegal de ouro. Com os consecutivos anos de bonança econômica propiciados pela valorização do ouro no mercado mundial e pela expansão descontrolada das áreas de mineração, este setor atingiu níveis de rentabilidade e acumulação de capital nunca antes vistos⁴⁷, fortalecendo sua posição social através de uma organização que se tornou predominante sobre as demais organizações da sociedade civil regional de MdD. Como consequência disto, o aumento da representatividade social e do poder econômico e político dos setores da sociedade local ligados à mineração se fortaleceram ao ponto de conquistar o centro da cena política da região e conseguiram eleger os seus próprios representantes nos mais altos cargos políticos do governo regional de Madre de Dios. Nos cargos de governador e congressista, estes representantes, como veremos, apresentam uma posição ambivalente e defendem uma posição de resistência fechada quanto ao processo de formalização da atividade na região, além de formar parte de um poder paralelo local que desafia as regras ditadas pelo poder do Estado. Neste sentido, esta região outrora vista como símbolo da preservação ambiental no mundo, é hoje, um território de uma atividade econômica ilegal e insustentável ambientalmente. Este movimento vem resultando em um processo de embate entre o governo nacional e o poder local da mineração que, com a ascensão de seus líderes próprios aos principais cargos políticos do governo regional, passou a promover uma nova forma de disputa “legítima” pelo controle dos rumos da região.

Atualmente, assim são os casos tanto do atual governador Luis Otsuka, ex-presidente da *Federación Minera de Madre de Dios* (FEDEMIN), que atuou anteriormente à frente da convocação de uma série de manifestações violentas, greves e paralizações na capital Puerto Maldonado, que exigiam a derrogação de decretos do governo nacional voltados para estabelecimento de um maior controle sobre a mineração, assim como dos últimos congressistas únicos eleitos pelo departamento, entre estes o atual, Modesto Figueroa Minaya, ou o anterior, Eulogio Amado Romero Rodríguez, também ex-presidente da FEDEMIN,

⁴⁷ Por exemplo, conforme estimativa de “Defensoria del Pueblo” do Peru em reportagem do “El País”: “Los mineros trabajan 24 horas seguidas y descansan 12, en duras condiciones, sin contrato ni protección social, en zonas sin agua potable y acosados por enfermedades respiratorias agudas, diarreicas y de la piel. Todo por un salario deslumbrante en Perú. “En una semana un minero gana unos 7.000 soles (2.180 euros), cuando el salario medio es de 2.000 soles al mes (625 euros)”, explica Enrique Muñoz, comisionado de la Defensoría del Pueblo.” (RELEA, 2012)

conhecido como “*el comeoro*”, ambos acusados de vínculos com a mineração ilegal⁴⁸. (LUNA; GRAU, 2011; RIVADENEYRA, 2014)

A administração do governador Luis Otsuka, eleito em 2015, por não cumprir com suas funções a cargo do governo regional, é acusada de boicotar o processo de formalização da mineração no departamento. (MINAM, 2016b). Existem também outras denúncias, como a concessão de áreas para a mineração em locais proibidos⁴⁹ e a acusação de que ele próprio seria um minerador ilegal, por permitir a mineração em lotes nos quais é o titular da concessão (LÓPEZ, 2016).

Segundo denúncia feita por Antonio Fernández Jerí, autoridade máxima a cargo do “Alto Comisionado” para a formalização da mineração e erradicação da mineração ilegal, “los gobiernos regionales no apoyaron el proceso de formalización de la minería en Perú, especialmente Mdd”. Em entrevista à Sociedad Peruana de Derecho Ambiental (SPDA), o alto comissário por fim agrega: - “*Esperamos que él (Luis Otsuka) haya entendido que forma parte del Estado. Que Mdd no es otro estado dentro del Estado peruano.*”⁵⁰ (CARILLO, 2015)

Alguns dos últimos acontecimentos e os atuais índices referentes ao departamento representam bem os aspectos deste contexto problemático e, por vezes, contraditório. Resumidamente, em termos ambientais, o departamento de Madre de Dios é oficialmente declarado como a capital da biodiversidade no Peru, mas representa o principal foco de devastação e contaminação ambiental no país. Para expor a escalada desta devastação, basta citar que no último ano de 2017, registra-se a mais alta taxa histórica de desflorestamento em Mdd, aproximadamente 20 mil hectares em um só ano. Em termos de saúde pública, após estudos de amostragem sanguínea da população revelarem uma alta contaminação por mercúrio, proveniente do uso irresponsável pela mineração de ouro aluvial, em 2016, o

⁴⁸ Conforme investigação da Osinfor, o congressista é acusado de permitir mineração em uma concessão florestal da qual é titular. (RIVADENEYRA, 2014) Segundo artigo do diário peruano “El Comercio”, em 2011, quando “comeoro” já era congressista e passou a ser investigado por evasão fiscal de tributos, mineradores de Madre de Dios afirmaram que pagavam cinco quilogramas de ouro por mês ao congressista. Além disto, em um vídeo gravado nos acampamentos ilegais de La Pampa, em 11 de junho de 2011, está registrada uma reunião entre dirigentes mineradores que expõe a boa relação do congressista com estes. Nesta reunião, segundo transcrição do áudio, ao lado do congressista está discursando o então secretário de economia da FEDEMIN, Florentino Sucso, que questiona a vigência dos novos decretos de controle da mineração e termina dizendo: “Tenemos un enemigo en común que es el Estado, el otro es la región y los ambientalistas”. (LUNA; GRAU, 2011)

⁴⁹ Conforme nota de Imprensa (n° 890 – 2017) do vice-ministro do Ministerio del Interior (MININTER): “Viceministro Rubén Vargas denunció que el gobierno regional de Mdd habría dado concesiones para la minería dentro de la zona de amortiguamiento de la Reserva Nacional de Tambopata.” (MININTER, 2017a)

⁵⁰Entrevista na íntegra disponível em: <http://lasrutasdoloro.com/video-peru-gobiernos-regionales-no-apoyaron-proceso-de-formalizacion-minera/>

governo declarou “estado de emergência” na grande maioria dos distritos do departamento (MINAM, 2016c).

Em termos econômicos, estimativas calculam que nos últimos anos os valores movimentados pela mineração ilegal no Peru, que é concentrada especialmente em MdD, superam os valores movimentados pelo narcotráfico como principal atividade econômica ilegal do país. Estudos recentes destacam este avanço histórico e as formas de relacionamento estreito entre a mineração ilegal e outros crimes que atentam contra os direitos humanos e formam parte da presença do crime organizado no Peru, e calculam que em torno de 28% do ouro produzido no Peru é extraído ilegalmente. (TGIATOC, 2016, p.14)

As estimativas do Ministério de Energia e Minas (MINEM) calculam que a produção de ouro de MdD vem representando ao longo dos anos aproximadamente 10% da produção do Peru, que está entre os seis maiores produtores mundiais de ouro. Segundo o último registro do anuário de 2016, o MINEM calcula que o ouro informal/ilegal produzido em Madre de Dios representou 11,5% da produção nacional, ocupando a terceira posição entre os departamentos peruanos. (MINEM, 2017). Com um total estimado em 565 mil onças finas de ouro (aproximadamente 16 toneladas), a um preço médio anual de US\$ 1248/Oz (mil duzentos e quarenta e oito dólares), a produção chegou ao valor oficial de US\$ 705 milhões. Todavia, uma boa parte do ouro extraído ilegalmente escapa a estes registros que provavelmente subestimam a produção de Madre de Dios.

Entretanto, apesar das tentativas de 4 governos nacionais de diferentes presidentes, a mineração ilegal segue invadindo áreas de reserva nacional e já se passaram pelo menos 15 anos de iniciado o processo de formalização sem que nenhum minerador esteja formalizado. Isto significa que, além da ilegalidade latente, apesar de toda sua importância econômica local e nacional, a atividade mineradora ali praticada não segue os requisitos ambientais ou laborais, tampouco contribui com o pagamento dos impostos devidos ao Estado.

Para incrementar este cenário problemático, destacam-se os altos índices de criminalidade e insegurança cidadã que colocam MdD como o departamento mais violento do país e com forte presença do crime organizado, cujo poder se manifesta mais visivelmente através das máfias organizadas e grupos armados que controlam os acampamentos de mineradores ilegais no setor conhecido como La Pampa, a aproximadamente 100 quilômetros de Puerto Maldonado. Conforme dados oficiais, o departamento é o menos populoso do país, mas ocupa os primeiros lugares nas taxas de homicídios e “*trata de personas*” (sequestro de pessoas com a finalidade de exploração laboral e/ou sexual em regime de trabalho forçado),

além de outros delitos. (INEI, 2017)⁵¹ Tais acampamentos invadem principalmente a *zona de amortiguamento* da Reserva Nacional de Tambopata, localizada logo às margens da rodovia interoceânica, e servem de entreposto logístico e comercial, onde são fornecidos insumos (combustível, alimentos, bebidas) e serviços (oficinas mecânicas, transporte, “*prostibares*”, casas de compra de ouro, alojamento).

Recentemente, em fins de 2017, a situação de insegurança, que também caracteriza um importante aspecto da “desgovernança” em MdD, chegou a um outro extremo. Conforme noticiado em rede nacional, no mês de setembro, durante uma incursão de fiscalização ambiental no setor de La Pampa, um grupo de policiais e fiscais ambientais sofreram uma emboscada e trocaram tiros com um grupo de “matadores de aluguel”, resultando na morte de um policial, além de outros feridos. Logo depois, nos meses de novembro e dezembro estes mesmos grupos de criminosos promoveram seguidos assaltos aos veículos de passageiros, especialmente os ônibus, que trafegavam pela rodovia interoceânica próximo ao setor de La Pampa. (FLORES, 2017a; FLORES, 2017b)

Depois de muita expectativa e uma quantia bilionária de investimentos públicos, a realização da rodovia interoceânica foi finalmente realizada como uma nova esperança para tirar a região do “desamparo” e transformar esta parte do território peruano em um novo “eixo de integração e desenvolvimento”. Todavia, já a partir de 2006, quando começaram as obras de construção da rodovia, concluídas no ano de 2011 como o maior e mais custoso projeto rodoviário já financiado pelo país, ao invés dos ideais de “integração” e “desenvolvimento”, de modo imediato, como um dos primeiros impactos locais, a abertura dos caminhos por onde a rodovia seria implementada evidenciou possíveis novos locais para a mineração e facilitou a migração e instalação de assentamentos de mineradores e o transporte de seus maquinários para novas áreas do interior de MdD, aumentando a devastação ambiental e dificultando o controle sobre a atividade.

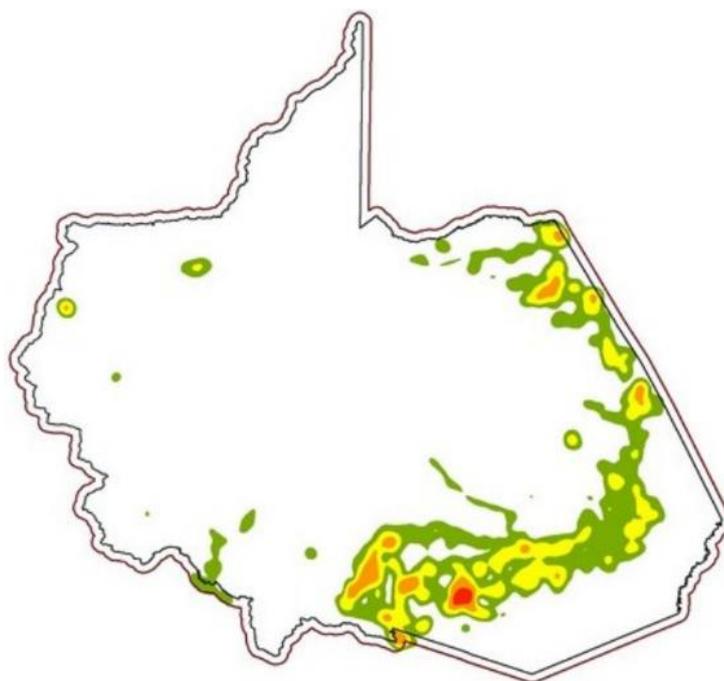
Ainda hoje, MdD segue sendo um dos lugares mais bem preservados da Amazônia, a não ser pelas áreas nos arredores da rodovia interoceânica. Logo às margens da rodovia, em um trecho de aproximadamente 160 quilômetros de extensão, entre as cidades de Puerto Maldonado e Mazuko, foram sendo improvisados novos acampamentos de mineradores que começaram a abrir novas áreas de mineração. Até o ano de 2016, calcula-se que cerca de mais de 625 quilômetros quadrados de floresta amazônica já foram transformados em paisagens

⁵¹ Pelo menos desde 2010, o departamento de MdD está entre 1º e 2º lugar das maiores taxas de homicídios por departamento, (nº de homicídios a cada 100 mil habitantes), assim como nas taxas de outros delitos, como a “*trata de personas*” e furto. (INEI, 2017a)

completamente desérticas e desoladoras, que podem facilmente serem vistas através de imagens de satélites disponíveis em serviços de mapeamento digital, as quais expõem um rastro de areia e lama em meio a cobertura verde da floresta. (FINER et al. 2016) Deste total de devastação acumulada, calcula-se que, já no ano de 2012, aproximadamente 60% desta devastação ocorreu a partir do ano de 2006, ou seja, em seis anos a devastação ocasionada foi maior do que a devastação acumulada em todo o passado de Mdd. (ASNER *et al*, 2013)

As figuras abaixo, extraídas respectivamente da plataforma de monitoramento “GeoBosques” do Ministério do Ambiente do Peru (MINAM)⁵², do serviço de mapeamento *Google Maps*⁵³ e do projeto de monitoramento do Carnegie Airbone Observatory (CAO)⁵⁴, servem de ilustração desta relação entre a rodovia e a devastação ambiental em Mdd.

Mapa 8 - Devastação Ambiental concentrada ao longo da rodovia interoceânica em Madre de Dios.



Fonte: GeoBosques, serviço de monitoramento do MINAM, atualizado em 2018.

⁵² GeoBosques, ver em: <http://geobosques.minam.gob.pe/geobosque/view/perdida.php>

⁵³ Google Maps, ver em: <https://www.google.com.br/maps/@-12.8236086,-70.114108,70427m/data=!3m1!1e3>

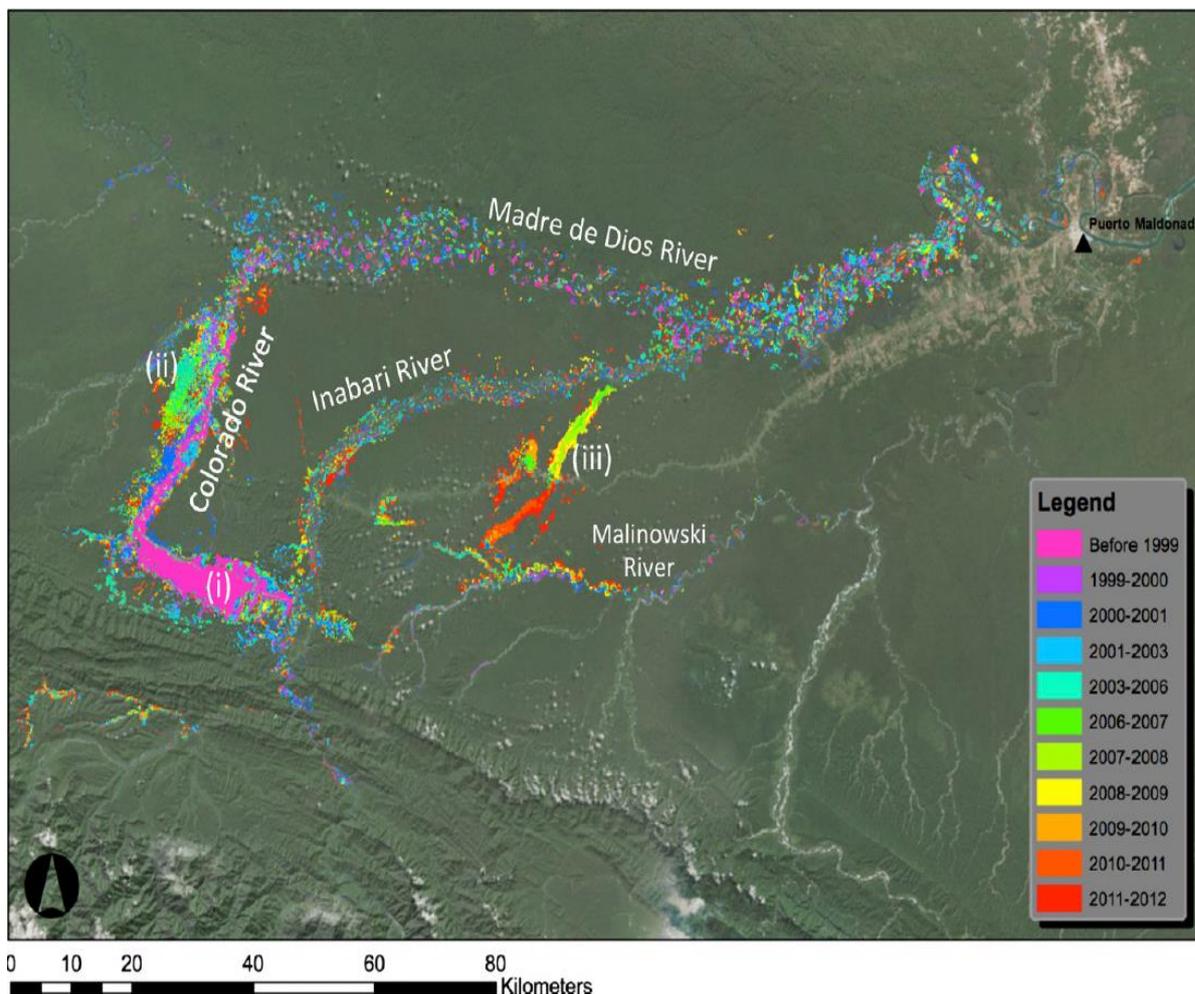
⁵⁴ Carnegie Airbone Observatory, ver em: <https://cao.carnegiescience.edu/publication/elevated-rates-of-gold-mining-in-the-amazon-revealed-through-high-resolution-monitoring>

Figura 6 - Devastação ambiental causada pela Mineração de Ouro às margens da rodovia Interoceânica em Madre de Dios: um rastro de areia e lama no meio da cobertura verde de floresta.



Fonte: Google Earth.

Figura 7 - Devastação Ambiental causada ao longo dos anos pela mineração de ouro em Madre de Dios.



Fonte: Imagem extraída de Asner et al (2013).

Embora o tema mereça toda atenção do ponto de vista ambiental, além do processo acelerado de desflorestamento, comprovadamente, a mineração ilegal de ouro em MdD está também diretamente relacionada a uma série de outros delitos, cujos padrões de organização e violência permitem enquadrar esta atividade como parte de uma rede internacional de crime organizado. Além da corrupção, lavagem de ouro e de dinheiro e contrabando internacional, nas zonas de influência da mineração ilegal, a *“trata de personas”*, inclusive de menores de idade, são crimes organizados por máfias que proliferam abertamente contra os Direitos Humanos e às margens das leis do Estado. (MUJICA, 2014)

A partir de uma perspectiva sobre a noção de “governança”, este último capítulo traz uma abordagem da evolução da mineração de ouro nos arredores da rodovia interoceânica e de seus vínculos com outros tipos de delitos. Como será aqui demonstrado, contra as tentativas de controle por parte do governo nacional do Peru, o poder paralelo do crime

organizado ligado ao avanço da mineração ilegal de ouro conseguiu superar a capacidade de resposta do poder do Estado, configurando um contexto de “desgovernança” que já dura cerca de uma década e tomou de assalto não somente a preservação ambiental do departamento, mas também as dinâmicas socioeconômicas e políticas desta área do país. Argumenta-se que, na medida em que fracassaram em estabelecer uma “boa governança”, apesar das crescentes tentativas do Estado peruano em promover um processo de formalização e erradicar a mineração ilegal, inclusive através de intervenções militares, este processo acabou gerando um fenômeno de “(des)governança”, representado pelo crescimento dos índices de violência e ilegalidade ocasionados devido a uma maior articulação entre mineradores e crime organizado.

A seguir, primeiramente tratamos de explicar a relação entre a construção da rodovia e o avanço territorial da mineração. Realiza-se também uma análise sobre o termo “governança” de acordo com os termos ditados originalmente pelo Banco Mundial e sobre como a falta de uma prévia “boa governança” permitiu que a facilidade de acesso ao território servisse inicialmente para facilitar o avanço territorial da mineração ao longo do caminho aberto pela rodovia.

Trata-se também de expor o papel de atores internacionais como um importante aporte para a construção da “governança”. Notadamente, foram os interesses internacionais de instituições multilaterais ligadas à causa da preservação ambiental da Amazônia como um fator decisivo para mitigar os efeitos da mudança climática e aquecimento global, que motivaram e proporcionaram financiamento para grande parte das pesquisas aqui utilizadas. Também foram estas pesquisas as primeiras responsáveis por delatar a gravidade da situação de Madre de Dios ao mundo e pressionar o governo peruano a posicionar-se.

Depois desta discussão sobre o termo “governança”, em outra parte do trabalho são abordadas algumas das vicissitudes das tentativas de erradicação da mineração ilegal e do processo de formalização da mineração ao longo dos diferentes governos nacionais e suas distintas abordagens do problema. Nesta parte, procura-se evidenciar o relativo fracasso da construção da “governança” *vis-à-vis* a contínua invasão da mineração sobre novas áreas proibidas e o incremento de um contexto de “ilegalidade” caracterizado pela evolução da presença do crime organizado no acampamento de mineradores em áreas proibidas. Na quarta parte, explicita-se esta relação entre o crime organizado e a mineração ilegal na região com o intuito de identificar o nível de organização, as relações de poder, a responsabilidade de atores internacionais da cadeia produtiva do ouro no mundo e a lógica transnacional que sustenta tal atividade em Madre de Dios.

4.1. O aperfeiçoamento logístico propiciado pela rodovia interoceânica como fator determinante da expansão geográfica e avanço da “febre do ouro” para o interior de Madre de Dios.

No caminho da modernização capitalista a ocupação humana e o desmatamento começam a partir dos caminhos abertos pela estrada e aumentam consideravelmente quando esta estrada é pavimentada ou “modernizada”. Por isso, consensualmente, estudos afirmam que as estradas são o principal determinante, ou “*drivers*”, do desmatamento da Amazônia (ALVES, 2001; SOARES-FILHO, 2005; KILLEEN, 2007; DOUROJEANNI, 2009) e das florestas do mundo em geral⁵⁵ (IBISCH, 2016).

Grande parte da preservação ambiental do ecossistema contido no território do departamento de Madre de Dios pode ser atribuída ao relativo isolamento geográfico e consequente baixa ocupação humana, conforme à histórica dificuldade de acesso a estas áreas de floresta primária amazônica. Esta antiga e duradoura condição histórica, por sua vez, é resultado da falta de estradas eficientes e do próprio “abandono” por parte de investimentos do Estado peruano.

De modo a exemplificar o histórico isolamento da região de Madre de Dios, além de toda sua biodiversidade, esta parte do mundo é também área de uma grande variedade de espécies endêmicas de fauna e flora⁵⁶, além de um espaço de refúgio para alguns dos últimos povos nativos livres e isolados da Amazônia, como os Mascho Piro, que transitam pelo norte do departamento e recentemente vêm surpreendendo as comunidades locais conforme a aparição de centenas de indivíduos. (COLINS, 2015; CINGOLANI, 2011)

Entretanto, este isolamento que em boa parte garantia a preservação ambiental da região deixou de existir quando, a partir de 2006, o departamento de MdD tornou-se de fato um dos espaços contemplados pela iniciativa de Integração de Infraestrutura Sul-Americana (IIRSA) e começaram ali a concretizar-se as obras para construir uma rodovia nova e moderna, totalmente pavimentada, com dezenas de pontes, cruzando inteiramente o departamento, até alcançar a fronteira com o estado do Acre, no Brasil. Trata-se do trecho 3 da IIRSA SUR, ou como é conhecida localmente, a “rodovia interoceânica”. Além de outros

⁵⁵ Conforme o resultado do mapeamento mundial das estradas apresentado por Ibisch et al (2016), cerca de 80% da superfície terrestre permanece sem estradas, todavia, as estradas que existem fragmentam a Terra em um mosaico de aproximadamente 600 mil fragmentos. Dentre estes fragmentos, mais da metade são áreas com menos de um quilômetro quadrado (<1 Km²) e apenas 7% são áreas com mais de cem quilômetros quadrados (>100 Km²). (IBISCH et al, 2016, p.1423)

⁵⁶ Entende-se por endemismo a presença de espécies de seres vivos que, por mecanismos de isolamento geográfico, se desenvolveram em uma região restrita.

fatores econômicos já descritos anteriormente, estaria dentre os fatores motivadores para enfim realizar a rodovia e melhor integrar esta parte do território peruano um caráter também geopolítico, no sentido de afastar a possibilidade de “perder” esta região “esquecida” para o Brasil. Conforme expresso pelas palavras do então ministro do Ministerio de Transportes y Comunicaciones (MTC), engenheiro José Javier Ortiz Rivera, em reunião do congresso voltada para tratar do tema da rodovia interoceânica:

Se ha dicho que esta carretera la hacemos para Brasil, esta carretera no se hace para Brasil, esta carretera se hace para integrar el sur del Perú. Hay un departamento de nuestro país, Madre de Dios, que está aislado totalmente. Yo quiero recordar que en los albores del siglo pasado, Acre era parte del Perú y Acre se separó del Perú por falta de integración precisamente, si nosotros no llegamos a ejecutar esta carretera, dentro de unos años de repente podríamos estar lamentando que parte de Madre de Dios ya forma parte del Brasil. (CONGRESO DE LA REPUBLICA, 2005, p.18)

Resumidamente, segundo o ex-vice-ministro do meio ambiente no Peru, José De Echave (2016, p. 135), três fatores principais ajudam a explicar o crescimento generalizado da mineração ilegal no Peru:

- I) o aumento consecutivo do preço internacional do ouro; “que hizo cada vez más atractiva y rentable esta actividad pese a las abiertas condiciones de riesgo que genera operar en la ilegalidad”;
- II) a falta de emprego adequado; “que provoca que parte de los pobladores opte por una actividad que les genera ingresos importantes”;
- III) a debilidade institucional do Estado peruano; “que se traduce en una muy limitada capacidad de control y fiscalización de los territorios”.

Entretanto, o tamanho e a rapidez da devastação ambiental causada pela mineração de ouro em MdD representa dimensões inéditas, que superam os cenários mais pessimistas e as demais experiências de “febre do ouro” vivenciadas por outras partes da Amazônia em geral, tanto no passado como no presente. Assim sendo, fica a pergunta: por que a mineração ilegal atingiu tais dimensões em Madre de Dios?

Embora os fatores anteriores contenham boa parte da explicação para esta pergunta, eles poderiam igualmente ser atribuídos a explicar o avanço da mineração em outras partes da Amazônia peruana em geral, onde também já existiam relatos de extração de ouro. Neste sentido, para complementar a resposta e identificar a particularidade deste caso, faz-se mister incluir um novo fator: IV) a facilidade de acesso propiciada pela rodovia interoceânica. Como

um fator específico, e um tipo de “catalisador” do processo e um determinante espacial, o advento da rodovia ajuda a entender a intensidade e o ritmo acelerado com que a atual “febre do ouro” se instalou no espaço de MdD como em nenhuma outra região do país.

Neste caso, um outro fator específico que pode ser atribuído à particularidade do avanço da mineração é a presença prévia de mineradores em zonas como Huepetuhe, na divisa de MdD com o departamento de Cuzco. Não obstante, este fator apenas fortalece o caráter determinante da relação entre a rodovia e o avanço da mineração, uma vez que, foi a partir do início das obras de aperfeiçoamento da trafegabilidade da rodovia, no ano de 2006, que estes mineradores antigos, assim como novos mineradores, seguindo o caminho aberto pela rodovia, começaram a chegar em novos locais, especialmente na microbacia de Guacamayo, localizada mais para o interior do departamento. Além disso, curiosamente, relata-se que as próprias obras iniciais de desmatamento e abertura dos caminhos, pelos quais inicia-se o processo de construção e pavimentação de rodovias no solo amazônico, acabaram por colocar em evidência as possíveis novas áreas com potencial aurífero. De acordo com os estudos de cinco casos de extração de ouro ilegal em cinco países amazônicos, reunidos pela coordenação da Sociedad Peruana de Derecho Ambiental (SPDA, 2015, p.6):

Los estudios de caso de Brasil y Perú ponen en evidencia cómo la construcción de hidroeléctricas y vías de comunicación en Rondonia y Madre de Dios, respectivamente, han facilitado el crecimiento de minería informal e ilegal en dichos territorios. En ambos casos se trata de proyectos que atraen olas migratorias y que en el proceso mismo de construcción ponen en evidencia la existencia de material aurífero. Además, en el caso de las vías de comunicación, dichos proyectos reducen significativamente los costos de transporte y facilitan el ingreso de maquinarias que por su valor y capacidad no son propias de la minería pequeña o artesanal. El estudio de caso en Colombia da cuenta precisamente de cómo el relativo aislamiento de la zona de estudio ha sido de alguna manera un freno para la expansión acelerada de la minería informal e ilegal. (SPDA, 2015, p.6)

Neste sentido, deve se fazer menção ao grande aperfeiçoamento logístico referente à realização da rodovia e a grande diminuição no tempo de viagem que ela proporciona em comparação à situação que era encontrada anteriormente. Destaca-se que para as regiões amazônicas, especialmente nas zonas de “*quebradas*” como o são as zonas de transição Andino-Amazônicas, onde a superfície terrestre é recortada por inúmeros rios, a pavimentação e a construção de pontes fixas que suportam grandes pesos significa um grande salto na possibilidade de acesso, tanto em termos de tempo de viagem e economia de frete, como em termos de segurança, facilitando sobremaneira o livre fluxo de veículos e cargas pesadas.

Em conjunto, estas obras da rodovia interoceânica transformaram os caminhos rudimentares que anteriormente existiam em MdD - e, por vezes, eram interditados durante grande parte do ano correspondente à época das chuvas que ocupam geralmente os meses de novembro a abril -, em uma rodovia pavimentada, fluída, acessível o ano todo que, entre outros, facilita o livre fluxo de mineradores e seus equipamentos pesados (motobombas, tratores, caminhões, galões de combustível) para dentro das áreas de floresta através de novas estradas secundárias abertas a partir da rodovia principal.

Sobretudo, a rodovia propiciou definitivamente o ir e vir constante de pessoas. As viagens entre as principais cidades, como Rio Branco no Brasil e Puerto Maldonado, Cuzco e Puno, no Peru, cujo tempo de duração antes era incerto e poderia ser realizada apenas esporadicamente, podendo levar cerca de uma semana, agora podem ser feitas regularmente, em questão de horas, por qualquer tipo de condução. Agora é uma rota inclusive turística, na qual empresas particulares de ônibus realizam a viagem diariamente.

Segundo Valencia (2014), este incremento propiciado pela rodovia interoceânica retira a região de seu relativo isolamento e, tanto facilita um deslocamento mais fluido, como possibilita um menor vínculo com o território. Como grande parte desta nova migração de mineradores é proveniente de regiões relativamente próximas a MdD, como Cuzco e Puno⁵⁷, o menor tempo de viagem entre as áreas onde a mineração é praticada e seus locais de origem possibilita um menor vínculo com a organização social e com os centros povoados do território de MdD e, conseqüentemente, facilita a manutenção de um maior vínculo com seus locais de origem.

A importância de acampamentos como La Pampa reside justamente na medida em que servem de moradia improvisada, abastecimento e oferta dos mais variados tipos de serviços para atender esta migração temporária de exploração itinerante, que em sua grande maioria não veio para estabelecer uma relação duradoura com o espaço de MdD, mas veio apenas em busca do ouro. Abaixo, duas imagens de La Pampa, onde se pode notar várias placas de “*hospedaje*” ou “*hostal*” e também alguns mineradores vestidos conforme mineradores de ouro aluvial, com suas botas de borracha, esperando nas margens da rodovia interoceânica por algum meio de transporte.

⁵⁷ Por exemplo, estima-se que uma boa parte dos novos mineradores que vieram para o departamento de MdD são provenientes da cidade de “La Rinconada”, localizada a cerca de 320 quilômetros, no departamento vizinho de Puno, onde relata-se que existem milhares de mineradores trabalhando informalmente para a *Corporación Minera Ananea S.A.*, sob as duras condições de um sistema de trabalho conhecido como “*cachoreo*”, no qual trabalha-se durante um mês todo sem receber qualquer tipo de pagamento e, somente ao final deste período, lhes é permitido algumas horas dentro da mina para extrair e carregar o quanto puderem de material rochoso que pode ou não conter alguma quantia de ouro. (LARMER, 2009)

Figura 8 - Os "hostals" e "hospedajes" localizados em La Pampa, logo às margens da Rodovia Interoceânica em Madre de Dios



Fonte: Google street view⁵⁸

⁵⁸ Esta imagem extraída do modo "street view" no Google Maps pode ser vista em: <https://www.google.com.br/maps/@-12.8860385,-70.020184,3a,75y,307.37h,78.32t/data=!3m6!1e1!3m4!1sAPjZfSfOIe9k0VDiJ7WGNQ!2e0!7i13312!8i6656>

Figura 9 - Mineradores com suas botas de borracha aguardando transporte em La Pampa.



Fonte: Google street view⁵⁹

As motocicletas são o meio transporte mais eficaz para percorrer as estradas secundárias construídas floresta adentro ruma às zonas de mineração ilegal. Neste sentido, é revelador o aumento exponencial do número de motocicletas registradas em Madre de Dios que, segundo dados oficiais do Instituto Nacional de Estadística y Informática (INEI), passou de 527 motocicletas em 2008, para um registro de 4 125 motocicletas já no ano seguinte de 2009. (INEI, 2012)

⁵⁹ Esta imagem extraída do modo “street view” no *Google Maps* pode ser vista em: <https://www.google.com.br/maps/@-12.8859149,-70.020656,3a,75y,282.84h,90t/data=!3m6!1e1!3m4!1sYCtBOKOqVDyEyO-o3K1HIw!2e0!7i13312!8i6656>

Estima-se que o número de mineradores atuando em MdD tenha se multiplicado exponencialmente a partir dos anos iniciais da nova “febre do ouro”. Segundo cifras oficiais, atualmente, a população total de MdD chega a mais de 143 mil habitantes. (INEI) Em um estudo de diagnóstico da mineração de ouro em madre de Dios, publicado no ano 2009, Mosquera et al (2009, p.75), calculava cerca de 20 mil mineradores informais. Já em 2015, estimava-se um número de cerca de 70 mil mineradores informais⁶⁰ atuando em Madre de Dios informalmente. Deve-se considerar que estes cálculos ainda subestimam o número total de mineradores, uma vez que deixam de contar com uma grande quantia de mineradores ilegais que atuam totalmente na clandestinidade, sem nenhum tipo de registro. Mesmo assim, os números dão uma ideia do peso representativo desta avalanche migratória atraída diretamente pela mineração, ou mesmo indiretamente, conforme parte desta mão de obra também atua em novas atividades de comércio e serviços relativamente sustentados pelo crescimento econômico gerado pela mineração de ouro nos últimos anos. Neste sentido, conforme relatado no estudo de Mosquera et al (2009, p.,101), ecoa uma perspectiva de dependência da dinâmica socioeconômica e populacional de MdD em relação ao crescimento gerado pela mineração que se expressa da seguinte forma, segundo o estudo, *“En la percepción de los mineros, la población o sociedad civil, sólo le exige dinero sin darse cuenta de su verdadera condición y sin reconocer que si no hubiera minería no hubiera comercio ni población.”* (MOSQUERA et. al, 2009, p.101)

No geral, segundo uma estratégia de planejamento territorial regional baseada nos denominados Eixos de Integração e Desenvolvimento (EID), os projetos da IIRSA foram selecionados de acordo com critérios de viabilidade de financiamento, potencialidade econômica, e importância para a integração física da América do Sul. Neste sentido, cada projeto conta com estudos prévios e documentos específicos que expressam “visões de negócios” envolvendo estes projetos inseridos em seus EIDs correspondentes. No que diz respeito ao projeto da rodovia interoceânica, um dos principais documentos de estudos preliminares que embasam a promoção e realização do projeto é o estudo de Bonifaz, Urrunaga e Astorne (2008), denominado *“Estimación de los beneficios económicos de la Carretera Interoceánica”*. Neste documento, além de um estudo de estimativas próprias, que calculam que MdD é o departamento que mais tem a ganhar com a conclusão do Corredor Vial Interoceânico Sul (CVIS), apresenta-se também um resumo de um dos primeiros estudos

⁶⁰ Esta estimativa aparece em uma nota de imprensa do congresso nacional peruano, no dia 06 de abril de 2015, onde o então congressista por MdD, Eulogio Amado Romero faz uma convocatória para o “Debate Nacional de Formalización Minera en el Congreso”. (CONGRESO DE LA REPUBLICA, 2015).

de pré-factibilidade da rodovia. Neste estudo expõe-se um quadro das estimativas sobre os benefícios indiretos que seriam gerados anualmente com a conclusão da rodovia, como a diminuição de acidentes, turismo, extração de madeira e mineração, entre outros. Neste quadro, em primeiro lugar entre os benefícios econômicos, aparece uma estimativa de um montante de US\$ 25 milhões para a atividade definida como “*Administración Territorial*”, entendida como:

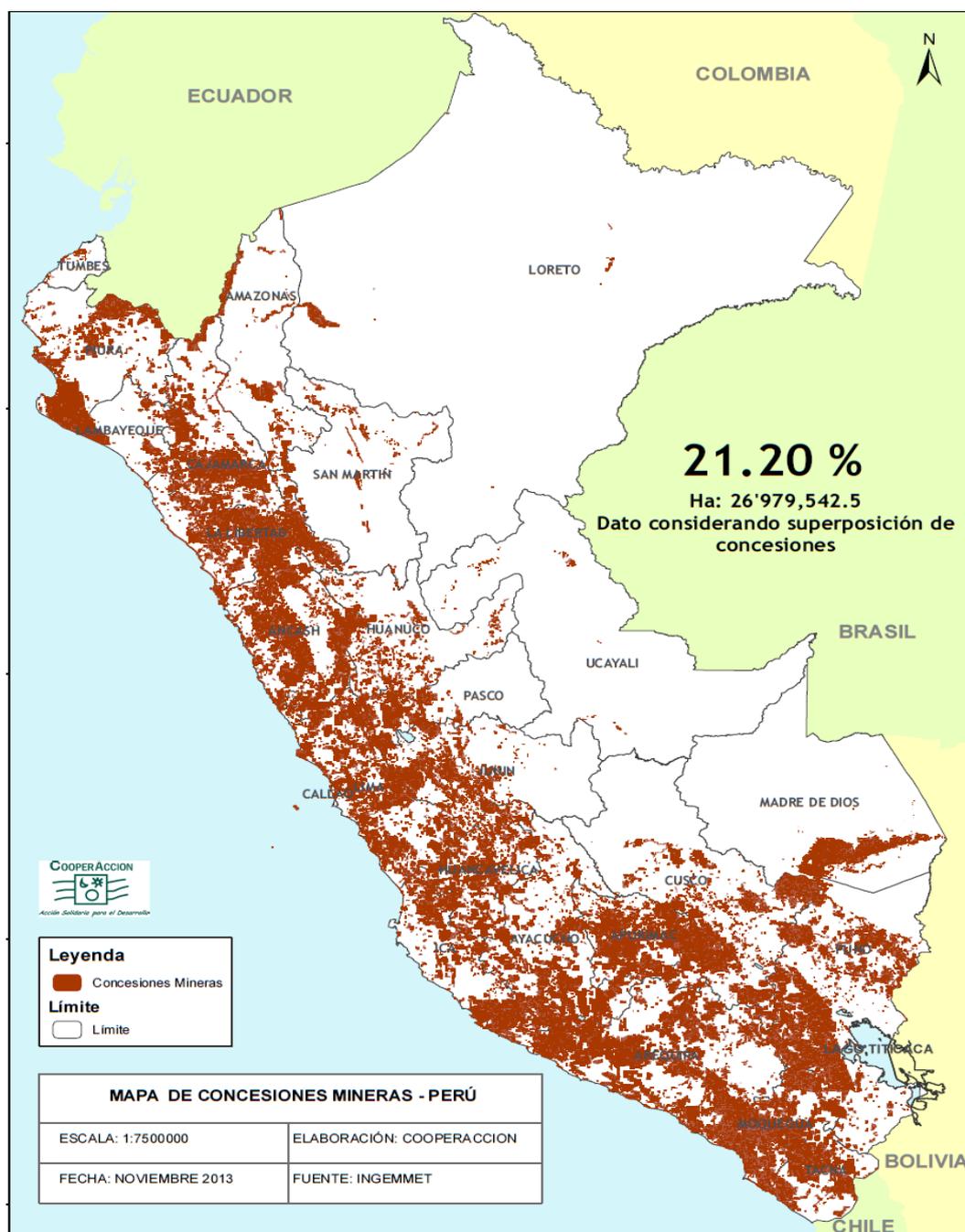
el beneficio que representa para el Perú el **mejoramiento de la accesibilidad** al departamento de Madre de Dios y, consecuentemente, el fortalecimiento social, económico y administrativo de las poblaciones de la macrorregión sur y de la institucionalidad pública (Poder Judicial, y Poder Ejecutivo, y gobiernos locales) para la **mejor presencia y organización en la ocupación del territorio**. La facilitación de las comunicaciones **disminuye la informalidad**, mejora las condiciones para la **vigilancia y protección del medio ambiente**, y establece bases sólidas para el desarrollo sostenible de la región y para el bienestar de su población. El estimado del beneficio resultante de **una mejor administración territorial del departamento** significa calcular el valor de su riqueza de biodiversidad, forestación, y la experiencia cultural de su población. Para efectos de este análisis, el estudio estima en la economía anual de la Nación, por mejoramiento de la administración territorial, la suma de US\$25 millones. (BONIFAZ; URRUNAGA; ASTORNE, 2008, p.24-25, grifos nosso).

Para estudos como estes, baseados maiormente em “visões de negócios”, a construção da rodovia é assumida praticamente como sinônimo de “desenvolvimento”, sem considerar primeiramente, por exemplo, que o alcance dos benefícios previstos depende não só da construção da rodovia, mas antes de tudo, depende da maneira como esta é utilizada. Neste sentido, como mostra a situação atual, ao invés do incremento na administração territorial e racionamento de recursos públicos, a melhor acessibilidade ao território de MdD foi acompanhada pelo avanço de uma atividade que trouxe problemas sociais e gastos econômicos ainda maiores. Como pode ser visto hoje, o descontrole sobre aquilo que estudos como este denomina de “administração territorial” chegou ao nível extremo de obrigar o Estado a recorrer à ocupação e intervenções militares no combate frontal à mineração ilegal. Assim, conforme propiciado pelas imagens das intervenções do exército peruano em áreas da mineração ilegal em MdD, expulsando mineradores, explodindo suas máquinas e queimando suas instalações, não é demasiado afirmar que o departamento vive em uma situação de extrema “desgovernança” e em meio a um cenário de guerra pelo controle do território entre o Estado e o poder de atores criminosos ligados diretamente a mineração de ouro.

De acordo com Porto-Gonçalves (2011), grupos sociais dispõem de condições distintas para aproveitar a maior acessibilidade ao espaço por meio de infraestruturas e de uma integração física e, assim, a “concentração de poder tende a ser maior nas áreas de expansão, porque os grupos sociais mais fortes se antecipam e se tornam mais fortes ainda.” (PORTO-GONÇALVES, 2011, p.148). Deste modo, a direta relação espacial e cronológica entre a construção da rodovia e o avanço da mineração de ouro como principal atividade econômica demonstram que esta é a atividade econômica que mais cresceu e maior proveito tem conseguido extrair do incremento na acessibilidade aportado pela pavimentação da rodovia interoceânica na região. Neste sentido, os demais grupos sociais vêm sofrendo uma forte pressão, e outras atividades econômicas em desenvolvimento, acabaram sendo sobrepostas, vide a invasão da mineração em reservas naturais e concessões florestais, agrícolas ou ecoturísticas, além da invasão de terras comunais indígenas, como a Reserva Comunal Amarakaeri. (FINER; NOVOA, 2017)

O departamento de Madre de Dios é o único departamento da Amazônia do Peru que possui uma rodovia de acesso por todo seu território e o único com uma parte do território destinada à mineração, restringida ao “*corredor minero*”. O mapa abaixo serve para ilustrar a relação direta entre a rodovia interoceânica e a presença da atividade mineradora em Madre de Dios. Nota-se que as concessões estão no caminho de influência direta da rodovia e, em contraste, no restante da Amazônia peruana a mineração existe apenas de modo esparso e em escala muito menor.

Mapa 9 – Concessões de Mineração pelo território do Peru.



Fonte: CooperAcción, a partir de dados do Instituto Geológico, Minero y Metalúrgico do Peru (INGEMMET).

4.1.1 Discussão do conceito de “governança” aplicado à rodovia interoceânica: a “baixa governança” do isolamento e a “desgovernança” da febre do ouro.

O termo “governança” foi inicialmente difundido pelo Banco Mundial e definido resumidamente como a “maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos socioeconômicos para o desenvolvimento de um país.” (WORLD BANK, 1992, p.1) Segundo o banco, este termo passou a ganhar maior importância a partir de uma preocupação em

reconhecer que a “boa governança” é um complemento essencial para que políticas econômicas alcancem um desenvolvimento equitativo e sustentável. Através de sua experiência em financiamento de projetos de desenvolvimento, o Banco Mundial reconhece que, para além do planejamento técnico, é na qualidade da ação dos governos em implementar uma “boa governança” que reside boa parte do sucesso ou fracasso em atingir os resultados esperados. (WORLD BANK, 1992)

Como argumentado anteriormente, de um certo ponto de vista, atualmente, a construção de infraestruturas modernas e seguras é assumida como uma parte essencial para o desenvolvimento econômico e social de um país. No caso específico das infraestruturas de transportes (rodovias, ferrovias, gasodutos, aeroportos, etc), estas permitem diretamente uma otimização comercial e, assim, na medida em que a competitividade internacional aumenta, o desenvolvimento da infraestrutura de um país pode ser fator discriminante na produção e no comércio internacional de um determinado produto como, por exemplo, é o caso das denominadas *commodities* que formam a base econômica dos países em desenvolvimento da América do Sul e são comercializadas entre grandes distâncias e em gigantescos volumes. Sendo o comércio uma das mais generalizadas formas de aproximação que pode levar à cooperação entre países, a infraestrutura de transportes é também fator de influência direta nas relações internacionais como um todo e, portanto, possui uma posição central na política econômica dos países em desenvolvimento. Nas palavras dos geógrafos Santos e Silveira (2010, p.261) esta é “uma das características do presente período histórico, [que] é em toda parte a necessidade de criar condições para maior circulação dos homens, dos produtos, das mercadorias, do dinheiro, da informação, das ordens etc.” Assim, a iniciativa da IIRSA e o projeto da rodovia interoceânica fazem parte de uma característica emblemática do desenvolvimento do sistema capitalista na região sul-americana.

Todavia, quando se toma como ponto de partida uma perspectiva aliada à importância da “governança” como fator decisivo para o bom aproveitamento destes altos investimentos de dinheiro público em megaprojetos que visam uma utilidade pública, entende-se que, embora estas infraestruturas modernas (como rodovias pavimentadas) possam ser vistas como uma necessidade histórica, o objetivo de alcançar com estas infraestruturas os resultados esperados de um desenvolvimento equitativo e sustentável depende essencialmente de uma “boa governança” sobre a utilização destas infraestruturas. Em outras palavras, através desta perspectiva, a “governança” ajuda a entender que na relação entre rodovias e devastação ambiental, a princípio, não é a construção de rodovias que implicam na devastação ambiental, mas sim a falta de “boa governança” sobre aqueles que correspondem aos seus

efeitos considerados “indiretos”. Além disso, no caso da rodovia interoceânica em Madre de Dios, o que fica evidente é que a falta de prévia “boa governança” pode significar dificuldades ainda maiores para a promoção de um desenvolvimento sustentável e equitativo.

Em um contexto de “baixa governança”, ao invés do ideal de desenvolvimento, uma rodovia pode acabar abrindo novos caminhos para uma forma inadequada e descontrolada de apropriação do espaço. Por exemplo, quando se diz que a rodovia interoceânica, na medida em que passou a garantir uma maior facilidade de acesso ao território de MdD, favoreceu igualmente ao avanço da extração ilegal de ouro e de outros recursos naturais, falta destacar que esta implicação ocorre em grande parte devido ao contexto de “baixa governança” que historicamente caracteriza esta região e que atualmente evoluiu para um contexto de “desgovernança”.

A questão da “governança” não se resume à existência ou ausência de um arcabouço de leis que ordenem o uso adequado da rodovia. Se estende também ao cumprimento destas regras oficiais, e principalmente, a uma capacidade efetiva da autoridade do Estado em fazer estas leis serem cumpridas. Conforme afirma Marc Dourojeanni, no Peru, as leis existem, mas o problema central é que não são cumpridas por parte da sociedade e pelo próprio governo encarregado de seu cumprimento e, assim, “*en la realidad, las obras viales son tomadas por asalto por toda clase de ilegalidades.*” (DOUROJEANNI *apud* FERNANDEZ; CUETO, 2010, p.16)

O valor desta perspectiva de “governança” está também em tomar como ponto de partida uma noção mais ampla de governar que não se refere a uma estrutura específica de exercício vertical do poder emanado unicamente do Estado, mas também envolve principalmente a interação entre Estado e sociedade civil. Neste sentido, a governança é primeiramente uma questão política e uma busca pelo consenso em meio às contradições de grupos que disputam o poder. Nas palavras de Frey (2008, p.56), “se trata da confrontação de diferentes, algumas vezes antagônicos, interesses e perspectivas; se trata de construir alianças para alcançar propostas e soluções de forma conjunta.”

Não obstante, para Manuel Pulgar Vidal - uma das principais autoridades que esteve à cargo do combate à mineração ilegal, entre os anos de 2011 e 2016, quando foi ministro do ambiente do governo peruano -, frente à debilidade da presença de mecanismos de controle e fiscalização, insuficiência de canais interinstitucionais e outras deficiências no exercício eficiente do poder de governabilidade como função do Estado, a “governança” surge como uma etapa anterior, definida como o “processo formal e informal de interação entre atores para a condução de uma sociedade” (PULGAR-VIDAL 2005, p.2). Ademais, o autor ainda

defende um novo marco institucional através de ideias com uma maior “natureza horizontal” que o autor denomina “governança ambiental descentralizada”, onde os “processos de tomada de decisões sobre o acesso e uso dos recursos naturais tendem a ficar nas instâncias locais.” (PULGAR-VIDAL, 2005, p.2)

No ano de 2000, junto com o lançamento da IIRSA, uma série de organizações indígenas e de campesino, ONGs, universidades e ativistas acadêmicos e instituições públicas atuantes e localizadas nos departamentos de Madre de Dios, no estado do Acre e no departamento de Pando, enquanto territórios que compartilham a tríplice fronteira, respectivamente, entre Peru, Brasil e Bolívia, passaram a se reunir em fóruns de discussão e lançaram a iniciativa MAP, em alusão a primeira letra de cada região. Atentos à um contexto de mudanças já esperadas por estas regiões limítrofes e que viriam a ser aceleradas especialmente com a realização da rodovia interoceânica e também por outros projetos da IIRSA, a iniciativa MAP declara como seu principal propósito o fortalecimento de uma construção conjunta “para maximizar os benefícios e minimizar os custos”. (BROWN et al, 2002)

Estas três unidades políticas de territórios (Madre de Dios, Acre e Pando) reúnem algumas características comuns marcantes em sua relação com o restante de seus territórios nacionais, como o fato de representarem a menor população e a menor contribuição para o PIB de seus países. Além disso, são consideradas, conforme apresentação do editorial da revista “MAPIENSE” publicada pela iniciativa MAP: “*como el último rincón en cada uno de estos tres países. Eran sus últimas fronteras, el fin del mundo. Alejados de los centros de decisión política,*” (REYES, 2013, p.5) Outra associação de organizações que merece ser citada, neste sentido, é o denominado *Grupo de Trabajo de la Sociedad Civil para la Interoceánica Sur – Peru*.⁶¹

Como parte do projeto de construção do Corredor Vial Interoceânico Sul (CVIS), a Corporación Andina de Fomento (CAF), a principal instituição responsável pelo financiamento deste projeto, outorgou cerca de US\$ 17 milhões destinados ao “*Programa de Gestión Ambiental y Social para la Mitigación de Impactos Indirectos del Corredor Vial Interoceánico Sur – Tramos 2, 3 y 4*”, a cargo do Instituto Nacional de Recursos Naturales (Inrena). Conhecido como programa CAF/INRENA, este foi o único programa de

⁶¹ Este grupo de organizações civis é coordenado por Ernesto Ráez-Luna da ONG ProNaturaleza. Mais informações favor consultar em: <https://library.conservation.org/Published%20Documents/2009/Working%20Group%20Interoceanica-Peru-Spanish-2007.pdf>

investimentos voltados para uma tentativa de mitigar os impactos negativos indiretos já previstos pela realização do CVIS.

Por sua vez, em estudo encomendado e financiado pela própria CAF, a organização peruana “*Derecho, Ambiente y Recursos Naturales*” (DAR), realizou uma avaliação dos resultados do programa CAF/INRENA, aludindo especialmente a uma perspectiva de sustentabilidade e governança ambiental. Algumas das conclusões deste documento são bastante críticas e elucidativas quanto ao mal planejamento e o caráter experimental que acompanharam a realização deste que foi o primeiro programa de investimentos já realizado pela CAF enquanto programa voltado para mitigação dos impactos negativos de um projeto financiado pela própria instituição.

Em destaque, o problema da mineração aurífera na rodovia aparece na análise deste estudo como o “exemplo emblemático de desequilíbrio no desenho do programa”. Denominado como o projeto “*Mejoramiento de la Gestión Ambiental en la Producción Aurífera*”, este subprograma contou com um financiamento no valor de US\$ 372 mil e um prazo de implementação de um ano, quando foram promovidas oficinas de conscientização em alguns poucos pontos influenciados pela rodovia e em comunidades locais. Em suma, segundo a análise do DAR, o insucesso do programa se deve em grande parte ao “*desequilibrio en el diseño del programa en el inadecuado presupuesto y plazo destinado*”. (FERNANDEZ; CUETO, 2010, p.23)

Conforme aponta para os resultados irrisórios deste que foi um dos projetos contemplados pelo programa CAF/INRENA, o estudo reconhece que, já no ano de 2010, a mineração havia se convertido em uma atividade insustentável e que algumas áreas da rodovia tornaram-se “*simplemente ingobernables, con ambientes naturales degradados y en donde los problemas sociales como el alcoholismo, prostitución (incluso infantil), trata de personas, violencia familiar y la delincuencia se han ramificado a niveles exponenciales.*” (FERNANDEZ; CUETO, 2010, p.23-25).

No geral, o aporte trazido pelo estudo ajuda a apontar que, além do baixo orçamento, que não representou nem 2% do total de investimento inicial previsto para as obras, o programa CAF/INRENA, como um todo, não contou com uma perspectiva de “governança ambiental” em seu desenho inicial, focando-se apenas em uma lógica de mitigação dos impactos, sem procurar promover alternativas de renda e desenvolvimento. Assim, o estudo suscita o quão importante é a geração de outras alternativas de fonte renda econômica com o intuito de afastar a população de atividades que possam ser rentáveis, apesar de ilegais e insustentáveis. Neste sentido, a avaliação do estudo ajuda a entender que as dificuldades em

implementar uma “boa governança” ambiental, assim como para a própria mitigação dos impactos sociais e ambientais negativos ligados indiretamente a realização da rodovia, por um lado, possuem uma problemática de raiz socioeconômica ligada à pobreza e ao desemprego que afeta um grande contingente da população de países em desenvolvimento. Neste sentido, vale destaque as palavras de Martínez-Alier (2002, p. 15) que expressam o quão sintomática é esta realidade que afeta o Peru e, de um modo geral, os países não desenvolvidos:

When a country like Peru exports gold and copper, and much environmental and human damage is suffered internally, it is not appropriate to say that the social values of the Peruvians are such that they care little for health and the environment. Rather, we should say that they are unable to defend their interests for a better environment and a better health because they are relatively poor and powerless. In an economic model, whatever the causes, the result will be the same. The externalities (insofar as they are known) are not factored into prices. In the mathematics of the models, it does not matter whether this is a free choice or an imposed decision, whether there are inscrutable preferences or unjust social structures.

Antes “isolada” geograficamente e relativamente “esquecida” pelos governos nacionais, a relação entre o Estado e a região de Madre de Dios era caracterizada por um distanciamento que permitiu, tanto uma certa marginalização histórica da região na agenda dos governos nacionais e uma deficiente aplicação das leis nacionais, como o fortalecimento de um poder local independentemente organizado. Neste sentido, especialmente no caso de MdD, a débil presença da autoridade do Estado na região contribuiu para a própria forma descontrolada de avanço informal/ilegal da mineração de ouro como uma das poucas alternativas de fonte de renda para a população local.

Por exemplo, uma destas formas de organização independente ao Estado foram os acordos informais gradualmente estabelecidos entre mineradores novos que chegaram com a nova onda migratória e mineradores antigos que eram donos titulares de concessões para mineração ou, até mesmo, acordo entre mineradores e comunidades indígenas. Muitos dos conflitos envolvendo comunidades nativas e mineradores, foram solucionados através de acordos informais baseados no pagamento de uma parte do ouro extraído do local. Também através de acordos informais entre mineradores, que eram donos de concessões e de equipamentos para mineração, e outros mineradores, sem titulação de terras ou equipamentos próprios, um crescente número de pessoas começaram a trabalhar como mineradores “convidados” em Madre de Dios. (MOSQUERA et al, 2009, p.83)

No entanto, a mineração de ouro em Madre de Dios não deve ser confundida como uma atividade unicamente praticada por uma população pobre em busca somente de seu sustento. Embora a grande massa seja realmente formada por trabalhadores de classe baixa que se aventuram e se assentam no meio da floresta, e que possuem nada, ou pouca coisa, além de sua força de trabalho, por outro lado, existem também os mineradores “patrões” que possuem os equipamentos caros e/ou são os donos de concessões de terra e empregam estes operários, também denominados “convidados”, que vendem sua força de trabalho.

Além disso, ambos “patrões” e “convidados” formam apenas a parte local da cadeia produtiva de ouro em Madre de Dios. Praticamente todo ouro do Peru é exportado e assim sendo, depois desta parte da cadeia produtiva estão os exportadores que mandam o ouro para clientes estrangeiros, como as grandes refinarias nos países ricos. Neste sentido, como veremos mais adiante, a mineração ilegal é financiada por um poder econômico de quantias milionárias e envolve grandes corporações do mundo, além de estar diretamente relacionada ao crime organizado local e transnacional.

Curiosamente, no Peru, como um dos frutos do novo marco institucional de “governança ambiental descentralizada”, o processo de formalização da mineração de ouro passou a ser responsabilidade dos governos regionais. Desta forma, a eleição de Luís Otsuka como governador regional de Madre de Dios, com sua explícita “posição fechada” quanto ao processo de formalização da mineração, reflete boa parte da encruzilhada a frente da construção da governança nesta região. Com o poder político regional em suas mãos, o poder da mineração informal/ilegal, que também já controla a maior parte do poder econômico, necessita cada vez menos abrir canais de diálogo e negociação para fazer valer seus interesses particulares, tanto com relação ao Estado como com relação aos outros setores da sociedade regional. Assim, a “desgovernança” ganha traços ainda mais confusos, pois emana também daquela que seria a fonte de “governança” local que, ao invés de alinhar-se com a construção da “governança” nacional promove uma “desgovernança” conflituosa, que não deixa de ser uma outra forma de “governança” própria, exercida por um ator político eleito democraticamente. Nas palavras do ex-vice-ministro do ambiente José De Echave (2016, p.143):

A pesar de las brechas de información oficial, las deficientes estadísticas y, por mucho tiempo, una tendencia a no prestarle la debida importancia, lo cierto es que la influencia económica, social y hasta política del sector de la minería informal y la ilegal ha ido en aumento y se ha consolidado en territorios específicos e incluso en espacios de toma de decisiones de políticas públicas – como municipalidades, gobiernos regionales y el Congreso. Esto ha permitido a este tipo de minería visibilizar su agenda y

hacer una defensa cerrada de sus intereses frente a, por ejemplo, las amenazas de interdicción y formalización.

4.2. A participação de atores e interesses internacionais na construção da governança na Amazônia e algumas controvérsias sobre o regime REDD (redução da emissões por devastação e degradação).

A identificação de atores internacionais que podem influenciar a construção da “governança” em um espaço amazônico que vivencia intensas transformações, como Madre de Dios, é um tema que tem importância especial para o pensamento das relações internacionais. No caso de Madre de Dios, inclusive pode se dizer que a atuação destes atores internacionais foi um fator fundamental para obter informações e denunciar a devastação ambiental ali sofrida, além de pressionar o governo a tratar desta questão.

Como dito anteriormente, Madre de Dios é um território com níveis recordes de floresta amazônica primária de densa cobertura vegetal e concentração de biodiversidade no planeta e, portanto, considerada uma região privilegiada, usualmente reconhecida como um “hotspot” por atores internacionais ligados a preservação ambiental e aos esforços de mitigação da mudança climática. Esta parte do território peruano é constituída por grandes áreas naturais protegidas como o Parque Nacional Alto Purus, a Reserva Comunal Amarakaeri, a Reserva Nacional de Tambopata e o Parque Nacional Manu, que fazem parte do Corredor de Conservação Andino-Amazônico Villcabamba-Amboró, um megacorredor com inúmeras áreas naturais protegidas que se estendem pela zona de transição tropical entre os Andes e a Amazônia do Peru e da Bolívia⁶². Com o advento da rodovia interoceânica que, notadamente, corta ao meio este corredor de conservação, conforme exposto abaixo pelo Mapa 10, Madre de Dios passou a estar cada vez mais no radar de uma série de atores internacionais e organizações ambientalistas.

⁶² Maiores informações e um mapa do Corredor de Conservação Villcabamba-Amboró disponível em: <http://www.amazonconservation.org/pdf/map-va-corridor.pdf>

proveniente da queima de combustíveis fósseis para geração de energia, em países não desenvolvidos, a maior parte da emissão destes gases é causada pela mudança de uso do solo ou degradação ambiental. No Peru, quase 50% da emissão de gases de efeito estufa é proveniente do desflorestamento de seu território amazônico. (MINAM, 2010, p.60)

Neste sentido, o REDD visa criar um valor financeiro para o carbono armazenado pela vegetação e incluir na contabilidade das emissões de gases de efeito estufa aquela que seria a “emissão evitada” pela redução das tendências de desmatamento, ou seja, trata-se de defender uma compensação monetária para a preservação ambiental de espaços ameaçados pelo desflorestamento. Até o ano de 2016, este “mercado voluntário de carbono” acumulou cerca de US\$ 4,8 bilhões em ativos de carbono negociados. Conforme o aumento da oferta, nos últimos anos a negociação tem alcançado valores menores do que o recorde de US\$ 790 milhões negociados no ano de 2008, sendo que, em 2016, o valor foi de US\$ 191 milhões. (FOREST TREND’S ECOSYSTEM MARKET PLACE, p.2017)

Os projetos de REDD em MdD podem ser desenvolvidos tanto em áreas de reserva natural controlada pelo Estado, como em terras indígenas ou em concessões comunais e privadas de manejo florestal, recolecção de castanhas-do-pará⁶³, agroflorestamento e extração seletiva de madeira, que teoricamente representariam atividades maiormente sustentáveis de aproveitamento econômico dos bosques e uma fonte de renda alternativa em conformidade com a preservação das reservas de carbono.

Entre estes, o projeto de extração seletiva de madeira, desenvolvido pela ONG Greenoxx⁶⁴, em Madre Dios, é assumido pela ONU como um dos casos mais exitosos de implementação de REDD. Segundo as informações submetidas aos investidores pelo *United Nations Framework Convention on Climate Change* (UNFCCC), este projeto foi o primeiro na Amazônia peruana a conquistar os padrões de validação internacionais, curiosamente denominado de “*Gold Level*”. (UNFCCC)⁶⁵

Segundo o relatório personalizado da Forest Trends Initiative (2014), até o ano de 2013, o total de “*offsets*” ou “compensações” transacionadas pela Greenoxx, representou o equivalente a 6,5% do total do valor transacionado no mercado global de carbono, o que corresponde aproximadamente a um valor de US\$ 24,6 milhões e a uma quantia de cerca de 6

⁶³ Um exemplo de regime REDD em áreas de recolecção de castanha é o projeto “REDD Brazil Nut”, desenvolvido pela ONG Amazon Conservation. Ver em: <http://www.amazonconservation.org/pdf/redd-brazil-nut-corridor-pin.pdf>

⁶⁴ Projeto denominado “Madre de Dios Amazon REDD Project”. Para maiores informações favor consultar em: <http://greenoxx.com/the-project/>

⁶⁵ United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC). Greenoxx Global Environmental Program – The Madre de Dios Amazon REDD Project. Information Submitted by Stakeholder.

milhões de toneladas métricas de gás carbônico evitado (MtCO₂e), conforme a uma média de valor negociado de quatro dólares por tonelada de carbono. (FOREST TRENDS INITIATIVE, 2014)

Motivados pelo REDD, estudos como de Fleck et al (2010, p.10), calculam estimativas do valor das reservas de carbono da floresta de MdD e procuram demonstrar que na grande maioria dos lugares ao longo do trajeto da rodovia interoceânica a preservação ambiental e implementação do REDD pode ser uma alternativa mais rentável do que desenvolver as outras atividades econômicas que sustentaram os estudos de viabilidade da rodovia, como atividades de agropecuária. Entretanto, este estudo reconhece que a mineração de ouro é um caso à parte, assumindo que esta representa o uso mais rentável em comparação com qualquer forma de uso agropecuário da terra, e que a descoberta de ouro em novas áreas pode levar a uma expansão também rentável da atividade para além das áreas de concessão para a mineração. (FLECK et al, 2010, p.38)

Áreas como a região de Madre de Dios são consideradas com prioridade pelo movimento internacional ambientalista voltado para a mitigação da mudança climática porque reúnem dois elementos favoráveis a implementação do REDD. Por um lado, os registros de biodiversidade e preservação desta parte da floresta amazônica garantem um significativo “serviço ambiental” conferido por uma grande concentração de carbono “capturado” pela floresta que, se for devastada irá liberar este carbono na atmosfera, contribuindo assim para o efeito estufa e aquecimento global. Por outro lado, por experimentar nos últimos anos uma crescente pressão ambiental e propensão à devastação, ligadas diretamente ao advento da rodovia interoceânica e mesmo à “baixa governança” por parte do Estado, esta região torna-se ainda mais valiosa para reduzir o provável aumento das taxas de emissões de gases de efeito estufa no mundo. Neste sentido, para fortalecer a justificativa para o desenvolvimento do regime nesta região, é comum os projetos de REDD destacarem a construção da rodovia interoceânica e incluírem seus efeitos indiretos, como o aumento da ocupação humana e o avanço de atividades econômicas devastadoras, dentre as novas ameaças para a continuidade da preservação das “reservas de carbono” da floresta.

Conforme relatório da organização *Bank Information Center* (BIC), uma organização dedicada a influenciar as decisões do Banco Mundial, sobre o *Plan de Preparación para REDD* do Peru, que foi realizado através do *Forest Carbon Partnership Facility* (FCPF), um fundo do Banco Mundial voltado para ajudar países a acederem ao regime REDD, a construção de rodovias deve ser assumida como a principal causa do desflorestamento em

áreas de bosque tropical. Neste sentido, tomando como exemplo o que ocorre ao longo da rodovia interoceânica na Amazônia de Madre de Dios;

Sería de esperar que en dicha iniciativa de preparación de un plan global esté incluido un sólido análisis/diagnostico del sector transporte regional como una de las principales causas de deforestación y degradación de bosques a causa de la expansión de carreteras. Dada la creciente evidencia que demuestra la fuerte correlación entre la construcción de carreteras, migración y nuevos asentamientos y la deforestación en áreas de bosque tropical, el Plan de Preparación para REDD en el marco del FCPF adolecerá de credibilidad y legitimidad sino cuenta con un análisis del sector transporte dentro de un adecuado proceso de planificación de actividades y secuencia de inversiones complementarias. (BUILDING INFORMED CIVIC ENGAGEMENT FOR CONSERVATION IN THE ANDES-AMAZON, boletín de septiembre 2010, p.1)

Não obstante, as áreas priorizadas para possíveis implementações do regime REDD são as áreas localizadas em um raio de 50 quilômetros ao longo de ambas as margens da rodovia interoceânica pois, tanto por um motivo lógico, como segundo estudos científicos realizados em Madre de Dios e em outras áreas da Amazônia, são estas as áreas que estariam mais propensas ao desflorestamento nos próximos anos. (RECAVARREN et al, 2011) Notadamente, trata-se da mesma área em partes dominada pela mineração ilegal.

Todavía, o regime REDD não goza de consenso entre os promotores da causa ambiental e é atualmente um dos tópicos mais controversos na mesa de negociações da ONU para a mitigação da mudança climática (UNFCCC). O lado crítico à proposta afirma que o REDD promove a mercantilização financeira da natureza e do clima, legitimando a continuidade de um sistema insustentável ao permitir que empresas de países desenvolvidos obtenham “licenças de poluição” ao comprar “créditos de carbono” dos países não desenvolvidos ao invés de reduzir na fonte suas emissões de gases (CARBON TRADE WATCH, 2013). Segundo Schmidlehner (2015, p.49):

los cuestionamientos están en aumento, de que este término borroso facilite el "greenwashing" (lavado verde) de actividades que en realidad no son sostenibles, y que "Economía Verde" sería un eufemismo que atenúa un real retroceso en los esfuerzos de la humanidad para superar las crisis mencionadas.[...] Aparte que su idea de “pagar para contaminar” es éticamente cuestionable.

Além disto, ao focar a proteção ambiental na simples proteção de reservas de carbono, o modelo de conservação desta proposta é relativamente vago e pode vir a marginalizar outros valores ambientais mais amplos de caráter ecossistêmico, permitindo, por exemplo, que simples plantações de árvores sejam consideradas “florestas”. Neste sentido, o regime REDD pode aparecer como uma outra face do mesmo sistema de acumulação capitalista. Ao

promover uma visão simplista, que resume a biodiversidade a “créditos de carbono” acaba-se por submeter a preservação ambiental ao mercado financeiro especulativo, ignorando a incomensurabilidade do valor da vida.

Outra questão problemática envolvendo experiências com o regime REDD está na vulnerabilidade do mercado de carbono frente à prática de crimes financeiros, como fraude e lavagem de dinheiro, apropriação indevida, abuso de informação privilegiada e crimes cibernéticos. Conforme advertido pela International Criminal Police Organization (INTERPOL), as negociações de créditos de carbono são particularmente suscetíveis a penetração de investimentos de atores criminosos e manipulação de transações financeiras provenientes de atividades ilegais (INTERPOL, 2013). Segundo o guia lançado pela INTERPOL que trata especialmente desta questão,

The intangible nature of the global carbon trading markets puts them at risk for exploitation by criminal networks [...] Carbon trading is the world’s fastest growing commodities market, with its current value estimated by the World Bank at around USD 176 billion. Differing from traditional markets in that there are no physical commodities, only ‘credits’ for offsetting the output of carbon dioxide, it is this unquantifiable market combined with the large amounts of money invested and a lack of oversight which make it vulnerable to criminal activity. (INTERPOL, 2013, p.13)

Por exemplo, no departamento de Ucayali, que faz fronteira com o departamento de Madre de Dios, ambos na Amazônia peruana, está sendo investigado um milionário esquema de evasão fiscal envolvendo a empresa peruana “Bosques Amazonicos” como parte de um complexo emaranhado de empresas “offshores” operadas pela empresa de advogados Appleby, sediada no paraíso fiscal da ilha Bermuda. A partir de uma série de documentos “vazados”, conhecidos como “Paradise Papers”, revelou-se como membros da realeza britânica, magnatas do petróleo, entre outros, utilizaram deste esquema para realizar investimentos no mercado de créditos de carbono e evitar a taxaço tributária. (LUNA; CABRAL, 2017)

Em MdD, o engajamento no REDD é também relativamente rejeitado pelo movimento nativo indígena, amplamente representado pela *Federación Nativa del Rio MdD y Afluentes* (FENAMAD). Lideranças indígenas e interlocutores questionam a atuação de organizações não-governamentais, ou melhor, “neogovernamentais”⁶⁶, devido a apropriação

⁶⁶ Conforme nota conceitual sugerida por Porto-Gonçalves (2011, p.137): “a expressão “neogovernamental” é cientificamente mais adequada que “não governamental”, visto que, no atual regime de regulação, chamado no léxico político (neo)liberal de governança, cada vez mais as organizações multilaterais, como o Banco Mundial, por exemplo, lançam mão destas organizações, cuja definição pela negativa de governos denota suas implicações com este ideário. O mundo das ONGs, ao profissionalizar a ação social, desloca seu eixo de ação, despolitizando-o, e assumindo papel historicamente exercido pelos movimentos sociais e partidos políticos. O

do discurso ambientalista e deslocamento do espaço de atuação dos povos nativos que seriam os responsáveis pela histórica preservação ambiental antes da chegada destes atores estrangeiros. (ESPINOZA; FEATHER, 2011) De um certo ponto de vista, o REDD e o incentivo à crescente privatização de espaços da floresta amazônica expande uma lógica econômica do capital e intensifica o cerco a comunidades indígenas e povos em isolamento, minando as possibilidades de um desenvolvimento de seus modos de vida não-capitalistas. (CABELLO, 2010)

Entretanto, estes atores internacionais e a ideia do REDD como alternativa de atividade econômica formam uma das forças mais importantes em prol do processo de governança ambiental em MdD. Conforme identificado por Hajek et al (2011), no ano de 2011, já existiam cerca de 12 projetos REDD que formavam um agrupamento de iniciativas locais para a construção do regime ao longo de algumas áreas da rodovia Interoceânica. (HAJEK et al, 2011).

Por outro lado, a própria viabilidade de implementação do regime REDD depende de um fortalecimento da governança ambiental como contrapartida para assegurar aos investidores internacionais que as reservas de carbono continuarão “aprisionadas” pela floresta, apesar das ameaças. Neste sentido, aliado ao incentivo na implementação do REDD, um outro importante aporte destes atores internacionais na construção da governança está no financiamento de pesquisas científicas e o uso de tecnologias de última geração, como o monitoramento em “tempo quase real” da floresta através de imagens de satélite e de sobrevoo da área. Como reconhece Swenson et al (2011, p.5), em uma das primeiras pesquisas que utilizaram estas técnicas de monitoramento em Madre de Dios, estas técnicas consistem em um aporte eficiente para o monitoramento da mineração ilegal, mas são bastante custosas.

As reais dimensões da devastação causada pela mineração de ouro em MdD foram reveladas primeiramente por estas pesquisas financiadas e desenvolvidas por atores estrangeiros, diretamente interessados no desenvolvimento do REDD. Conforme os objetivos desta captação de imagens expostos por Asner et al. (2010), os esforços para mitigar o aquecimento global através do REDD dependem da “capacidade de vigilância” sobre as áreas através do mapeamento e monitoramento contínuo das florestas e de suas grandes reservas de carbono. De modo precursor, através de técnicas avançadas de mapeamento tridimensional

mundo das ONGs não funciona sem financiamento dos Estados (por meio dos governos – o que por si só desqualifica a expressão não governamental), das grandes corporações transnacionais (por meio das suas fundações), e, conforme visto, das organizações multilaterais, que são formalmente interestatais, embora fortemente influenciadas pelos gestores financeiros e corporativos em geral.” (PORTO-GONÇALVES, 2011)

(3D) realizadas pelo Carnegie Airbone Observatory (CAO), este estudo de Asner et al. (2010) forneceu um primeiro inventário da quantidade de reservas de carbono localizadas acima do solo em todo o território do Peru.

Para se ter uma ideia da capacidade de vigilância aportada por estas novas técnicas, o monitoramento via satélite realizado por Swenson et. al (2011) concentrou-se em levantar dados relativos a evolução das taxas de devastação ocasionada até o ano de 2009, especificamente em uma área selecionada que inclui cem quilômetros (100 Km) da rodovia interoceânica e onde já se localizavam as três principais zonas de foco da mineração até então conhecidas, a Mina Huepetuhe, Delta – 1 e Guacamayo. Segundo o estudo das imagens obtidas via satélite, somente nesta área, cerca de 6.600 hectares (ha) haviam sido desflorestados entre 2003 e 2009. Entre 2003 e 2006 a taxa foi de 292 ha/ano enquanto entre 2006 e 2009 a taxa teria aumentado seis vezes, chegando a 1.915 ha/ano.

Somados estes três focos principais de mineração, o total acumulado de área devastada pela mineração nesta faixa chegava a 15,5 mil hectares no ano de 2009. Os dados apontam também para uma escalada na devastação causada pela mineração que ultrapassava em muito os números da devastação causada por assentamentos humanos e práticas agropecuárias, o que representava então uma peculiaridade em relação ao desmatamento na Amazônia em geral, onde estes fatores costumam ocupar as primeiras posições. Além disto, os dados levantados pelo estudo identificam um crescimento diretamente proporcional entre o aumento da devastação causado pela mineração de ouro em MdD, com o aumento da importação de mercúrio líquido para o Peru e com o aumento do preço do ouro no mercado mundial. (SWENSON et. al, 2011)

Algum tempo depois, no estudo de Asner et al (2013), uma nova pesquisa realizada pelo Carnegie Airbone Observatory (CAO), que consiste em um avião equipado com câmeras fotográficas de alta resolução, revelou imagens que identificavam especificamente as áreas de devastação causada exclusivamente pela mineração de ouro por todo território de Madre de Dios, assim como a sua evolução ao longo do tempo e do espaço em trono do caminho percorrido pela rodovia interoceânica. Segundo Asner et. al (2013) e as conclusões deste último mapeamento, embora os principais focos de mineração tenham sido mapeados via satélite pela pesquisa supracitada de Swenson (2011), restavam milhares de pequenas áreas de mineração não captadas devido ao menor tamanho, à localização em áreas mais remotas e ao estilo clandestino de suas operações, justamente para evitar as novas leis de formalização. A identificação destas áreas de devastação dispersas foi possível por que este novo mapeamento

utilizou imagens obtidas pelo sobrevoo das áreas e confirmação de estudos de campo, além das imagens obtidas via satélite.

Este novo levantamento calcula que no período entre os anos de 1999 e 2012, a devastação acumulada pela mineração passou de 10 mil hectares para alarmantes mais de 50 mil hectares (aproximadamente 500 quilômetros quadrados)⁶⁷. Por sua vez, o aumento da taxa anual de devastação triplicou de 2.166 ha/ano até o ano de 2008, para uma taxa de 6.145 ha/ano entre o período 2008-2012, reforçando o vínculo temporal entre a expansão da atividade mineradora e o aumento vertiginoso da demanda internacional e consequente valorização do preço do ouro como efeito no pós-crise de 2008. As novas imagens revelaram também que estas pequenas áreas de mineração combinadas resultavam em uma área devastada muito superior àquela previamente conhecida e que a extensão da devastação destas novas pequenas áreas representaram, até o ano de 2012, o mesmo impacto das três grandes áreas foco de mineração: Huepetuhe, Delta -1 e Guacamayo. (ASNER et al, 2013)

Outro bom exemplo de cooperação internacional em Madre de Dios são os laços entre iniciativas como a área de conservação “Los Amigos”, que consiste na primeira e maior concessão privada de conservação da Amazônia e é administrada pela Amazon Conservation Association (ACA), mesma associação que lançou no ano de 2015, a plataforma online MAAP (Monitoring the Andean Amazon Project)⁶⁸, que conta com o apoio de fundos multilaterais e divulga abertamente imagens de mapeamento da devastação em Mdd e em outras regiões da Amazônia, assim como relatórios, “*clippings*” de notícias e outras informações ligadas a este tema.

Além desta, é válido citar o BIC (Bank Information Center) que desenvolveu um banco de informações sobre os projetos da IIRSA na Amazônia em sua versão denominada BICECA (Building Informer Civic Engagement for Conservation of Andes-Amazon)⁶⁹. Fazem parte destas iniciativas empresas privadas, fundações multilaterais como Gordon e Betty Moore Foundation⁷⁰ e a Ford Foundation⁷¹, instituições científicas como Carnegie

⁶⁷ Em termos comparativos, esta área representa aproximadamente um terço da área total do município capital de São Paulo, que possui 1521 Km².

⁶⁸ MAAP (Monitoring the Andean Amazon Project) é uma Plataforma online disponível em: <http://maaproject.org/>

⁶⁹ Segundo a organização seu objetivo é a “parceria com a sociedade civil de países em desenvolvimento para influenciar o Banco Mundial e outras instituições financeiras internacionais e promover justiça socioeconômica e sustentabilidade ecológica” Ver em: <http://www.bankinformationcenter.org/regions/latin-america/biceca/>

⁷⁰ Para maiores informações favor consultar, Gordon & Betty Moore Foundation em: <https://www.moore.org/initiative-additional-info?initiativeId=andes-amazon-initiative>

⁷¹ Para maiores informações favor consultar, Ford Foundation em: <https://www.fordfoundation.org/regions/andean-region/>

Institution for Science⁷², órgãos governamentais como a United States Agency for International Development (USAID) e a Norwegian Agency for Development Cooperation (NORAD), e ONGs ambientalistas baseadas principalmente nos países desenvolvidos.

Esta tecnologia de monitoramento e sua alta capacidade de identificar os locais e as causas da devastação ambiental através de imagens de alta resolução, também tem sido usada diretamente pelo exército peruano para localizar novas áreas de extração ilegal de ouro e situar as intervenções militares em acampamentos da mineração ilegal. Em 2016, o Ministério do Ambiente no Peru anunciou o lançamento de seu próprio “*Sistema de Alerta Temprana de Geo Información (SAT-GI)*”, também denominado GeoBosques⁷³, que inicialmente está servindo para monitorar especificamente a Reserva Nacional de Tambopata (RNT) e sua *zona de amortiguamento*, onde se concentra boa parte da mineração ilegal em Madre de Dios e onde ocorreram os últimos operativos da polícia peruana no desmantelamento de acampamentos de mineração ilegal (MINAM, 2016).

4.3. As vicissitudes da “(des)governança” do processo de formalização da mineração de ouro aluvial e combate a mineração ilegal e crimes conexos em Madre de Dios.

Existe uma constante deposição de partículas de ouro na Amazônia. Provenientes do processo erosivo das montanhas da Cordilheira dos Andes, estas partículas de ouro são transportadas pela força da gravidade junto com a água que desce das montanhas andinas e formam os rios da Bacia Amazônica, depositando grande quantidade e variedade de sedimentos minerais que conformam o solo dos leitos dos rios e as áreas próximas inundáveis. De forma dispersa, este tipo de ouro em pó, que por suas características de formação é chamado de ouro aluvial (ou de aluvião), pode ser extraído artesanalmente, a partir de técnicas muito mais simples do que aquelas usadas para extrair o ouro diretamente das montanhas. Sua concentração pode ser notadamente maior nas áreas contíguas à zona de transição entre a Cordilheira dos Andes e a Amazônia, como é o caso do território do departamento de Madre de Dios.

Em um cálculo pioneiro, realizado em 1991, pelo Instituto Geológico, Minero y Metalúrgico (INGEMMET), estimava-se que, em média, a quantidade de ouro em MdD, que

⁷² O Carnegie Institution for Science possui o Carnegie Airbone Observatory (CAO), um avião equipado com captação de imagens que sobrevoa a floresta de Madre de Dios. Para maiores informações e publicações, ver em: <https://cao.carnegiescience.edu/publication/the-high-resolution-carbon-geography-of-peru-english>

⁷³ O GeoBosques é um sistema monitoramento do Ministério de Ambiente do Peru (MINAM), com consulta de informações abertas ao público mediante cadastro pessoal. Disponível em <http://geobosques.minam.gob.pe/geobosque/view/alertatemprana.php>

se concentra ao longo do Rio Madre de Dios e seus afluentes, seja da ordem de 0,2 mg Au/m³ a 0,3 mg Au/m³, resultando em um total de 1.328.526 quilogramas de ouro (TUMIALÁN, 2003, p.52). Este primeiro levantamento destaca que a atividade de mineração aurífera na região começou de forma embrionária ainda nos anos 1950 e, de forma pouco mais intensa, sobre o Rio Huepetuhe, a partir de meados dos anos 1970, quando foram abertas as primeiras vias terrestres de penetração na Amazônia peruana, trazendo para a região uma primeira leva de colonos vindos dos Andes, notadamente de Cuzco, e que possuíam um conhecimento prévio sobre mineração artesanal.

Em um primeiro inventário realizado pelo governo peruano sobre o ano de 1971, estimava-se que cerca de um mil pessoas estiveram dedicadas a exploração aurífera em Madre de Dios. Tal cifra significava aproximadamente 1,88%, das então 53 mil pessoas dedicadas à atividade mineira em todo país. Estima-se ainda já neste ano, uma produção de 720 quilogramas de ouro (peso bruto), com um valor da ordem de 29 milhões de soles, o que representava apenas 0,001% do volume e 0,018% do valor bruto da produção nacional. Neste ano, segundo o inventário, cerca de 2514 hectares estavam concedidos legalmente à mineração, embora grande parte já ocorria informalmente sem registro oficial. Segundo esta fonte oficial de informação, a prática da mineração era alternada pela agricultura como fonte de renda familiar e ocorria durante os meses de março a outubro e de forma muito esporádica entre os demais meses que correspondiam ao período das chuvas. (OFICINA NACIONAL DE EVALUACIÓN DE RECURSOS NATURALES, 1972, p.III)

Em contraste, de acordo com os dados mais recentes apresentados pelo “Anuario Minero” de 2016, do MINEM, as estimativas de produção de ouro de Madre de Dios representaram em 2016, 11,5% da produção nacional, sendo o Peru o sexto maior produtor mundial de ouro. Com uma produção de aproximadas 565 mil onças finas, ou cerca de 16 mil quilogramas de ouro, vendidos a um preço médio de US\$ 1248/Oz, calcula-se um valor aproximado de US\$ 705 milhões. (MINEM, 2017)

Resumidamente, a extração de ouro aluvial baseia-se na filtração do solo e a descoberta dos melhores locais para exploração baseia-se primeiramente em um conhecimento empírico do local, adquirido ao longo do tempo pelos mineradores. O primeiro passo é o desmatamento total da floresta para “limpar” o terreno e remover o solo superficial. Em seguida, através de um processo de descompactação da terra utilizando o bombeamento intensivo de água para alcançar os depósitos secundários que se formam aproximadamente a partir de dois metros no subsolo, a terra, transformada em lama, é sugada por uma mangueira e despejada em “tapetes” especialmente desenhados para reter partículas sedimentares, entre

elas o ouro aluvial. Na última etapa, este tapete é colocado em um balde, chacoalhado e “lavado” com água. Nesta água, para separar as partículas de ouro dos demais sedimentos, despeja-se o mercúrio líquido que reage quimicamente com o ouro e forma uma amálgama, que depois será submetida ao fogo para que o mercúrio evapore. O que sobrar é ouro puro.⁷⁴

Este processo representa um desflorestamento completo e uma degradação ambiental, dificilmente reversível⁷⁵ (TARABOCHA, 2016). Devido especialmente à remoção em larga escala da camada superficial do solo - onde está quase toda a matéria orgânica que sustenta a vegetação nas florestas da Amazônia -, o resultado deste processo, quando praticado de modo intensivo e em grandes dimensões, é a alteração do curso natural de rios e a transformação da floresta em desertos de lama e paisagens sem vida.

Uma imagem marcante do que esta alteração da paisagem significa visivelmente é a Mina de Huepetuhe⁷⁶, primeiro local onde a mineração de ouro começou em Madre de Dios, que pode ser vista através do serviço de mapeamento “Google Maps”. Além disto, de modo invisível, tem-se a contaminação pelo uso de toneladas de mercúrio líquido, uma neurotoxina altamente nociva para o ser humano, que acaba se espalhando pelo ar, solo e cursos d’água e se acumula no homem e nos demais seres vivos pela cadeia alimentar.⁷⁷ Além da devastação, estima-se que a quantidade aproximada de mercúrio utilizado pela mineração de ouro em Madre de Dios é da ordem de 3 quilogramas para obter 1 quilograma de ouro, o que representa o despejo de toneladas de mercúrio no ambiente e explica a alta contaminação dos rios, mesmo em localidades relativamente distantes das áreas de mineração. (CASTAÑAGA, 2004, p.105)

No Peru, a primeira lei voltada para a formalização da atividade mineradora, “*Ley General de la Minería*”, é do ano de 1992. Esta primeira lei geral tratou especialmente das regularizações que antecederam o início das atividades na maior mina de ouro da América

⁷⁴ Para maiores informações técnicas sobre a mineração artesanal de ouro aluvial favor consultar estudo de Veiga et al (2002).

⁷⁵ Neste sentido, alguns projetos e experiências vem sendo desenvolvidos para encontrar possíveis soluções para reflorestar algumas das áreas devastadas pela mineração em MdD. (TARABOCHA, 2016)

⁷⁶ A Mina Huaypetuhe ou Huepetuhe pode ser vista nas seguintes coordenadas, disponível em: <https://www.google.com.br/maps/place/Mina+Huaypetue/@-13.0107091,-70.5122721,20187m/data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0x0:0x1e1cdef3f76dffaa!8m2!3d-13.0249625!4d-70.5146313>

⁷⁷ Os efeitos altamente nocivos do mercúrio para o ser humano foram primeiramente descobertos em 1956, após os desastres na cidade de Minamata, no Japão. No âmbito da ONU, estas descobertas deram origem a denominada “The Minamata Convention on Mercury”, que trata de alertar para os riscos e promover programas para erradicar as emissões de mercúrio no meio ambiente, focado especialmente no uso deste pela mineração de ouro. Pesquisas revelam que a exposição de mulheres grávidas a altos e constantes níveis de metilmercúrio pode ameaçar o sistema nervoso dos bebês, afetando a sua capacidade de aprendizado e cognição na infância. Dentre as formas de mercúrio, o metil-mercúrio é a forma mais preocupante, pois possui a capacidade de atravessar as barreiras placentária e hematoencefálica, representando uma neurotoxina poderosa que pode afetar negativamente o cérebro em desenvolvimento dos bebês. (UNEP, 2002).

Latina, a Mina de Yanacocha, aberta em 1993, nas montanhas andinas do departamento de Cajamarca, no Peru. No entanto, esta lei não tratava especificamente da mineração do tipo aluvial, tampouco distinguia a mineração artesanal de ouro da mineração maiormente mecanizada.

Por suas características particulares, a formalização da mineração de ouro aluvial, seja esta praticada artesanalmente ou em pequena e média escala, representa um processo distinto e mais tardio do que aquele iniciado em âmbito nacional. Como veremos a seguir, este processo é marcado por um movimento tortuoso, cheio de idas e vindas, na tentativa de promoção, formalização e de ordenamento desta atividade em todo o país. Em Madre de Dios, este processo e suas vicissitudes são emblemáticos do embate de forças e das dificuldades que configuram um processo de construção da governança, uma vez que, a mineração avançou em um ritmo tão acelerado e tão fora de controle que acabou sobrepujando seguidamente a capacidade de resposta do Estado.

A seguir procura-se explicar este processo a partir da análise das principais leis e formas de abordagem dos distintos governos nacionais que passaram pelo comando do Estado peruano, mas não conseguiram solucionar a questão. Pelo contrário, o que a análise das vicissitudes deste processo torna evidente é que fatores como o combate frontal, o relativo desconhecimento em relação à algumas das dinâmicas locais, a “ilegalização” relativamente tardia da mineração em alguns locais onde anteriormente a prática era tacitamente liberada, o abandono da busca do consenso e a falta de promoção de outras alternativas de fonte de renda, contribuíram para “empurrar” para a ilegalidade grande parte da população de Madre de Dios que está direta ou indiretamente ligada à mineração. Neste sentido, as tentativas de ordenamento da mineração informal e erradicação da mineração ilegal que foram promovidas para ser parte de um processo de construção da “governança” resultaram em uma contraditória e exacerbadamente maior “desgovernança” e distanciamento entre o Estado e a sociedade local, por isso refere-se a este como um processo de “(des)governança” em Madre de Dios.

4.3.1 O início do processo de formalização durante o governo de Alejandro Toledo (2002-2006) e o “transbordamento” ocasionado pela onda migratória da nova “febre do ouro”.

O processo específico de formalização do tipo de atividade mineradora praticada em MdD começa em 2002, com o corpo de normas referentes a “*Ley de formalización y*

promoción de la pequeña minería y minería artesanal” (Lei 27651)⁷⁸. A partir desta lei é introduzida a diferenciação entre a mineração artesanal e a pequena mineração, refletindo o reconhecimento da evolução no tipo de mineração aluvial praticada, conforme as distintas capacidades produtoras entre o uso artesanal de uma bateia⁷⁹ e o uso de maquinário pesado, como moto-bombas hidráulicas e tratores para remoção do solo. Como expressado pelo próprio título desta lei, o intuito era não apenas formalizar, mas promover este tipo de atividade econômica em pequena escala, simplificando trâmites burocráticos e os requisitos ambientais e laborais para o início das operações de mineração. Conforme esta lei, reconhecia-se a mineração aluvial mecanizada como “*pequeña minería*”, ampliando seu limite de produção para 350 TM (toneladas métricas) e permitindo a exploração de até 3000 m³/dia de solo a ser processado.

Segundo Valencia (2014, p.83), os novos parâmetros permitidos por esta lei explicam grande parte do crescimento da atividade mineradora em MdD ao incorporar sob os benefícios da regulamentação da pequena mineração um número maior de produtores que antes poderiam ser considerados grandes ou medianos, os quais notadamente já se concentravam na Mina Huepetuhe.

Em entrevista concedida por Gregoria Baca-Casas, conhecida como “Goya, la reina del oro”, cuja família está presente em Huepetuhe desde os anos 70 e é uma das maiores detentoras de concessões de mineração na região, no ano 1992, chegaram de avião em Huepetuhe representantes da indústria automotiva como a Volvo e a Ferreyros e foram trazidos maquinários como tratores de esteira e retroescavadeiras e, assim, a mineração passou a ser feita com maquinário pesado adquirido pelos mineradores de sucesso na atividade e a produção, assim como a devastação, crescem exponencialmente. Por ter durante muito tempo se declarado uma mineração de pequena escala enquanto possuía uma grande concentração de lotes divididos entre membros da mesma família e com uma produção muito acima do declarado, esta famosa mineradora e sua família são atualmente investigados por lavagem de dinheiro, utilização de maquinário não permitido e sonegação fiscal. (CASTILLA, 2013)

Neste mesmo ano de 2002 é apresentada uma primeira proposta de Zonificação Econômica Ecológica (ZEE) para MdD. O principal objetivo deste tipo de ordenamento

⁷⁸ Ley n° 27651. Disponível em:

[http://www2.congreso.gob.pe/sicr/cendocbib/con4_uibd.nsf/C11A09E6073E226C05257C2F005C5338/\\$FILE/Ley_27651.pdf](http://www2.congreso.gob.pe/sicr/cendocbib/con4_uibd.nsf/C11A09E6073E226C05257C2F005C5338/$FILE/Ley_27651.pdf)

⁷⁹ Nome dado ao grande prato utilizado por garimpeiros artesanais para separar o ouro aluvial de outros sedimentos.

territorial é evitar conflitos por sobreposição de direitos de concessão, assim como usos inapropriados em áreas do território onde a exploração de recursos naturais formam a base das atividades econômicas. Esta primeira tentativa não foi aprovada logo em sua primeira fase, a nível de macrozonificação, devido à forte oposição do setor minerador – que, segundo dados do INEI, no ano de 2002, já representava pelo menos cerca de 37% do PIB originado no departamento -, e sob a justificativa de que não eram consideradas de forma clara as zonas para a mineração assim como o potencial aurífero da região. (INEI, 2013)

Para Postigo (2006, p.60), a deficiência em assumir a ZEE como ordenamento territorial definitivo em áreas onde a mineração aluvial é praticada reside nas limitadas informações utilizadas para tanto. Segundo o autor, em uma primeira etapa, a nível de macrozonificação, não é possível contar com estudos que são obtidos apenas através das fases de prospecção e exploração dos projetos mineradores, assim como, também não constituem um instrumento adequado para avaliar o impacto ambiental destes projetos. (POSTIGO, 2006). Soma-se a esta deficiência o fato de a mineração do ouro de tipo aluvial ser baseada em grande parte em um conhecimento empírico dos mineradores, sendo muitas vezes caracterizada como uma atividade de movimentos errantes, o que ocasiona uma devastação ainda maior.

Conforme indica Valencia (2014, p.70), diferentemente do que ocorria no restante do país, as atividades de mineração artesanal e pequena escala em MdD eram recorrentemente causas de conflitos sociais por território, devido a sobreposição de concessões outorgadas. Segundo o autor, isto ocorria devido a própria política de concessão mineradora do Estado através do critério de “*libre denunciabilidad*” que permitia a qualquer minerador iniciar um processo de tramitação para requerer uma concessão onde não houvesse concessões de mineração já outorgadas, mesmo que esta fosse sobreposta ao território de comunidades nativas ou de outras concessões como ecoturismo e atividades de manejo florestal. Esta sobreposição de concessões aconteceu em grande parte devido à falta de comunicação entre o Ministério de Energia e Minas (MINEM), responsável por outorgar concessões para a mineração, e os demais ministérios como o Ministério da Agricultura (MINAGRI), responsável pelas concessões agroflorestais. (VALENCIA, 2014)

Além disto, estes conflitos ocasionados pela sobreposição de concessões evidenciam um profundo desconhecimento técnico por parte das autoridades quanto à dinâmica da mineração aluvial. Conforme aponta Benavides (2015, p.303), uma outra parte da responsabilidade pela sobreposição de concessões é atribuída a própria incongruência da lei peruana que confere a atividade mineradora um caráter generalizado como “atividade de

subsolo” e assim não seria teoricamente incompatível com outras práticas que utilizam o solo superficial, como a agricultura ou o manejo florestal. O fato é que esta lei se refere apenas a atividade mineradora mecanizada que acontece nas regiões das montanhas andinas e se caracteriza pela abertura de minas subterrâneas, ao contrário da mineração de ouro aluvial, que ocorre obrigatoriamente apenas a partir do desmatamento e remoção da primeira camada do solo sedimentar amazônico e posterior filtragem do subsolo.

Neste sentido, durante um primeiro período entre 2002 - 2009, segundo Valencia (2014, p.85), as políticas de ordenamento da mineração em MdD tiveram como prioridade dois objetivos: I) a tentativa de formalização de um número aproximado de 560 mineradores que já possuíam concessões outorgadas, porém sem cumprir com os requisitos ambientais e; II) a resolução de uma situação que envolvia cerca de outros 538 mineradores que não contavam com uma concessão, mas já haviam sido registrados e operavam anteriormente em territórios de comunidades indígenas, em meio a um cenário de conflito com estes. Segundo o estudo de diagnóstico apresentado por Mosquera et al. (2009, p.85), em sua maioria esta situação foi solucionada através de acordos informais entre mineradores e comunidades nativas que passaram a realizar um tipo de “arrendamento” de parte de suas terras para estes mineradores em troca de uma parte do ouro extraído.

Entretanto, conforme apontado anteriormente, aproximadamente a partir do ano 2005, conforme a região passa a vivenciar o que seria um contexto de nova “febre do ouro”, exposto tanto pelo crescimento das áreas de atividade mineradora, como pelas crescentes demandas por novas concessões de novos mineradores que migraram para MdD, soma-se a estes objetivos anteriores um desafio a mais, demasiadamente complexo e que segundo Valencia (2014, p.108) *“rebasó largamente la capacidad de respuesta del Estado y afectó de manera importante el logro de los dos primeros objetivos.”*

Para tentar formalizar esta nova chegada de mineradores, apesar de haver sido planejada como uma medida de âmbito nacional e de caráter excepcional e temporário, foram abertos novos processo de “apadrinhamento”, excepcionalmente para tratar do caso de MdD e atender às novas demandas de concessões para a mineração. Porém, esta tentativa de incorporar o crescente fluxo de mineradores acabou por debilitar o processo como um todo, na medida em que tornou-se visível que estes novos mineradores não aderiram ao processo de formalização e, quando o faziam, era apenas para possuir uma “licença” inicial para praticar a mineração e não com a intenção de atender aos requisitos e compromissos previstos pelo processo até chegar à conclusão da formalização de fato. Neste sentido, como aponta Valencia (2014, p.100-102),

Este ingreso masivo de nuevos mineros significaba un impacto considerable sobre las dinámicas y el tejido social e institucional que se había formado en torno a las actividades de minería aurífera y al manejo de recursos naturales en los últimos 30 años.[...] Este desconocimiento a la institucionalidad local significaba no solo el avasallamiento de los derechos de usuarios de bosque, sino también conflictos y tensiones dentro de los propios espacios de organización minera, que de un momento a otro se vieron sobrepasados por una avalancha de nuevos mineros que no eran parte de ningún esfuerzo colectivo previo de organización para el acceso a recursos naturales.

4.3.2 O governo de Alan García (2006 - 2011): entre “*el perro de hortellano*”, a criação do Ministério do Ambiente (MINAM) e a “Declaração de guerra” à mineração “ilegalizada” em 2010.

O governo do presidente Alan García (2006 - 2011) é marcado por dois momentos distintos no tratamento das questões envolvendo a mineração de ouro em MdD. Em um primeiro momento, aproximadamente entre 2006 - 2009, a abordagem destes temas se resumiu em grande parte a uma relativa inação do Estado. Logo que assumiu a presidência, Alan García publicou um documento de sua autoria, intitulado “*El síndrome del perro de Hortellano*”, no qual o melhor aproveitamento econômico dos recursos naturais é apregoado como uma das principais bandeiras do novo governo. Este documento versa sobre o que o presidente chama de uma síndrome que afeta seu país, de modo semelhante à síndrome de um personagem canino que é a base do enredo de uma famosa comédia teatral do autor espanhol Lope de Vega⁸⁰. Segundo García (2007, p.1):

Así pues, hay muchos recursos sin uso que no son transables, que no reciben inversión y que no generan trabajo. Y todo ello por el tabú de ideologías superadas, por ociosidad, por indolencia o por la ley del perro del hortelano que reza: "Si no lo hago yo que no lo haga nadie."

Em primeiro lugar, dentre estes recursos ociosos, o presidente cita a Amazônia e defende uma política econômica baseada em grandes concessões privadas para a exploração dos recursos desta região. De certo modo, esta visão de política econômica assumida pelo governo convergiu na implementação dos principais Tratados de Livre Comércio (TLC), entre o Peru e as principais economias do mundo (EUA, China, União Europeia) assinados durante seu governo nos anos de 2009 e 2010.

Sob este contexto, no período entre os anos 2005 - 2009, a mineração expandiu-se territorialmente para áreas mais para o interior de MdD, seguindo o trajeto aberto pelo andamento das obras de construção da rodovia interoceânica. Um fenômeno importante para entender o que significou o início desta nova “febre do ouro” em MdD foi a acelerada

⁸⁰ Para maiores informações sobre a comédia de Lope de Vega favor consultar em: <http://teatrolopedevega.org/el-perro-del-hortelano-de-lope-de-vega/>

devastação da área da microbacia de Guacamayo. Localizada ao norte da rodovia interoceânica, a aproximadamente 100 quilômetros de Puerto Maldonado, o leito e as margens do rio Guacamayo, que antes abrigavam uma área altamente preservada e um bom número de concessões florestais outorgadas e reconhecidas pelo Estado, rapidamente, em cerca de três anos, foram totalmente sobrepostas pela atividade mineradora. Esta sobreposição ocorreu tanto através de invasões de mineradores, como através de acordos entre mineradores e concessionários que, com a alta do preço do ouro, passaram a permitir a mineração em suas terras em troca de parte do ouro (BENAVIDES, 2015, p.261). A paisagem que pode ser vista hoje é a de um rastro de areia e várias poças de lama, que se estende por cerca de 10 quilômetros, entre a rodovia e o rio Inambari, como exposto pela figura abaixo⁸¹.

Figura 10 - Imagem aérea da devastação causada pela mineração de ouro na microbacia de Guacamayo, um rastro de onze quilômetros entre a rodovia e o rio Inambari.



Fonte: Carnegie Airbone Observatory (CAO)

⁸¹ Esta faixa de devastação também pode ser vista através do Google Maps em: <https://www.google.com.br/maps/@-12.8299665,-69.9237535,17396m/data=!3m1!1e3>

Este fenômeno de rápida destruição ambiental ocasionada em Guacamayo acabou por evidenciar a gravidade da expansão descontrolada da mineração. Com uma boa dose de pressão de importantes atores internacionais, que já estavam prestando atenção nos acontecimentos em MdD, desde o anúncio das obras de construção da rodovia interoceânica, o Estado peruano passou a assumir uma nova postura, mais assertiva em relação ao ordenamento da mineração. Além disto, com a criação do Ministério do Ambiente (MINAM), que no Peru ocorreu apenas no ano de 2008, a causa da “preservação ambiental” ganhava uma institucionalidade inédita no país e o problema da devastação causada pela mineração na “capital da biodiversidade do Peru” passou a ser abordado com maior prioridade pela agenda nacional do governo. A situação passa gradualmente a ser tratada não mais só como um problema administrativo ligado a informalidade econômica e à evasão fiscal, mas também como uma questão de governança ambiental, até o ponto de ser proibida ou “ilegalizada”.

Com o passar do tempo, os milhares de novos mineradores que, a princípio, a partir de 2006, se instalaram em certa altura nas margens da rodovia e começaram a realizar mineração na microbacia de Guacamayo, posteriormente, com o esgotamento das jazidas e destruição total desta microbacia, aproximadamente a partir do ano de 2009, estes mineradores simplesmente cruzaram a rodovia e começaram a abrir novas áreas de mineração na parte sul da rodovia, invadindo a *zona de amortiguamento* da Reserva Nacional Tambopata, onde hoje estão a maioria dos acampamentos de mineração ilegal ligados ao famigerado assentamento de La Pampa. (BENAVIDES, 2015)

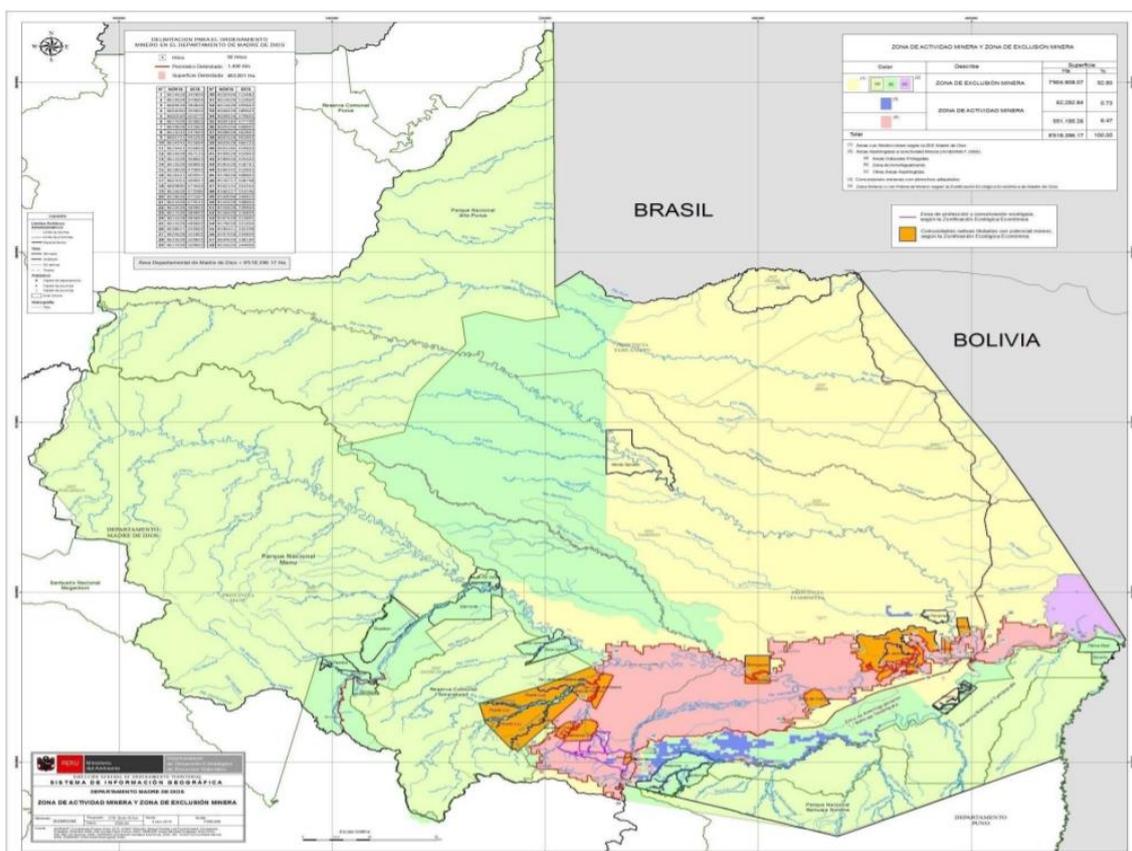
Neste contexto, como reflexo do relativo fracasso do processo de formalização e da falta de controle sobre a expansão territorial da mineração, no ano de 2009, o governo decide novamente suspender o outorgamento de novas concessões para todo o território do departamento de MdD.⁸² Concomitantemente, inicia-se uma corrida para criar mecanismos jurídicos, com novas leis de regulamentação ambiental e produtiva. Em 2009, por resolução ministerial do MINAM, são aprovadas uma nova proposta de “Zoneamento Ecológico Econômico” (ZEE) a nível macro e de demarcação da “*Zona de Exclusión Minera*” (ZEM) e do “*Corredor Minero*”, que restringe a área destinada à concessões para a mineração e onde o processo de formalização poderia ocorrer.⁸³ Com isto, o ordenamento territorial de MdD obtém um marco legal que restringe a prática mineradora a um limite geográfico de aproximadamente 7% do território do departamento, que forma o então chamado “*Corredor*

⁸² Conforme ditado pelo Decreto Supremo 019-2009-EM.

⁸³ Conforme ditado pela Resolución Ministerial 234-2009-MINAM.

Minero”, localizado na margem norte da rodovia, onde já se encontravam as áreas de Huepetuhe, Delta-1 e Guacamayo. No mapa abaixo, a localização do “*Corredor Minero*” em Madre de Dios.

Mapa 11 - Mapa com destaque para o "corredor minero", no lado norte da rodovia interoceânica.



Fonte: MINAM, Resolución Ministerial 234-2009-MINAM.

No ano seguinte, o ordenamento da situação é declarado de ordem prioritária mediante Decreto de Urgência 012-2010, que “*Declaran de Interés Nacional el Ordenamiento Minero en el Departamento de Madre de Dios*”, inaugurando uma nova postura do governo nacional, mais coercitiva e menos negociadora⁸⁴. (VALENCIA, 2014)

Entre as medidas mais significativas do decreto estão aquelas ligadas à: I) eliminação de novas concessões pelo direito de preferência; II) ratificação das proposta de delimitação do “*Corredor Minero*” e da “*Zona de Exclusión de Minería*” (ZEM); III) suspensão das petições localizadas dentro desta ZEM; IV) proibição da prática mineradora nos leitos dos rios, assim como a proibição do uso de “*dragas*” e equipamentos similares usados neste sentido. O

⁸⁴ Decreto de Urgência 012-2010. Disponível em: <http://sinia.minam.gob.pe/normas/declaran-interes-nacional-ordenamiento-minero-departamento-madre-dios>

decreto também atribui maiores responsabilidades ao Governo Regional de Madre de Dios (GOREMAD) em termos de fiscalização ambiental.

Além disto, de modo marcante, a partir deste decreto é introduzido pela primeira vez o termo “*ilegal*” dentro da legislação peruana voltada para regularizar a mineração em todo o país. No texto do decreto, o termo aparece sempre em referência à “*minería informal/ilegal*”, ou seja, sem fazer uma maior distinção entre “*minería ilegal*” e “*minería informal*”. Todavia, o governo passava assim a permitir o confisco de maquinário proibido, além de oficializar o uso da força militar pelo Estado, através do apoio da Polícia Nacional e das Forças Armadas peruanas no cumprimento do decreto e em intervenções nos acampamentos considerados ilegais. Por fim, o decreto outorga à autoridade do MINAM, na época a cargo do ministro Antonio Brack-Egg, o ditame de medidas complementárias que venham a ser necessárias para a aplicação do decreto no prazo de um ano.

A partir de então, a autoridade do Estado passa a estar mais presente na tentativa de controlar a situação e deixa de priorizar a busca pelo consenso, iniciando uma fase de maior tensão entre o governo nacional e o poder local da mineração, claramente exposta pelos operativos de intervenções militares em acampamentos da mineração ilegal. Segundo Valencia (2014, p.122), entre os anos de 2010 e 2013, grande parte desta tensão é atribuída a uma lógica de tratamento indiscriminado da situação, devido a um relativo desconhecimento da realidade local e histórica da mineração em MdD. Tal desconhecimento resultou em uma falta de percepção do governo nacional quanto ao fato de que a atividade mineradora em MdD então contava com pelo menos dois tipos de atores praticantes que diferiam, entre outros aspectos, quanto às expectativas de cumprir com os requisitos do processo de formalização e quanto a relação que desenvolveram ou esperavam desenvolver com o espaço de MdD. De um lado estavam aqueles considerados “antigos mineradores”, habitantes madrediosinos de mais longa data, em sua maioria presentes antes mesmo do início do processo de formalização de 2002, e também uma parte de outros mineradores, habitantes madrediosinos relativamente mais novos, mas que buscaram aderir ao processo de formalização até o ano de 2008. De outro lado estão aqueles considerados “novos mineradores” ou “colonos”, que vieram apenas em busca do ouro, se instalando provisoriamente em acampamentos improvisados às margens da rodovia, sem um real interesse de viver e habitar em MdD, muito menos em aderir ao processo de formalização. (VALENCIA, 2014)

Um grande exemplo das vicissitudes ocasionadas por este desconhecimento da heterogeneidade e complexidade da situação foi ocasionado pelas primeiras intervenções militares iniciadas durante o ano de 2011. No último mês do governo do ex-presidente Alan

García, em julho de 2011, ocorreu o denominado operativo “Aurum I” e assim, começaram as primeiras destas intervenções sobre aquela parte da mineração que, a partir do Decreto de Urgência 012-2010, tornou-se “ilegalizada”.

O operativo teve como primeiro alvo a destruição de embarcações do tipo “dragas”⁸⁵, utilizadas para extrair ouro diretamente do fundo do rio Malinowski, localizado em uma área considerada como proibida para a mineração, no limite da Reserva Nacional de Tambopata com a sua respectiva *zona de amortiguamento* que, por sua vez, se estende paralelamente e faz divisa com o lado sul da rodovia interoceânica.

No entanto, conforme relata estudos de Valencia (2014) e Benavides (2015), alguns dos mineradores que ali atuavam faziam parte de pequenas associações de mineradores de comunidades nativas cujo território tradicional faz parte das margens deste rio e, não somente possuíam um processo de formalização já iniciados há bastante tempo, como ali habitavam e praticavam a mineração, dentre outras atividades econômicas, desde antes da criação da própria Reserva Nacional de Tambopata. Segundo os autores, este foi o caso de mineradores da APAYLOM (Asociación de Productores Agrarios y Lavadores de Oro del Malinowski) e da AMATAF (Asociación de Mineros Artesanales Tauro y Fatima). Conforme algumas entrevistas coletadas pelos autores, fornecidas tanto por membros destas associações, como por autoridades do *Servicio Nacional de Areas Naturales Protegidas* (SERNANP) e por agentes de organizações nacionais e internacionais que já haviam trabalhado com estas associações, como a World Wildlife Fund (WWF), estes eram agrupamentos de mineradores que já possuíam uma história de comprometimento com a tentativa de ordenamento e desenvolvimento sustentável da mineração. Assim sendo, tais agrupamentos que habitavam e operavam na *zona de amortiguamento* desde um bom tempo, constituíam uma parte importante do “amortecimento” ou, “resistência”, contra a invasão descontrolada de novos colonos atraídos pela “febre do ouro”. (VALENCIA, 2014; BENAVIDES, 2015)

Conforme aponta Benavides (2015), em zonas de baixa presença do Estado, como é o caso das *zonas de amortiguamento*, estas organizações locais tradicionais formam o eixo de articulação entre a sociedade e o Estado, sendo os canais de diálogo estabelecidos entre ambos uma forma de aliança que auxilia na conservação e construção da governança. Apesar disto, a destruição indiscriminada das embarcações destes mineradores ali estabelecidos e habitantes

⁸⁵ O grande problema da mineração praticada por embarcações do tipo “dragas” é o conseqüente processo irreversível de colmatação e contaminação dos rios, que consistem em impactos profundos no ecossistema destes rios e não são mitigáveis. Resumidamente, ao remover o fundo do leito dos rios, as dragas trazem grandes quantidades de sedimento para a superfície. Estes sedimentos provocam uma turbidez na água que chega a impedir a passagem da luz solar pela água, ocasionando primeiramente a morte da flora fluvial e, conseqüentemente, também a morte da fauna fluvial. (SPDA, 2016).

madrediosinos de longa data gerou uma crise, tanto dentro destas associações, como na relação destas com a autoridade governamental, o que acabou por dissolver estes grupos. Nas palavras da autora:

el trabajo en conjunto y cercano entre el SERNANP y el Comité de Gestión (del cual forma parte APAYLOM) había logrado forjar una identidad común entre los pobladores de la zona de amortiguamiento basada en el rol que jugaban como actores partícipes de la conservación y protección de la RNTMB.[...] Como consecuencia, el Estado perdió a sus aliados estratégicos a nivel micro. En zonas con débil presencia del Estado, como las zonas de amortiguamiento, las organizaciones de base son la bisagra entre Estado y la población local.” (BENAVIDES, 2015, p.273)

Um outro revés destas primeiras ações de intervenção do Estado foi que, com a maior fiscalização sobre as “*dragas*” de mineração praticada diretamente nos rios, uma grande parte dos mineradores simplesmente trasladaram suas atividades para a terra firme no meio da floresta, onde a intervenção é mais complexa, devido a questões logísticas, e o desmatamento é conseqüentemente maior. (ASNER et al, 2013)

4.3.3 O fracasso do governo Ollanta Humalla (2011-2016) na medição de forças com a mineração ilegal e o boicote do governo regional de Madre de Dios.

Com o intuito de demonstrar que o novo governo seguiria firme no combate à mineração ilegal, em 2012, como um dos primeiros posicionamentos do governo de Ollanta Humala, e com o MINAM a cargo do novo ministro Manuel Pulgar-Vidal, foram promulgados uma novo pacote de decretos legislativos originados pela Ley 29815⁸⁶, que delegava ao poder executivo a faculdade de legislar sobre a matéria da intervenção da mineração ilegal e sobre a luta contra crimes conexos associados a esta. Abaixo, segue uma tabela com um resumo do conteúdo dos principais decretos:

Tabela 6 - Decretos Legislativos originados pela Ley 29815

D.L. 1101	- medidas de fortalecimento da fiscalização ambiental, criação dos <i>Instrumentos de Gestión Ambiental Correctiva</i> (IGACs).
D.L. 1102	- incorpora o delito de mineração ilegal ao código penal, ou seja, a mineração ilegal passa a ser punível com privação da liberdade.
D.L. 1103	- medidas de controle e fiscalização do transporte e comercialização de insumos químicos utilizados pela mineração ilegal (principalmente combustível e mercúrio)

⁸⁶ Ley 29815, promulgada em 22 de dezembro de 2011, disponível em: <http://www.leyes.congreso.gob.pe/Documentos/Leyes/29815.pdf>

D.L. 1104	- versa sobre destruição de equipamentos e outros bens utilizados pela atividade ilegal e confisco de fundos adquiridos.
D.L. 1105	- explicita novos passos a serem seguidos pelo processo de formalização a partir de 2012, com um prazo de mais 2 anos para sua finalização. - aperfeiçoa a distinção entre mineração informal e mineração ilegal.
D.L. 1106	- de luta eficaz contra a “lavagem de ativos” e outros delitos relacionados à mineração ilegal e crime organizado.
D.L. 1107	- medidas de controle sobre a comercialização de maquinário que pode ser utilizado pela mineração ilegal.

Fonte: Elaboração própria a partir dos Decretos Legislativos promulgados em 19 de abril de 2012, originados pela Ley 29815 de 22 de dezembro de 2011, extraídos do diário oficial “EL PERUANO”.

A partir do reforço previsto por estes decretos, durante os primeiros anos, o novo governo procurou dar um novo impulso às antigas bases do processo de formalização e combate a mineração ilegal. No ano de 2013, começa um novo operativo de intervenções militares, denominado “Aurum II”, também focalizado especialmente na destruição de “dragas” que atuavam nos rios de MdD. (MININTER, 2013)

De forma inédita, o D.L. 1102 incorpora a mineração ilegal como crime reprimível com pena privativa de liberdade não menor de quatro anos de prisão. Para tanto, o decreto também especifica o crime de mineração ilegal nas seguintes formas e práticas: a) em zonas não permitidas para o desenvolvimento da atividade; b) em áreas protegidas naturais; c) em terras de comunidades campesinas, nativas e indígenas; d) utilizando embarcações como “dragas” ou similares; e) quando oferece perigo à vida, à saúde e ao patrimônio; f) quando afeta sistemas de irrigação ou a água destinada ao consumo humano; g) quando o agente é funcionário público e se aproveita desta posição; h) quando o agente emprega menores de idade ou outras pessoas inimputáveis.

De acordo com D.L. 1105, “*Que establece disposiciones para el proceso de formalización de las actividades de pequeña minería y minería artesanal.*”, a mineração considerada informal é aquela praticada por mineradores que já iniciaram o processo de formalização em áreas não proibidas que, ou não cumprem com os requisitos, ou utilizam maquinários que não correspondem as normas que regem a atividade da mineração artesanal e em pequena escala. Já a mineração ilegal, resume-se aquela mineração praticada em áreas proibidas, ou que utiliza maquinários que não correspondem as normas que regem a atividade da mineração artesanal ou em pequena escala. Neste sentido, estes dois decretos preenchem uma importante lacuna legislativa que havia ficado pouco definida pelo governo anterior,

quando não forneceu uma tipificação do delito da mineração ilegal, tampouco diferenciando claramente a mineração informal da mineração ilegal.

Particularmente, entre os decretos, o D.L. 1103 teve um efeito quase imediato e consistiu em um duro golpe à mineração ilegal. Entre os insumos que passaram então a ser mais rigidamente controlados estão o combustível e o mercúrio dos quais a mineração de ouro aluvial tanto depende. Segundo dados do Osinergmin (Organismo Supervisor de la Inversión en Energía y Minería), Madre de Dios é o departamento peruano com maior consumo *per capita* de combustível, e conta com postos de combustível exclusivamente dedicados a abastecer a mineração de ouro⁸⁷. (SPDA, 2012)

Figura 11 - Foto de uma bomba de um posto de combustível de Puerto Maldonado temporariamente fechado pela SUNAT por "No emitir y/o no otorgar comprobante de pago".



Arquivo próprio (14 de agosto de 2015).

A medida foi principal causa de uma greve geral e protestos violentos na capital Puerto Maldonado. Liderados principalmente pela FEDEMIN (Federación de Mineradores de Madre de Dios), e pelo então presidente desta federação Luis Otzuka, estas manifestações chegaram a fechar a rodovia interoceânica na altura da capital do departamento, paralisando

⁸⁷ Segundo oficina informativa promovida pela Osinergimin em 27 de novembro de 2012 em Puerto Maldonado: “Del 2005 al 2012, el consumo de combustible de la región se incrementó en 143%, aumento que guarda relación directa con la emisión del Decreto Supremo 015-2005-EM, que creó un régimen temporal que permitió a los grifos rurales adquirir hasta 5 mil galones por cada compra (volumen superior a su capacidad de almacenamiento). Con ello, MdD pasó a tener de 3 a 29 grifos rurales. Huepetuhe, distrito selvático de la provincia de Puerto Maldonado, gravemente afectado por la minería informal, pasó de no tener ningún establecimiento de venta de combustibles en el año 2004 a tener 16 grifos rurales en el 2005.” SPDA (2012).

todo o comércio local. Nos confrontos entre a polícia e os manifestante três pessoas morreram. (CASTILLO, 2012) Com o passar do tempo, através de uma contínua agremiação de grande parte da massa migratória de novos mineradores, a FEDEMIN passou a ser a principal organização de mineradores de Madre de Dios. Os principais líderes da federação como, Amado Romero e Luis Otzuka Salazar, conseguiram conquistar os importantes cargos políticos de congressista e governador com o apoio desta organização. (LÓPEZ, 2016)

Através do D.L. 1103 foram instalados na rodovia interoceânica, na altura da cidade de Mazuko, postos de controle da SUNAT (*Superintendencia Nacional de Aduanas y Arrecadación Tributária*) que contam com apoio do exército para realizar a fiscalização dos caminhões tanque que trasladam combustível por Madre de Dios. Todavia, não tardou muito para que rotas alternativas começassem a serem utilizadas para contrabandear enormes quantidades de combustível em galões até as zonas de mineração ilegal, notadamente através dos rios da região, dificultando sobremaneira a fiscalização. (REDACIÓN EC, 2015) Este fato evidencia também uma nova vicissitude do processo de combate a mineração ilegal. Os mineradores encontraram alternativas de abastecimento em rotas clandestinas que atualmente são controladas por grupos armados e constituem a organização criminoso da mineração ilegal. Assim, este foi mais um episódio no qual a tentativa de desabastecer a atividade mineradora de seu principal insumo básico, o combustível, acabou por “empurrar” boa parte da mineração para outros canais de abastecimento ilegal e, por consequência, fortaleceu grupos ilegais que formam parte do crime organizado local em Madre de Dios.

Já o D.L. 1106 merece ser mencionado como uma nova face da abordagem do problema da mineração ilegal pelo Estado. Ao incluir a “lavagem de ativos” relacionada à economia gerada pela mineração ilegal dentre os delitos considerados como crime organizado, o Estado passa a reconhecer o peso econômico desestabilizador da mineração ilegal como uma organização criminoso vinculada a redes internacionais e à outros tipos de crimes financeiros. Para combater não só os mineradores que trabalham nas minas diretamente na extração do ouro, mas também os agentes que comercializam o ouro ilegal, este decreto passou a incluir a atuação de uma nova gama de órgãos governamentais como a *Unidade de Inteligencia Fnanciera* (UIF) e a *Superintendencia Nacional de Aduanas y Arrecadación Tributária* (SUNAT), além de novas técnicas especiais de investigação, como a quebra de sigilo bancário, interceptação de comunicação, infiltração de agentes policiais e mecanismos de cooperação internacional com órgãos similares de outros países. Em 2013,

esta legislação ganhou maiores especificidades com a promulgação da “*Ley Contra el Crimen Organizado*” (Ley nº 30077)⁸⁸.

No início de 2014, ano previsto para a finalização do processo de formalização em âmbito nacional, o governo aprova a “*Estrategia Nacional para la Interdicción de la Minería Ilegal*” (Decreto Supremo N° 003-2014-PCM)⁸⁹. No fim do ano 2014, *La Defensoría del Pueblo*, vinculada à Controladoria Geral da República do Peru, lançou um informe de balanço da gestão estatal a frente da mineração informal e ilegal no período de 2012 e 2014, especialmente voltado para a supervisão de entidades locais e regionais no cumprimento de suas obrigações pertinentes. Segundo as próprias conclusões do informe, de um ponto de vista quantitativo, a política de formalização empreendida pelo Estado a nível nacional não obteve resultados significativos. Apenas um irrisório número de sete entre mais de 58 mil declarações de compromissos registradas nacionalmente chegaram até a última etapa do processo de formalização. Segundo o informe:

La Defensoría del Pueblo observa con preocupación que, al vencimiento del plazo del Proceso de Formalización, el 19 de abril de 2014, de acuerdo a lo reportado por los gobiernos regionales, únicamente siete de las 58 835 declaraciones de compromisos que se encontraban vigentes en el Registro Nacional acreditaron el cumplimiento de la autorización de inicio/reinicio de actividades de exploración, explotación y/o beneficio de minerales, último paso del Proceso de Formalización. [...] Un balance únicamente cuantitativo de la situación descrita podría llevarnos a concluir que la política emprendida por el Estado en el año 2012 en materia de formalización minera no ha dado resultados. Sin embargo, resulta necesario destacar los avances a nivel normativo y de implementación de procedimientos administrativos que se han producido para este fin, así como adoptar las medidas que correspondan para la atención de los temas pendientes. (DEFENSORÍA DEL PUEBLO, 2014, p.251)

Já em um outro informe da controladoria peruana apresentado no final de 2015, trata-se especificamente da supervisão do cumprimento do processo de formalização por parte do governo regional de Mdd, e também denuncia a participação do governo regional nas obras de abertura de uma nova estrada em áreas protegidas do território sem a permissão das autoridades nacionais. Neste informe denominado “*Ejecución de obras al interior de áreas de Amortiguamiento de Áreas Naturales Protegidas y Aprobación de Instrumentos de Gestión Ambiental Correctivos por el Gobierno Regional de Madre de Dios*”, evidenciou-se que os órgãos do governo regional responsáveis por dar andamento no processo de formalização, não

⁸⁸ EL PERUANO, Ley nº 30077, promulgada em 20 de agosto de 2013. Disponível em: <http://busquedas.elperuano.com.pe/normaslegales/ley-contra-el-crimen-organizado-ley-n-30077-976948-1/>

⁸⁹ Decreto Supremo N° 003-2014-PCM. Disponível em: <http://sinia.minam.gob.pe/normas/aprueban-estrategia-nacional-interdicion-mineria-ilegal>

só não cumpriram e paralisaram os trabalhos de avaliação dos *Instrumentos de Gestión Ambiental Correctiva* (IGACs), mas também passaram a exigir novos requisitos adicionais que não constavam nas normas vigentes⁹⁰.

Como evidenciam estes dois informes, em 2015, com a ascensão de Luis Otsuka ao cargo de governador, o processo de formalização segue sendo boicotado, assim como o foi pela administração passada. Neste sentido, é evidenciada uma nova problemática, que dá origem a novos episódios e eleva o tom de disputa de poder entre o setor da mineração de Mdd e o governo nacional. Segundo declaração do então ministro Pulgar-Vidal, “*La Contraloría afirma claramente que el proceso de formalización no es fallido. Lo que es fallido es la actitud de los Gobiernos Regionales, en este caso específico de Mdd, que con una voluntad dolosa traba el proceso.*” (MINAM, 2016a) Em consequência disto, a procuradoria do MINAM interpôs uma denúncia penal contra o atual governador Luis Otsuka e o ex-governador Jorge Aldazabal Soto. Segundo a denuncia feita pelo MINAM,

La denuncia se efectúa por la comisión de delitos ambientales en la submodalidad de negligencia inexcusable por haber faltado gravemente a sus obligaciones funcionales, de la modalidad de responsabilidad por otorgamiento ilegal de derechos por funcionario público. Esta decisión de la Procuraduría del MINAM responde a la negligencia y omisión por parte del GOREMAD, que durante los últimos años no evaluó ni aprobó los instrumentos de gestión ambiental correctivos (IGAC) contemplados en el D. S. n.º 004-2012, uno de los requisitos para lograr la formalización de la pequeña minería y minería artesanal. Dicha inacción permitió que estos grupos mineros ilegales continúen con sus actividades ilícitas, deforestando y contaminando la Amazonía. (MINAM, 2016b, p.186)

Com o término do prazo estipulado para cumprimento do processo de formalização, no ano 2014, começaram novas intervenções, desta vez, realizadas principalmente para destruir grandes acampamentos ilegais que constituíam uma espécie de aldeias ou povoados de milhares de mineradores no meio da floresta, abrigando também vários negócios como hospedagens, mercearias, bares e casas de prostituição.

Primeiramente, apesar de estar inserida na área do “*Corredor Minero*”, a área referente a microbacia do rio Huepetuhe também foi alvo de intervenções, pois enquadrava-se como zona de tratamento especial devido ao alto impacto ambiental ali causado pela mineração durante um longo período.⁹¹ A mineração ali praticada superava em muito os limites estabelecidos pela lei de formalização, sendo também praticada quase totalmente de

⁹⁰ Informe N° 060 2016-CG/MA-AC. Disponible en: <http://fweb.contraloria.gob.pe/BuscadorInformes/DocView.aspx?id=2903282&cr=1>

⁹¹De acordo com o diagnóstico realizado por Mosquera et al. (2009), já no ano de 2008, cerca de 69% da microbacia de Huepetuhe encontrava-se devastada ambientalmente pela mineração. (MOSQUERA et al., op. cit., p.39)

forma mecanizada e onde também se localizavam mineradores que não chegaram a aderir nem à primeira etapa do processo de formalização. Além disso, tem-se que, das concessões em Huepetuhe, cerca de 80% pertenceria a uma só família conhecida como o clã Baca-Casas, cuja matriarca Gregoria Casas, também conhecida como “*Goya, la reina del oro*” é investigada por uma sonegação fiscal de milhões de dólares e por lavagem de dinheiro. (SPDA, 2012a)

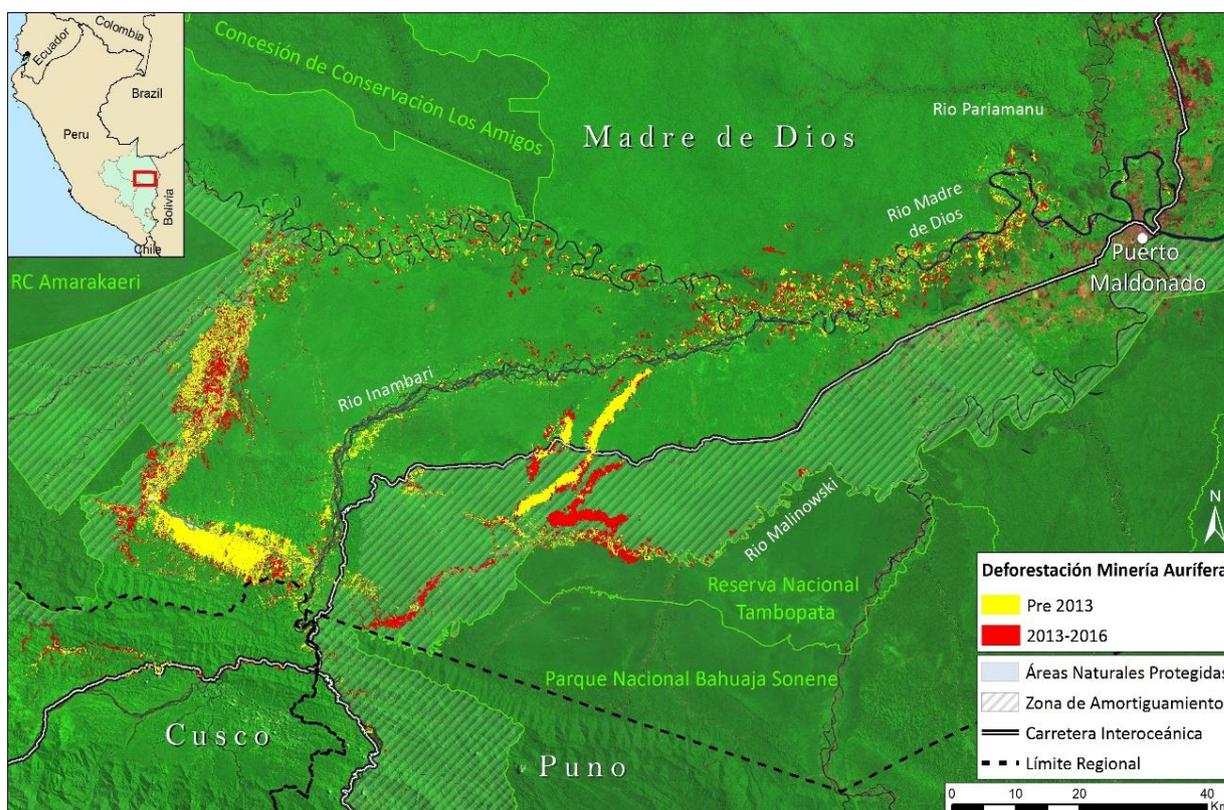
Na sequência, iniciaram-se outras intervenções, especialmente focadas em erradicar os acampamentos de mineradores na famigerada zona conhecida como *La Pampa*, que invadem a *zona de amortiguamento* e chegaram a alcançar a própria Reserva Nacional Tambopata. Considerada um entreposto logístico e o principal foco da mineração ilegal, *La Pampa* é um centro populacional informal (não reconhecido oficialmente), fundado por novos “colonos” que chegaram atraídos pela “febre do ouro”. Gradualmente, assentados inicialmente em construções improvisadas a base de lona e hastes de madeira, *La Pampa* passou a dominar uma crescente área que, atualmente, alcança cerca de vinte quilômetros de extensão às margens da rodovia interoceânica, entre os quilômetros 105 Km e 123 Km.

A sucessão dos acontecimentos nesta zona esboçam o alto número de pessoas que compõe a onda migratória errante da atual “febre do ouro”, além do nível de organização da mineração ilegal, sua capacidade financeira e seu poder de resistência às intervenções militares. Várias vezes o local foi alvo de intervenções militares do Ministério do Interior (MININTER) para expulsar os mineradores, queimar seus acampamentos e explodir equipamentos. (MININTER, 2014) Após intervenção militar, *La Pampa* chegou a ser declarada na mídia como uma zona completamente recuperada em junho de 2014, conforme as palavras do então alto comissário Daniel Urresti: “*Podemos decir que la minería ilegal en esta zona ha sido erradicada en su totalidad*” (SPDA, 2014). Porém, poucos tempo depois, era evidente que as atividades em *La Pampa* seguiam ativas. No ano seguinte, em novembro de 2015, foi realizada nova intervenção e o estabelecimento de uma base operativa policial que contava com 300 oficiais em Mazuko, cidade mais próxima à área. No entanto, neste mesmo ano, os mineradores de *La Pampa* chegaram a cruzar toda área da “*zona de amortiguamento*” e invadir o território da Reserva Natural de Tambopata, conforme últimos mapeamentos fornecidos pelo projeto MAAP. (FINER; NOVOA; SNELGROVE, 2015)

Entre estes últimos mapeamentos divulgados pelo projeto MAAP, sobre a devastação causada pela mineração em MdD, em Finer et al (2016), revela-se que nos últimos anos, entre 2013 e 2016, a maior parte desta devastação ambiental causada pela mineração está contraditoriamente localizada nas áreas onde a mineração passou a ser considerada ilegal,

notadamente na “zona de amortiguamento” e chegando a invadir a própria Reserva Nacional de Tambopata (FINER; OLEXY; NOVOA, 2016). Conforme exposto abaixo, no Mapa 10, isto comprova o relativo fracasso do governo nacional de Ollanta Humalla em controlar a mineração ilegal e fornece um retrato ilustrativo da continuidade da expansão “desgovernada” da mineração, apesar do acirramento no combate frontal por parte do governo nacional.

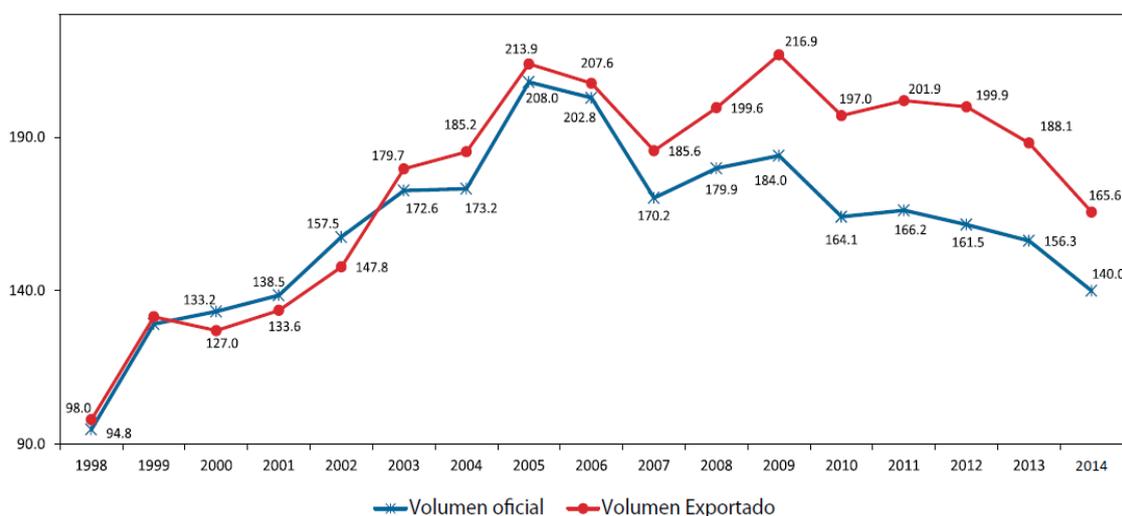
Mapa 12 - Distribuição espacial dos cerca de 62,5 mil hectares de devastação ambiental causada pela mineração de Ouro em Madre de Dios até o ano de 2016.



Fonte: Fonte: Imagem extraída de Finer et al (2016b).

Além deste mapeamento, outra prova do fracasso deste último governo nacional, além de uma das formas para se obter alguma estimativa acerca da quantidade de ouro produzido ilegalmente no Peru, é calcular a diferença entre o volume de ouro exportado e o volume oficial de ouro produzido no país. Conforme aponta estudos como de Cuzcano (2015, p.30), até o ano de 2002, ambos volumes seguiam em números próximos, porém, a partir de 2003, mesmo período de início do ciclo de valorização do preço do ouro no mercado mundial, a diferença começou a aumentar. A partir de 2008, quando o ciclo de valorização é intensificado pelos efeitos da crise capitalista, esta diferença passou a ficar cada vez maior, como exposto no gráfico abaixo extraído de Cuzcano (2015).

Gráfico 4 – Ouro produzido vs Ouro exportado no Peru, em toneladas. (1998 - 2014)



Fonte: Gráfico extraído de Cuzcano (2015).

Todavia, como também é possível notar no gráfico acima, com o recrudescimento do combate ao comércio do ouro extraído ilegalmente no departamento de MdD, reconhecidamente o principal foco de mineração ilegal no país, esta diferença passa a diminuir nos anos 2012 - 2014. No entanto, conforme aponta o levantamento feito por Cuzcano (2015), isto não significou necessariamente que a mineração ilegal tenha diminuído sua produção. Segundo o autor, com o combate à mineração ilegal em MdD, os mineradores começaram a contrabandear o ouro ilegal para a Bolívia, que também faz fronteira com a região, a partir de onde este ouro extraído ilegalmente foi “*blanqueado*” ou “lavado” e então contrabandeado como produto legal de exportação boliviana. (CUZCANO, 2015, p.35)

A hipótese levantada pelo autor é reforçada devido ao “injustificado” crescimento brusco da exportação de ouro da Bolívia neste período, sendo que o país historicamente não

se apresenta como um grande produtor de ouro e nenhuma nova área de mineração tenha oficialmente entrado em atividade nos últimos anos no país. Assim, a partir de levantamentos utilizando dados registrados pela Bolívia e pelo Peru, o autor calcula que entre 2012 e 2014, aproximadamente 47 toneladas de ouro, que representaram aproximadamente um valor de US\$ 2 bilhões, tenham sido contrabandeadas de Mdd para a Bolívia e de lá exportadas para as refinarias do mundo. (CUZCANO, 2015, p.44).

Na Bolívia, investigações apontam e autoridades do governo confirmam as suspeitas de que pelo menos uma parte destas toneladas de ouro foram contrabandeados através da fronteira amazônica entre os dois países e depois levados até a capital La Paz, para então serem enviados via aérea para Miami, nos EUA. (CASTILLA, 2014)

4.3.4 Os primeiros movimentos do governo de PPK, perdendo o delito e retrocedendo no processo de formalização?

No dia 9 de agosto de 2016, logo duas semanas após ter assumido a presidência do Peru, Pedro Pablo Kuczynski (PPK) viajou até Puerto Maldonado, onde se reuniu com o governador de Madre de Dios, Luis Otxuka, e com outros dirigentes mineradores, para estabelecer um primeiro diálogo entre os mineradores da região e o novo governo nacional. (LÓPEZ, 2016) Como uma das primeiras questões abordadas pela nova agenda nacional, a urgência na convocação para tal reunião refletia a importância da questão a nível nacional e o caráter prioritário que havia alcançado. Além disto, partia também do reconhecimento de que eram necessários novos diálogos com os mineradores conforme a constatação de que o governo anterior havia fracassado em erradicar a mineração ilegal e fazer com que a maioria dos mineradores aderissem ao processo de formalização.

Anteriormente, especialmente no segundo turno das eleições presidenciais, este tema havia sido motivo de debate, quando PPK disputava o pleito com a candidata Keiko Fujimori. Antes de ser derrotada a candidata chegou a assinar um termo de compromisso com organizações representantes de mineradores, no qual se comprometia a reavaliar os decretos de regulamentação e reiniciar “do zero” todo o processo de formalização. (LANEGRA, 2016) Por outro lado, durante sua campanha PPK optou por não assumir tal postura, diferenciando-se de sua adversária.

No entanto, como resultado da Ley 30506, no início de 2017, o novo governo de PPK promulgou uma nova série de decretos legislativos e reabriu o processo de formalização com um novo prazo de conclusão estipulado para o ano de 2020. Em análise crítica a estes novos decretos, o ex-ministro Pulgar-Vidal lançou um documento intitulado “*Perdonando el*

delito y retrocediendo en el proceso: Análisis de los decretos legislativos dictados entre octubre de 2016 y enero de 2017 para la formalización de la minería artesanal y el control de la minería ilegal". (PULGAR-VIDAL, 2017) O próprio título do documento já fornece uma ideia geral das considerações do ex-ministro acerca da abordagem do novo governo, além de denunciar que, em boa parte, os novos decretos iam ao encontro de algumas das demandas expostas pelo acordo anteriormente firmado pela adversária política do presidente PPK durante as eleições.

Entre outras questões, neste documento é feita uma análise de como a reabertura do processo de formalização, de acordo com estes novos decretos, permitem àqueles mineradores, antes considerados ilegais por não terem aderido ao processo de formalização anterior iniciado em 2012, agora poderem participar deste novo processo como mineradores informais. A partir disto, de acordo com o princípio jurídico da “retroatividade benéfica”, inclusive alguns casos de mineradores ilegais que já haviam sido julgados e sentenciados poderiam ser revistos e perdoados.

Em 2017, completou-se 15 anos de abertura do processo de formalização da mineração sem que nenhum minerador de MdD tenha concluído o processo. A mineração informal e ilegal segue avançando. Segundo informes do Ministério do Interior (MININTER) sobre o mais recente operativo de interdição da mineração ilegal, denominado “Mercurio I”, realizado em julho de 2017, foram intervencionados centenas de acampamentos na *zona de amortiguamento*, onde foram detidas 32 de pessoas por crimes de mineração ilegal, “*trata de personas*” e “lavagem de ativos”. (MININTER, 2017)

Contudo, a mineração ilegal seguiu ativa nesta zona e, cerca de apenas uma semana depois, novas evidências de desmatamento foram constatadas, conforme identificado pelas últimas imagens de monitoramento em tempo “quase real” do projeto MAAP, assim como revelado pelo monitoramento também fornecido pela plataforma GeoBosques do MINAM. (FINER; OLEXY; NOVOA, 2017a)

4.4. A presença do crime organizado nos acampamentos da mineração ilegal: a organização local da “desgovernança”.

Como o governo nacional ao longo dos anos não conseguiu controlar definitivamente a mineração ilegal ou mesmo formalizar os mineradores, a ilegalidade foi se inserindo cada vez mais para dentro da atividade mineradora em MdD. Desde medidas como a tentativa de controle de combustível, até as ações de intervenção militar e destruição dos equipamentos dos mineradores locais, em certo sentido, serviram para que, cada vez mais, mineradores e

outros trabalhadores ligados à dinâmica socioeconômica gerada pela extração de ouro optassem por aproximar-se de fornecedores e compradores ilegais e por utilizar rotas de contrabando para driblar a fiscalização tanto na compra e venda do ouro como na aquisição dos insumos que abastecem a mineração.

A debilidade na fiscalização e a falta de uma regulação definitiva que separe a mineração ilegal do restante da atividade faz com que a cadeia produtiva do ouro extraído ilegalmente se misture facilmente com a do ouro produzido em zonas permitidas, mas que seguem sendo informais. Os altos valores movimentados e o consecutivo fracasso relativo à incapacidade do Estado em solucionar a questão definitivamente, contribuiu para alimentar uma rede de corrupção de autoridades locais e de contrabando transnacional que permitem à mineração ilegal funcionar dentro de uma normalidade escamoteada. Com a proibição e, conseqüente, “criminalização” de parte da mineração, o crime organizado passou a adquirir maior controle sobre a dinâmica da mineração em locais proibidos que muitas vezes é também praticada pelos mesmos atores que realizam a mineração em locais permitidos.

Casos de corrupção de autoridades do mais baixo aos mais altos escalões, passando por policiais e fiscais ambientais são recorrentes. A propina é paga com o próprio ouro ilegal. Às vezes, quando o ouro é apreendido, ele apenas passa de uma para outra mão que igualmente vai contrabandear-lo. Em 2013, o presidente da corte superior de justiça de Madre de Dios, John Rosel Hurtado Sereno, foi vergonhosamente flagrado e filmado fazendo mineração ilegal. Em uma concessão da qual é o titular, este juiz emprega e transporta outros mineradores, financia os insumos e equipamentos e é assim um ótimo mau exemplo do que se entende por minerador “patrão”.⁹²

A presença de máfias de grupos armados que fazem a “proteção” dos acampamentos da mineração ilegal e controlam o acesso a estas áreas é a confirmação de que partes do território de Madre de Dios vivem em um regime de estado de exceção organizado pela violência de um braço armado próprio. Notadamente, são estes grupos armados que controlam o acesso aos acampamentos e mantêm as vítimas de “*trata de personas*” sob vigilância. Geralmente estas vítimas são mulheres, muitas vezes menores de idade, que foram enganadas e sequestradas por falsos anúncios de falsos empregos e quando perceberam já era tarde demais. Coagidas por estas máfias, elas acabam indo trabalhar nos vários “prostibares” em regimes de semi-escrevidão. (MUJICA, 2014.)

⁹² Vídeo com o flagrante disponível em: <http://www.elpopular.pe/actualidad-y-policiales/2013-05-17-madre-de-dios-suspenden-juez-por-nexos-con-mineria-ilegal>

Quando a polícia peruana realiza os “megaoperativos” de intervenção em acampamentos de La Pampa também é comum encontrar estas vítimas⁹³, assim como também é comum a detenção de criminosos procurados que se refugiam nestes locais clandestinos⁹⁴. (MININTER, 2011; 2017c)

Antes, estudos de diagnóstico sobre a situação da mineração de ouro em MdD, como de Mosquera et al (2009), não relatavam a presença destas máfias (inclusive internacionais⁹⁵) ou grupos criminosos armados. Já com a “evolução” do contexto de “febre do ouro” e acirramento do combate frontal à mineração ilegal, a presença deste tipo de organização criminosa instalou-se principalmente nos grandes acampamentos em meio a floresta. Constitui-se assim um regime conhecido como “*sicariato*”, relativo aos grupos de “sicários” ou “matadores de aluguel”, que são o braço armado e prestam serviços de “proteção” aos mineradores ilegais que, por estarem fora-da-lei, não podem contar com a proteção das autoridades oficiais caso, por exemplo, sejam ameaçados por outros assaltantes. São estes grupos criminosos que “vigiam” as principais vias de acesso (ou “*trochas*”) aos acampamentos de mineração ilegal no meio da floresta e disputam entre si o controle de certas áreas, procurando afastar dos acampamentos tanto outros grupos de criminosos, como a própria fiscalização policial e ambiental.

Entre episódios que merecem destaque porque revelam a escalada da violência da mineração ilegal em Madre de Dios está o assassinato de Alfredo Vracko Neuenschwander (59), proprietário de uma concessão florestal desde 2004 e antigo habitante de Madre de Dios desde 1970, quando foram abertas as primeiras estradas de chão batido entre Cuzco e Puerto Maldonado. Alfredo era reconhecido por seu ativismo ambiental e liderança em organizações como a Federación de Concesionarios de Reforestación de Madre de Dios (FEFOREMAD) que ele organizou para defender as áreas de concessão florestal localizadas na zona de amortiguamento da Reserva de Tambopata, fatalmente invadida pelo avanço dos mineradores de La Pampa. Depois de vários conflitos e denúncias de invasões de mineradores ilegais em suas terras, em 19 de novembro de 2015, Alfredo conseguiu que a polícia agendasse um

⁹³ Já em 2011, o MININTER relatava o resgate de 69 meninas que trabalhavam em prostibares de Madre de Dios. (MININTER, 2011).

⁹⁴ Com a sugestiva denominação de “Que ellos se cuiden”, o MININTER promete recompensas por informação que levem à prisão de criminosos procurados e promove operações paralelas ao combate frente a mineração ilegal para prender criminosos foragidos que frequentemente são flagrados nos acampamentos da mineração ilegal. (MININTER, 2017c).

⁹⁵ Como exemplo, durante um dos primeiros operativos de intervenção militar de 2011, “Aurum” constatou-se que cidadãos chineses, prováveis membros da máfia conhecida como “Dragón Rojo” na China, possuíam embarcações do tipo “dragas” e estariam atuando na mineração ilegal nos rios Madre de Dios. (CARETAS, 2011)

operativo de desalojamento dos mineradores. Nessa data ele passou o dia todo em sua casa, porém a diligencia havia sido cancelada e ele não foi avisado. Ao invés disto, foi assassinado em sua própria casa, alvejado com três tiros, supostamente pelos mesmos mineradores que invadiram suas terras. Alfredo era um dos únicos concessionários de áreas de manejo florestal que não cedeu às ameaças ou fez algum tipo de acordo com os mineradores ilegais de La Pampa. Este crime, todavia, ainda segue impune. (INFOREGIÓN, 2015)

Os acampamentos são como grandes favelas itinerantes que seguem os mineradores no meio da Amazônia e são regidas à base da violência. Estas são formadas por alojamentos e mercearias, mas os principais negócios são o comércio de combustível e os “prostibares”, que são improvisados para atender os milhares de homens solitários que passam dias nas minas clandestinas no meio das florestas e voltam para estes acampamentos em busca de “lazer”. Nas últimas intervenções nos acampamentos ilegais, foram apreendidos cadernos de contabilidade que revelam pistas detalhadas de como funciona o regime de coerção por endividamento, trabalho forçado e exploração sexual nestes “prostibares”. Através do acesso a estes cadernos, o levantamento realizado Salazar e Castro (2018) reúne grande parte destas informações e traça os perfis das cerca de 168 mulheres, em sua grande maioria jovens entre 18 e 24 anos, além de 2 meninas menores de idade, que até então foram resgatadas somente nestes estabelecimentos de La Pampa e Huepetuhe durante as intervenções militares nos anos de 2016 e 2017. (SALAZAR; CASTRO, 2018)

O principal grupo de criminosos armados que controlam La Pampa possuem até nome e são denominados “los guardianes de la trocha”, em alusão à principal função que os vincula à mineração ilegal, que é a de proteger os caminhos secundários ou “*trochas*” abertas a partir da rodovia interoceânica e que dão acesso aos acampamentos ilegais e adentram a *zona de amortiguamento* da Reserva Nacional Tambopata.

No último mês de setembro de 2017, noticiou-se nas redes sociais e jornais do Peru, um acontecimento que elevou esta situação de violência e “desgovernança” em MdD a um novo extremo. Conforme consta em relatos ainda em averiguação pelas autoridades peruanas, enquanto transitavam de motocicleta pela rodovia interoceânica passando por La Pampa, um grupo de policiais e fiscais ambientais peruanos sofreram uma emboscada e trocaram tiros com este grupo de homens armados. Alguns dos policiais e fiscais foram alvejados e um policial do grupo morreu no local⁹⁶. (FLORES, 2017a) Esta foi a primeira vez que um grupo armado atacou a polícia nacional.

⁹⁶ Conforme artigo de Flores (2017a), o grupo de sicários conhecidos como “*los guardianes de la trocha*” abriram fogo porque haveriam confundido o grupo de policiais que passavam de moto pela rodovia com um

Ocorrido no dia 22 de setembro de 2017, este fato foi o mote principal para uma convocação realizada pela “*prefecta*” de Mdd, Selva del Rosario Cuya Campos, que estendeu o convite a autoridades eleitas, civil e militares, dirigentes gremiais e partidos políticos para comparecimento à “*Primera Asamblea del Acuerdo Regional por Madre de Dios*”. No Peru, o cargo de “*prefecta (o)*” é uma indicação direta do poder executivo do governo nacional e resumidamente, sua função específica é “proteger os interesses da nação diante da possibilidade de desordem e anarquia das autoridades locais.” Realizada no dia 27 de setembro, esta primeira assembleia ficou marcada pelo episódio desairado ocasionado pelo governador Luis Otsuka, que após se pronunciar, questionou a presença de certos indivíduos que segundo ele se tratavam de “*dirigentuchos que no resuelven nada*”, e abandonou a reunião logo no começo.⁹⁷ (INFOREGIÓN, 2017)

Pouco tempo depois, nos meses de novembro e dezembro de 2017, em plena luz do dia, grupos armados tomaram controle de um trecho da rodovia interoceânica próximo a La Pampa e assaltaram veículos particulares e ônibus de passageiros que por ali trafegavam. Em um destes episódios houve tiroteio entre os assaltantes e um policial peruano que estava como passageiro de um dos ônibus abordados. Um dos assaltantes e o policial ficaram feridos. (FLORES, 2017b) Notadamente, segundo as investigações, se trata do mesmo grupo de criminosos denominados “los guardianes de la trocha” que, por outro lado, são também os “assaltantes da rodovia”.

Nas últimas intervenções militares para dismantelar os acampamentos da mineração ilegal em La Pampa, com o intuito de contrapor a caracterização da mineração ilegal em Mdd como uma atividade praticada autonomamente por cidadãos peruanos pobres e desamparados e evidenciar que, pelo contrário, trata-se de uma atividade organizada por máfias poderosas e sustentadas financeiramente por atores de alto poder aquisitivo, a polícia nacional peruana passou a fazer um inventário mais detalhado sobre os equipamentos destruídos e seus valores. Por exemplo, conforme um resumo dos resultados apresentados pelo Ministério del Interior (MININTER) quanto ao último operativo militar “Mercurio I” em La Pampa;

grupo de assaltantes que momentos antes haveriam invadido e roubado o ouro de mineradores de La Pampa. (FLORES, 2017a) Foi publicado um vídeo feito por um dos policiais atacados, Irwin Machaca Illanez, no qual ele aparece ferido e dizendo: -“No puedo más”. Nas redes sociais, como na página do Facebook do noticiário “Madre de Dios al Día”, onde o vídeo também foi transmitido, comentários de usuários madrediosinos acusavam os policiais de serem corruptos e estarem ali apenas para cobrarem subornos. Vídeo e comentários disponível em: <https://www.facebook.com/MddAlDia/posts/1377945685657203>

⁹⁷ Vídeo reportagem com entrevista a Luis Otsuka logo depois e sobre o ocorrido na reunião, disponível em “Telepuerto Noticias”. 27 de septiembre de 2017. Vídeo disponível em: <https://www.facebook.com/telepuerto.mdd/videos/884397401715333/>

Los agentes policiales destruyeron también **210 motores**, **2.100** galones de combustible, **8.200** metros de “alfombra” (una suerte de tamiz para filtrar el mineral), 8.150 metros de manguera, 8.730 metros de tubos PVC, 9.324 metros de soga, **12** motosierras, 315 tolvas de madera. 450 balsas tracas, 425 tracas hidráulicas, 430 bombas de succión, **275** generadores eléctricos, 85 congeladoras, 23 radiadores, 32 trimotos y **180** motos lineales. Según se precisó, el valor en el mercado de cada motor puede llegar hasta los **S/80.000**. Durante “Mercurio I 2017” también se detuvo a 32 personas: 14 por el delito de minería ilegal, cinco acusadas de trata de personas y 13 que presentaban requisitoria vigente por diferentes delitos. También se intervino 140 vehículos en la Vía Interoceánica, de los cuales 28 fueron recuperados. Como parte de esta acción policial también se rescató a **17 mujeres y a dos menores de edad**, quienes estaban cautivas dentro de los campamentos y habrían sido sometidas a la trata de personas – modalidad de **explotación sexual**. (MININTER, 2017b, grifo nosso)

Estes altos valores ajudam a entender que a grande maioria dos mineradores, que vivem temporariamente nestes acampamentos e, são quem sofrem a coerção direta da polícia peruana, são apenas trabalhadores empregados que realizam a extração do ouro com o auxílio financeiro de outros mineradores com maior poder aquisitivo, assim como para comprar, alugar ou repor este maquinário e os insumos necessários.

4.5. Crime organizado transnacional e o contrabando internacional do ouro ilegal de Madre de Dios para as maiores refinarias do mundo.

Existe uma clara divisão geoeconômica entre os países que exportam ouro extraído de maneira informal e/ou ilegal, que são em sua maioria são considerados países “em desenvolvimento”, e os países “desenvolvidos” que concentram historicamente a maior parte das importações mundiais de ouro e onde também estão as maiores refinarias do mundo. Por exemplo, em 2015, a Suíça, EUA, Canadá e Reino Unido importaram aproximadamente 80% de todo ouro peruano. (MINEM, 2016).

A débil institucionalidade de países em desenvolvimento como o Peru, facilita o contrabando internacional e a “lavagem” do ouro produzido ilegalmente. Conforme apontam estudos, em certo ponto da cadeia produtiva o ouro ilegal se mistura ao ouro legal e assim, geralmente, os compradores deste ouro ilegal tendem a ser os mesmos compradores do ouro produzido legalmente. (TGIATOC, 2017)

As autoridades peruanas em investigações sobre os destinos deste ouro ilegal que sai de MdD e chega ao mercado mundial, apontam para a participação direta de refinarias estrangeiras na compra do ouro e financiamento da atividade. Algumas das refinarias investigadas fazem parte do *London Bullion Market Association* (LBMA) - associação internacional que reúne as principais refinarias de ouro no mundo e que, entre outros serviços,

fornece selos de qualidade, autenticidade e proveniência para a comercialização do ouro no mercado mundial. Entre as descobertas da investigação estão lingotes de ouro apreendidos no aeroporto de Lima e depósitos bancários provenientes de algumas destas refinarias de países como a Suíça e os Estados Unidos que foram destinados a empresas exportadoras peruanas investigados pela polícia peruana pela compra de ouro ilegal e lavagem de dinheiro, e até mesmo diretamente na conta de mineradores ilegais de Madre de Dios. (CASTILLA, 2015a; 2015b)

Neste sentido, o mais importante aporte para este tipo de investigação no Peru é a inclusão do crime de “*lavado de activos*” provenientes da mineração ilegal dentre os delitos compreendidos como “crime organizado” pela Ley 30077. O estabelecimento de mecanismos de cooperação internacional para investigação e a possibilidade de quebra de sigilo bancário de atores suspeitos passou a ser um dos principais instrumentos para tentar frear o crescimento da economia ilegal gerada pela produção e comércio internacional do ouro extraído ilegalmente em MdD. Estas investigações também permitem traçar e identificar a parte superior da cadeia produtiva e responsabilizar as empresas transnacionais que compram o ouro mesmo sabendo de sua possível origem ilegal e seus efeitos destrutivos. Através do rastreamento das operações financeiras criminosas de lavagem de dinheiro e evasão fiscal, o combate à mineração ilegal passou a conseguir apreensões de ouro ilegal e identificar entre clientes e produtores algumas das principais empresas produtoras e exportadoras no Peru, assim como seus donos, e as grandes refinarias de ouro que pagaram por este ouro.

Estudos recentes realizados por organizações e agências governamentais dos Estados Unidos e da Suíça refletem o processo de denúncia e responsabilização dos atores internacionais sediados nestes que são os principais países compradores de ouro do Peru e do mundo. Tais estudos e também agências peruanas de jornalismo investigativo, como a Ojo-Publico.com, reúnem informações e identificam o fluxo do ouro ilegalmente extraído de Madre de Dios até chegar em grandes refinarias mundiais como a Metalor⁹⁸ e MKS-PAMP⁹⁹, entre outras.

Antes de chegar às refinarias, o ouro ilegal passa por produtores e casas de compra de ouro que atuam em Madre de Dios, e depois por companhias peruanas exportadoras de ouro. O processo de lavagem e contrabando do ouro ilegal pode ocorrer de várias formas. Para

⁹⁸ Resposta da refinaria Metalor quanto ao seu envolvimento com a mineração ilegal em Madre de Dios, ver em: http://www.metalor.com/en/node_59/News/Metalor-response-to-the-report-published-by-the-Association-SPM-on-the-gold-imported-by-Metalor-from-Peru

⁹⁹ MKS-PAMP são um grupo que providenciam serviços logísticos e financeiros de comércio para uma clientela de base global, operando em todos os principais mercados de ouro. MKS PAMP GROUP; About us. Ver em: <http://www.mks.ch/about-us>

explanar uma destas formas, pode-se tomar como exemplo um dos casos que ficaram mais famosos pelos atores envolvidos, como um alto funcionário do Ministério de Energia y Minas (MINEM) e pelas grandes quantias de dinheiro e ouro transferidos entre produtores ilegais, empresas exportadoras peruanas e refinarias mundialmente reconhecidas da Suíça.

Conforme investigações das autoridades peruanas, nos anos 2011 e 2012, o cidadão russo, Oleg Lipin, passou a declarar a produção de quilos de ouro que foram vendidos para a companhia Universal Metal Trading (UMT), uma das maiores companhias exportadoras de ouro do Peru, cujo dono é Luis Zavaleta Vargas. Por sua vez, a UMT exportou este ouro para as grandes refinarias MKS-PAMP e Metalor na Suíça. Nestes anos, Oleg Lipin era titular de uma concessão informal de mineração de ouro em Madre de Dios e Luis Zavaleta Vargas, além de dono da UMT era também diretor geral de hidrocarbonetos no Ministério de Minas y Energia (MINEM). No entanto, fiscalizações de campo descobriram que não houve nenhuma atividade na concessão de Oleg Lipin e que, na verdade, o russo comprava ouro de mineradores ilegais e vendia como se fosse uma produção de sua concessão. A empresa do então diretor geral do MINEM comprava o ouro, sem nenhum cuidado em verificar a procedência deste e de outros produtores suspeitos de Madre de Dios, através de agências e casas de compra de ouro que mantinha em sucursais na cidade de Puerto Maldonado e no distrito de Huepetuhe. Quando vieram à tona estas informações junto ao rastreamento de milhões de dólares em transferências bancárias entre estes produtores suspeitos, a empresa exportadora UMT e estas refinarias mundialmente reconhecidas no mercado de ouro, além da apreensão de quilos de ouro em lingotes que seriam exportados para Genebra, iniciaram-se investigações por “*lavagem de activos*”, ou seja, “lavagem” de ouro “sujo/ilegal” e Oleg Lipin perdeu sua concessão que nunca foi explorada, e Luis Zavaleta Vargas teve que renunciar ao seu cargo de diretor. (CASTILLA, 2015b)

Atualmente, após o “vazamento” de informações conhecido como os *Panama Papers*, esta e uma outra empresa peruana exportadora de ouro, denominada Darshan International, estão sendo investigadas pela *Unidad de Investigación Financiera* (UIF) do Peru, pois constam na lista de clientes da empresa panamenha de advocacia Mossack-Fonseca, acusada de operar empresas “*offshore*” para exportar toneladas de ouro ilegal das regiões de Madre de Dios e Puno. Por sua vez, documentos que revelam milionárias transferências bancárias permitem rastrear como compradores finais deste ouro ilegal as refinarias Kaloti Metal Logistics, dos EUA, e MKS-PAMP, da Suíça. (VERITÉ, 2013). Assim, estas investigações fornecem uma perspectiva do topo da cadeia produtiva e de uma rede internacional que financia diretamente a mineração ilegal e sustenta indiretamente os

crimes conexos e violações de direitos humanos que ocorrem nos acampamentos de mineradores. (SOCIETY FOR THREATENED PEOPLE, 2014; TGIATOC, 2016)

Em conjunto, estudos e relatórios realizados por organizações internacionais, como por Verité (2013), Society for Threatened People (2014) e The Global Initiative Against Transnational Organized Crime (2016), entre outros, colocaram em evidência os vínculos transnacionais entre crime organizado e a mineração ilegal, além de identificar o nível de organização, as relações de poder e a responsabilidade de atores internacionais que sustentam a mineração ilegal em Madre de Dios. Tratam-se de análises de riscos e relatórios com entrevistas de vítimas de trabalho forçado e exploração sexual, que denunciam especificamente a mineração ilegal de ouro em Madre de Dios. Notadamente, estes estudos foram realizados e financiados pelos governos dos EUA e da Suíça que são os principais países de destino tanto do ouro legal, como do ouro ilegal extraído do Peru.

Conforme ditado pelo guia de “diligência devida” publicado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD), como um guia para que companhias e indivíduos possam melhor “assegurar que o comércio de metais preciosos em áreas de alto risco esteja a favor da paz e desenvolvimento e não contribua para aumentar conflitos nas regiões de extração”, as grandes empresas multinacionais passaram a adotar uma maior transparência acerca de seus fornecedores de metais preciosos. (OECD, 2013, p.2) Assim sendo, especialmente o nome das grandes refinarias anteriormente citadas, MKS, PAMP e Metalor, constam entre os fornecedores de ouro no relatório dos últimos anos de joalherias famosas como a *Tiffany & Co*¹⁰⁰ e grandes empresas multinacionais de alta tecnologia, conforme o relatórios da *Intel Corporation*¹⁰¹, *International Business Machine Corporation (IBM)*¹⁰², *Apple Incorporation*¹⁰³ e *Hewlett-Packard Company (HP)*¹⁰⁴, apresentados a agência reguladora dos EUA, United States Securities and Exchange Commission (USSEC). (TGIATOC, 2016) Entretanto, é importante ressaltar que estes, assim como outros “códigos de boa prática” no mercado de ouro e pedras e metais preciosos, além de serem recentes, por

¹⁰⁰ Relatório disponível em: http://files.shareholder.com/downloads/TIF/0x0x759254/8DEBB602-9D85-4AFE-82E5-96937C53C80A/Form_SD_and_CMV_06.02.2014_.pdf

¹⁰¹ Relatório disponível em: <http://www.intel.com/content/dam/www/public/us/en/documents/reports/form-sd-and-conflict-minerals-report.pdf>

¹⁰² Relatório disponível em: [https://www-03.ibm.com/procurement/proweb.nsf/objectdocswebview/fileconflict+minerals+report/\\$file/conflict+minerals+report.pdf](https://www-03.ibm.com/procurement/proweb.nsf/objectdocswebview/fileconflict+minerals+report/$file/conflict+minerals+report.pdf)

¹⁰³ Relatório disponível em: https://images.apple.com/euro/supplier-responsibility/b/generic/pdf/Apple_Smelter_List_2015.pdf

¹⁰⁴ Relatório disponível em: <http://www.hp.com/hpinfo/globalcitizenship/environment/pdf/conflictminerals.pdf>

enquanto, apesar de facilitarem na identificação dos atores e do trajeto percorrido pelo ouro, todavia, não possuem nenhum caráter coercitivo juridicamente.

CONCLUSÕES

Conforme a perspectiva apresentada pela abordagem teórico-conceitual no início da tese, convém primeiramente ressaltar que, uma vez que os processos de “acumulação primitiva” se mostram cada vez mais recorrentes e, conseqüentemente, ganham cada vez maior importância para o entendimento das formas pelas quais a reprodução do sistema capitalista ocorre atualmente, pode se chegar a uma primeira conclusão de que, uma das tendências desta recorrência é a crescente importância do movimento de resistência dos povos autóctones e de seus modos de vida para a construção da luta do movimento revolucionário. Assim como as lutas das demais organizações sociais que, de certa forma, procuram escapar aos grilhões do trabalho assalariado e ir contra os processos de espoliação engendrados pelo capital, as formas de luta revolucionária devem envolver a participação e a organização da resistência das comunidades nativas amazônicas, defendendo propostas como a demarcação de terras indígenas e um tipo de desenvolvimento econômico voltado para a preservação ambiental do espaço e por conseqüência, preservação dos modos de vida pré-capitalistas destes povos.

Apesar do relativo isolamento geográfico que possuem em relação aos grandes centros de acumulação de capital e, também, devido a este isolamento, estarem relativamente marginalizados no que diz respeito à atenção de movimentos revolucionários que acabam sendo forjados principalmente nas grandes cidades do planeta e ganham assim maior atenção da própria academia científica, a luta destes povos merece comprovadamente igual atenção dentro dos estudos marxistas, na medida em que se transformam em novos focos de luta anti-capital. Ademais, estas lutas expõem os altos níveis de violência que o capital pode engendrar em regiões remotas e em sociedades fatalmente vulneráveis ao processo de “destruição do espaço pelo tempo” e, assim, são também lutas pelos direitos humanos.

A releitura conceitual proposta ao longo do primeiro capítulo da tese cumpre com o objetivo de encontrar a validade atual de uma abordagem marxista sobre a devastação ambiental causada pela mineração de ouro ao redor da rodovia interoceânica em Madre de Dios. A relação direta entre rodovia e devastação guarda características que, por sua vez, possuem uma relação especial com a perspectiva sugerida por David Harvey ao tratar dos

aspectos da expansão geográfica do capital e da “acumulação por espoliação”. Através de sua sugestão teórica, Harvey permite rastrear o movimento espacial da acumulação de capital e explicar as relações espoliadoras entre diferentes escalas geográficas conectadas pelas ofertas e demandas do mercado mundial capitalista. Assim, é possível relacionar as origens que motivam tendências de implementação de megaprojetos de infraestruturas a partir de prioridades cujo enfoque é primeiramente global - como sugerido pela iniciativa IIRSA - com o que ocorre em um canto relativamente isolado do mundo, como Madre de Dios. Em outras palavras, nesta abordagem marxista é possível estabelecer os pontos de contato e traçar os vínculos entre os efeitos das crises do capital, a devastação ambiental das florestas amazônicas, a morte e desaparecimento de sociedades indígenas e o investimento em grandes obras de infraestruturas de transporte como uma perene necessidade do capital em sua relação com o espaço. Além disso, reafirma a noção de que este tipo de acumulação não deve ser entendido como algo externo ou referente apenas ao passado original do sistema capitalista, mas sim como algo cada vez mais recorrente e parte de um processo interno, contínuo e perverso do capital.

A escolha pelos autores, conceitos e teorias utilizados pela tese serve também para comprovar o valor universal do estudo sobre a realidade atual e as transformações recentes experimentadas pelo espaço e sociedade de Madre de Dios. Não somente como um estudo de caso, mas sim como um estudo sistêmico das relações entre espaço e capital enquanto parte fundamental do funcionamento do sistema capitalista mundial contemporâneo. Para tanto, o estudo de caso revela-se um exemplo marcante no qual estão presentes, simultaneamente, aspectos tanto do processo de “produção capitalista de espaço”, como da “acumulação primitiva” de capital, de modo a expor exemplarmente os primeiros impactos de uma maior chegada do capital em um dos espaços mais preservados ambientalmente no mundo de hoje. Não obstante, trata-se igualmente de estabelecer relações sistêmicas de causa e efeito que fornecem uma perspectiva sobre o aumento da devastação ambiental de Madre de Dios como efeito do aumento recorde da valorização do ouro no mercado mundial, por sua vez, como parte dos efeitos da última crise de acumulação do capital de abrangência mundial.

Retornando à base conceitual da acumulação primitiva em Marx, como o processo de “separação” entre indivíduos e seus modos de produção próprios, o mais claros exemplos do efeito nocivo da mineração sobre o espaço de Madre de Dios e sobre o modo de vida das comunidades que ali habitam - para além das imagens que mostram a transformação de rios inteiros e milhares de hectares de floresta em paisagens desérticas -, está no “estado de emergência” da contaminação invisível ocasionada pelas toneladas de mercúrio líquido

despejados no meio ambiente. O mercúrio está não somente nas áreas de mineração e no ambiente das cidades, mas também presente na água dos rios, solos e ar, chegando aos seres humanos através da água consumida, chuva ácida, inalação de maiores concentrações do vapor de mercúrio na atmosfera e pela ingestão de pescados, que na Amazônia são uma das principais fontes de proteína animal na dieta das comunidades nativas e demais habitantes.

O estudo dos efeitos do processo de acumulação primitiva sobre povos nativos amazônicos requer a compreensão de um aspecto particular da perversidade histórica do capital e sua necessidade em “separar” os indivíduos de seus meios próprios de produção e “destruir o espaço pelo tempo”. Esta particularidade pode ser expressa a partir do aspecto destacado nas palavras de Rosa Luxemburg, como um “caso de vida ou morte”. Neste sentido, a ideia presente no pensamento de Marx, segundo a qual a expansão do capital é uma fase necessária para o acirramento da luta de classes e despertar do movimento revolucionário e superação do modo capitalista, leva a indagar sobre as reais possibilidades que estes “povos da floresta” possuem de sobreviver a estes processos de acumulação do capital sem perder seus meios de produção próprios e, deste modo, ainda existirem enquanto sociedades com costumes, identidades e formas naturais de apropriação pré-capitalista do espaço da Amazônia.

Uma parte da contribuição da tese está também em continuar a desenvolver o pensamento teórico utilizando os mesmos conceitos e teorias elaboradas pelos autores escolhidos aqui para analisar o estudos de caso da experiência vivida pelo espaço de Madre de Dios. Doravante, a pesquisa buscou agregar a esta corrente de pensamento a particularidade do aspecto de “desgovernança” como aspecto formador da “acumulação primitiva” em áreas que, dentro da mundialização do sistema capitalista, podem ser denominadas como “fronteiras do capital”. As áreas de fronteiras amazônicas entre os países da América do Sul possuem um valor único no mundo devido a predominância das últimas grandes áreas de bosques primários seculares que guardam muitos mistérios e onde vivem os últimos resquícios da presença de “povos nativos amazônicos livres” ou em “isolamento voluntário” que por sua vez, representam um dos mais claros exemplos de isolamento e resistência em relação ao sistema capitalista.

Todo o ouro produzido no Peru é exportado. O rastreamento dos destinos do ouro ilegalmente extraído, de um local relativamente isolado do planeta, rumo aos países que abrigam grandes centros de acumulação de capital, aponta para reprodução das relações assimétricas que resumem uma parte da “neocolonialidade” contemporânea entre o Centro e a Periferia no sistema capitalista mundial. Neste sentido, as investigações policiais que apontam para a

participação direta de refinarias estrangeiras na compra do ouro e financiamento da mineração ilegal em Madre de Dios, consiste na representação da acumulação primitiva em escala mundial, tal qual exposto por Samir Amin, como o processo de transferência de riqueza entre o Centro e a Periferia, sempre em detrimento deste último. A participação direta das refinarias investigadas que fazem parte do *London Bullion Market Association* (LBMA), demonstra a frouxidão das leis de regulamentação do mercado de ouro, especialmente no topo da cadeia produtiva, uma vez que, seria supostamente esta a associação internacional que reúne as principais refinarias de ouro no mundo, localizadas nos países mais ricos do mundo, e que, entre outros serviços de devida diligência, é responsável por fornecer selos de qualidade, autenticidade e proveniência para a comercialização internacional do ouro. Nesta perspectiva, comprova-se uma das formas pelas quais o capital se aproveita de características marcantes do subdesenvolvimento, como a vulnerabilidade institucional e a mão de obra barata dos países periféricos, para alimentar as demandas do mercado mundial.

Não obstante, em Madre de Dios, o ouro dos mineradores ilegais vale menos do que o preço no mercado mundial. As circunstâncias que envolvem a mineração ilegal permitem que nas partes mais baixas da cadeia produtiva ocorra uma depreciação do valor do ouro, uma vez que a ilegalidade acaba obrigando os mineradores locais a obrigatoriamente vender o ouro em casas de compra próximas aos locais de extração e por um preço relativamente mais baixo do que aquele praticado oficialmente. De certo modo, este é o preço que o minerador trabalhador e produtor ilegal é obrigado a pagar aos atores intermediários da cadeia produtiva para poder vender o ouro extraído ilegalmente, ou seja, parte do valor é perdido para as operações de “lavagem” do ouro “sujo” ilegal. O ouro só irá alcançar seu máximo preço nos estratos superiores da cadeia produtiva, quando for legalmente comercializado a preços oficiais definidos pelas cotações das bolsas de valores internacionais. Grande parte do ouro é também utilizado diretamente como moeda de troca nos acampamentos onde estão improvisados os “*prostibares*”, que oferecem shows musicais, álcool e prostituição aos milhares de homens que trabalham na mineração em meio à floresta.

Neste sentido, o estudo da mineração ilegal em Madre de Dios revela uma das formas pelas quais a acumulação de capital possui também uma relação de dependência destas condições primitivas ou pré-capitalistas, conforme indicado por Rosa Luxemburg. Uma vez que estas condições de ilegalidade proporcionam à acumulação de capital um ambiente com menores constrangimentos para o puro e simples roubo de valor, torna-se mais fácil atender às urgências do capital em tempos de crise e utilizar a violência quando preciso. Ao invés de regras como as próprias leis de mercado e as leis do Estado, nestes locais, acontece então o

que pode ser entendido como um tipo de “capitalismo selvagem” e criminoso que se aproveita do desamparo e da “desgovernança” para impor a lei do mais forte, de modo a intensificar e expandir a acumulação de capital em busca do lucro máximo.

Até os anos 1970, o sistema monetário era diretamente ancorado ao ouro. De certo modo, outra particularidade histórica do mercado de ouro é sua função como uma reserva de valor historicamente mais segura que origina uma relação entre os momentos de crise do capital e o consequente ciclo de valorização do preço do ouro. Tal qual observado nas últimas grandes crises do capital, em 1973 e 2008, o superaquecimento e a altíssima demanda, com altíssimos preços no mercado mundial, acaba por gerar um superaquecimento também na oferta. Neste sentido, nota-se que há um certo desequilíbrio na “lei de oferta e demanda” que pode ser resumida pela constatação de que no certos casos a “demanda faz a oferta”. Neste sentido, pode se fazer alusão às palavras de Braudel, quando trata dos “saltos de carpa” como metáfora para descrever as corridas extrativistas a que se submete a América do Sul na periferia do sistema capitalista, como os ciclos da borracha na Amazônia e as “febre do ouro”. Metaforicamente, é este superaquecimento do mercado uma das principais causas da “febre do ouro”, que atrai grandes corridas migratórias de trabalhadores. Em outras palavras, a supervalorização do preço do ouro acaba por ser tão lucrativa que acaba forjando o aumento da oferta a qualquer e todo custo.

Neste sentido, este seria um problema cuja solução em grande parte está no topo da cadeia de consumo do ouro, onde de fato está a origem da demanda que faz “febre do ouro”, porém, o combate frontal e a criminalização ocorre maiormente na base da cadeia produtiva. As rotas de comercialização de ouro ilegal são obscuras, mas possuem um padrão de exportação. O mercado de consumo e destino do ouro é um mercado altamente seletivo. Inclui nações, bancos, refinarias, joalherias. Praticamente todo o ouro do mundo passa pelas grandes refinarias notadamente localizadas nos países ricos que supostamente possuem uma capacidade institucional maior. Já há um bom tempo, as refinarias de Estados Unidos e Suíça são, historicamente, os principais compradores tanto de ouro legal como do ouro ilegal do Peru. Assim, acordos de cooperação internacional para regularizar a compra de ouro são o primeiro passo necessário para impedir o fluxo ilegal de dinheiro que sustenta a produção ilegal nos países exportadores e para fortalecer a necessidade de formalização, evitando que a mineração praticada artesanalmente ou em pequena escala seja incorporada por redes criminosas.

O caso de Madre de Dios expõe as vicissitudes de um processo de construção de uma governança entre Estado e sociedade civil que é dificultado por sua situação de

subdesenvolvimento econômico e por forças externas como a alta atratividade econômica da mineração de ouro. De certo modo, na América do Sul, a mineração ilegal de ouro se assemelha ao narcotráfico de cocaína e, muitas vezes, seus atores praticantes e rotas ilegais se encontram. Além disso, em ambas atividades, pode se notar que existe uma certa lógica de mercado na qual é maiormente a alta demanda e consumo internacional concentrado nos países ricos, que sustentam economicamente a oferta nos países da América do Sul. Os altos preços encorajam a prática ilegal, ainda mais quando atraem uma população pobre, desamparada e sem perspectivas. No entanto, diferentemente dos produtos do narcotráfico, que são produtos totalmente ilegais, o ouro extraído ilegalmente pode facilmente ser misturado ao ouro legal, dificultando ainda mais o controle.

O preço do ouro continua com altas cotações, especialmente em moedas como o novo sole peruano (S/), desvalorizada nos últimos anos frente à alta do dólar. No começo de 2018, a cotação está entre cerca de 45 dólares ou 140 novos soles por grama de ouro. Assim, pequenas quantidades, que podem facilmente serem contrabandeadas, continuam a atingir grandes valores de dinheiro.

A relação de tempo e espaço entre a realização da rodovia interoceânica, a devastação ambiental e a expansão geográfica da mineração ilegal não pode ser vista como mera coincidência. Pelo contrário, experiências semelhantes em outras partes da Amazônia permitiam inclusive apontar que, até certo ponto, esta situação era previsível como consequência da construção da rodovia, como alertado por Amayo Zevallos em seu trabalho de 1993 e por Dourojeanni em seu estudo de caso sobre a rodovia interoceânica realizado em 2006, ambos aqui citados. De todo modo, a presente situação da devastação ambiental causada pela mineração de ouro em Madre de Dios ampliou-se de tal maneira em um ritmo tão acelerado que ultrapassa as expectativas negativas dos cenários mais pessimistas. Neste sentido, analisar a importância da realização da rodovia e sua relação com a “febre do ouro” é uma peça chave para o entendimento dos primeiros impactos da realização da rodovia interoceânica no processo de transformação do espaço de Madre de Dios e também de futuros outros projetos de infraestrutura semelhantes nas áreas de fronteira da Amazônia.

Certamente, são muitos os fatores que contribuíram para que a “febre do ouro” se instalasse em Madre de Dios durante a última década. Fatores de longa data, como a histórica ausência do Estado peruano nesta porção do território, bem como um primeiro momento inclusive de promoção desta atividade por parte do Estado, seguido pela falta de controle sobre a crescente presença da mineração, são fatores que explicam boa parte do fortalecimento desta atividade informal/ilegal e sua consolidação como a principal atividade

econômica na região. O ciclo de valorização do ouro no mercado mundial é outro fator determinante, de um passado mais recente e que amplia as explicações sobre o contexto atual de Madre de Dios para dentro escala da economia mundial. Contudo, enquanto fatores como a valorização do ouro no mercado mundial e a debilidade do Estado peruano no controle de seu território nacional poderiam supostamente serem atribuídas a explicar uma nova “febre do ouro” em qualquer outro espaço da Amazônia, a realização da rodovia é um fator específico, localizado no espaço de Madre de Dios.

A relação entre a rodovia e a mineração muitas vezes não aparece no centro do debate sobre o que acontece em Madre de Dios, em partes, devido ao fato usualmente aceito de que a rodovia era uma demanda “essencial” para a “integração” e “desenvolvimento” desta parte do território peruano. Não obstante, por enquanto, como podemos inferir, passados mais de seis anos de conclusão das obras, a rodovia ainda é praticamente inutilizada como caminho de aprofundamento da integração regional ou para o aumento significativo do comércio bilateral entre Brasil e Peru. Por outro lado, o crescimento econômico e populacional de Madre de Dios está diretamente ligado ao fortalecimento de uma atividade econômica informal ou ilegal e que desafia as leis do Estado peruano.

O ouro informal e ilegal é de longe o principal produto que trafega pela rodovia interoceânica atualmente, e está destinado aos grandes centros de acumulação capitalista além-mar. A predominância deste movimento de expansão territorial da mineração rumo a novas áreas do interior de Madre de Dios como primeiro impacto da rodovia interoceânica continua por demonstrar o peso preponderante da demanda extra regional em contraposição ao movimento de integração regional que seria representado pela expectativa, até então frustrada, de utilização da rodovia, tanto para aumentar o comércio bilateral entre Brasil e Peru, como para escoar parte da produção brasileira diretamente no Oceano Pacífico. Assim, pode-se dizer que a IIRSA, ao invés de cumprir com as expectativas de “integração”, promoveu de imediato a “interiorização” dos denominados “nexos extra-vertidos” que caracterizam a predominância do movimento de exportação de valor na implantação de infraestruturas, conforme o entendimento destes termos utilizados por Santos e Silveira (2010).

De certo modo, o relativo fracasso da IIRSA Sur enquanto o projeto prioritário e o de maior envergadura já concluído pela IIRSA, significa também o fracasso da IIRSA e de sua visão de planejamento estratégico de implementação de infraestruturas voltadas para o estabelecimento de uma conexão “interoceânica”. As rodovias interoceânicas são o maior exemplo de “elefante branco” que cruza todo território peruano, da Amazônia ao Oceano

Pacífico, levando o nome de IIRSA Sur estampado nas cabines de pedágio. Seus trechos custaram em média três vezes mais do que inicialmente previsto e enquanto projeto de desenvolvimento, a rodovia interoceânica é exemplo de mal planejamento técnico, algo que fica comprovado tanto pelos altos gastos “imprevistos” das obras e suspeitas de superfaturamento, como pela atual subutilização da rodovia que provoca um endividamento contínuo ainda maior a ser pago pelo Estado do Peru. As empresas concessionárias que construíram os projetos têm garantida, até o ano de 2031, a prestação e cobrança destes serviços de manutenção e reparo que as rodovias pela Amazônia costumam exigir todos os anos após a deterioração ocasionada pelo período das chuvas.

Diferentemente da maioria das rodovias pela Amazônia brasileira, que são operadas por empresas públicas e dependem destas para manutenção do asfalto, as rodovias interoceânicas são operadas todas por empresas privadas que, por contrato, quanto mais serviços prestam, maior é o valor a ser cobrado do Estado. Esta diferença é notável quando se compara a qualidade da pavimentação da rodovia interoceânica no Peru, com as rodovias do Acre ou tantas outras espalhadas pela Amazônia brasileira. Porém, tais gastos com manutenção só seriam autossustentáveis se começasse a existir um significativo aumento na utilização da rodovia como caminho de intercâmbio comercial internacional. No entanto, os dados do fluxo veicular mostram que essa só pode ser uma aposta para o futuro médio prazo.

As potencialidades econômicas de maior integração entre Brasil e Peru, apregoadas pela realização da rodovia, parecem depender de muitas outras dimensões estratégicas que ultrapassam a simples conexão terrestre. Este processo está também relacionado ao modelo de interconexão física apregoado pela IIRSA como um revés do investimento em grandes obras de infraestruturas que almejam o objetivo ambicioso de promover uma ligação interoceânica, sem, contudo, atentar para o efeito do aperfeiçoamento logístico sobre problemas localizados destes “espaços de trânsito” ou “zonas de passagem”, como é o exemplo do avanço da mineração utilizando a rodovia para alcançar novas áreas no interior de Madre de Dios. Neste sentido, apesar de orientadas para aprofundar a integração regional, as obras de infraestrutura da IIRSA Sur, por não serem necessariamente acompanhadas por outros elementos normativos, como novos acordos comerciais e desburocratização que, por sua vez, configuram o âmbito mais amplo dos processos de regionalização dentro das relações internacionais, acabam limitando a potencialidade do aperfeiçoamento logístico. Como exposto na recente balança comercial entre o Acre e o Peru, estes elementos já demonstraram o maior potencial no intercâmbio comercial em um momento de emergência para o estado acreano que, ao que tudo indica, pode logo menos voltar a ocorrer, uma vez que, no início do

ano de 2018, as fortes chuvas nas cabeceiras dos rios da Bolívia, que são afluentes do Rio Madeira, ameaçam inundar a BR-364 e deixar o Acre novamente isolado do restante do Brasil. (JORNAL DO ACRE, 2018)

No Peru, os trechos de rodovias da IIRSA Sur foram o maior projeto rodoviário já realizado de uma só vez no país e tornaram-se o epicentro do maior escândalo de corrupção de sua história recente, envolvendo direta e indiretamente os 5 últimos presidentes (contando com o escândalo envolvendo o atual presidente PPK que teve de ceder ao pedido de indulto a Fujimori por causa de imbrólios com a IIRSA Sur).

De modo a mal afamar ainda mais a sigla IIRSA no Peru, a realização da rodovia além de gerar uma onerosa dívida para o Estado peruano, favoreceu a atuação internacional de empresas brasileiras que estão envoltas em graves crimes de fraude e corrupção. Assim, as recentes descobertas sobre os casos de corrupção e supervalorização, envolvendo as empresas construtoras e atuais concessionárias dos trechos da IIRSA Sur, reforçam a tese de que os maiores benefícios adquiridos pela realização das obras rodovia interoceânica estão longe de serem aqueles prometidos pela iniciativa integracionista proposta pela IIRSA, ou mesmo para o próprio desenvolvimento do Peru.

A participação da Odebrecht S.A. é uma chave de compreensão para entender como o lobby exercido por esta grande empresa e as propinas milionárias tiveram participação definitiva para transformar o projeto da rodovia interoceânica em realidade concreta e pavimentada. Os atuais altos custos e a relativa subutilização das rodovias, levam a crer que é muito provável que estes interesses escusos da empresa e dos governos foram muito mais decisivos do que quaisquer outros critérios técnicos ou do que a própria vontade política de aprofundar a integração regional entre os dois países. Neste sentido, a própria iniciativa IIRSA como um todo aparece mais como apenas um novo “pano de fundo” ou, uma justificativa superficial, para reproduzir e alargar o velho processo de “produção capitalista de espaço”, ao invés de uma iniciativa estratégica inovadora de integração regional.

Somados estes recentes escândalos de corrupção mais as suspeitas de superfaturamento e os altos gastos ainda previstos com manutenção e obras adicionais a situação que pode chegar a um rompimento de contrato e, talvez, a um possível abandono do projeto, caso deixe este de ser uma prioridade entre os investimentos do governo nacional. Este é o caso de muitas rodovias na Amazônia brasileira (Transamazônica; BR – 319 (Porto Velho Manaus); BR – 364 (Acre)) que se encontram atualmente sucateadas entre a falta de manutenção e o mal planejamento, apesar de grandes investimentos iniciais para abrir estes caminhos no meio da floresta.

Como abordado pela pesquisa através do prisma conceitual da “governança”, até o momento, a rodovia interoceânica enquanto projeto de desenvolvimento e integração não só fracassou em obter os resultados positivos esperados, como também participa diretamente de resultados completamente adversos e negativos. A mineração ilegal é a atividade econômica que maior proveito obteve da possibilidade de fluxo facilitado para se expandir e conquistar novas partes do território através da construção da rodovia. O ouro informal e/ou ilegal é o principal produto que trafega por Madre de Dios e sustenta um ciclo vicioso de corrupção e redes de criminosas. Assim sendo, o resultado negativo está na utilização da rodovia a favor de uma atividade econômica destrutiva não só ambientalmente, mas também socialmente. Já o resultado adverso está na constatação do aumento de poder da mineração ilegal e sua relação com um ainda maior enfraquecimento da capacidade de “governança” do Estado peruano nesta parte de seu território nacional. Por fim, têm-se então um processo de evolução negativa em Madre de Dios, resumidamente configurado pela passagem do contexto prévio de “isolamento” e “baixa governança” para um contexto atual de “integração desgovernada”.

Apesar do incremento nas políticas de intervenção e ordenamento, a mineração de ouro continua a expandir-se em áreas proibidas. Não só isso, mas também como a maior vicissitude destes anos de tentativa de estabelecimento da “boa governança” sobre a mineração de ouro é que os consecutivos fracassos na tentativa de erradicação da mineração ilegal e conclusão do processo de formalização acabou forçando cada vez mais os mineradores e a mineração a juntar-se à ilegalidade e ao crime organizado, conformando assim o movimento contraditório que pode aqui ser denominado pelo termo híbrido de “(des)governança”. Em grande parte, este movimento contraditório ocorre como um efeito colateral do combate frontal à mineração sem estar acompanhada da promoção de outras alternativas econômicas para compensar o efeito negativo sobre a economia em geral de Madre de Dios, que depende principalmente da mineração de ouro.

Ao fim da pesquisa de doutorado, no começo do ano de 2018, muitos dos aspectos problemáticos aqui estudados, que configuram o contexto de “febre do ouro” e “integração desgovernada” de Madre de Dios, atingiram novos extremos e indicam que a situação está no pior dos momentos. A violência atingiu os mais altos índices nacionais de homicídios e “trata de personas”, além de novos extremos, como os ataques sofridos pela polícia e os assaltos na rodovia, que revelam o fortalecimento dos grupos armados que controlam os acampamentos da mineração ilegal. Em janeiro deste ano, a “Defensoria del Pueblo” do Peru, aludindo ao incremento nos índices de criminalidade, citando casos como a descoberta da ocultação de vinte cadáveres incinerados em valas clandestinas de La Pampa e o registro de 358 casos de

“trata de personas”, pediu novamente que seja decretado “estado de emergência” e ocupação militar em La Pampa. (DEFENSORÍA DEL PUEBLO, 2018)

O crime organizado, hoje em dia, ocupa o espaço de controle do Estado, exerce funções administrativas e impõe leis próprias, representando um terceiro ator que se insere no meio da relação entre Estado e sociedade civil. A extração de ouro passou de ser uma simples atividade informal praticada sem a “permissão” do Estado e por uma população pobre, a ser uma atividade ilegal, cuja prática está submetida ao controle do crime organizado, movimentando quantias milionárias em redes de contrabando internacional e desafia a autoridade do Estado.

O contexto de “desgovernança” foi assim sendo formado como um fenômeno que aparece como uma derivação da “baixa governança” que historicamente caracterizou o passado da região. É como se o processo de governança cobrasse a “conta” pelos anos de desamparo por parte do Estado. Notadamente, o novo contexto de “desgovernança” ganha maior evidência, na medida em que, apesar de uma maior presença do poder de Estado, fatores como; a) o poder socioeconômico-político conquistado ao longo do tempo pela mineração na dinâmica local; b) a falta de adesão de grande parte da população local aos programas de governo como a formalização; c) e as próprias falhas na construção do processo de governança; são fatores que acabam gerando um efeito reverso, que se resume em um afastamento ainda maior entre o Estado e a sociedade civil nesta parte do território onde, outrora, este mesmo poder de Estado esteve relativamente ausente e esta população relativamente desamparada.

Este cenário geral da experiência recente vivida pelo espaço de Madre de Dios é um exemplo, que se confirma na história da América do Sul e diz respeito ao modo como a pressão de uma econômica globalizada pode dificultar diretamente o estabelecimento da governabilidade em territórios de países com grande contingente de população pobre. Isto acaba ocorrendo especialmente em certas partes historicamente marginalizadas do território nacional, como as áreas de fronteira entre os países amazônicos que são caracterizadas pela relativa ausência do Estado, o que faz com que o império da lei seja mais difuso e permeado por leis tácitas e relações de poder paralelo que ocorrem à revelia da autoridade oficial. Este é o caso de Madre de Dios enquanto território onde não existe uma governabilidade estabelecida e onde as próprias dinâmicas econômicas, sociais e políticas foram se desenvolvendo a partir de relações locais sem contar com maior auxílio do poder público.

Assim, ao invés de superar o antigo “desamparo” e estar mais “integrada e desenvolvida”, Madre de Dios está agora na agenda nacional como uma região especialmente problemática, que pode ser reconhecida como “um outro estado dentro do Estado do Peru”.

Neste sentido, Madre de Dios apresenta aspectos semelhantes a outras regiões da América do Sul que, na prática, estão relativamente fora do regime de Estado de Direito oficial e são controladas pelo poder paralelo do crime organizado, narcotráfico, guerrilhas paramilitares e células de grupos armados. Vale citar como outros exemplos o que ocorre no departamento de Bolívar na Venezuela, na fronteira com o Brasil, onde paradoxalmente os denominados “sindicatos”, que são grupos armados com os quais o próprio exército é conivente, controlam a extração de ouro realizada em minas custodiadas pelo Estado venezuelano. Ou mesmo como ocorre em algumas favelas do Rio de Janeiro, controladas por narcotraficantes e onde a polícia não entra sem apoio ostensivo do exército ou, ainda, como ocorre no vale do VRAEM (Valle de los ríos Apurímac, Ene y Mantaro) no altiplano andino do Peru, controlado por milícias locais, e onde proliferam plantações de monocultura de coca voltadas para a produção de cocaína. Estas áreas são exemplos de partes dos territórios nacionais sul-americanos onde o Estado representa o inimigo. Costumam ser também lugares de pobreza e historicamente desamparados, onde experiências de um tipo de “estado de exceção” declarado não pela autoridade do Estado, mas sim pela autoridade do crime organizado, evoluem entre a coerção e o consentimento do Estado.

No caso de Madre de Dios, os acampamentos da mineração ilegal são também como “prisões” ou “campos de concentração” no meio da floresta, onde a possibilidade de ir e vir é cerceada por “matadores de aluguel” que controlam as saídas e entradas pelas “trochas”, assim como os meios de transporte que trafegam por estas vias improvisadas. Muitas vezes, os prisioneiros são as mulheres enganadas e sequestradas, que foram levadas para trabalhar nos “prostibares”, sendo a escravização imposta por meio da imposição de uma dívida referente às vezes ao próprio serviço de transporte destas mulheres até os acampamentos.

Outra especificidade da evolução negativa do contexto aqui definido pelo termo “desgovernança” é o fato de que como forma de defender uma posição contrária àquela defendida pelos consecutivos governos nacionais, os atores ligados à mineração ilegal em Madre de Dios conquistaram tamanha organização própria sustentada pela bonança econômica do setor em relação às demais atividades econômicas locais e suficientemente coesa, a ponto de conseguir defender uma posição fechada e eleger seus representantes para os principais cargos políticos da região.

São cerca de quinze anos de tentativa e fracasso do processo de formalização e várias intervenções militares. Todavia, ao que parece ser, e cada vez de forma mais clara, a atual estratégia da administração do governador Luís Otsuka, e do poder político da mineração em geral, é evitar que o processo de formalização avance para suas etapas de conclusão, o que

culminaria, entre outros resultados, em uma separação mais clara e definitiva entre a mineração passível de formalização e a mineração ilegal, legitimando assim maiores coerções sobre esta última. Mantêm-se assim em aberto um impasse jurídico-administrativo que permite a continuidade de um cenário confuso onde os dois tipos de mineração, ilegal ou informal, podem mais facilmente se misturar ao longo da cadeia produtiva pois, apesar de distintos perante a lei, são comumente praticados pelos mesmos atores.

Ademais, as linhas que separam a mineração informal daquela considerada ilegal foram traçadas recentemente em um processo posterior à complacência e desamparo de muitos anos do Estado peruano nesta região. A mineração hoje considerada ilegal porque praticada fora das zonas permitidas já existia antes das leis as tornarem “ilegalizadas”. Por isso, os danos ambientais e sociais relacionados a exportação de ouro do Peru são também parte de uma questão estrutural na qual a situação pode ser vista como o resultado de uma condição de pobreza combinada com injustiças sociais e alternativas relativamente precárias. Neste sentido, por parte de uma população pobre a qual notadamente constitui a grande massa de mineradores “empregados” que habitam os acampamentos ilegais, a decisão individual de praticar ou não a mineração perde uma boa parte do livre arbítrio, mas não todo, em meio ao entendimento da ausência de alternativas que caracterizam a vida econômica desta população pobre em um país periférico no sistema internacional capitalista, onde historicamente cerca de 70% da economia é informal. (ILO, 2014).

É por esta condição, que as altas cotações do preço do ouro tornam a atividade mineradora tão atrativa economicamente, mesmo em condições de insegurança e ilegalidade. Neste sentido, são estas mesmas forças de atratividade do capital e falta de alternativas que levam a rodovia interoceânica a funcionar como catalisador da devastação ambiental ao invés de transformar-se em um caminho para a integração regional e desenvolvimento. A “externalização” das crises e a perpetuação de estruturas sociais injustas, aparecem como formas de acumulação do capital adaptadas à urgência das demandas em momentos de crises e às condições permissíveis e vulneráveis do espaço pré-capitalista.

Quando o exército intervêm nos acampamentos e zonas ilegais de mineração e explodem as máquinas, os mineradores que são expulsos argumentam não ter escolha ou outra alternativa de renda e que aquilo é “tudo o que têm”. Enquanto esta grande massa de mineradores “empregados” são vistos como um dos maiores problemas nacionais peruanos, por outro lado, corporações multinacionais extraem de forma mecanizada grandes quantias de ouro da Cordilheira dos Andes e o governo promove o ideal do Peru como “Un país Minero”, uma vez que sua produção de vários tipos de minérios está entre as maiores do mundo. Como

exemplo disto, no departamento de Cajamarca, está a Mina de Yanacocha. Esta que é a maior da América Latina já alterou drasticamente a paisagem da região e ocasionou a contaminação de seu sistema aquífero. A mesma empresa multinacional quer realizar o polêmico projeto da nova Mina Conga que também irá alterar drasticamente a paisagem, transformar grandes lagoas andinas em buracos e deslocar comunidades nativas, ocasionando conflitos tão intensos quanto os que ocorrem em Madre de Dios.

Antes de finalizar, vale chamar a atenção para uma imagem que fica na cabeça ao olhar para a experiência aqui tratada. Trata-se de uma alusão à rodovia e aos rastros de devastação ao longo de seu percurso como uma nova “veia aberta” na Amazônia, extravasando ouro e cobrando o sangue daqueles que a querem defender.

Por fim, caberia indagar: se praticada em conformidade com os requisitos ambientais e leis normativas, a mineração aluvial pode ser ambientalmente sustentável, sem deixar de ser economicamente viável? Dúvidas neste sentido estão relacionadas ao caráter empírico e por vezes errante da mineração de ouro aluvial na Amazônia, ou seja, baseada em certo nível de tentativa e erro, onde grandes áreas podem ser devastadas e grandes quantidades de insumos podem vir a ser dispendidos, antes que seja encontrado uma zona rica em ouro. Neste sentido, não parece ser o tipo de atividade econômica com uma análise de risco atraente para grandes investidores e grandes empresas, parece mais uma atividade que depende de certa “questão de sorte” e da disponibilidade de uma mão-de-obra-barata, febril e aventureira, sem muitas opções, e facilmente atraída pela possibilidade de altos lucros, mesmo que seja em condições precárias e de ilegalidade. Uma possível resposta é que, ao que parece, o capital e seu sistema de acumulação inclusive prefere esta situação de “desgovernança” para se aproveitar da exploração crua dos recursos e obter lucros ainda maiores do que aqueles que poderiam ser obtidos em condições “normais” de exploração.

REFERÊNCIAS

- ALARCÓN, E. T. Conferencia de prensa sobre acciones de control a los megaproyectos. Contraloría General de la República. 25 de abril de 2017. Videoconferencia disponível em: <http://contraloriatv.com/2017/04/contralor-edgar-alarcon-brinda-conferencia-de-prensa-sobre-acciones-de-control-a-los-megaproyectos/>
- ALBERT, Bruce. Ouro canibal e a queda do céu: uma crítica xamânica da economia política da natureza. Serie antropologia/universidade de Brasília. 1995.
- ALBERT, B. Terras Indígenas, Política Ambiental e Geopolítica Militar no Desenvolvimento da Amazônia: A Propósito do Caso Yanomami. In LÉNA, Philippe & Adélia Engrácia de OLIVEIRA (orgs.) Amazônia: A Fronteira Agrícola 20 Anos Depois. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi (Coleção Eduardo Galvão), pp.37-58. 1991.
- ALMEIDA, C. A.; SELEME, R.; NETO, J. C. Rodovia Transoceânica: uma alternativa logística para o escoamento das exportações da soja brasileira com destino à China. Rev. Econ. Sociol. Rural vol.51 no.2 Brasília. 2013.
- ALVES, Diógenes. S. O processo de desflorestamento na Amazônia. Parcerias Estratégicas, n.12, p. 259-275, 2001.
- ALVAREZ, J. et al. Minería aurífera en madre de dios y contaminación con mercurio: una bomba de tiempo. Informe preparado por el Instituto de la Amazonía Peruana (IIAP) y el Ministerio del Ambiente (MINAM). Lima. 2011.
- AMAYO, E. Z. Da Amazônia ao Pacífico cruzando os Andes. Estudos Avançados, v.7, n.17, São Paulo, jan./abr. 1993.
- AMAYO, E. Z. O Impacto da Globalização na Amazônia e no Pacífico Sul-Americano. In: AYERBE, L. F. (Coord.). Integração Latino-americana e Caribenha. São Paulo. Fundação Memorial da América Latina: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.
- AMIN, Samir. Accumulation on a world scale: a critique of the theory of underdevelopment. New York: Monthly Review Press. 1974.
- ANGELLIS, Massimo De. Marx's theory of primitive accumulation: a suggested reinterpretation. London: University of East London. Mar. 1999.
- ARRIGHI, Giovanni. Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2008.
- ASNER, G. P. et al. High resolution forest carbon stocks and emissions in the Amazon. PNAS. 2010. Disponível em: www.pnas.org/cgi/doi/10.1073/pnas.1004875107
- ASNER, Gregory P. et al. Elevated rates of gold mining in the Amazon revealed through high-resolution monitoring. PNAS, v. 110, n. 46, 2013. Available in: <https://cao.carnegiescience.edu/publication/elevated-rates-of-gold-mining-in-the-amazon-revealed-through-high-resolution-monitoring>. Access in: 30 maio 2017.

BARRANTES, R., GLAVE, M. (eds) Amazonía peruana y desarrollo económico / Roxana Barrantes y Manuel Glave, eds. Lima, GRADE; IEP, 2014.

BENAVIDES, C. Perú: el caso de Madre de Dios. In: VALENCIA, L. A. (coord.) La Ruta del Oro: estudio de caso de cinco países amazónicos. SPDA (Sociedad Peruana de Derecho Ambiental). 2015.

BID (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMIENTO). *Un Nuevo Impulso a la Integración de la Infraestructura en America del Sur*. Departamento de Integración y Programas Regionales. Buenos Aires: BID-INTAL, dez.2000. Disponible em: www.idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=35317367

BID; CAF; FONPLATA. América del Sur 2020: Una visión estratégica de la integración física regional. Caracas: BID-CAF-FONPLATA, jul.2003. Disponible em: www.fonplata.org/integracionregional/1/doctra.pdf

BOARD OF GOVERNORS OF THE FEDERAL RESERVE SYSTEM. Credit and Liquidity Programs and the Balance Sheet. Washington: Federal Reserve, 27 Oct. 2017. Disponible em: < https://www.federalreserve.gov/monetarypolicy/bst_recenttrends.htm>. Acceso em: 30 out. 2017.

BONIFAZ, J. L.; URRUNAGA, R.; ASTORNE, C. Estimación de los beneficios económicos de la carretera Interoceánica. Universidad del Pacífico. Lima. 2008.

BONIFAZ, J. L. La Interoceánica y Nuestros Estudios: Bonifaz asegura que la estimación de los beneficios de la Interoceánica Sur siguió una metodología rigurosa y replicable El Comercio. 24 de Febrero de 2017. Disponible en: http://elcomercio.pe/economia/opinion/interoceanica-y-nuestros-estudios-noticia-1971240?ref=flujo_tags_230318&ft=nota_1&e=titulo

BRAUDEL, Fernand. Gramática das Civilizações. Tradução de Telma Costa. Lisboa: Teorema, 1987.

BROWN, I.F., S.H.C. BRILHANTE, E. MENDOZA, I. RIBEIRO de OLIVEIRA. “Estrada de Rio Branco, Acre, Brasil aos portos do Pacífico: como maximizar os benefícios e minimizar os prejuízos para o desenvolvimento sustentável da Amazônia sul-ocidental.” Pp. 281-296 in La Integración Regional Entre Bolivia, Brasil y Peru, Eds. A. Wagner Tizón and R.S. Gadea Duarte. Lima: CEPEI. 2002.

BUILDING INFORMED CIVIC ENGAGEMENT FOR CONSERVATION IN THE ANDES-AMAZON (BICECA). Carreteras y Deforestación - Diagnostico Adecuado y Bases para Transporte Sostenible en el R-PP Peruano. Bank Information Center. Boletín mensual septiembre 2010. Disponible em: <http://www.bankinformationcenter.org/wp-content/uploads/2013/08/Boletin-Septiembre2010.pdf>

CABELLO, J. Carbon Trade Watch. Enclosure of Forests and Peoples: REDD and the Inter-Oceanic Highway in Peru. 2010. Available in: <http://www.carbontradewatch.org/archive/enclosure-of-forests-and-peoples-redd-and-the-inter-oceanic-highway-in-peru.html>

CABRAL, E. Odebrecht: Banco de Andorra recibió más de US\$10 millones pagados a funcionarios del gobierno de Alan García. Ojo-Publico. 21 septiembre 2017a. Disponible en: <https://lavajato.ojo-publico.com/articulo/funcionarios-gobierno-alan-garcia-recibieron-millones-banco-andorra-odebrecht/>

CABRAL, E. Prófugo exviceministro y su entorno gastaron más de US\$400 mil luego de pago de Odebrecht. Ojo-Publico. 24 enero 2017b. Disponible en: <http://ojo-publico.com/354/profugo-exviceministro-y-entorno-gastaron-400-mil-despues-de-pago-de-millonarios-sobornos>

CAMPOS, A. C. Acre importa 2 mil toneladas de produtos peruanos. Agencia Brasil. 24 de Março de 2014. Disponible en: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-03/acre-ja-importou-duas-mil-toneladas-de-produtos-do-peru>

CARBON TRADE WATCH. Protecting Carbon to Destroy Forests: Land Enclosures and REDD+. 2013. Disponible en: <http://www.carbontradewatch.org/articles/protecting-carbon-to-destroy-forests-land-enclosures-and-redd.html>

CARDOSO, F. H. Avança, Brasil: Proposta de Governo. 1998. Disponible en: <https://static.scielo.org/scielobooks/62rp6/pdf/cardoso-9788599662687.pdf>

CARDOSO, Fernando Henrique. O Brasil e uma nova América do Sul. *Valor Econômico*, 30 de agosto de 2000.

CARDOSO, F. H. A arte da Política. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 2006.

CARETAS. Mafia china en la extracción de oro en Madre de Dios: Dragas del Dragón. 24 de febrero de 2011. Revista Caretas. Disponible en: <http://www2.caretas.pe/Main.asp?T=3082&idE=919&idS=82#.WmN3HKinEak>

CARILLO, J. Entrevista con el Alto Comisionado para la formalización de la minería y erradicación de la minería ilegal, Antonio Fernández Jeri. Sociedad Peruana de Derecho Ambiental (SPDA); Las Rutas del Oro: Minería ilegal en Latinoamérica. 4 de septiembre de 2015. Disponible en <http://lasrutasdeloro.com/video-peru-gobiernos-regionales-no-apoyaron-proceso-de-formalizacion-minera/>

CASTAÑAGA, C. Impacts from mining in Madre de Dios, Peru. p. 103-106. In: UNEP. Regional awareness-raising workshop on mercury pollution. Buenos Aires. 2004. Disponible en: <http://www.chem.unep.ch/mercury/>

CASTILLA, O. C. Goya Casas triplicó extracción de oro con ingreso maquinaria pesada. El Comercio. 10 octubre 2013. Disponible en: <http://elcomercio.pe/peru/lima/goya-casas-triplico-extraccion-oro-ingreso-maquinaria-pesada-noticia-1642783> Acceso en: 29/09/2014.

CASTILLA, O. Los vuelos secretos del Oro ilegal. Ojo-Publico. 5 de diciembre de 2014. Ver en: <http://ojo-publico.com/12/los-vuelos-secretos-del-oro-ilegal>

CASTILLA, Óscar; AMANCIO, Nelly Luna; LÓPEZ, Fabiola Torres. Oro sucio: la pista detrás del London Bullion Market: La historia secreta de las compañías que financiaron con

millones de dólares la compra del oro ilegal en Sudamérica. Ojo-Público, 9 jun. 2015a. Disponible: < <http://ojo-publico.com/oro-sucio-la-pista-detras-del-london-bullion-market/>>. Acceso en: 30 out. 2017.

CASTILLA, O. Minería Ilegal: el millonario rastro de las refinerías suizas. Fiscalía identifica MKS y Metalor en investigaciones por lavado de dinero contra sus proveedores de Oro en Madre de Dios. Ojo-Publico. 8 de agosto de 2015b. Disponible en: <http://ojo-publico.com/mineria-ilegal-el-millonario-rastro-de-las-refinerias-suizas/>

CASTILLA, O. Las Islas Vírgenes de la minería ilegal: Mossack Fonseca operó offshore de financistas que enviaron toneladas de Oro a EE.UU. y Suiza. #PanamaPapers. Ojo-Publico. 15 de abril de 2016. <https://panamapapers.ojo-publico.com/articulo/las-islas-virgenes-de-la-minerial-ilegal/>

CASTILLA, O. C., CASTRO, J., SALAZAR, E., CABRAL, E., MARTÍNEZ, J., CORTEZ, I. La Lista Negra del Caso Lava Jato. Ojo-Publico. 5 de febrero de 2017a (atualizado). Disponible en: <https://lavajato.ojo-publico.com/articulo/lista-negra-caso-lavajato/>

CASTILLA, O. C., CASTRO, J. Pagos de Odebrecht en Caso Toledo lleva a Banco en Suiza. Mossack Fonseca tramitó cuentas para operador de Maiman antes del primer pago de constructora. Ojo-Publico. 19 de febrero del 2017b. Disponible en: <https://panamapapers.ojo-publico.com/articulo/Pago-de-Odebrecht-en-Caso-Toledo-lleva-a-banco-en-Suiza/>

CASTILLO, M. E. 3 muertos, 36 heridos y 62 detenidos dejan enfrentamientos en Madre de Dios. La Republica. 15 de marzo de 2012. Disponible en: <http://larepublica.pe/politica/617261-3-muertos-36-heridos-y-62-detenidos-dejan-enfrentamientos-en-madre-de-dios>

CASTRO, W. La Libertad: Odebrecht se retira de III Etapa de Proyecto Chavimochic. La Republica. 12 marzo 2017. Disponible en: <http://larepublica.pe/politica/1022500-la-libertad-odebrecht-se-retira-de-iii-etapa-de-proyecto-chavimochic>

CASTRO, J. Lava Jato: Ordenan detención de accionista principal de Grupo El Comercio. Juez Concepción Carhuacho dictó orden de prisión preventiva contra cuatro empresarios de la construcción, incluido José Graña Miró Quesada. Ojo-Publico. 4 diciembre 2017a. Disponible en: <https://ojo-publico.com/554/lava-jato-ordenan-detencion-accionista-principal-jose-gra%C3%B1a>

CASTRO, J., CABRAL, E. La estrategia secreta del indulto: Los últimos días de Fujimori en la cárcel. Ojo-Publico. 28 diciembre 2017b. Disponible en: <https://ojo-publico.com/589/la-estrategia-secreta-del-indulto-los-ultimos-dias-de-fujimori-en-la-carcel>

CECEÑA, A. E.; AGUILAR, P.; MOTTO, C. Territorialidad de la dominación: La Integración de la Infraestructura Regional Sudamericana (IIRSA). Observatorio Latinoamericano de Geopolítica. 2007. Disponible en: <http://www.geopolitica.ws/media/uploads/IIRSA.pdf>

CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe). El Regionalismo Abierto en América Latina y el Caribe. La integración económica al servicio de la transformación productiva con equidad. Santiago. 1994.

CHESNAIS, F. A Mundialização do Capital. Tradução: Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

CHUMPITAZ, O. Cinco bandas de sicarios se disputan el oro ilegal que se extrae en La Pampa. *La República*, 4 Jul. 2016. Disponible: <<http://larepublica.pe/sociedad/952849-cinco-bandas-de-sicarios-se-disputan-el-oro-ilegal-que-se-extrae-en-la-pampa>>. Acceso en: 30 out. 2017.

CINGOLANI, P. Aislados: Sensibilidad y militancia en defensa de los últimos pueblos libres de la selva. FOBOMADE. Bolívia. 2011.

CLIMATE INVESTMENT FUNDS. Forest Investment Plan Peru. 2013. Available in: <https://www.climateinvestmentfunds.org/documents/fip-investment-plan-peru>

COLLINS, D. Why has this Amazonian tribe suddenly started to make contact with outsiders? *The Guardian*. 24 de Novembro de 2015. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2015/nov/24/peru-indigenous-tribe-mascho-piro-reaching-out>

COMUNICADO DE BRASÍLIA. I Reunião de Presidentes da América do Sul -Brasília, Brasil, 31 de agosto e 1º de setembro de 2000 [grifo nosso]. Disponível em: www.oei.es/oeivirt/cimeira1.htm

CONGRESO DE LA REPUBLICA. Comisión de Transportes y Comunicaciones. Area de Transcripciones. 23 de agosto de 2005. Disponível em: <http://www2.congreso.gob.pe/Sicr/DiarioDebates/pubcomis.nsf/bb31927b8109ed9705256f1c0063e796/05256eee006fc0d805257068004ecb9d?OpenDocument>

CONGRESO DE LA REPUBLICA. Proponem Alternativas para la Formalización de la minería artesanal. En foro organizado por parlamentario Eulogio Romero y en el que participó legislador Juan Pari. 7 de abril de 2015. Ver em: <http://www.congreso.gob.pe/organigrama/?K=263&id=1997#.WcanTMiGNPY>

CONOVER, Ted. Peru's Highway of Dreams: a new road connecting Amazonia to the Pacific could bring riches and ecological ruin. *National Geographic*. Junho. 2003.

COOPERACIÓN REGIONAL PARA LA TRANSPARENCIA Y LA PARTICIPACIÓN. Altas y bajas en las salvaguardas ¿Cómo actúan BNDES, China Exlm Bank, CAF y BID? Lima. 2014.

COSTA, W. M. da. O Brasil e a América do Sul: cenários geopolíticos e o desafio da integração. São Paulo: USP, 2007.

CUNHA, E. da. *À margem da História*. São Paulo: Cultrix, 1975.

CUZCANO, V. T. Minería ilegal e informal en el Perú: impacto socioeconómico. Cuadernos de CooperAcción No 2, CooperAcción, Lima, 2015.

DEFENSORÍA DEL PUEBLO. Balance de la gestión estatal frente a la minería informal e ilegal en el Perú (2012 – 2014). Supervisión a las entidades de alcance nacional y regional. Serie Informes Defensoriales - Informe N° 167. 2014.

DEFENSORÍA DEL PUEBLO. Oficio n° 002 – 2018 - DP. Walter Gutierrez Camacho, defensor del Pueblo, pide declarar estado de emergencia en La Pampa. 23 de janeiro de 2018. Disponible en: https://pt.scribd.com/document/369833135/Estado-de-Emrgencia-en-La-Pampa-Madre-de-Dios#from_embed

DELGADO, F. G. Luis Otzuka Salazar, el gobernante del Oro. Perfil, De beligerante líder de mineros informales a autoridad regional. Otsuka y su gran responsabilidad con la región. El Comercio. 1 de agosto de 2015. Disponible en: <http://elcomercio.pe/peru/madre-de-dios/luis-otsuka-salazar-gobernante-oro-perfil-188153>

DELGADO, F. Virtual congressista de Fuerza popular es investigado por MP. El Comercio. 24 de fevereiro de 2016. Ver em: <http://elcomercio.pe/peru/madre-de-dios/virtual-congresista-fuerza-popular-investigado-mp-192170>

DOUROJEANNI, M. J. Estudio de caso sobre la carretera Interoceánica em la amazonía sur del Perú. Santiago: BICUSA, jun.2006. Disponível em: www.bicusa.org/proxy/Document.100135.aspx.

DOUROJEANNI, M. J.; BARANDIARÁN, A.; DOUROJEANNI, D. Amazônia Peruana em 2021. Peru: ProNaturaleza, 2009. Disponível em: <<http://www.iiap.org.pe/Upload/Publicacion/PUBL908.pdf>>.

ECHAVE, J. D. La minería ilegal en Perú; Entre la informalidad y el delito. NUSO. n. 263. Maio-junho de 2016.

ESPINOZA, R. L., FEATHER, C. The reality between theory and practice. Indigenous Amazonian Peoples' Analyzes and Alternatives. Forest Peoples Program (FPP). AIDSESP; FENAMAD; CARE. 2011. Ver em: <http://www.forestpeoples.org/sites/fpp/files/publication/2011/11/reality-redd-peru-between-theory-and-practice-november-2011.pdf>

FEARNISIDE, P. M. Carga pesada: O custo ambiental de asfaltar um corredor de soja na Amazônia. pp. 397-423 In: M. Torres (ed.) Amazônia revelada: Os descaminhos ao longo da BR- 163. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasília, DF, Brasil. 496 pp. 2005.

FEARNISIDE, P. M. Avança Brasil: Environmental and social consequences of Brazil's planned infrastructure in Amazonia. Environmental Management 30: 748-763. 2002.

FEDERACIÓN NATIVA DEL RIO MADRE DE DIOS Y AFLUENTES. Pueblos indígenas en aislamiento. Puerto Maldonado Madre de Dios: FENAMAD, 2016. Disponible:<<http://www.fenamad.org.pe/piav/pueblos-indigenas-en-aislamiento/>>. Acceso en: 30 out. 2017.

FEIJÃO, A.J.: PINTO, J.A. Garimpeiro Activities in South America. 1990.

FERNÁNDEZ L. Concentraciones de mercurio en peces y seres humanos en Puerto Maldonado. Carnegie Amazon Mercury Ecosystem Project (CAMEP). 2012. Disponible em: <http://www.minam.gob.pe/mineriailegal/concentraciones-de-mercurio-en-madre-de-dios-luis-fernande-carnegie-institution/>

FERNANDEZ, C. E.; CUETO, V. L. R. Propuestas para construir gobernanza en la Amazonía a través del transporte sostenible: Análisis de la Eficacia del Programa para la Gestión Ambiental y Social de los Impactos Indirectos del Corredor Vial Interoceánico Sur - Tramos 2, 3 y 4. Derecho, Ambiente y Recursos Naturales (DAR). Lima. 2010.

FINER M., NOVOA S., SNELGROVE, C., PEÑA N. Confirming an Illegal Gold Mining Invasion of the Tambopata National Reserve. MAAP #21. 2015. Disponible em: <http://maaproject.org/2015/tambopata/>

FINER M.; OLEXY T.; NOVOA S. Gold Mining Deforests 32,000 Acres in southern Peruvian Amazon from 2013 to 2016. MAAP: 50. 2016. Disponible em: < http://maaproject.org/2016/peru_gold/> Acceso en: 30 out. 2017.

FINER M.; OLEXY T.; NOVOA S. Gold Mining Increases in the Buffer Zone of Tambopata National Reserve. MAAP: 60. 2017a. Disponible em:< http://maaproject.org/2017/buffer_tambopata_2017/> Acceso en: 30 out. 2017.

FINER, M, NOVOA, S, OLEXY, T. Nuevos hotspots de deforestación del 2017, en la amazonía peruana. MAAP: 68. 2017b. Ver em: <http://maaproject.org/2017/hotspots-2017-2/>

FINER, M., NOVOA, S. Minería Aurífera Amenaza la Reserva Comunal Amarakaeri, Nuevamente. MAAP: 71. 2017c. Disponible em: <http://maaproject.org/2017/amarakaeri-2017/>

FLECK, L. C. et al. Estrategias de conservación a lo largo de carretera interoceánica en Madre de Dios; un análisis económico-espacial. Conservation Strategy Fund. Serie Técnica n.20. marzo 2010.

FLORES, M. C. Así fue la Despedida del Policía Asesinado em Madre de Dios. Hampones contratados por mineros ilegales habrían atacado a los cuatro agentes de protección del Medio Ambiente. El Comercio. 23 de septiembre de 2017a. Ver em: <https://elcomercio.pe/peru/madre-de-dios/despedita-policia-asesinado-madre-dios-fotos-noticia-460502>

FLORES, M. C. Policía frustró toma de carretera y quedó gravemente herido. Según la policía, los asaltantes serían los guardianes de seguridad de los mineros ilegales de La Pampa. Policía recibió tres balazos en el cuerpo. El Comercio. 7 diciembre 2017b. Disponible en: <https://elcomercio.pe/peru/madre-de-dios/policia-frustro-toma-carretera-queda-gravemente-herido-noticia-479425>

FREITAS, E. O solo da Amazônia é pobre em nutrientes. Brasil Escola. 2016.

FREY, K. Development, Good Governance and local Democracy. Brazilian Political Science Review. Vol. 3. Rio de Janeiro. 2008.

FRIEDLI, Anna; WIEDMER, Christoph (Ed.). The responsibility of the gold refineries in human rights violation and illegal activities in Peru. Schermenweg: Society for threatened Peoples, 2014. Available in: < https://www.gfbv.ch/wp-content/uploads/stp_report_gold_march2014.pdf>. Access in: 30 out. 2017.

FOREST TRENDS INITIATIVE. Ecosystem Marketplace. State of the Voluntary Carbon Market 2014. Personalized Comparison of Survey Results for Greenox. 2014. Disponível em: http://greenox.com/downloads/Greenoxx_Carbon_in_2013.pdf

FOREST TRENDS INITIATIVE. Ecosystem Marketplace. State of the Voluntary Carbon Market 2017. 2017. Available in: <https://www.cbd.int/financial/2017docs/carbonmarket2017.pdf>

GARCÍA, A. El perro del Hortelano. 2007. Disponível em: <http://www.justiciaviva.org.pe/userfiles/26539211-Alan-Garcia-Perez-y-el-perro-del-hortelano.pdf>

GESTIÓN. Macroconsult: Exportaciones de oro ilegal suman US\$ 1800 millones y superan narcotráfico. Redacción Gestión. 16 de Mayo de 2012. Disponible en: <https://gestion.pe/economia/macroconsult-exportaciones-oro-ilegal-suman-us-1-800-millones-superan-narcotrafico-11015>

GLOBAL INITIATIVE AGAINST TRANSNATIONAL ORGANIZED CRIME. Organized crime and illegally mined gold in Latin America. [S.l.]: The Global Initiative Against Transnational Organized Crime, 2016. Available in: < <http://globalinitiative.net/documents/organized-crime-and-illegally-mined-gold-in-latin-america/>>. Access in: 30 out. 2017.

GOLD: latest price e chart for CBOT gold 100 oz. [S.l.]: Nasdaq, 2017. Available in: <<http://www.nasdaq.com/markets/gold.aspx?timeframe=10y>>. Access in: 30 out. 2017.

GOLDPRICE. [S. l.]: Do Autor, 2002. Available in: < <https://goldprice.org/>>. Access in: 30 out. 2017.

GRAY, A. Y después de La fiebre del oro...? Derechos humanos y autodesarrollo entre los Amarakaeri del Sudeste de Peru. IWGIA. Copenhague. 1986.

GUDYNAS, E. As Instituições financeiras e a integração na América do Sul. 2008 In: VERDUM, R. (org.) Financiamento e Megaprojetos: Uma interpretação da dinâmica regional sul-americana, INESC, 2008.

GUEDES, A.L. Internacionalização de empresas como política de desenvolvimento: uma abordagem de diplomacia triangular. RAP. Rio de Janeiro 40(3):335-56, Maio/Jun. 2006.

HAJEK, F.; VENTRESECA, M. J.; SCRIVEN, J.; CASTRO, A. Regime-Building for REDD+: Evidences from a cluster of local initiatives in south-eastern Peru. Environmental and Science Policy. Vol.14. Elsevier. 2011.

HARVEY, David. The new imperialism. Oxford: Oxford University Press. 2003.

HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. Tradução Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2006a.

HARVEY, David. O “Novo” imperialismo: acumulação por espoliação. In: PANITCH, Leo; LEYS, Colin (Ed.) Socialist register 2004 : O novo desafio imperial. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2006b.

HARVEY, David. Breve historia del neoliberalismo. Madrid: Akal, 2007a.

HARVEY, D. Espacios del Capital: hacia una Geografía Crítica. Tradução; Cristina Piña Aldao. Madrid: Ed. Akal, 2007b.

HARVEY, David. Reading Marx’s capital: volume 1: Class 12, Chapters 26-33. YouTube, 4 de Setembro de 2008. Available in:< <http://davidharvey.org/2008/09/capital-class-12/>>. Acesso em: 30 out. 2017.

HOBBSBAWN, E. A Era dos Extremos: o breve século XX, 1914 – 1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUDSON, Michael. US “Quantitative easing” is fracturing global economy. Levy Economics Institute. Working Paper, n.639, Nov. 2010.

IBISCH, P. L. et al. A global map of roadless areas and their conservation status. Science. 15 de dezembro de 2016.

ILO (INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION). Trends in informal employment in Peru: 2004 – 2012. Programme for the promotion of formalization in Latin America and Caribbean. 2014. Available in: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms_245891.pdf

INEI (INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICAS E INFORMATICA). Cuentas Nacionales del Peru: Produto Interno Bruto por Departamentos (2001-2012). Lima. 2013. Disponível em: https://www.inei.gov.pe/media/MenuRecursivo/publicaciones_digitaes/Est/Lib1104/libro.pdf

INEI (Instituto Nacional de Estadística y Informática). Economía. Estadísticas Sectoriales. Transporte y Comunicaciones. Parque de Motocicletas inscritas, según departamento. 2007 – 2012. 2012. Disponible en: <http://www.inei.gov.pe/estadisticas/indice-tematico/economia/#url>

INEI (INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICAS Y INFORMÁTICA). Anuario Estadístico de la Criminalidad y de Seguridad Ciudadana 2011- 2016. 2016. Visión Departamental, Provincial y Distrital. Julho 2017a. Disponível em: http://www.inei.gov.pe/media/MenuRecursivo/publicaciones_digitaes/Est/Lib1446/libro.pdf

INEI (INSTITUTO NACIONAL DE ESTADISTICA E INFORMATICA. Población 2000 al 2015. [S.l.]: INEI, 2017b. Disponible:< <http://proyectos.inei.gov.pe/web/poblacion/>>. Acceso en: 30 out. 2017.

INFOREGIÓN. Asesinan a reforestador que había denunciado a mineros ilegales en Madre de Dios. Actualidad Ambiental. 20 de Noviembre de 2015. Disponible en: <http://www.inforegion.pe/213858/mineros-ilegales-habrian-asesinado-concesionario-forestal-en-la-pampa/>

INFOREGIÓN. Gobernador Regional Madrediosino desaira reunión con autoridades locales. Se trata del acuerdo regional contra la minería ilegal. 27 de septiembre de 2017. Ver em: <http://canaln.pe/peru/madre-dios-hallan-presuntos-responsables-mas-30-desapariciones-n267134> Vídeo disponible no canal online via Facebook, “Telepuerto Noticias”: <https://www.facebook.com/telepuerto.mdd/videos/884397401715333/>

IIRSA (INTEGRAÇÃO DA INFRAESTRUTURA REGIONAL NA AMÉRICA DO SUL). América del Sur 2020: una visión estratégica de la integración física regional. Caracas: BID-CAF-FONPLATA, 2003. Disponible em: <http://www.iirsa.org/admin_iirsa_web/Uploads/Documents/venezuela%20presentaci%C3%B3n%20taller%20de%20trabajo%20visi%C3%B3n%20estrat%C3%A9gica.pdf>. Acceso em: 30 out. 2017.

IIRSA (INTEGRAÇÃO DA INFRAESTRUTURA REGIONAL NA AMÉRICA DO SUL). IIRSA 10 años después: sus logros y desafíos. Buenos Aires: IIRSA, maio.2011. Disponible em: <http://www.iirsa.org/BancoConocimiento/I/iirsa_10_anos_despues_sus_logros_y_desafios/iirsa_10_anos_despues_sus_logros_y_desafios.asp?CodIdioma=ESP>.

IIRSA (INTEGRAÇÃO DA INFRAESTRUTURA REGIONAL NA AMÉRICA DO SUL). Visión de negocios: Eje Perú-Bolivia-Brasil. Corporación Andina de Fomento/Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Suramericana, Caracas, 2002. Disponible em: http://www.iirsa.org/BancoMedios/Documentos%20PDF/mer_lima07_ppt_vn_pbb.pdf

INTERPOL (International Criminal Police Organization). The INTERPOL Guide to Carbon Trading Crime. Environmental Crime Programme. June 2013. Disponible em: <https://www.interpol.int/en/Media/Files/Crime-areas/Environmental-crime/Guide-to-Carbon-Trading-Crime-2013>

JORNAL DO ACRE. Construção de ponte não vai impedir que Acre fique isolado, diz superintendente do DNIT. 11 de janeiro de 2018. Disponible em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/construcao-de-ponte-nao-vai-impedir-que-acre-fique-isolado-diz-superintendente-do-dnit.ghtml>

KILLEEN, T. J. A Perfect Storm in the Amazon Wilderness: Development and Conservation in the Context of the Initiative for the Integration of the Regional Infrastructure of South America (IIRSA). Conservation International. 2007. Available in: <http://dx.doi.org/10.1896/978-1-934151-07-5.8>

LA REPUBLICA. PPK sobre Odebrecht: “Va a tener que vender sus proyectos, tiene que irse, se acabó”. RPP Tv. 24 enero 2017. Disponible en: <http://larepublica.pe/politica/842435-ppk-sobre-odebrecht-va-tener-que-vender-su-proyectos-tiene-que-irse-se-acabo-video>

LANEGRA, I. La Minería Ilegal como actor político em campaña. Ojo-Publico. 4 de mayo de 2016. Disponible en: <http://ojo-publico.com/208/la-mineria-ilegal-como-actor-politico-en-campana>

LARMER, B. The Real Price of Gold. National Geographic Magazine. Janeiro de 2009. Disponível em: <http://ngm.nationalgeographic.com/2009/01/gold/larmer-text>

LESSA, C. Discurso de abertura do I Seminário Internacional de Cofinanciamento BNDES/CAF. 2003. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/seminario/caf_abertura1.pdf

LEVIS, C. et al. *Persistent effects on pre-Columbian plant domestication on Amazon Forest composition*. **Science**. v. 355, n. 6328, p. 925-31. 3 de março de 2017.

LÓPEZ, F. T. Luis Otsuka: el gobernador minero que quiere poner en jaque a PPK. Ojo-Publico. 7 de agosto de 2016. Disponible en: <http://ojo-publico.com/Luis-Otsuka-El-gobernador-minero-que-quiere-poner-en-jaque-a-PPK>

LUNA, N., CABRAL, E. Carbon Credits: the multimillion dólar offshore scheme on the peruvian Amazon. Ojo-Publico. 5th november 2017. Available in: <https://paradisepapers.ojo-publico.com/investigacion/el-millonario-esquema-offshore-en-la-amazonia-peruana/>

LUNA, N. A., GRAU, M. Mineros Ilegales dicen que pagan 5 Kg de oro al mes a congresista. El Comercio. 11 de setembro de 2011. Disponivel en: http://archivo.elcomercio.pe/sociedad/lima/mineros-ilegales-dicen-que-pagan-kg-oro-al-mes-congresista_1-noticia-1294486

LUXEMBURG, Rosa. The accumulation of capital. London: Routledge, 2003.

MANTOAN, V. Odebrecht assina venda de Hidrelétrica de Chaglla, no Peru, a chineses. Valor Economico. 25 de agosto de 2017. Disponível em: <http://www.valor.com.br/empresas/5094340/odebrecht-assina-venda-de-hidreletrica-de-chaglla-no-peru-chineses>

MARTÍNEZ, Estefanía et al. Ni colonialistas nisimpáticos: una respuesta a Eduardo Gudynas. La linea de fuego, 13 Oct. 2015. Disponible: <<https://lalineadefuego.info/2015/10/13/ni-colonialistas-ni-simpaticos-una-respuesta-a-eduardo-gudynas/>>. Acceso en: 30 out. 2017.

MARX, Karl. Grundrisse. Tradução de Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo. 1858.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política: livro primeiro: o processo de produção do capital: tomo 2. São Paulo: Nova Cultura, 1996. (Os Economistas).

MINAM (Ministerio del Ambiente). Segunda Comunicación Nacional del Perú a la Convención Marco de las Naciones Unidas sobre Cambio Climático. 2010.

MINAM (Ministerio del Ambiente). Huelga en Madre de Dios sólo busca total libertad para realizar actos ilícitos. 26 de noviembre de 2015. Disponible en:

<http://www.minam.gob.pe/peruvigilante/2015/11/26/huelga-en-madre-de-dios-solo-busca-total-libertad-para-realizar-actos-ilicitos/>

MINAM (Ministerio del Ambiente). SERNANP cuenta con primer sistema de alerta temprana de geo información contra actividades ilícitas en áreas protegidas. 2 de febrero de 2016a. Disponible en: <http://www.minam.gob.pe/ambienteenaccion/2016/02/02/sernanp-cuenta-con-primer-sistema-de-alerta-temprana-de-geo-informacion-contra-actividades-ilicitas-en-areas-protegidas/>

MINAM (Ministerio del Ambiente). Contraloría General de La República evidencia responsabilidad del gobierno regional de Madre de Dios en trabas para la formalización minera. 4 de diciembre 2016b. Ver em: <http://www.minam.gob.pe/notas-de-prensa/contraloria-general-de-la-republica-evidencia-responsabilidad-del-gobierno-regional-de-madre-de-dios-en-trabas-para-la-formalizacion-minera/>

MINAM (Ministerio del Ambiente). La lucha por la legalidad en la actividad minera: Avances concretos y retos para enfrentar la problemática de la minería ilegal y lograr la formalización de los operadores mineros (2011-2016). Julio de 2016c.

MINAM (Ministerio del Ambiente). Gobierno declara el estado de emergencia en once distritos de las provincias de Tambopata, Manu y Tahuamanu por contaminación con mercurio. San Isidro: MA, 2016c. Disponible: <<http://www.minam.gob.pe/notas-de-prensa/gobierno-declara-el-estado-de-emergencia/>>. Acceso em: 30 out. 2017.

MINAM (Ministerio del Ambiente) Interdicción en La Pampa, Madre de Dios. San Isidro: MA, 2017. Disponible: <<http://www.minam.gob.pe/prensa/entrevistas/interdicion-en-la-pampa-madre-de-dios/>>. Acceso en: 30 out. 2017.

MINEM (Ministerio de Energía y Minas). Anuario Minero 2015. Publicado en 2016. Disponible en: http://www.minem.gob.pe/_publicacion.php?idSector=1&idPublicacion=524

MINEM (Ministerio de Energía y Minas). Anuario Minero 2016. Publicado en 2017. Disponible en: http://www.minem.gob.pe/_publicacion.php?idSector=1&idPublicacion=543

MININTER (MINISTERIO DEL INTERIOR). 69 niñas fueron rescatadas de la prostitución en Madre de Dios: Minería informal genera violencia y otros problemas sociales, advierte el Ministro del Interior. 9 de marzo 2011. Ver em: <https://www.mininter.gob.pe/content/69-ni%C3%B1as-fueron-rescatadas-de-la-prostituci%C3%B3n-en-madre-de-dios>

MININTER (MINISTERIO DEL INTERIOR). Policía Nacional realizó Megaoperativo contra la Minería Ilegal en Madre de Dios: Ministro del Interior supervisó acciones que movilizaron a más de 400 efectivos. Se destruyó 38 motores, 27 tolvas, 23 balsas tracas y 11 chupaderas. 26 de septiembre 2013. Disponible en: <https://www.mininter.gob.pe/content/polic%C3%AD-nacional-ejecut%C3%B3-megaoperativo-contra-la-miner%C3%AD-ilegal-en-madre-de-dios-0>

MININTER (MINISTERIO DEL INTERIOR). Ministro del Interior Supervisó Operativo contra la Minería Ilegal en Madre de Dios. 7 de agosto de 2014. Ver em: <https://www.mininter.gob.pe/content/ministro-del-interior-supervis%C3%B3-operativo-contra-miner%C3%AD-ilegal-en-madre-de-dios>

MININTER (Ministerio del Interior). Madre de Dios: Policía Nacional realiza mega-operativo de interdicción a la minería ilegal. *Viceministro Rubén Vargas denunció que el gobierno regional de Madre de Dios habría dado concesiones para la minería dentro de la zona de amortiguamiento de la Reserva Nacional de Tambopata*. Nota de prensa n° 890 – 2017. 5 de julio de 2017a. Disponible em: <https://www.mininter.gob.pe/content/madre-de-dios-polic%C3%AD-nacional-realiza-megaoperativo-de-interdicci%C3%B3n-la-miner%C3%AD-ilegal>

MININTER (MINISTERIO DEL INTERIOR). NOTA DE PRENSA N° 912–2017. “Mercurio I - 2017”: Policía Nacional destruye 184 campamentos mineros ilegales em Madre de Dios. 10 de julio de 2017b. Disponible em: <https://www.mininter.gob.pe/content/%E2%80%9Cmercurio-i-2017%E2%80%9D-polic%C3%ADa-nacional-destruye-184-campamentos-mineros-ilegales-en-madre-de>

MININTER (Ministerio del Interior). Que ellos se cuiden: Hay 54 requisitoriados del programa de recompensa en Madre de Dios. 12 diciembre de 2017c. Ver em: <https://www.mininter.gob.pe/content/que-ellos-se-cuiden-hay-54-requisitoriados-del-programa-de-recompensas-en-madre-de-dios>

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL. Balanço de Política Externa 2003/2010. Disponible em: http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/1.1.6-america-do-sulinfraestrutura/at_download/file

MINISTERIO DE TRANSPORTES Y COMUNICACIONES (MTC). Contratos y Adendas. Corredor Vial Interoceánico Sur Perú – Brasil: Iñapari – Puertos Marítimos del Sur. Concesiones Otorgadas en Transportes. Peru. Disponible en: https://www.mtc.gob.pe/portal/home/concesiones/conces_perubrasil.htm

MIRANDA, B. Las economías perversas del crimen organizado. Minería ilegal, trata y explotación sexual. NUSO. Maio – junho de 2016.

MAAP (MONITORING OF THE ANDEAN AMAZON PROJECT). MAAP #60: gold mining increases in buffer zone of tambopata national reserve. Peru: MAAP, 2017. Available in: < http://maaproject.org/2017/buffer_tambopata_2017/>. Access in: 30 out. 2017.

MOSQUERA, C., CHÁVEZ, M. L., PACHAS, V. H., MOSCHELA, P. Estudio diagnóstico de la actividad minera artesanal en Madre de Dios. Fundación Conservación Internacional. 2009.

MUJICA, J. Elementos comparados del impacto de la trata de personas en la salud de víctimas adolescentes en el contexto de la minería ilegal de oro en Madre de Dios. Centro de Promoción y Defensa de los Derechos Sexuales y Reproductivos PROMSEX. Lima. 2014.

NASDAQ (National Association of Securities Dealers Automated Quotations). Gold Price and Charts. Available in: <http://www.nasdaq.com/markets/gold.aspx>

NELSON, A. D. Travel time to major cities: a global map of accessibility: poster + dataset. Published by Office for Official Publications of the European Communities, Luxembourg.

2008. Disponível em:
http://forobs.jrc.ec.europa.eu/products/gam/download/accessibility_path_final.pdf

NEPSTAD, D.; CARVALHO, G. O.; BARROS, A. C.; ALENCAR, A.; CAPOBIANCO, J. P.; BISHOP, J.; MOUTINHO, P.; LEFEBVRE, P. A.; SILVA, U. L.; PRINS, E.. Road paving, fire regime feedbacks, and the future of Amazon forests. *Forest Ecology and Management*, n. 154, p. 395- 407, 2001.

NIEMANN, M. Globalisation and Regionalisation from a Spatial Perspective. *Space and Polity*. v. 2, n.2, 1998.

NOVAK, F., NAMILHAS, S. As Relações Peru e Brasil (1826 - 2012). Instituto de Estudos Internacionais (IDEI-PUC Peru). Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer Stiftung. 2013.

OJO-PUBLICO. Fiscalía halla indicios de contabilidad paralela en Fuerza Popular para ocultar dinero de Odebrecht. Ojo-Publico. 7 diciembre 2017. Disponible en: <https://ojo-publico.com/558/fiscalia-detecta-indicios-de-contabilidad-paralela-en-fuerza-popular-para-ocultar-dinero-de-odebrecht>

OJO-PUBLICO. Jorge Barata: Exjefe del Ositran en el segundo gobierno aprista recibió US\$780 mil de Odebrecht. Ojo-Publico. 20 marzo 2017. Disponible en: <http://ojo-publico.com/402/caso-lava-jato-detienen-exjefe-de-ositran-durante-el-gobierno-aprista>

ONERN (Oficina Nacional de Evaluación de Recursos Naturales). Inventario, evaluación e integración de los recursos naturales de la zona de los ríos Inambari y Madre de Dios. Lima. 1972.

ORGANISMO SUPERVISOR DE LA INVERSIÓN EN INFRAESTRUCTURA DE TRANSPORTE DE USO PÚBLICO. IIRSA SUR: tramo 3: Inambari – Iñapari. Lima: OSITRAN, 2017. Disponible: <<https://www.ositran.gob.pe/carreteras/iirsa-sur-tramo-3-inambari-inapari.html>>. Acceso en: 30 out. 2017.

OECD (ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO). Due Diligence Guidance for Responsible Supply Chains of Minerals from Conflict-Affected and High-Risk Areas: Second Edition, OECD Publishing. 2013. Disponível em: http://www.oecd-ilibrary.org/governance/oecd-due-diligence-guidance-for-responsible-supply-chains-of-minerals-from-conflict-affected-and-high-risk-areas_9789264185050-en

OFICINA NACIONAL DE EVALUACIÓN DE RECURSOS NATURALES (ONERN). Inventario, evaluación e integración de los recursos naturales de la zona de los ríos Inambari y Madre de Dios. Lima. 1972.

ORTÍZ, R. M. Sale Odebrecht e ingresará Enagás al Gasoducto del Sur. La Republica. 11 marzo 2016. Disponible en: <http://larepublica.pe/economia/747840-sale-odebrecht-e-ingresara-enagas-al-gasoducto-del-sur>

OSITRAN (Organismo Supervisor de la Inversión em Infraestrutura de Transporte de Uso Publico). Informes de Desempeño IIRSA SUR. 2016. Disponible en: <https://www.ositran.gob.pe/carreteras.html>

OSITRAN (Organismo Supervisor de la Inversión em Infraestructura de Transporte de Uso Publico). Planes de Negocios IIRSA SUR. 2014/2015/2016. Disponible en: <https://www.ositran.gob.pe/carreteras.html>

OXFORD ECONOMICS. The impact of inflation and deflation on the case for gold. 2011. Disponible em: https://www.gold.org/sites/default/files/documents/gold-investment-research/the_impact_of_inflation_and_deflation_on_the_case_for_gold.pdf

PARI, J. C. Comisión Investigadora Encargada de Investigar el Pago de Presuntas Coimas a Funcionarios Peruanos por parte de Empresas Brasileñas Odebrecht, Camargo Correa, OAS, Andrade Gutiérrez, Queiroz Galvao y otras, desde el inicio de sus actividades hasta la fecha, por cualquier forma de contrato con el Estado peruano. Congreso de Perú. Junho de 2016. Disponible em: <http://diariouno.pe/wp-content/uploads/2017/01/Inf%20Lava%20Jato%20-%20Pari.pdf>

PERELMAN, Michael. The invention of capitalism: classical political economy and the secret history of primitive accumulation. Durham: Duke University Press, 2000.

PERÚ. Ley n. 30077. Ley contra el crimen organizado. El Peruano, 20 ago. 2013. Disponible:< <http://busquedas.elperuano.com.pe/normaslegales/ley-contra-el-crimen-organizado-ley-n-30077-976948-1/>>. Acceso en: 30 out. 2017.

PORTO-GONÇAVES, C. W; QUENTAL, P. A. Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina. Polis Revista Latino-Americana, n. 31, nov.2012. Disponible em: <<http://polis.revues.org/3749>>.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Ou inventamos ou erramos: encruzilhadas da integração regional sul-americana. In: VIANA, André Rego; BARROS, Pedro Silva; CALIXTRE, BOJIKIAN, André (Org.). Governança global e integração da América do Sul. Brasília: IPEA, 2011. Cap.4, p.133-176.

POSTIGO, W. La zonificación ecológica y económica y la prevención de los conflictos mineros”. Economía y Sociedad. n. 61. Lima. 2006. Disponible em: https://www.researchgate.net/publication/316933942_Postigo_William_2006_La_zonificacio_n_ecologica_economica_y_la_prevenccion_de_los_conflictos_mineros

PULGAR-VIDAL, M. 2005 “Gobernanza ambiental descentralizada: Oportunidades para la sostenibilidad y el acceso a los recursos naturales para los sectores rurales pobres”. Concurso Gobernanza Ambiental Descentralizada - Grupo Chorlaví. Fondo Mink'a de Chorlaví. Chile. Disponible em: <http://www.dhl.hegoa.ehu.es/recursos/642>

PULGAR-VIDAL, M., SANCHEZ-MORENO, M. C. Perdonando el delito y retrocediendo en el proceso: Análisis de los decretos legislativos dictados entre octubre de 2016 y enero de 2017 para la formalización de la minería artesanal y el control de la minería ilegal. Lima. 9 de enero de 2017. Documento disponible em: <http://larepublica.pe/politica/1005672-decretos-debilitan-formalizacion-minera-y-generan-impunidad>

QUIJANO, A. Colonialidad y Modernidad/Racionalidad. Perú Indígena, vol. 13, No. 29, pp. 11–20. Lima: Instituto Indigenista Peruano.1991.

QUINTANAR, Silvia; LOPEZ, Rodolfo. O Plano de Ação para a Integração da Infraestrutura Regional Sul americana (Iirsa): oportunidades e riscos. Seu significado para o Brasil e a Argentina. *Rev. bras. polít. int.*, Brasília, v. 46, n. 1, p. 213-221, June 2003. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292003000100011&lng=en&nrm=iso. Access on 08 Jan. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292003000100011>.

RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RECAVARREN, P.; DELGADO, M.; ANGULO, M.; LEÓN, A.; CASTRO, A. Proyecto REDD en Áreas Naturales Protegidas de Mdd. Insumos para la elaboración de la línea base de carbono. Asociación para la Inves"tación y el Desarrollo Integral – AIDER. Lima. 2011. Disponível em: <http://www.aider.com.pe/publicaciones/REDD-en-Areas-Naturales-Protegidas-Madre-de-Dios.pdf>

REDACIÒN EC. Madre de Dios: descomisaron 1800 galones de combustible ilegal. La incautación se realizó en la localidad de Boca Unión, situada a orillas del río Madre de Dios. *El Comercio*. 3 de marzo 2015. Disponible en: <https://elcomercio.pe/peru/madre-de-dios/madre-dios-decomisaron-1-800-galones-combustible-ilegal-339385>

RELEA, Francesc. La fiebre del oro ilegal hace estragos en Madre de Dios: la minería informal, ejercida en condiciones durísimas, ha devastado miles de hectáreas en la Amazonia peruana. *El País*, Madre de Dios, 21 jul. 2012. Disponible:< https://elpais.com/internacional/2012/07/21/actualidad/1342893208_268998.html>. Acceso en: 30 out. 2017.

REYES, J. F. (ed.) Presentación Mapiense: Una Región en Movimiento. MAPIENSE nº 2. Cobija. 2015.

RIVADENEYRA, D. Amado Romero, el “comeoro”, dueño de una concesión forestal donde la minería ilegal impera. 2 de dezembro de 2014. Ver em: <http://utero.pe/2014/12/02/amado-romero-dueno-de-una-concesion-forestal-donde-la-mineria-ilegal-impera/>

RODRIGUES, M. M. Retomando o Planejamento: o Plano Plurianual 1996-1999. *Revista do BNDES*, v.3, n.5, Rio de Janeiro. 1996. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev501.pdf

SALAZAR, E., CASTRO, J. Los Cuadernos de la esclavitud de Madre de Dios. *Ojo-Publico*. 19 de Enero de 2018. Disponible em: <https://ojo-publico.com/596/los-cuadernos-de-la-esclavitud-en-madre-de-dios>

SANTOS, M. O Espaço Geográfico como Categoria Filosófica. In: *O Espaço em Questão. Terra Livre*, n. 5, São Paulo, 1988.

SANTOS, M. Por uma outra Globalização; do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Ed. Record, 2ª Ed, 2000.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. O Brasil: Território e Sociedade no século XXI. São Paulo: Record. 2010.

SEGURA, L. C. Interoceánica Sur. Integrando Conservación y Desarrollo. Promoviendo la Sostenibilidad. FOROMIC 2008 Asunción de Paraguay. 2008. Disponible en: <http://slideplayer.es/slide/10380638/>

SCHMIDLEHNER, M. F. El Despliegue del debate crítico acerca de las políticas de Economía Verde en Acre. MAPIENSE n° 2. Cobija. 2015.

SMITH, Adam. A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SIICEX (Sistema Integrado de Información de Comercio Exterior). Programa Consolidado Brasil. 2017. Disponible en: <http://www.siicex.gob.pe/siicex/documentosportal/105018064rad4A2C3.pdf>

SOARES-FILHO, B. S. et al. Cenários de desmatamento para Amazônia. Estudos Avançados, v. 19, n. 54, p. 138-152, 2005.

SOCIETY FOR THREATENED PEOPLE (STP). Risk Analysis of Indicators of Forced Labor and Human Trafficking in Illegal Gold Mining in Peru. FRIEDLI, A., WIEDMER, F. (eds). STP-Report. March, 2014. Available in: https://www.gfbv.ch/wp-content/uploads/stp_report_gold_march2014.pdf

SOJA, E. Postmodern Geographies: the reassertion of Space in Critical Social Theory. New York: Verso, 1989.

SPDA (SOCIEDAD PERUANA DE DERECHO AMBIENTAL). Conoce a “Goya”, la reina del Oro de Madre de Dios. Actualidad Ambiental. 9 de marzo de 2012a. Ver en: <http://www.actualidadambiental.pe/?p=14305>

SPDA (SOCIEDAD PERUANA DE DERECHO AMBIENTAL). Madre de Dios es la región con mayor demanda por combustible en Perú. Actualidad Ambiental. 1 diciembre 2012b. Disponible en: <http://www.actualidadambiental.pe/?p=17430>

SPDA (SOCIEDAD PERUANA DE DERECHO AMBIENTAL). Madre de Dios: Gobierno segura haber erradicado minería ilegal de La Pampa. Actualidad Ambiental. 10 de junio de 2014. Ver en: <http://www.actualidadambiental.pe/?p=23272>

SPDA (SOCIEDAD PERUANA DE DERECHO AMBIENTAL). Las Rutas del Oro Ilegal: Estudio de Caso de Cinco Países Amazonicos. VALENCIA, L. (coord.). Lima. 2015.

SPDA (SOCIEDAD PERUANA DE DERECHO AMBIENTAL). ¿Por qué las dragas están prohibidas en la Amazonía? ¿Cómo funcionan y qué impacto generan? Actualidad Ambiental. 30 mayo 2016. Disponible en: <http://www.actualidadambiental.pe/?p=37884>

STAVENHAGEN, Rodolfo. Sociología y subdesarrollo. México Nuestro Tiempo, 1981.

SWENSON, Jennifer J. et al Gold mining in the peruvian Amazon: global prices, deforestation, and mercury imports. PLOS One, v. 6, n. 4, Apr. 2011. Available in: <<http://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0018875>>. Acesso em: 30 maio 2017.

TARABOCHA, M. L. Es posible recuperar los bosques destruidos por la minería de oro en Madre de Dios? Mongabay. 26 de novembro de 2016. Disponible em: <https://es.mongabay.com/2016/11/reforestacion-mineria-amazonia/>

TGIATOC (THE GLOBAL INITIATIVE AGAINST TRANSNATIONAL ORGANIZED CRIME). Organized Crime and Illegally Mined Gold in Latin America. June 2016.

TGIATOC (THE GLOBAL INITIATIVE AGAINST TRANSNATIONAL ORGANIZED CRIME). Gold and Illicit Financial Flows Project. Follow the Money: Financial Flows linked to Artisanal and Small-Scale Gold Mining. Tool for intervention. March 2017. Disponível em: <http://globalinitiative.net/documents/follow-the-money-financial-flows-linked-to-artisanal-and-small-scale-gold-mining-tool-for-intervention/>

THÉRY, H. La vague déferlante du soja bresiliene. Mappemonde. 2004. Disponível em: <http://mappemonde.mgm.fr/num2/articles/art04204.html>

TOLEDO, A. Mensaje a la nación del señor presidente de la república, Alejandro Toledo”. *Congresso da República do Peru, 28 de julho de 2005*. Disponível em: https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwii6Kmk_vXAhUDGt8KHZL7Cw8QFggoMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.justiciaviva.org.pe%2Fnuevos%2F2005%2Fmensaje28-2005.doc&usq=A0vVaw0hwNGYA5-MIPxXwG9AUZ8J

TUMIALÁN, P. H. C. Compendio de yacimientos minerales del Peru. INGEMMET. Universidad Nacional de Ingeniería. Boletín n° 10, p. 52, Geología Economica. Lima. 2003.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME (UNEP). Global Mercury Assessment. Geneva. 2002. Disponível em: <http://www.unep.org/gc/gc22/Document/UNEP-GC22-INF3.pdf>

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME (UNEP). Analysis of formalization approaches in the artisanal and small-scale gold mining sector based on experiences in Ecuador, Mongolia, Peru, Tanzania and Uganda: Peru Case Study. 2012.

UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE (UNFCCC). Greenox Global Environmental Program – The Madre de Dios Amazon REDD Project. Information Submitted by Stakeholder. Sem data. Ver em: http://unfccc.int/land_use_and_climate_change/redd/items/4718.php

UNITED STATES OF AMERICA. DEPARTMENT OF JUSTICE. Odebrecht and Braskem Plead Guilty and Agree to Pay at Least \$3.5 Billion in Global Penalties to Resolve Largest Foreign Bribery Case in History. Public Affairs Office. 21 de dezembro de 2016. Disponível em: <https://www.justice.gov/opa/pr/odebrecht-and-braskem-plead-guilty-and-agree-pay-least-35-billion-global-penalties-resolve>

VALENCIA, Lenin Arroyo. Madre de Dios: ¿Podemos evitar la tragedia? Políticas de Ordenamiento de la Minería Aurífera. Prolongación Arenales: Sociedad Peruana de Derecho Ambiental. 2014.

VEGA, E. S. Avi Dan On fue el nexa entre Toledo y Barata para negociar sobornos por la Interoceánica. Ojo-Publico. 4 de Febrero 2017. Disponible en: <http://ojo-publico.com/368/avi-dan-fue-el-nexo-entre-alejandro-toledo-y-barata-para-negociar-sobornos-por-la-interoceanica>

VEIGA, Marcello Mariz da; SILVA, Alberto Rogério Benedito da; HINTON, Jennifer J. O garimpo de ouro na Amazônia: aspectos tecnológicos, ambientais e sociais. In: TRINDADE, Roberto de Barros Emery; BARBOSA FILHO, Olavo (Ed.). *Extração de ouro: princípios, tecnologia e meio ambiente*. Rio de Janeiro: Centro de Tecnologia Mineral, 2002. Cap. 11, p. 277-305.

VERITÈ. Risk Analysis of Indicators of Forced Labor and Human Trafficking in Illegal Mining in Peru. Fair Labor Worldwide. January, 2013. Available in: https://www.verite.org/wp-content/uploads/2016/11/Indicators-of-Forced-Labor-in-Gold-Mining-in-Peru_0.pdf

VERITÈ. Strenghttening Protection Against Trafficking Person in Federal and Corporate Supply Chains. Fair Labor Worldwide. January, 2015. Available In: http://verite.org/wp-content/uploads/2016/11/JTIP-Verite-ExecutiveOrder_13627.pdf

WALLERSTEIN, Immanuel. *The capitalist world economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

WORLD BANK. *Governance and Development*. Washington DC: The World Bank. 1992.

ZIBECHI, R. IIRSA: La integración a la medida de los mercados. Agencia Latinoamericana de Información (ALAI), *América Latina en Movimiento*, 13.jun.2006. Disponible em: <http://alainet.org/active/11812&lang=es>.